Tribuna do Sertão

FUNDADOR: MAURÍCIO LIMA SANTOS (1943-1998)

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

EDIÇÃO Nº 2475 - 08 DE OUTUBRO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA	PÁGINAS 02 A 34
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA	PÁGINAS 35 A 57
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACULÉ	PÁGINAS 58 A 60
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA	PÁGINAS 61 A 82
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL	PÁGINAS 83 A 242
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA	PÁGINAS 243 A 448
PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES	PÁGINAS 449 A 476
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE CONTAS	PÁGINAS 477 A 481
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU	PÁGINAS 482 A 485

A Lei exige que todo gestor publique seus atos, para que a população tenha acesso às informações e a sua gestão seja transparente e clara.



As Publicações Oficiais cumprem este papel.

LIDER GRAFICA COMUNICACAO E PESQUISA LTDA:10841540000151

Assinado de forma digital por LIDER GRAFICA COMUNICACAO E PESQUISA LTDA:10841540000151
Dados: 2026.10.08 18:06:06 -03'00'

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2026

O Município de Barra da Estiva, através do Agente de Contratação, torna público a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 014/2026** – contratação de pessoa jurídica visando a pavimentação asfáltica e intertravado com drenagem profunda de vias nos acessos às Escolas de tempo integral (ETIB), no Município de Barra da Estiva, conforme Convênio nº 225/2026, celebrado com a CONDER. Local da disputa: no site www.bnccompras.com. Início da sessão às 09:00 h do dia 23 de outubro de 2026. Edital no PNCP, BNC ou Portal do Município. Inf. na sede da Prefeitura, Av. Profª Solange Pires Rodrigues, n° 280 - Alto da Barra, Barra da Estiva/BA, através do e-mail: licitacaobarra2025@gmail.com e tel: 77 3450-1616. Barra da Estiva/Ba. Paulo José Pinto Silva – Agente.

JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 130/2026
RECORRENTES: LOCOMAX EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 17.420.778/0001-52); CS SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 34.379.784/0001-22); GTR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA (CNPJ 50.513.518/0001-05); e IMPERIAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 38.493.385/0001-49)
RECORRIDA: CONSTRUTORA JOAMAR LTDA (CNPJ 09.122.206/0001-69)

1. DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, registra-se que os recursos foram interpostos dentro do prazo legal. O art. 165, inciso I, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 14.133/2021 assegura recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis contado da intimação ou da lavratura da ata, em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, e o § 1º, inciso I, do mesmo dispositivo estabelece que, adotada a inversão de fases do art. 17, § 1º, o prazo das razões tem início com a ata de julgamento. Disciplina idêntica consta dos itens 17.19 e 17.22 do Edital.

No caso, a sessão de julgamento ocorreu em 21/09/2026, a fase de manifestação de intenção de recurso foi aberta em 22/09/2026, às 11:31:06, e a fase de interposição às 12:01:06 do mesmo dia. As recorrentes registraram intenção entre 11:31:41 e 11:48:02 e apresentaram suas peças nos dias 23, 24 e 25 de setembro: a LOCOMAX em 23/09/2026, às 12:16:53; a CS SOLUÇÕES em 24/09/2026, às 19:05:28; a IMPERIAL em 25/09/2026, às 18:20:26; e a GTR em 25/09/2026, às 21:37:39. As contrarrazões da CONSTRUTORA JOAMAR LTDA foram anexadas em 28/09/2026, dentro do prazo do art. 165, § 4º, da mesma Lei, considerando que 26 e 27 de setembro não foram dias úteis. Todas as peças são, portanto, tempestivas.

Assim, passa-se à análise dos argumentos fáticos e jurídicos contidos nas peças apresentadas.

2. RELATÓRIO

Tratam-se de recursos administrativos interpostos no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 010/2026, Processo Administrativo nº 130/2026, do tipo menor preço global, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a construção de muro de contenção destinado à adequação do terreno onde será construída a escola de 13 (treze) salas, com valor estimado de R$ 1.526.103,52, custeada com recursos da Educação, conforme Edital publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e processado na plataforma BNC Compras.

O certame foi conduzido com inversão de fases, expressamente motivada nos itens 13.6 e 20.1 a 20.5 do Edital, com amparo no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, de modo que a habilitação precedeu a fase de propostas e lances, devendo os documentos de habilitação ser encaminhados pelo sistema até o dia da sessão, conforme o item 13.8. Vinte e quatro empresas cadastraram propostas. Em 11/09/2026, entre 10:31:49 e 10:34:40, o Agente de Contratação inabilitou quinze delas, entre as quais a LOCOMAX, a IMPERIAL e a CS SOLUÇÕES, pelo mesmo motivo, assim consignado em ata: “OS DOCUMENTOS NÃO FORAM ANEXADOS, EMPRESA INABILITADA”. Das nove licitantes que anexaram documentos, seis foram inabilitadas após análise individualizada, com motivação expressa, entre elas a GTR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, em 21/09/2026, às 10:06:53, e três foram habilitadas.

Aberta a disputa em 21/09/2026, às 11:52:52, e superada a fase de desempate prevista na Lei Complementar nº 123/2006, o sistema declarou a CONSTRUTORA JOAMAR LTDA detentora da melhor oferta, no valor global de R$ 1.459.980,00, correspondente a aproximadamente 95,67% do orçamento estimado. Aberta a fase de manifestação, doze licitantes registraram intenção de recorrer, quase todas por fórmula genérica e sem indicação de motivo, e apenas quatro apresentaram peças.

2.1. Do recurso da LOCOMAX EMPREENDIMENTOS LTDA

A recorrente sustenta que a recorrida teria apresentado a apólice de garantia de proposta juntamente com a proposta de preços, e não com os documentos de habilitação, como prevê o item 10.3.1 do Edital, o que configuraria desconformidade

com o instrumento convocatório e quebra da isonomia. Não questiona a existência, o valor, a vigência ou o pagamento da garantia. Requer, caso confirmada a exigência editalícia e considerada insanável a irregularidade, a revisão da habilitação da recorrida e, subsidiariamente, que a decisão indique o fundamento que autorizaria o recebimento da apólice.

2.2. Do recurso da CS SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

A peça apresentada pela recorrente é endereçada à Prefeitura Municipal de Nova América Dourada e refere-se à Concorrência Eletrônica nº 009/2026 daquele Município. Afirma que o faturamento da "empresa recorrida" em 2024 e 2025 seria divergente entre os balanços e os dados do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, invoca o art. 337-O do Código Penal e precedentes do Tribunal de Contas da União sobre falso enquadramento como microempresa, e conclui que "a empresa J C MUNIZ CONSTRUTORA LTDA" não atendeu às normas de licitação. A peça está assinada digitalmente em 17/09/2026, às 17:18:55, e foi anexada com o nome de arquivo "RECURSO AMERICA DOURADA20203.pdf".

2.3. Do recurso da GTR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

A recorrente insurge-se contra a própria inabilitação, fundada em três motivos: a não indicação do Engenheiro de Segurança do Trabalho Walyson Silva Matos, em desatendimento ao item 14.17 do Edital; a ausência dos termos de anuência dos profissionais e do currículo do Engenheiro Civil Gabriel Teles Aguiar, em desatendimento ao item 14.18; e a certidão de regularidade fiscal federal vencida em 23/07/2026, em desatendimento ao item 13.16.2. Sustenta que o item 15.21 dispensaria outras exigências quanto ao profissional de segurança do trabalho, cujo vínculo teria sido comprovado por contrato; que a condição de sócio-administrador do Engenheiro Gabriel dispensaria o termo de anuência e que outros documentos supririam o currículo; e que, como microempresa, faria jus ao prazo de regularização fiscal da Lei Complementar nº 123/2006. Requer sua habilitação ou, subsidiariamente, diligência.

2.4. Do registro de recurso da IMPERIAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

A IMPERIAL registrou recurso na plataforma em 25/09/2026, às 18:20:26, com a descrição ".", sem anexar arquivo de razões e sem indicar qualquer fundamento.

2.5. Das contrarrazões da CONSTRUTORA JOAMAR LTDA

Em contrarrazões, a recorrida demonstra que a garantia de proposta foi constituída, paga e anexada ao sistema antes da sessão, de modo que a objeção da LOCOMAX se reduz ao campo eletrônico em que o arquivo foi inserido, questão meramente formal à luz dos arts. 12, inciso III, e 64, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Quanto à CS SOLUÇÕES, requer o não conhecimento do recurso por ausência de congruência e dialeticidade, uma vez que a peça se refere a outro Município, a outro certame e a outra empresa, e, no mérito, aponta a ausência de qualquer prova da alegada divergência contábil e a inaplicabilidade do art. 337-O do Código Penal. Quanto à GTR, sustenta que vínculo profissional não se confunde com indicação para a execução do objeto, que a declaração de pessoal técnico apresentada pela própria recorrente indicou apenas o Engenheiro Gabriel, que a condição de sócio não dispensa o currículo exigido pelo item 14.18, e que a diligência não pode servir para criar indicação técnica inexistente no momento próprio.

É o relatório. Passo a decidir.

3. FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Da regularidade formal das peças: recurso da CS SOLUÇÕES subscrito para outro certame e registro sem razões da IMPERIAL

Antes do exame de mérito, verificou-se a autoria e a pertinência das peças, como determina o item 17.30 do Edital, segundo o qual não serão acatados recursos "subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante". A peça da GTR está assinada digitalmente por seu sócio-diretor e a da LOCOMAX contém reprodução, em imagem, de assinatura de seu representante legal. A situação da CS SOLUÇÕES é distinta e mais grave.

O documento anexado pela CS SOLUÇÕES não é um recurso contra a decisão proferida nesta Concorrência. Ele foi dirigido à Prefeitura Municipal de Nova América Dourada, identifica a Concorrência Eletrônica nº 009/2026 daquele Município, pede providências contra a empresa J C MUNIZ CONSTRUTORA LTDA, que sequer participou deste certame, e invoca prazo recursal contado a partir de 20/08/2026, data sem qualquer relação com este processo. O arquivo foi anexado com o nome “RECURSO AMERICA DOURADA20203.pdf”. Mais revelador ainda, a assinatura digital do representante legal foi aposta em 17/09/2026, às 17:18:55, quatro dias antes do julgamento desta licitação, ocorrido em 21/09/2026, e cinco dias antes da abertura da fase de manifestação de intenção de recurso, em 22/09/2026. É materialmente impossível que o representante tenha subscrito, em 17/09/2026, recurso contra decisão que somente viria a existir em 21/09/2026.

Em relação a este processo, portanto, não há razões recursais subscritas pelo representante legal da CS SOLUÇÕES: há apenas a reapresentação de documento assinado para outro procedimento, em outro Município, contra outra empresa. Para os fins deste certame, a peça é apócrifa, e o recurso carece, ainda, do requisito da dialeticidade, pois não impugna nenhum fundamento da decisão recorrida nem menciona a recorrida, a CONSTRUTORA JOAMAR LTDA. Por essas razões, o recurso da CS SOLUÇÕES não deve ser conhecido. Ainda assim, por zelo, seu conteúdo será examinado adiante, demonstrando-se que, mesmo superados tais vícios, seria improcedente.

Quanto à IMPERIAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, o registro feito na plataforma limita-se ao caractere “.”, sem arquivo e sem qualquer razão. Recurso sem razões não é recurso, pois não há fundamento a examinar nem pedido a decidir, e o art. 165 da Lei nº 14.133/2021 e o item 17.22 do Edital exigem a apresentação das razões no prazo legal. Não se conhece, portanto, do registro da IMPERIAL.

3.2. Da questão preliminar: ausência de interesse recursal da LOCOMAX e da CS SOLUÇÕES

A LOCOMAX e a CS SOLUÇÕES foram inabilitadas em 11/09/2026 por não terem anexado ao sistema um único documento de habilitação, em certame que

adotou, de forma expressa e publicada com antecedência, a inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Nenhuma delas impugnou o próprio ato de inabilitação, que se tornou definitivo no âmbito administrativo, e nenhuma delas apresentou qualquer documento com o recurso. A LOCOMAX, em especial, pretende inabilitar a vencedora por suposta irregularidade na forma de apresentação da garantia de proposta, quando ela própria não apresentou garantia alguma, nem qualquer outro documento exigido pelo Edital.

Daí decorre a ausência de interesse recursal na modalidade utilidade. Ainda que providos os recursos e afastada a recorrida, nenhuma das duas poderia ser convocada, pois permanecem inabilitadas por ato próprio e incontroverso. O provimento não lhes traria proveito jurídico algum, servindo apenas para retardar a contratação de obra destinada à implantação de escola municipal. Some-se a isso que as intenções de recurso de ambas foram registradas pela fórmula genérica "Intenção de recurso manifestada", sem a motivação exigida pelo item 17.22 do Edital.

Situação diversa é a da GTR, que anexou documentação, foi inabilitada após análise e recorre do próprio ato de inabilitação, de modo que seu interesse recursal é evidente e seu recurso deve ser conhecido.

Não obstante a ausência de interesse da LOCOMAX, em deferência ao contraditório e à ampla defesa, conhece-se de seu recurso, e enfrenta-se o mérito de todas as insurgências, inclusive a da CS SOLUÇÕES, que igualmente não prosperam. O traço comum às impugnações dirigidas contra a recorrida é a fragilidade: alegações condicionais, desacompanhadas de prova e desmentidas pelo Edital e pelos documentos constantes da plataforma.

3.3. Do recurso da LOCOMAX: o campo de inserção da garantia de proposta

A própria recorrente delimita a controvérsia: não afirma que a garantia inexista, que tenha sido constituída a destempo, que seu valor seja insuficiente, que esteja vencida ou que o prêmio não tenha sido pago. Sua única objeção é que o arquivo da apólice foi inserido no campo da proposta, e não no campo da habilitação. Os documentos da plataforma confirmam a regularidade material da garantia: a apólice

de seguro garantia nº 05-0775-0457002, emitida pela Junto Seguros S.A. em 09/09/2026, tendo como segurado o Município de Barra da Estiva e vinculada expressamente à Concorrência Eletrônica nº 010/2026, com limite máximo garantido de R$ 15.261,04, correspondente a 1% do valor estimado, e vigência de 10/09/2026 a 10/12/2026, acompanhada do boleto e do comprovante de pagamento do prêmio de R$ 160,00, efetuado em 09/09/2026, tendo como pagadora a CONSTRUTORA JOAMAR LTDA. Todo esse conjunto foi anexado ao sistema em 09/09/2026, antes do prazo final de 10/09/2026, às 08:00, e antes da abertura da sessão, atendendo integralmente aos itens 10.3.1, 16.25 e 16.25.1 do Edital.

Em certame processado com inversão de fases, propostas e documentos de habilitação são encaminhados pelo mesmo sistema, no mesmo prazo, e examinados pelo mesmo Agente de Contratação na fase de habilitação. A garantia estava nos autos eletrônicos no momento próprio, foi examinada e não sofreu qualquer alteração posterior. O campo em que o arquivo foi inserido é questão de organização da plataforma, que não compromete a aferição da qualificação da licitante, e o art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 é expresso ao dispor que o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam essa aferição não importará o afastamento da licitante. Note-se, aliás, que o próprio art. 58 da Lei nº 14.133/2021, invocado pela recorrente, prevê a comprovação da garantia “no momento da apresentação da proposta”, de modo que sua juntada com a proposta jamais poderia ser tida como vício.

A fragilidade do recurso é confessada pelo seu próprio texto, todo redigido em termos condicionais: “caso o edital tenha determinado expressamente”, “caso confirmada a exigência editalícia”, “sendo considerada insanável a irregularidade”. A recorrente não afirma a existência de vício; pede que a Administração verifique se haveria algum. Também não procede a alegação de quebra da isonomia. A recorrida não obteve prazo adicional, não produziu documento novo, não alterou a garantia nem obteve qualquer vantagem competitiva. Quem descumpriu o Edital foi a recorrente, que não apresentou documento algum. Atendendo ao pedido subsidiário, consigna-se que o recebimento da garantia tem fundamento nos itens 10.3.1, 13.8,

16.25 e 16.25.1 do Edital e nos arts. 12, inciso III, 58 e 64, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. O recurso é improcedente.

3.4. Do recurso da CS SOLUÇÕES: alegação genérica, dirigida a outra empresa e desacompanhada de prova

Ainda que superados os vícios que impedem seu conhecimento, a insurgência não teria melhor sorte. A peça não menciona a CONSTRUTORA JOAMAR LTDA uma única vez e não indica nenhum número, documento, exercício, órgão pagador ou consulta que demonstre a alegada divergência entre balanços e dados do TCM/BA. Limita-se a pedir que a Administração "averigue". Quem afirma o fato tem o ônus de prová-lo, e o recurso administrativo não se presta a transferir à Administração a tarefa de produzir a prova de uma acusação que a própria recorrente não demonstrou e que, a rigor, foi formulada contra outra empresa, em outro processo.

A qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e dos itens 16.17 a 16.22 do Edital, é aferida por balanço patrimonial e demonstrações contábeis registrados, assinados por profissional contábil habilitado, e pelos índices neles apurados, e não por confronto com dados de pagamentos extraídos de sistemas de controle externo, que têm natureza, critério e período de apuração distintos. Os precedentes do Tribunal de Contas da União invocados, conforme descritos pela própria recorrente, tratam de falso enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese estranha ao caso, pois a recorrida não se declarou ME ou EPP e consta da classificação com a indicação "ME: Não". O art. 337-O do Código Penal, por sua vez, tipifica a omissão ou modificação de levantamento cadastral ou condição de contorno em contratação para elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse, e é manifestamente inaplicável a licitação para execução de obra.

O próprio texto da peça evidencia a sua fragilidade: afirma insurgir-se contra a decisão que "HABILITOU a recorrente", refere-se à recorrente como "desclassificada", contém o título "DA FASE DE LANCES" sem conteúdo e, no tópico dos pedidos, chega a afirmar que a desconformidade capaz de afastar a empresa recorrida "deve ser substancial e lesiva à Administração, ou aos outros licitantes, o

que não se encontra no presente caso". Trata-se de peça padronizada, reaproveitada de outro certame, que em nenhum momento enfrenta este Edital ou os documentos da recorrida. A menção a mandado de segurança, representação ao Ministério Público e comunicação ao TCM/BA é direito da recorrente, mas não supre a ausência de fundamento. Ainda que conhecido, o recurso seria improcedente, e as diligências requeridas são indeferidas.

3.5. Do recurso da GTR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA

Quanto ao primeiro fundamento da inabilitação, a recorrente confunde duas exigências distintas do Edital. O item 15.21 exige que a licitante comprove possuir, em seu quadro técnico, profissional técnico ou engenheiro de segurança do trabalho, indica as formas de comprovação do vínculo e dispensa apenas a comprovação de capacidade técnica desse profissional, nos seguintes termos: "Não será necessária a comprovação de capacidade técnica, sendo tal comprovação exigida para o engenheiro (s) civil". Nada no item 15.21 dispensa a exigência do item 14.17, que reproduz o art. 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e impõe a "indicação de responsável técnico pela execução do objeto desta licitação", bem como "da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos". Uma coisa é provar que determinado profissional mantém vínculo com a empresa; outra, distinta, é indicá-lo como integrante da equipe que executará esta obra.

Os documentos da própria recorrente demonstram que essa indicação não foi feita. Na Declaração de Disponibilidade de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico, anexada à habilitação e assinada digitalmente pela GTR, o campo "Equipe Técnica" relaciona um único profissional: o Engenheiro Civil Gabriel Teles Aguiar. O Engenheiro Walyson Silva Matos não consta da equipe indicada. O contrato com ele firmado, datado de 04/09/2026, refere-se genericamente às atividades "que lhe forem designadas", o que apenas confirma a necessidade de uma designação concreta que não ocorreu, e o Programa de Gerenciamento de Riscos e a ART por ele subscritos referem-se às atividades gerais da empresa, e não a esta obra. Acrescente-se que, sendo integrante da equipe técnica, o profissional também

estaria sujeito ao item 14.18, e não há nos autos termo de anuência nem currículo do Engenheiro Walyson. O primeiro fundamento da inabilitação permanece hígido.

Quanto ao segundo fundamento, o item 14.18 do Edital exige, para cumprimento do item 14.17, "Termo de Anuência, devidamente assinado pelos profissionais comprometidos com a Licitante, somados dos seus respectivos currículos profissionais". Ainda que se admita que a anuência do Engenheiro Gabriel, sócio-diretor que subscreve as declarações da empresa, possa ser inferida de seus próprios atos, o currículo profissional simplesmente não foi apresentado, e a recorrente o reconhece expressamente ao afirmar que "a ausência de um documento intitulado especificamente 'currículo' não pode se sobrepor à comprovação, por outros meios idôneos". O item 15.20 do Edital trata apenas da forma de comprovação do vínculo do sócio, por meio do ato constitutivo e da certidão do conselho, e não cria qualquer dispensa do item 14.18. Onde o Edital quis dispensar exigência, o fez expressamente, como no próprio item 15.21. Não cabe à licitante criar, depois da sessão, exceção que o instrumento convocatório não prevê e que não foi impugnada no prazo próprio.

Não procede, igualmente, o pedido subsidiário de diligência. O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e o entendimento do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 1.211/2021-Plenário admitem a diligência para complementar informações sobre documentos já apresentados e comprovar condição preexistente. A indicação de um profissional para compor a equipe técnica desta obra não é condição preexistente que se possa apenas comprovar: é ato de escolha da licitante, que deveria ter sido praticado na documentação de habilitação e não o foi. Admitir que a recorrente indique agora o Engenheiro de Segurança do Trabalho, com o respectivo termo de anuência e currículo, seria permitir a reformulação da equipe técnica após a sessão, em afronta ao art. 64, caput, da mesma Lei e à isonomia em relação às demais licitantes, algumas delas inabilitadas por motivos análogos.

Quanto ao terceiro fundamento, a certidão de regularidade fiscal federal apresentada pela recorrente estava vencida desde 23/07/2026, fato que ela própria admite. A recorrente consta da plataforma como microempresa, e o item 13.14.4 do Edital, em consonância com o art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006,

assegura à ME e à EPP prazo para regularização fiscal a partir do momento em que for declarada vencedora do certame. Reconhece-se, por isso, que a restrição fiscal, isoladamente considerada, não deveria ter figurado como motivo autônomo de inabilitação de licitante enquadrada como microempresa, e retifica-se a motivação do ato para dela excluir esse fundamento. Essa retificação, contudo, não altera o resultado, porque a inabilitação se sustenta, de forma autônoma e suficiente, nos descumprimentos dos itens 14.17 e 14.18 do Edital, examinados acima, que nada têm de meramente formais e que não podem ser supridos por diligência.

Por fim, o apelo ao formalismo moderado não socorre a recorrente. O art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 protege falhas formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante, e a indicação da equipe técnica e a apresentação dos currículos dos profissionais comprometidos com a execução são justamente os elementos pelos quais o Edital afere a qualificação técnico-profissional. Aplicar à GTR tratamento mais brando do que o dispensado às demais licitantes inabilitadas por razões semelhantes violaria os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia. O recurso merece parcial provimento apenas para a retificação da motivação quanto à regularidade fiscal, mantida a inabilitação.

3.6. Do interesse público e da proposta mais vantajosa

Por força do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que manda observar os arts. 20 a 22 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, a decisão administrativa deve considerar as consequências práticas que dela decorrem. A recorrida apresentou toda a documentação exigida no momento próprio, foi habilitada após análise individualizada e ofertou o menor lance entre as licitantes habilitadas, no valor de R$ 1.459.980,00, inferior em R$ 66.123,52 ao orçamento estimado e muito acima do patamar de 75% abaixo do qual o art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 presume a inexequibilidade. Acolher as insurgências dirigidas contra ela significaria afastar a proposta mais vantajosa e retardar a construção do muro de contenção indispensável à implantação de escola municipal, tudo em razão do campo eletrônico em que um documento regular foi anexado e de alegações formuladas contra outra empresa, em outro certame.

O processo licitatório é instrumento de seleção da proposta mais vantajosa e não pode ser convertido em meio de obstrução por quem dele se excluiu ao deixar de apresentar a documentação exigida. Prevalecem, na espécie, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da isonomia, da razoabilidade e da economicidade, impondo-se a manutenção da habilitação da CONSTRUTORA JOAMAR LTDA e da inabilitação da GTR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.

4. DECISÃO

Diante do exposto, com base na análise dos fatos, dos documentos constantes da plataforma, do Edital e da legislação aplicável, NÃO CONHEÇO do recurso interposto por CS SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, por se tratar de peça subscrita para outro procedimento licitatório, de outro Município e contra outra empresa, apócrifa em relação a este certame e desprovida de dialeticidade, nos termos do item 17.30 do Edital, consignando que, ainda que dele se conhecesse, seria integralmente improcedente pelas razões expostas no item 3.4. NÃO CONHEÇO, igualmente, do registro de recurso efetuado por IMPERIAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, por ausência de razões recursais.

CONHEÇO do recurso interposto por LOCOMAX EMPREENDIMENTOS LTDA, porquanto tempestivo, e, no mérito, JULGO-O IMPROCEDENTE, seja pela ausência de interesse recursal da recorrente, inabilitada por ato próprio e não impugnado, seja porque a garantia de proposta da recorrida foi regularmente constituída, paga e anexada ao sistema antes da sessão, constituindo o campo de sua inserção questão meramente formal, nos termos do art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

CONHEÇO do recurso interposto por GTR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, porquanto tempestivo, e, no mérito, DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO, tão somente para excluir da motivação de sua inabilitação o fundamento relativo à certidão de regularidade fiscal federal, em observância ao item 13.14.4 do Edital e ao art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006, MANTENDO a sua INABILITAÇÃO pelo descumprimento dos itens 14.17 e 14.18 do Edital, e indeferindo o pedido de diligência.

Em consequência, MANTENHO integralmente a decisão que declarou HABILITADA e VENCEDORA a empresa CONSTRUTORA JOAMAR LTDA, CNPJ 09.122.206/0001-69, com a proposta global de R$ 1.459.980,00, ficando indeferidas as diligências requeridas pelas recorrentes.

Publique-se. Registre-se.

Barra da Estiva/BA, 8 de outubro de 2026

PAULO JOSÉ PINTO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 133/2026
RECORRENTES: CARIBÉ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, cadastrada na plataforma como IMPERIAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 38.493.385/0001-49); PANAMÁ CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS, SERVIÇOS E OBRAS LTDA (CNPJ 42.224.386/0001-65); e CS SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ 34.379.784/0001-22)
RECORRIDA: CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA (CNPJ 50.139.594/0001-94)

1. DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente, registra-se que os recursos foram interpostos dentro do prazo legal. O art. 165, inciso I, alíneas “b” e “c”, da Lei nº 14.133/2021 assegura recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis contado da intimação ou da lavratura da ata, em face do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação de licitante, e o § 1º, inciso I, do mesmo dispositivo estabelece que, adotada a inversão de fases do art. 17, § 1º, o prazo das razões tem início com a ata de julgamento. Disciplina idêntica consta dos itens 17.19 e 17.22 do Edital.

No caso, a sessão de julgamento ocorreu em 23/09/2026 e a fase de manifestação de intenção de recurso foi aberta às 16:19:27 daquele dia. As três recorrentes registraram intenção entre 16:23:18 e 16:26:12 e anexaram suas razões em 28/09/2026, às 11:42:02 (Caribé/Imperial), às 19:06:02 (CS Soluções) e às 22:40:09 (Panamá), último dia do prazo, contados os dias úteis de 24, 25 e 28 de setembro. As contrarrazões da CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA foram anexadas em 01/10/2026, às 10:15:34, dentro do prazo do art. 165, § 4º, da mesma Lei. Todas as peças são, portanto, tempestivas.

Assim, passa-se à análise dos argumentos fáticos e jurídicos contidos nas peças apresentadas.

2. RELATÓRIO

Tratam-se de recursos administrativos interpostos no âmbito da Concorrência Eletrônica nº 011/2026, Processo Administrativo nº 133/2026, do tipo menor preço global, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a pavimentação em Tratamento Superficial Duplo (TSD) em ruas do Bairro do Alto da Barra, com valor estimado de R$ 950.732,77, custeada com recursos próprios do Município, conforme Edital publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e processado na plataforma BNC Compras.

O certame foi conduzido com inversão de fases, expressamente motivada nos itens 13.6 e 20.1 a 20.5 do Edital, com amparo no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, de modo que a habilitação precedeu a fase de propostas e lances, devendo os documentos de habilitação ser encaminhados pelo sistema até o dia da sessão, conforme o item 13.8. Doze empresas cadastraram propostas. Conforme os registros da sessão, entre 11:17:19 e 11:18:44 do dia 23/09/2026, o Agente de Contratação inabilitou onze delas, inclusive as três ora recorrentes, pelo mesmo motivo, assim consignado em ata: “OS DOCUMENTOS NÃO FORAM ANEXADOS, EMPRESA INABILITADA”. A única licitante que anexou a documentação de habilitação foi a CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA, que juntou dezessete arquivos ao sistema em 22/09/2026, às 22:45, conforme o relatório Propostas do Processo.

Aberta a disputa às 15:50:09 e encerrada a etapa de lances, o sistema declarou a CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA, única licitante habilitada, detentora da melhor oferta, no valor global de R$ 950.732,77. Instada pelo Agente de Contratação a reduzir o valor, a empresa declinou. Aberta a fase de manifestação, onze licitantes inabilitadas registraram intenção de recorrer, quase todas por fórmula genérica e sem indicação de motivo, e apenas três apresentaram razões.

2.1. Do recurso da CARIBÉ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA / IMPERIAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

A recorrente, que participou do certame sob a denominação Imperial Construções e Empreendimentos Ltda e recorreu sob a razão social Caribé Construções e Empreendimentos Ltda, com o mesmo CNPJ, sustenta que a

garantia de proposta apresentada pela recorrida, com limite máximo garantido de R$ 9.507,32, seria inferior em um centavo ao percentual de 1% do valor estimado; que não teria sido localizado o comprovante idôneo de quitação do prêmio exigido pelo item 16.25.1 do Edital, constando apenas o boleto com vencimento em 25/09/2026; que os documentos de acervo técnico fariam referência à empresa EL SHADAY TERRAPLENAGEM LTDA, sem prova da continuidade jurídica com a CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA; que não teriam sido localizados o Termo de Anuência e o currículo do responsável técnico exigidos pelo item 14.18; e que não teria sido localizado documento de registro da pessoa jurídica no CREA. Requer a inabilitação da recorrida ou, subsidiariamente, a realização de diligências junto à seguradora, à Junta Comercial e ao Conselho profissional.

2.2. Do recurso da PANAMÁ CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS, SERVIÇOS E OBRAS LTDA

A recorrente sustenta que as composições de preços unitários da recorrida utilizam encargos complementares provenientes de duas bases referenciais distintas, o SINAPI da Bahia e o ORSE de Sergipe, o que, a seu ver, comprometeria a coerência, a rastreabilidade e a análise de exequibilidade da proposta. Requer diligência para que a recorrida identifique os encargos de cada base, justifique tecnicamente o uso do ORSE e apresente memória de cálculo e composições analíticas, e, caso constatada desconformidade, a desclassificação da proposta.

2.3. Do recurso da CS SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

A recorrente afirma que o faturamento da recorrida em 2024 e 2025 seria divergente entre os balanços apresentados e os dados constantes do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, cogita de “maquiagem” de balanço e de crime, invoca o art. 337-O do Código Penal e precedentes do Tribunal de Contas da União relativos a falso enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, e requer diligência ao TCM/BA e à Receita Federal, além do provimento do recurso.

2.4. Das contrarrazões da CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA

Em contrarrazões, a recorrida suscita, preliminarmente, a ausência de interesse recursal das três recorrentes, inabilitadas por não terem anexado documento algum e que não recorreram da própria inabilitação, e a preclusão por ausência de manifestação de intenção de recurso. No mérito, demonstra, com indicação dos arquivos e das páginas correspondentes, que o valor da garantia observa o teto do art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021; que o comprovante de pagamento do prêmio, efetuado em 18/09/2026, integra o arquivo da proposta; que a alteração do nome empresarial de EL SHADAY TERRAPLENAGEM LTDA para CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA está registrada na Junta Comercial e consta do arquivo do ato constitutivo; que a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica do CREA-BA, o Termo de Anuência e o currículo do responsável técnico foram tempestivamente juntados; que o ORSE integra o próprio orçamento de referência do Edital; e que a alegação da CS Soluções é genérica e desprovida de prova. Requer, ainda, a instauração de processo administrativo de responsabilização das recorrentes, em autos apartados, e a expedição de ofício ao CREA-BA acerca do registro da CS Soluções.

É o relatório. Passo a decidir.

3. FUNDAMENTAÇÃO

3.1. Da regularidade formal das peças recursais: recurso apócrifo da PANAMÁ

Antes de qualquer outra consideração, examinou-se a autoria das peças, como determina o item 17.30 do Edital, segundo o qual não serão acatados recursos “subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não credenciados no processo para responder pela licitante”. A peça da CS SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA apresenta selo de assinatura digital em nome de seu sócio administrador. A peça da CARIBÉ/IMPERIAL contém reprodução de assinatura manuscrita de seu representante legal. Já a peça da PANAMÁ CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS, SERVIÇOS E OBRAS LTDA não contém assinatura alguma: o que figura acima do nome da sócia é uma imagem do próprio nome “Terezinha de Aragão Miranda” composto em fonte

tipográfica de estilo cursivo, sem certificado digital ICP-Brasil, sem assinatura eletrônica gov.br e sem qualquer elemento que permita aferir que a representante legal efetivamente subscreveu o documento.

Nome digitado em fonte decorativa não é assinatura. Trata-se de peça apócrifa, que não supre a exigência do item 17.30 do Edital, porque não há como atribuir a manifestação de vontade nela contida à pessoa com poderes para representar a licitante. O simples envio do arquivo pela plataforma identifica o acesso ao sistema, mas não converte em subscrito um documento que não foi assinado. Por essa razão, o recurso da PANAMÁ não deve ser conhecido. Ainda assim, por zelo e para que não reste dúvida quanto à regularidade da habilitação da recorrida, seus fundamentos serão enfrentados adiante, demonstrando-se que, mesmo superado o vício formal, a insurgência seria improcedente.

Registra-se, ainda, que a CARIBÉ participou do certame sob a denominação IMPERIAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA e recorreu sob outra razão social, com o mesmo CNPJ, divergência cadastral que, embora não impeça o exame da peça, deverá ser regularizada pela empresa junto ao provedor do sistema.

3.2. Da questão preliminar comum: ausência de interesse recursal

As três recorrentes foram inabilitadas, em 23/09/2026, por não terem anexado ao sistema um único documento de habilitação, em certame que adotou, de forma expressa e publicada com antecedência, a inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. Nenhuma delas impugnou, em suas razões, o próprio ato de inabilitação, que se tornou definitivo no âmbito administrativo. Não por acaso, nenhuma delas apresentou qualquer documento com o recurso: o que pretendem é que a Administração examine, contra a única concorrente que cumpriu o Edital, exigências que elas próprias sequer tentaram cumprir.

Daí decorre a ausência de interesse recursal na modalidade utilidade. Ainda que providos integralmente os recursos e afastada a recorrida, nenhuma das recorrentes poderia ser convocada, pois permanece inabilitada por ato próprio e incontroverso, e não há licitante remanescente habilitada para a qual o certame

pudesse prosseguir, ao contrário do que pede a CARIBÉ ao final de suas razões. O único efeito prático do provimento seria o fracasso da licitação, em prejuízo exclusivo da Administração e da população do Bairro do Alto da Barra. Some-se a isso que as intenções de recurso foram registradas por fórmulas genéricas, como "Intenção de recurso manifestada" e "Intenção de Manifestar recurso", sem a motivação exigida pelo item 17.22 do Edital.

Por dever de fidelidade aos autos, registra-se que não procede a alegação das contrarrazões de que inexistiria manifestação de intenção de recurso: os registros da sessão consignam a intenção das três recorrentes, após a abertura da fase própria às 16:19:27. A ata de sessão juntada pela recorrida foi gerada às 16:00:17, antes daquela fase, e por isso não a reproduz. Afasta-se, portanto, a preliminar de preclusão, prevalecendo a de ausência de interesse recursal.

Não obstante, em deferência ao contraditório e à ampla defesa, conhece-se dos recursos da CARIBÉ/IMPERIAL e da CS SOLUÇÕES, e enfrenta-se o mérito de todas as insurgências, inclusive a da PANAMÁ, que igualmente não prosperam. O que se verifica, em todas elas, é a mesma fragilidade: afirmações que não vêm acompanhadas de prova e que são desmentidas pelos próprios documentos constantes da plataforma e pelo Edital.

3.3. Do recurso da CARIBÉ / IMPERIAL

Quanto ao valor da garantia, a tese da recorrente inverte a lei. O art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 dispõe que a garantia de proposta "não poderá ser superior a 1% (um por cento) do valor estimado da licitação", e o item 16.25 do Edital exige a garantia de 1% "conforme Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021", ou seja, dentro desse limite. Um por cento de R$ 950.732,77 corresponde a R$ 9.507,3277. Como a moeda não admite fração de centavo, R$ 9.507,32 é exatamente o maior valor possível sem ultrapassar o teto legal, ao passo que os R$ 9.507,33 pretendidos pela recorrente o excederiam. A apólice nº 11-0775-0559594, emitida pela Junto Seguros S.A. em 18/09/2026, tendo como segurado o Município de Barra da Estiva e vinculada a este certame, atende integralmente à exigência.

Quanto ao comprovante de quitação, a afirmação da recorrente simplesmente não corresponde aos autos. O arquivo “Proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ”, juntado pela recorrida em 22/09/2026, às 22:45, contém, na sequência, a apólice, o boleto do prêmio e o comprovante de pagamento, com a indicação “Pagamento realizado com sucesso”, no valor de R$ 160,00, efetuado em 18/09/2026, tendo como beneficiária a Junto Seguros S.A. O vencimento em 25/09/2026, que a recorrente destaca como se fosse prova de inadimplemento, é apenas o vencimento do boleto, quitado sete dias antes, no próprio dia da emissão da apólice e antes da sessão. A própria recorrente admite, em suas razões, que “não está afirmando que jamais houve pagamento”, mas apenas que não o localizou. Não localizar documento que está nos autos não é fundamento para inabilitar quem o apresentou. O item 16.25.1 do Edital foi cumprido.

Quanto à suposta inconsistência entre EL SHADAY TERRAPLENAGEM LTDA e CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA, a própria recorrente reconhece que ambas as denominações correspondem ao mesmo CNPJ, nº 50.139.594/0001-94, e admite a possibilidade de mera alteração do nome empresarial. É exatamente o que ocorreu: o arquivo “Ato Constitutivo” juntado pela recorrida contém a alteração contratual registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia, cuja Cláusula Primeira dispõe que “a sociedade que gira sob o nome empresarial EL SHADAY TERRAPLENAGEM LTDA, girará, a partir desta data, sob o nome empresarial CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA”. A alteração de nome não cria nova pessoa jurídica, de modo que o acervo técnico-operacional formado sob a denominação anterior pertence à mesma sociedade. O próprio CREA-BA reconheceu essa continuidade ao emitir as Certidões de Acervo Operacional em nome da CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA, registrando a denominação vigente à época da execução dos serviços. A diligência requerida à Junta Comercial é, portanto, desnecessária, pois o registro já se encontra nos autos.

Quanto ao Termo de Anuência e ao currículo exigidos pelo item 14.18 do Edital, ambos constam do arquivo de declarações juntado pela recorrida em 22/09/2026, às 22:45. Nele figura o Termo de Anuência do Responsável Técnico, firmado expressamente “para os fins do item 14.18 do edital”, pelo qual o

Engenheiro Civil Denilson Silva de Sena, CREA-BA RNP nº 0518491102, declara integrar o quadro técnico da licitante, anui com sua indicação neste certame e no contrato dele decorrente e se compromete a acompanhar pessoalmente a obra, seguido de seu currículo profissional, com formação, registro e acervo, assinado eletronicamente pelo próprio profissional por meio da plataforma gov.br em 22/09/2026, às 10:26:55. O fato de os documentos registrarem no texto a data de 23 de setembro de 2026, data da sessão, não lhes retira a validade, pois a assinatura eletrônica e a juntada ao sistema são anteriores à abertura do certame, e a mesma referência à data da sessão consta de outros documentos da proposta. O vínculo do profissional é, ademais, corroborado pelo contrato de prestação de serviços admitido pelos itens 15.17 e 15.19 do Edital e pela certidão do CREA-BA que o indica como responsável técnico da empresa.

Quanto ao registro da pessoa jurídica no CREA, exigido pelo item 14.16 do Edital, a Certidão de Registro e Quitação de Pessoa Jurídica nº 37988/2026, do CREA-BA, em nome da CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA, com registro definitivo e validade até 31/03/2027, integra o arquivo “Atestado de Capacidade Técnica”. A própria recorrente reconheceu que, se a certidão constasse de outro arquivo, “deverá ser considerada pela Administração”. Consta, e foi considerada.

Note-se, por fim, a forma condicional com que todo o recurso foi redigido: “caso tais documentos não tenham sido apresentados”, “se não tiver sido apresentada”, “se confirmada a ausência”. A recorrente não afirma que os documentos faltam; afirma que não os encontrou e transfere à Administração o encargo de procurá-los. Todos foram encontrados nos arquivos tempestivamente juntados. As diligências requeridas versam sobre fatos já comprovados nos autos e, por isso, são indeferidas, uma vez que a diligência prevista no art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e no item 24.1 do Edital é faculdade da Administração destinada a esclarecer o que estiver obscuro, e não a confirmar o que os documentos já demonstram. O recurso é improcedente.

3.4. Do recurso da PANAMÁ: bases referenciais e encargos complementares

Ainda que superado o vício formal que impede seu conhecimento, a insurgência não teria melhor sorte. A combinação de bases que a recorrente aponta

como irregular é a metodologia adotada pela própria Administração no orçamento de referência que integra o Edital. A Planilha Orçamentária publicada no PNCP, no valor final de R$ 950.732,77 e com BDI de 23,65%, declara expressamente como data-base o SINAPI 06/2026 da Bahia, o SBC 08/2026 da Bahia, o SICRO3 04/2026 da Bahia, o ORSE 05/2026 de Sergipe, entre outras bases, e emprega itens do ORSE desde a primeira página, como o barracão de obra (código 5088) e a locação de eixos (código 3713). Mais do que isso, as composições de custo unitário do orçamento da Administração utilizam a composição ORSE 10549, “Encargos Complementares - Servente”, conjugada com insumos do SINAPI, exatamente a combinação que a recorrente reputa incompatível com uma obra na Bahia.

A proposta da recorrida reproduziu as mesmas bases, com as mesmas datas-base, conforme o quadro de bancos de sua planilha, e o mesmo BDI do orçamento de referência, em observância ao item 10.4 do Edital. Se a recorrente entendia que o uso do ORSE de Sergipe era inadequado, o vício estaria no orçamento-base, e a irresignação deveria ter sido veiculada por impugnação ao Edital, no prazo dos itens 5.2 e 17.17 e do art. 164 da Lei nº 14.133/2021, o que não ocorreu. Não pode agora, em recurso contra a vencedora, questionar a metodologia de orçamentação que a própria Administração adotou e que todos os licitantes conheciam.

A fragilidade do recurso é reconhecida pela própria recorrente, que afirma textualmente que “não se questiona a utilização de diferentes sistemas referenciais” e que formula sua tese em termos hipotéticos: a combinação de bases “pode gerar distorções”, e “caso o edital tenha estabelecido determinada metodologia”, a questão deveria ser analisada. Não aponta um único item com preço inexequível, um único valor divergente, uma única duplicidade de custo, nem qualquer cláusula do Edital que vede o ORSE. A expressão condicional revela que a recorrente sequer verificou o Edital que alega violado, no qual a metodologia está expressa. Quanto à rastreabilidade, as composições analíticas da recorrida identificam cada insumo e cada composição auxiliar por código e banco de origem, com quantidade, preço unitário e total, de modo que as informações pretendidas por diligência já constam

da proposta. Registre-se, ainda, que o art. 23, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 admite, na formação de preços de obras e serviços de engenharia, a utilização de tabelas de referência e parâmetros diversos do SINAPI e do SICRO.

No que toca à exequibilidade, o item 12.8 do Edital determina que ela e o sobrepreço sejam avaliados pelo preço global do lance final. O preço da recorrida é de R$ 950.732,77, idêntico ao orçamento estimado, muito acima do patamar de 75%, equivalente a R$ 713.049,58, abaixo do qual o art. 59, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e o item 12.6.4 do Edital presumem a inexequibilidade, e sem qualquer sobrepreço. A alegação de impacto na exequibilidade não encontra amparo nos números. A insurgência, se conhecida, seria improcedente.

3.5. Do recurso da CS SOLUÇÕES: alegação genérica e desacompanhada de prova

O recurso da CS SOLUÇÕES não indica um único número, documento, exercício, órgão pagador ou consulta que demonstre a alegada divergência entre o faturamento constante dos balanços da recorrida e os dados do TCM/BA. Limita-se a pedir que a Administração "averigue". Quem afirma o fato tem o ônus de prová-lo, e o recurso administrativo não se presta a transferir à Administração a tarefa de produzir a prova de uma acusação que o próprio recorrente não se deu ao trabalho de demonstrar.

A qualificação econômico-financeira, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e dos itens 16.17 a 16.22 do Edital, é aferida por balanço patrimonial e demonstrações contábeis registrados na Junta Comercial, assinados por profissional contábil habilitado, e pelos índices de liquidez e solvência neles apurados, e não por confronto com dados de pagamentos extraídos de sistemas de controle externo, que têm natureza, critério e período de apuração distintos. Os balanços da recorrida foram apresentados na forma exigida, assinados pelo sócio administrador e por contador com registro no CRC-BA, e gozam de presunção de veracidade que não se afasta por afirmação genérica.

Os precedentes do Tribunal de Contas da União invocados, conforme descritos pela própria recorrente, tratam de falsa declaração de enquadramento

como microempresa ou empresa de pequeno porte, hipótese estranha ao caso, pois a recorrida não se declarou ME ou EPP nem usufruiu de qualquer benefício da Lei Complementar nº 123/2006, constando da classificação com a indicação “ME: Não”. Do mesmo modo, o art. 337-O do Código Penal tipifica a omissão ou modificação de levantamento cadastral ou condição de contorno em contratação para elaboração de projeto básico, projeto executivo ou anteprojeto, em diálogo competitivo ou em procedimento de manifestação de interesse, e é manifestamente inaplicável a licitação para execução de obra de pavimentação. A imputação de crime, sem qualquer elemento de prova, não substitui a fundamentação que falta ao recurso.

O próprio texto do recurso evidencia a sua fragilidade. A peça afirma insurgir-se contra a decisão que “HABILITOU a recorrente”, refere-se à recorrente como tendo sido “desclassificada”, quando foi inabilitada por não anexar documentos, contém o título “DA FASE DE LANCES” sem qualquer conteúdo e, no tópico dos pedidos, chega a afirmar que a desconformidade capaz de afastar a recorrida “deve ser substancial e lesiva à Administração, ou aos outros licitantes, o que não se encontra no presente caso”. Trata-se de peça padronizada, que em nenhum momento enfrenta o Edital ou os documentos da recorrida. A menção a mandado de segurança, representação ao Ministério Público e comunicação ao TCM/BA é direito da recorrente, mas não supre a ausência de fundamento. O recurso é improcedente e as diligências requeridas são indeferidas.

3.6. Do interesse público e da proposta mais vantajosa

Por força do art. 5º da Lei nº 14.133/2021, que manda observar os arts. 20 a 22 do Decreto-Lei nº 4.657/1942, a decisão administrativa deve considerar as consequências práticas que dela decorrem. A recorrida foi a única licitante, entre doze, que apresentou a documentação de habilitação exigida, e sua proposta é regular, exequível e não supera o orçamento estimado. Acolher qualquer das insurgências significaria afastar a única proposta apta, levar o certame ao fracasso e retardar a pavimentação das ruas do Bairro do Alto da Barra, tudo em nome de documentos que já constam dos autos, de um centavo que a lei proíbe exigir, de

uma metodologia adotada pela própria Administração e de acusações desacompanhadas de prova.

O processo licitatório é instrumento de seleção da proposta mais vantajosa e não pode ser convertido em meio de obstrução por quem dele se excluiu ao deixar de apresentar a documentação exigida. Prevalecem, na espécie, os princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade e da economicidade, impondo-se a manutenção da habilitação e da classificação da CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA.

4. DECISÃO

Diante do exposto, com base na análise dos fatos, dos documentos constantes da plataforma, do Edital e da legislação aplicável, NÃO CONHEÇO do recurso interposto por PANAMÁ CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS, SERVIÇOS E OBRAS LTDA, por se tratar de peça apócrifa, desprovida de assinatura de representante legal, nos termos do item 17.30 do Edital, consignando que, ainda que dele se conhecesse, seria integralmente improcedente pelas razões expostas no item 3.4. CONHEÇO dos recursos interpostos por CARIBÉ CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, cadastrada como IMPERIAL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, e por CS SOLUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, porquanto tempestivos, e, no mérito, JULGO-OS IMPROCEDENTES, seja pela ausência de interesse recursal das recorrentes, inabilitadas por ato próprio e não impugnado, seja porque as alegações não estão comprovadas e são desmentidas pelo Edital e pelos documentos tempestivamente apresentados pela recorrida, ficando indeferidas as diligências requeridas.

Em consequência, MANTENHO integralmente a decisão que declarou HABILITADA e CLASSIFICADA a empresa CAP PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ 50.139.594/0001-94, com a proposta global de R$ 950.732,77, e rejeito a preliminar de preclusão suscitada em contrarrazões, por haver registro de intenção de recurso na sessão.

Não havendo reconsideração, submetam-se os autos, devidamente informados, à Autoridade Superior, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº

14.133/2021 e do item 17.23 do Edital, para decisão final, bem como para deliberação, em autos apartados, acerca dos pedidos de apuração de responsabilidade formulados em contrarrazões.

Publique-se. Registre-se.

Barra da Estiva/BA, 8 de outubro de 2026

PAULO JOSÉ PINTO SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

DECRETO Nº 067, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

REGULAMENTA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BARRA DA ESTIVA, FIXA O PRAZO MÍNIMO DE DURAÇÃO DO AFASTAMENTO, DISCIPLINA O PROCEDIMENTO DE REQUERIMENTO, INSTRUÇÃO, DECISÃO, PRORROGAÇÃO E INTERRUPÇÃO DA LICENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DA ESTIVA, Estado da Bahia, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 005, de 11 de junho de 2004,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 005, de 11 de junho de 2004, prevê a licença para tratar de interesses particulares como afastamento sem remuneração, cuja concessão depende de juízo da Administração acerca da conveniência e da oportunidade do afastamento diante das necessidades do serviço, não se tratando de direito subjetivo do servidor;

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo fixar, por ato regulamentar, critérios objetivos para o exercício dessa competência, de modo a uniformizar a análise dos pedidos entre as Secretarias Municipais e conferir previsibilidade aos servidores e às chefias quanto aos requisitos, prazos e efeitos da licença;

CONSIDERANDO que o afastamento de servidor ocupante de cargo efetivo repercute diretamente na distribuição da força de trabalho das unidades administrativas, impondo a reorganização de escalas, lotações e atribuições e, em muitos casos, a adoção de medidas de suprimento de pessoal, como a contratação por tempo determinado de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, a qual depende de processo seletivo, de dotação orçamentária e de prazo de vigência compatível com o custo administrativo de sua realização;

CONSIDERANDO que afastamentos de curta duração, sucessivos ou fracionados, não permitem a recomposição regular do quadro de pessoal, transferem a carga de trabalho do servidor afastado aos demais integrantes da unidade, inviabilizam o planejamento das Secretarias e, nas áreas de educação e saúde, interferem no calendário letivo, na regência de turmas e nas escalas de atendimento à população;

CONSIDERANDO que o retorno antecipado e não programado do servidor licenciado produz sobreposição de lotação e despesa com pessoal contratado para suprir sua ausência, razão pela qual também o retorno deve observar prazo de organização;

CONSIDERANDO que a fixação de prazo mínimo de duração, a exigência de antecedência no protocolo do requerimento e a instrução do pedido com manifestação das chefias permitem à Administração avaliar previamente o impacto do afastamento e planejar a substituição do servidor, assegurando que as unidades permaneçam em funcionamento regular durante todo o período da licença;

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar os efeitos funcionais e financeiros da licença, bem como o tratamento a ser dispensado aos requerimentos em tramitação na data de publicação deste Decreto,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A licença para tratar de interesses particulares constitui afastamento sem remuneração, concedido a critério da Administração, mediante exame da conveniência e da oportunidade à vista das necessidades do serviço, e somente poderá ser deferida a servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, observados os requisitos de elegibilidade e o prazo máximo fixados na Lei Municipal nº 005/2004.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto não se aplica aos ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, aos contratados por tempo determinado e aos agentes políticos.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CAPÍTULO II

DO PRAZO MÍNIMO DE DURAÇÃO

Art. 2º. A licença para tratar de interesses particulares será concedida pelo prazo mínimo de 01 (um) ano, vedado o deferimento de afastamento por período inferior.

§ 1º O prazo será contado da data de início do afastamento fixada no ato concessivo, a qual não poderá ser anterior à data de sua publicação.

§ 2º O prazo mínimo de que trata o caput não altera o prazo máximo de duração da licença previsto na Lei Municipal nº 005/2004, que continua a reger o limite total do afastamento, computadas as prorrogações.

§ 3º O requerimento que indicar período inferior ao mínimo será devolvido ao servidor para adequação no prazo de 10 (dez) dias, findo o qual, sem manifestação, será arquivado.

Art. 3º. O período concedido será usufruído de forma contínua, vedado o seu fracionamento em parcelas ou a sua alternância com períodos de exercício.

CAPÍTULO III

DO REQUERIMENTO

Art. 4º. O requerimento de licença será dirigido ao Secretário Municipal de Administração ou superior hierárquico de outras Secretarias e protocolado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para o início do afastamento.

§ 1º Para os servidores em exercício nas unidades escolares da rede municipal de ensino, a antecedência mínima será de 90 (noventa) dias, e a data pretendida para o início do afastamento deverá, sempre que possível, coincidir com o início do ano letivo ou do semestre letivo, de modo a não interromper a regência de turmas em curso.

§ 2º Para os servidores em exercício em unidades de saúde que funcionem em regime de plantão ou escala, a data de início do afastamento será compatibilizada com a escala vigente, a critério da chefia da unidade.

Art. 5º. O requerimento poderá ser indeferido quando a instrução demonstrar que o afastamento comprometerá o funcionamento regular da unidade, notadamente quando houver déficit de pessoal no cargo ou na unidade de lotação, quando as atribuições do servidor não puderem ser absorvidas pelos demais integrantes da

unidade ou quando não houver disponibilidade orçamentária e financeira para o suprimento de pessoal que se fizer necessário.

Parágrafo único. O indeferimento fundado neste artigo não impede a apresentação de novo requerimento, desde que demonstrada a alteração da situação de fato que o motivou.

Art. 6º. Da decisão que indeferir o requerimento caberá recurso, no prazo e na forma previstos na Lei Municipal nº 005/2004 ou, na sua falta, no prazo de 10 (dez) dias contados da ciência do servidor, dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

Art. 7º. A licença será concedida por portaria, publicada no Diário Oficial do Município, da qual constarão as datas de início e de término do afastamento.

CAPÍTULO VI

DA PRORROGAÇÃO

Art. 8º. A licença poderá ser prorrogada, a pedido do servidor, por período não inferior a 01 (um) ano, mediante requerimento protocolado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do término do período em curso, observado o mesmo procedimento de instrução e decisão previsto no Capítulo IV deste Decreto.

§ 1º A prorrogação por período inferior a 01 (um) ano somente será admitida quando o período remanescente até o prazo máximo previsto na Lei Municipal nº 005/2004 for inferior a esse limite, hipótese em que poderá ser concedida pelo período remanescente.

§ 2º O requerimento de prorrogação protocolado fora do prazo previsto no caput não será conhecido.

§ 3º Não publicado o ato de prorrogação até a data de término da licença, o servidor deverá reassumir o exercício do cargo no primeiro dia útil seguinte, ainda que pendente de decisão o seu requerimento.

CAPÍTULO VII

DA INTERRUPÇÃO E DO RETORNO

Art. 9º. A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, no interesse do serviço, por ato motivado da autoridade competente, devendo o servidor ser notificado para reassumir o exercício do cargo no prazo de 30 (trinta) dias contados da notificação.

Art. 10. O pedido de interrupção da licença formulado pelo servidor antes de decorrido o prazo mínimo previsto no art. 3º deste Decreto será protocolado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data pretendida para o retorno.

§ 1º O retorno do servidor dar-se-á na data fixada pela Administração, considerada a necessidade de reorganização da unidade de lotação e a vigência de eventuais contratações realizadas para suprir sua ausência, não podendo exceder 90 (noventa) dias contados do protocolo do pedido.

§ 2º A interrupção a pedido do servidor será registrada nos assentamentos funcionais e considerada no exame da conveniência e da oportunidade de novo requerimento de licença da mesma espécie.

Art. 11. Encerrado o período da licença, ou publicado o ato de interrupção, o servidor deverá apresentar-se à Secretaria Municipal de Administração no primeiro dia útil seguinte ao término do afastamento, ou na data fixada pela Administração, para reassumir o exercício do cargo.

CAPÍTULO VIII

DOS EFEITOS DA LICENÇA

Art. 12. Durante o período da licença, o servidor não perceberá vencimento, remuneração, gratificações, adicionais, auxílios ou qualquer outra vantagem pecuniária devida em razão do exercício do cargo.

Art. 13. Os efeitos da licença sobre a contagem de tempo de serviço, para fins de aposentadoria, adicionais por tempo de serviço, progressão e promoção na carreira, férias e estágio probatório, observarão o disposto na Lei Municipal nº 005/2004 e nos planos de cargos e carreiras aplicáveis ao servidor.

Art. 14. É vedado ao servidor licenciado, durante todo o período da licença, ser contratado pelo Município de Barra da Estiva sob qualquer forma, inclusive por tempo determinado, ser nomeado para cargo em comissão ou prestar serviços remunerados à Administração Municipal, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo acarretará a interrupção da licença no interesse do serviço, sem prejuízo da nulidade do ato de contratação, nomeação ou ajuste e da apuração de responsabilidade.

Art. 15. A licença não acarreta a vacância do cargo, podendo a Administração, quando necessário à continuidade das atividades da unidade, suprir a ausência do servidor mediante redistribuição interna de atribuições ou contratação por tempo determinado, na forma da legislação municipal específica.

Art. 16. Durante a licença, o servidor permanece sujeito aos deveres e às proibições previstos na Lei Municipal nº 005/2004 que sejam compatíveis com o afastamento.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 17. Os requerimentos de licença pendentes de decisão na data de publicação deste Decreto serão apreciados de acordo com as suas disposições, devendo o servidor cujo pedido indicar período inferior ao mínimo previsto no art. 3º ser notificado para adequá-lo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.

Art. 18. As licenças concedidas antes da publicação deste Decreto permanecerão válidas até o termo final fixado no respectivo ato concessivo, aplicando-se as disposições deste Decreto aos pedidos de prorrogação e de interrupção formulados após a sua publicação.

Art. 19. A Secretaria Municipal de Administração poderá expedir instruções complementares e aprovar os modelos de requerimento, declaração e termo necessários à execução deste Decreto.

Art. 20. Os casos omissos serão resolvidos pelo Secretário Municipal de Administração, ouvida a Procuradoria Jurídica do Município.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra da Estiva, 08 de outubro de 2026.

UILSON ROBSON SILVA ALVES
Prefeito Municipal

IRINEU LUZ FREITAS
Secretário Municipal de Administração

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BOM JESUS DA SERRA - BA

PARECER CME 002/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Serra	
Endereço: Rua Henrique Pereira Magalhães, s/n, Oliveira, CEP 45.258-000	
Município: Bom Jesus da Serra - Bahia	
Assunto: *Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral*	
Parecer nº: 002/2026	**Data:** 06/10/2026
Relator: Dierlhem do Carmo Santos	**Sessão Plenária:** 06/10/2026

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise, por este Conselho Municipal de Educação de Bom Jesus da Serra, acerca do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino.

A matéria decorre da necessidade de institucionalização da Educação Integral em Tempo Integral como política pública permanente do Município, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes, organização da jornada escolar, orientações curriculares e pedagógicas, mecanismos de gestão, participação social, acompanhamento, monitoramento, avaliação e financiamento.

A proposta apresentada estabelece a Educação Integral em Tempo Integral como política destinada a assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes, a ampliação qualificada das oportunidades educacionais, a equidade, a inclusão, a proteção integral e a melhoria contínua da qualidade da educação.

Durante a reunião do Conselho Municipal de Educação realizada em 06 de outubro de 2026, foram discutidos aspectos relacionados à abrangência da Política, à Educação Infantil, à temática religiosa, à formação dos profissionais da educação e às fontes de financiamento destinadas à sua manutenção e funcionamento.

No decorrer da apreciação, foi levantada a necessidade de assegurar a contemplação das crianças em idade de creche no texto da Política, bem como de incluir a temática relacionada à religião, especialmente sob a perspectiva da valorização da diversidade e do enfrentamento da intolerância religiosa.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BOM JESUS DA SERRA - BA

Também foi discutida a necessidade de que a formação e o desenvolvimento profissional previstos da Política considerem os trabalhadores da educação envolvidos na sua implementação, observadas as condições administrativas e legais.

Por fim, foi discutida a redação referente ao financiamento da Política, especialmente quanto à utilização de recursos do FUNDEB, tendo sido encaminhada a adequação do dispositivo para que o financiamento não ficasse restrito exclusivamente a essa fonte.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 atribui aos Municípios competência para tratar de assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual. A Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atribui ao Município a organização de seu sistema de ensino e a edição de normas complementares. Ademais, a Lei Municipal nº 072/2006 institui o Sistema Municipal de Ensino de Bom Jesus da Serra e estabelece seus órgãos constitutivos, devendo o texto integral dessa Lei e o Regimento do Conselho Municipal de Educação orientar a competência, o quórum e o rito da decisão.

No âmbito das políticas educacionais voltadas à Educação Integral, a proposta apresentada busca instituir a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral como política pública permanente do Município, destinada a assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes, a ampliação qualificada das oportunidades educacionais, a equidade, a inclusão, a proteção integral e a melhoria contínua da qualidade da educação.

A matéria deverá observar, ainda, a legislação educacional vigente e as normas que disciplinam a organização da Educação Integral em Tempo Integral, especialmente as disposições aplicáveis à garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, à ampliação qualificada da jornada escolar e à organização curricular e pedagógica das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

A participação do Conselho Municipal de Educação integra o processo de institucionalização municipal, cabendo-lhe apreciar a matéria no âmbito de suas competências legais e normativas, especialmente quanto aos aspectos educacionais e pedagógicos da proposta. A expedição dos atos administrativos necessários à implementação da Política, a designação de servidores e a execução administrativa pertencem às autoridades municipais competentes, observadas a legislação vigente e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BOM JESUS DA SERRA - BA

III - CONCLUSÃO E VOTO

Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Bom Jesus da Serra, considerando a análise da minuta do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, bem como as discussões realizadas em sessão plenária, manifesta-se **favoravelmente à aprovação da proposta,** observadas as adequações discutidas durante a apreciação da matéria.

Considera-se necessário que, na redação final do Projeto de Lei, sejam preservadas as disposições que asseguram a contemplação da Educação Infantil, inclusive da creche, respeitando-se as especificidades dessa etapa da Educação Básica.

Considera-se, ainda, pertinente a manutenção da previsão referente à formação ética, espiritual e religiosa, com respeito à diversidade de crenças, convicções e tradições culturais, bem como das disposições voltadas à formação e ao desenvolvimento profissional dos trabalhadores da educação envolvidos na implementação da Política.

Quanto ao financiamento, entende-se adequada a previsão de diferentes fontes legalmente destinadas à educação, não restringindo a manutenção e o funcionamento da Política exclusivamente aos recursos do FUNDEB. A minuta prevê recursos próprios vinculados à educação, recursos do FUNDEB, complementações da União, recursos do Programa Escola em Tempo Integral, recursos de programas do FNDE, transferências da União do Estado, convênios e outras fontes legalmente destinadas à educação.

Dessa forma, o **Conselho Municipal de Educação de Bom Jesus da Serra aprova a minuta do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral** no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, para os encaminhamentos administrativos e legais cabíveis.

Bom Jesus da Serra – BA, 08 de outubro de 2026.

Gicélia de Santana Moreira Braga
Presidente do Conselho Municipal de Educação

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BOM JESUS DA SERRA - BA

PARECER CME 003/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Serra	
Endereço: Rua Henrique Pereira Magalhães, s/n, Oliveira, CEP 45.258-000	
Município: Bom Jesus da Serra - Bahia	
Assunto: *Projeto de Lei que Institui a Política Municipal de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens*	
Parecer nº: 003/2026	**Data:** 06/10/2026
Relator: Ricardo Silva do Nascimento	**Sessão Plenária:** 06/10/2026

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise, por este Conselho Municipal de Educação de Bom Jesus da Serra, acerca do Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

A matéria decorre da necessidade de institucionalização de uma política pública permanente voltada à garantia do direito à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, estabelecendo princípios, objetivos, diretrizes, eixos de implementação, mecanismos de governança, planejamento, formação, monitoramento, avaliação, participação social, reconhecimento de boas práticas e financiamento.

A proposta apresentada tem por finalidade orientar o planejamento, a execução, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das ações voltadas à alfabetização e à recomposição das aprendizagens, considerando as especificidades das diferentes etapas e modalidades atendidas pela Rede Municipal de Ensino e a necessidade de fortalecimento das práticas pedagógicas, da equidade educacional e da garantia da continuidade do processo de aprendizagem.

Durante a reunião do Conselho Municipal de Educação realizada em 06 de outubro de 2026, a proposta foi apresentada e discutida, com destaque para sua relevância no fortalecimento das ações de alfabetização e na garantia da inclusão, da participação e da equidade das aprendizagens.

No decorrer da apreciação, foram também discutidos aspectos relacionados à continuidade da frequência escolar e seus possíveis impactos no processo de aprendizagem, destacando-se a necessidade de que a Política contemple estratégias de acompanhamento e

recomposição das aprendizagens para os estudantes que apresentem descontinuidade em sua trajetória escolar.

Nesse contexto, foi sugerida a consideração dessas estratégias nos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, de modo a possibilitar o planejamento de ações pedagógicas adequadas às necessidades dos estudantes e às diferentes realidades educacionais da Rede Municipal.

Após a apresentação, discussão e apreciação da matéria, o Projeto de Lei foi submetido à votação, sendo aprovado por todos os conselheiros presentes.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 atribui aos Municípios competência para tratar de assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual. A Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atribui ao Município a organização de seu sistema de ensino e a edição de normas complementares. Ademais, a Lei Municipal nº 072/2006 institui o Sistema Municipal de Ensino de Bom Jesus da Serra e cria seus órgãos constitutivos, devendo o texto integral dessa Lei e o Regimento do Conselho Municipal de Educação orientar a competência, o quórum e o rito da decisão.

A Lei Federal nº 15.247/2025 disciplina o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O Decreto Federal nº 12.191/2024 institui o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização. O Edital MEC nº 7/2026 e a respectiva Matriz de Referência dos Municípios estabelecem requisitos relacionados à comprovação da política municipal própria, da governança, da estrutura técnica, do Plano de Comunicação e do reconhecimento de boas práticas, elementos considerados na organização da proposta apresentada ao Conselho.

A proposta de Política Municipal de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens estabelece a alfabetização como direito e prevê sua articulação com o Plano Municipal de Educação, as políticas educacionais nacionais e estaduais e as normas do Sistema Municipal de Ensino. Também orienta a atuação do Município a partir de princípios de equidade, inclusão, valorização das diversidades, participação das famílias e da comunidade escolar, planejamento orientado por diagnóstico, metas e indicadores, acompanhamento das aprendizagens, transparência e continuidade das ações.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BOM JESUS DA SERRA - BA

No âmbito de sua organização, a Política prevê mecanismos de governança, planejamento e acompanhamento, incluindo diagnóstico da Rede, definição de metas e público-alvo, ações, responsáveis e prazos, indicadores, formação, estratégias de equidade, previsão de recursos, comunicação e rotinas de monitoramento. Prevê, ainda, que as ações de alfabetização e recomposição sejam incorporadas aos Projetos Político-Pedagógicos, ao plano de gestão e ao planejamento pedagógico das unidades escolares, conforme a realidade de cada escola.

A participação do Conselho Municipal de Educação integra o processo de institucionalização da política educacional municipal, cabendo-lhe apreciar a matéria no âmbito de suas competências legais e normativas, especialmente quanto aos aspectos educacionais, pedagógicos e normativos da proposta.

A expedição dos atos administrativos necessários à implementação da Política, a organização dos mecanismos de execução e a adoção das providências administrativas correspondentes competem às autoridades municipais responsáveis, observadas a legislação vigente e as normas do Sistema Municipal de Ensino.

III – CONCLUSÃO E VOTO

Diante do exposto, e considerando a análise do Projeto de Lei, a legislação educacional aplicável e as discussões realizadas em sessão plenária, este Conselho Municipal de Educação manifesta-se favoravelmente à aprovação da Política Municipal de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens de Bom Jesus da Serra.

Considera-se pertinente que a implementação da Política seja articulada aos Projetos Político-Pedagógicos, aos planos de gestão e aos planejamentos pedagógicos das unidades escolares, conforme previsto na própria proposta, de modo a assegurar o planejamento de ações de alfabetização, acompanhamento e recomposição das aprendizagens de acordo com a realidade de cada escola.

Recomenda-se, ainda, que sejam consideradas estratégias de acompanhamento e recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem descontinuidade em sua trajetória escolar, observadas as especificidades e necessidades identificadas pelas unidades escolares.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BOM JESUS DA SERRA - BA

A Política deverá ser implementada mediante os mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação previstos na proposta, com utilização dos resultados para orientar as ações pedagógicas e o planejamento das intervenções necessárias.

Dessa forma, este **Conselho Municipal de Educação aprova o Projeto de Lei que institui a Política Municipal de Alfabetização e Recomposição das Aprendizagens**, para os encaminhamentos administrativos e legais cabíveis.

Bom Jesus da Serra – BA, 08 de outubro de 2026.

Gicélia de Santana Moreira Braga
Presidente do Conselho Municipal de Educação

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BOM JESUS DA SERRA - BA

PARECER CME 004/2026

Interessado: Secretaria Municipal de Educação de Bom Jesus da Serra	
Endereço: Rua Henrique Pereira Magalhães, s/n, Oliveira, CEP 45.258-000	
Município: Bom Jesus da Serra - Bahia	
Assunto: *Projeto de Lei que institui e disciplina o Fórum Municipal Permanente de Educação – FME*	
Parecer nº: 004/2026	**Data:** 06/10/2026
Relator: Gicélia de Santana Moreira Braga	**Sessão Plenária:** 06/10/2026

I – RELATÓRIO

Trata-se de análise, por este Conselho Municipal de Educação de Bom Jesus da Serra, acerca do Projeto de Lei que institui e disciplina o Fórum Municipal Permanente de Educação – FME, como instância permanente de participação social, mobilização, acompanhamento e controle social das políticas públicas educacionais.

A matéria decorre da necessidade de fortalecimento dos mecanismos de participação social e acompanhamento das políticas educacionais no âmbito municipal, estabelecendo a natureza, as finalidades, as competências, a composição e o funcionamento do Fórum.

A proposta estabelece o FME como instância de natureza colegiada, participativa e permanente, com pluralidade de representação do Poder Público e da sociedade civil, contemplando, entre suas atribuições, o acompanhamento do Plano Municipal de Educação, a participação nas Conferências Municipais de Educação e o fortalecimento do diálogo entre os diferentes segmentos da sociedade.

Durante a reunião do Conselho Municipal de Educação realizada em 06 de outubro de 2026, o Projeto de Lei foi apresentado e apreciado quanto aos seus aspectos institucionais, organizacionais e de funcionamento.

Após a apresentação e discussão da matéria, o Projeto de Lei foi submetido à votação, sendo aprovado pelos conselheiros presentes, com o encaminhamento das providências necessárias à continuidade de sua tramitação e aos procedimentos administrativos pertinentes.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BOM JESUS DA SERRA - BA

II – FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 atribui aos Municípios competência para tratar de assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e estadual. A Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atribui ao Município a organização de seu sistema de ensino e a edição de normas complementares. Ademais, a Lei Municipal nº 072/2006 institui o Sistema Municipal de Ensino de Bom Jesus da Serra e cria seus órgãos constitutivos, devendo o texto integral dessa Lei e o Regimento do Conselho Municipal de Educação orientar a competência, o quórum e o rito da decisão.

A gestão democrática da educação pública pressupõe a participação da comunidade educacional e da sociedade nos processos de formulação, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais. Nesse contexto, a instituição de espaço permanente de participação e controle social contribui para o fortalecimento da política educacional municipal.

A proposta apresenta estrutura compatível com essa finalidade, estabelecendo a composição do Fórum, suas competências e mecanismos de organização e funcionamento, em articulação com o Sistema Municipal de Ensino.

A participação do Conselho Municipal de Educação integra o processo de institucionalização municipal, cabendo-lhe apreciar a matéria no âmbito de suas competências legais e normativas. A implementação administrativa do Fórum e a adoção dos atos necessários ao seu funcionamento competem às autoridades municipais responsáveis, observada a legislação vigente.

III – CONCLUSÃO E VOTO

Diante do exposto, e considerando a análise do Projeto de Lei, a legislação aplicável e as discussões realizadas em sessão plenária, este Conselho Municipal de Educação manifesta-se favoravelmente à aprovação da proposta que institui e disciplina o Fórum Municipal Permanente de Educação – FME de Bom Jesus da Serra.

Considera-se adequada a manutenção das disposições relativas à composição plural e representativa do Fórum, bem como às suas competências e formas de funcionamento.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
BOM JESUS DA SERRA - BA

A implementação do Fórum deverá observar as deliberações e os encaminhamentos definidos pelo Conselho Municipal de Educação durante a apreciação da matéria, assegurando sua incorporação à versão final do Projeto de Lei e a observância das disposições do respectivo Regimento Interno.

Dessa forma, este **Conselho Municipal de Educação aprova o Projeto de Lei que institui e disciplina o Fórum Municipal Permanente de Educação – FME** de Bom Jesus da Serra, para os encaminhamentos administrativos e legais cabíveis.

Bom Jesus da Serra – BA, 08 de outubro de 2026.

Gicélia de Santana Moreira Braga
Presidente do Conselho Municipal de Educação

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

CONTRATO Nº 008-10/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** E A PESSOA FÍSICA **NYCOLLE MENEZES DA NOBREGA LTDA** NOS TERMOS ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.418.709/0001-41, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Welton Silva Andrade**, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº xxxxx2262, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº xxx.xxx.835-30 residente e domiciliado na Rua Israel Teixeira, nº 220, Alvorada, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, denominado **CONTRATANTE, através** do **Fundo Municipal de Assistência Social** com sede na Rua 13 de Junho, s/n, Cruzeiro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 15.131.651/0001-98, neste ato denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Assistência Social (**Gestora do FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL**), a **Sra. Leila da Silva Andrade**, brasileira, casada, maior, portadora da cédula de identidade nº xxx7316, expedida pela SSP/BA e cadastrada no CPF nº xxx.xxx.345-30 , residente domiciliada na Rua Israel Teixeira, 220, Alvorada, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia e do outro lado a empresa **NYCOLLE MENEZES DA NOBREGA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 52.075.136/0001-64, com sede na Rua Planalto, 96A, Bairro Patagônia, CEP: 45.065-550, na cidade de Vitória da Conquista - Bahia, representada neste ato pela Sra Nycolle Menezes da Nobrega, solteira, artista circense, portadora do registro de identidade nº 2xxxx17-81, expedida pela SSP/BA e cadastro no CPF nº 1xx.xxx.795-89, residente e domiciliada na Rua Planalto, 96A, Bairro Patagônia, CEP: 45.065-550, na cidade de Vitória da Conquista - Bahia, doravante denominada **CONTRATADA**, com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações e no processo de **Inexigibilidade de Licitação sob nº 026/2026** resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULAS E CONDIÇÕES:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa representante exclusiva de profissional/grupo artístico, ou contratação direta do próprio profissional, para realização de espetáculo infantil teatral-dançante destinado às comemorações do Dia das Crianças, em 13 de outubro de 2026, para as crianças alcançadas pelas ações, programas e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme especificações constantes no do processo de **Inexigibilidade de Licitação sob nº 026/2026.**

Parágrafo Único - Passam a fazer parte deste contrato como se estivessem aqui transcritas, às especificações constantes no **Inexigibilidade de Licitação sob nº 026/2026** e **Termo de Referência**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

2.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

3.1. Este contrato terá vigência de 08 de outubro de 2026 até 08 de novembro de 2026, podendo ser prorrogado na forma do Art. 105, Art. 106 Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE

4.1. Pelos Serviços prestados, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de até **R$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais).**

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O pagamento será realizado em conformidade com o Termo de Referência;

4.3.1. Ao CONTRATANTE se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário;

4.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) de correção monetária;

4.3.3. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do CONTRATANTE e haverá, em consequência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO

5.1. É vedada a subcontratação total do objeto deste contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:

6.2. Efetuar os serviços do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.

6.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, atendendo aos dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

6.4. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Contratante na execução do contrato;

6.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

6.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

6.9. Cumprir todas as normas citadas neste Termo e outras que vierem a substituí-las

6.10. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.

6.11. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

6.12. Responsabilizar-se pelas despesas e quaisquer impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os serviços prestados;

6.13. Ressarcir a Administração até o limite do valor do(s) dano(s) decorrente(s) do SOFRIMENTO DE SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE do fornecimento do objeto deste certame, salvo quando esse fato ocorrer por exigência do CONTRATANTE, ou ainda, por CASO FORTUITO OU MOTIVO DE FORÇA

MAIOR. (Em relação as duas últimas hipóteses, o CONTRATANTE deverá ser comunicado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a ocorrência);
6.14. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
6.15. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato;
6.16. Informar na proposta de preço o e-mail da empresa e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento dos empenhos enviados eletronicamente pela CONTRATANTE;
6.17. Efetuar os Serviços rigorosamente de acordo com as especificações e os quantitativos expressos na Nota de Empenho, no(s) local(is) de entrega especificado(s).
6.18. Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos que venham incidir sobre o produto fornecido, reservando a CONTRATANTE o direito de deduzir, dos valores a serem pagos ao fornecedor, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos;
6.19. Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato;
6.20. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do contrato;

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
7.1. Receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;
7.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao fornecimento citado na cláusula primeira e que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;
7.3. Realizar o pagamento à CONTRATADA pelo fornecimento do objeto deste contrato;
7.4. Rejeitar os serviços que não satisfazer os padrões exigidos nas especificações do Termo de Referência e desse instrumento;
7.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da prestação do serviço;
7.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado especialmente designado;
7.7. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;
7.8. Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
8.1. Competirá ao órgão da CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, desta fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.
8.1.1. A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE;
8.1.1.1. O modelo de gestão do contrato além das especificações contidas nesse instrumento, estão em conformidade com os critérios contidos no Termo de Referência;
8.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;
8.2.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021;
8.2.2. O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o

nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização.
8.2.3. O fiscal do contrato poderá ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da CONTRATADA, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADAS quaisquer ônus das leis trabalhistas e previdenciárias bem como qualquer outra que tal fato imponha;
8.2.4. Ademais, mediante nomeação e publicação em portaria, serão especialmente designados colaboradores vinculados a CONTRATANTE para atuarem como gestor e fiscal com o escopo de acompanhar, fiscalizar e gerir o contrato.
8.2.5. Com base no Art. 177 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica designado a servidora **Cleide dos Santos Dias** como como representante da Contratante para Fiscalização do presente contrato e **Leila da Silva Andrade** como gestora de presente contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES
9.1. O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará a aplicação das sanções, constantes do Termo de Referência em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO.
10.1. A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de Inexigibilidade de Licitação e em seus anexos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.
11.1. Integram o presente contrato, como se nele estivessem na integra transcritas, as cláusulas, condições e especificações estabelecidas no Processo de Inexigibilidade de Licitação referido no preâmbulo deste contrato, bem como todos os seus anexos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.
12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei n. º14.133/2021.
12.2. As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n. º14.133/2021, sendo reconhecidos pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO.
13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba.

ÓRGÃO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM JESUS DA SERRA
AÇÃO: 2.028 - MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL
AÇÃO: 2.074 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSO: 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
FONTE DE RECURSO: 16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
FONTE DE RECURSO: 16610000 - Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO.
14.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 016,

de 02 de Janeiro de 2025, e vincula-se ao **Processo de Inexigibilidade de Licitação sob nº 026/2026** e seus anexos, bem como a Proposta da CONTRATADA.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.
15.1. Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do **Processo de Inexigibilidade de Licitação sob nº 026/2026** e seus anexos, em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO.
Elegem o Foro da Comarca de Bom Jesus da Serra-Ba, para dirimir dúvidas ou omissões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais especial que seja.

E, por estarem assim, ajustados, assinam o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo - que também o assinam - para que produza seus jurídicos efeitos.

Bom Jesus da Serra-Ba, 08 de outubro de 2026.

Leila da Silva Andrade
Gestora do FMAS
Contratante

NYCOLLE MENEZES DA NOBREGA LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:
1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 007-10/2026

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA,** ATRAVÉS DO **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS** E A EMPRESA **DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA** NOS TERMOS ABAIXO:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA-BA**, pessoa jurídica de direito público, com sede na Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.418.709/0001-41, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, o **Sr. Welton Silva Andrade**, brasileiro, maior, portador da cédula de identidade nº xxxx2262, expedida pela SSP/BA e cadastrado no CPF sob o nº xxx.xxx.835-30 residente e domiciliado na Rua Israel Teixeira, nº 220, Bairro Alvorada, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, através do **Fundo Municipal de Saúde** com sede na Rua Leovegildo Guedes Moreno, s/n, Centro, na cidade de Bom Jesus da Serra, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 11.834.940/0001-00, neste ato denominado CONTRATANTE, neste ato representada por sua Secretária Municipal de Saúde (Gestora do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE) a **Sra. Sandra Aparecida Oliveira de Eça**, brasileira, casada, maior, portadora da cédula de identidade nº xxxx9920, expedida pela SSP/BA e cadastrada no CPF Nº xxx.xxx.605-97, residente domiciliada na Rua Gilson Ferreira Leão, 225, Bairro São Jorge, na cidade de Bom Jesus da Serra-Ba, doravente denominada **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa **DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 31.341.284/0001-03, com sede na Av. Governador Lomanto Junior, nº 2850, bairro Cansanção, na cidade de Jequié-Ba, representada neste ato por Mateus Cajado Figueredo, brasileiro, solteiro, empresário, com registro de identidade nº xxxx9597 órgão expedidor Secretaria de Segurança Publica - Ba e cadastro no CPF nº xxx.xxx.195-05, doravante denominado(a) **CONTRATADO(A)**, com base nos termos da Lei nº 14.133/21 com suas ulteriores alterações e no **Pregão Eletrônico nº 012/2026** e **Ata de Registro de Preços nº 027/2026** resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento de Materiais, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **eventual aquisição de Equipamentos e Insumos Odontológicos para atender às demandas da Rede Odontológica, Programa vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus da Serra-Bahia**, conforme especificações constantes no do processo de **Pregão Eletrônico nº 012/2026** e na **Ata de Registro de Preços n° 027/2026.**

Parágrafo Único - Passam a fazer parte deste contrato como se estivessem aqui transcritas, às especificações constantes no Edital do **Pregão Eletrônico nº 012/2026**, **Ata de Registro de Preços n° 027/2026**, **Processo Administrativo nº 075/2026** e Termo de Referência.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

2.1. A CONTRATADA compromete-se a fornecer Equipamentos e Insumos Odontológicos, conforme a necessidade e solicitação da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, de forma imediata, em horário comercial, no ato da apresentação da Ordem de Fornecimento/Abastecimento.
2.2. A execução contratual será realizada em conformidade as especificações contidas nesse instrumento, bem como nas especificações abarcadas no Termo de Referência.
2.3. A entrega do objeto licitado será na sede do município de Bom Jesus da Serra-Ba de segunda a sexta-feira, em horário comercial, em local indicado na Ordem de Compras.
2.4. Os produtos de que trata o presente contrato serão recebidos de acordo os critérios abaixo:

a) Provisoriamente, no prazo de 15(quinze) dias pela Comissão ou empregado encarregado para este fim, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
b) Definitivamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados a partir do recebimento provisório, após certificado de que os produtos foram entregues de acordo com o solicitado, em perfeitas condições, mediante Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo.

2.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
2.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
2.7. O objeto desse contrato deverá cumprir integralmente, todas as normas, métodos e especificações do INMETRO, estar de acordo com as normas da ABNT, no que couber e demais requisitos e normas que o serviço requer;
2.8. Garantia, manutenção e assistência técnica (se o caso couber):
a) O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO
3.1. Este contrato terá vigência de 08 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE
4.1. Pelo fornecimento dos produtos, objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de **R$ 34.639,98 (trinta e quatro mil e seiscentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos),** estando incluso neste preço todos os custos, tais como: impostos, taxas, descargas, fretes, mão-de-obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.
4.2. O pagamento será realizado em conformidade com o Termo de Referência;
4.2.1. Ao CONTRATANTE se reserva o direito de recolher e/ou reter, no valor pago, tributos que sejam de sua competência ou dos quais seja responsável ou substituto tributário;
4.2.2. Os preços unitários poderão sofrer correção, mediante solicitação da CONTRATADA, somente após 01 (um) ano, com data-base vinculada à data da apresentação da proposta, com base na variação acumulada no período pelo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE).
4.2.2.1. Na falta ou impedimento da utilização do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE), substituir-se-á por outro índice que o Governo venha a fixar para tal fim, ou, à falta destes, pelo índice que reflita a variação ponderada dos custos;
4.2.3. O prazo para resposta aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 20 (dez) dias úteis;
4.2.4. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-IBGE) de correção monetária;
4.2.5. Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte do CONTRATANTE e haverá, em consequência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

5. CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO, TRANSFERÊNCIA OU SUBCONTRATAÇÃO
5.1. É vedada a subcontratação total do objeto deste contrato, sendo admitida a subcontratação parcial, a associação com outrem, cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou



incorporação da CONTRATADA, desde que sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e não haja prejuízo à execução do objeto, contando com a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual e sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

5.2. Na hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual;

5.3. A subcontratação parcial será no limite de até 20% (vinte por cento) da parcela e do valor total do objeto desse contrato;

5.4. A contratada deverá apresentar a documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Responsabilizar-se pela execução do contrato, observando todas as condições estabelecidas Termo de Referência e nas normas que regem este Contrato;

6.2. Substituir os produtos, às suas expensas, mesmo que entregues e aceitos, desde que comprovada à existência de vícios de qualidade ou quantidade, má-fé ou condições inadequadas de transporte, bem como, alterações da estabilidade que comprometa a sua integridade;

6.2.1. Os bens rejeitados serão substituídos no prazo e na forma descritos no Termo de Referência;

6.3. Assumir inteira responsabilidade Civil e Administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios na qualidade técnica do objeto deste Contrato;

6.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto contratado;

6.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.6. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessárias à execução do contrato;

6.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

6.8. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidos por seus empregados ou prepostos, envolvidos na execução do contrato;

6.9. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.10. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme alterações contidas no art. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133/ 2021;

6.11. As embalagens individuais devem conter escrita, de forma destacada e não removível, a frase: “PROIBIDA A VENDA PELO COMÉRCIO”;

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Receber o objeto contratado no prazo e condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência;

7.2. Prestar informações e esclarecimentos pertinentes ao fornecimento citado na cláusula primeira e que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA;

7.3. Realizar o pagamento à CONTRATADA pela prestação de serviço objeto deste contrato;

7.4. Rejeitar os produtos que não satisfazer os padrões exigidos nas especificações do Termo de Referência e desse instrumento;

7.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento;

7.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de empregado especialmente designado;

7.7. Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis;

7.8. Realizar o devido pagamento, pela execução do contrato, no prazo e valor pactuados.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. Competirá ao órgão da CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924



ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, desta fiscalização não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

8.1.1. A fiscalização do presente contrato será exercida por um representante do CONTRATANTE, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência ao CONTRATANTE;

8.1.1.1. O modelo de gestão do contrato além das especificações contidas nesse instrumento, estão em conformidade com os critérios contidos no Termo de Referência;

8.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato;

8.2.1. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

8.2.2. O (s) fiscal (s) do contrato, que será designado mediante portaria, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.2.3. O fiscal do contrato poderá ordenar a imediata retirada, de suas dependências, de empregados da CONTRATADA, cuja permanência seja inconveniente ou que venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora, correndo, por exclusiva conta da CONTRATADA quaisquer ônus das leis trabalhistas e previdenciárias bem como qualquer outra que tal fato imponha;

8.2.4. Ademais, mediante nomeação e publicação em portaria, serão especialmente designados colaboradores vinculados a CONTRATANTE para atuarem como gestor e fiscal com o escopo de acompanhar, fiscalizar e gerir o contrato.

8.2.5. Com base no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, na Portaria Municipal nº 011/2025 fica designado a servidora **Sandra Aparecida Oliveira de Eça**, como representante da Contratante para Gestão do presente contrato e o servidor **Marciano Ramaldes Teixeira**, como como representante da Contratante para Fiscalização do presente contrato

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento pela CONTRATADA das obrigações constantes deste contrato importará a aplicação das sanções, constantes do Termo de Referência em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, garantida a ampla defesa.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

10.1. A CONTRATADA deverá comprovar, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital do processo licitatório e em seus anexos.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1. Integram o presente contrato, como se nele estivessem na integra transcritas, as cláusulas, condições e especificações estabelecidas no Edital do processo licitatório referido no preâmbulo deste contrato, bem como todos os seus anexos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

12.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as situações descritas no art. 137 da Lei n. º14.133/2021.

12.2. As hipóteses de extinção dos contratos são aquelas definidas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei n. º14.133/2021, sendo reconhecidos pela CONTRATADA os direitos da CONTRATANTE.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO RECURSO FINANCEIRO
13.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta da dotação específica do Orçamento da Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO
14.1. O presente contrato fundamenta-se na Lei Federal de nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 032, de 09 de Janeiro de 2025, e vincula-se ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 012/2026** e seus anexos, bem como a Proposta da CONTRATADA.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
15.1. Todas as disposições e especificações constantes deste Contrato, do Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos, em especial do Termo de Referência, são complementares entre si.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO
Elegem o Foro da Comarca de Bom Jesus da Serra-Ba, para dirimir dúvidas ou omissões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais especial que seja.
E, por estarem assim, ajustados, assinam o presente CONTRATO em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo - que também o assinam - para que produza seus jurídicos efeitos.

Bom Jesus da Serra-Ba, 08 de outubro de 2026

Sandra Aparecida Oliveira de Eça
Gestora do FMS
Contratante

DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA
Empresa Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:



Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra
Praça Vitorino José Alves, 112 - Centro, Bom Jesus da Serra – BA, CEP 45258-000

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Prefeito Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, em acordo com a Lei nº 14.133 de 2021, torna público o Resultado e **HOMOLOGA** a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 026/2026**, cujo objeto é Contratação de empresa representante exclusiva de profissional/grupo artístico, ou contratação direta do próprio profissional, para realização de espetáculo infantil teatral-dançante destinado às comemorações do Dia das Crianças, em 13 de outubro de 2026, para as crianças alcançadas pelas ações, programas e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. À vista dos elementos contidos no presente Processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no Inciso II do Art. 74 da Lei 14.133/21, CONSIDERANDO ainda que o PARECER JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no Inciso VIII do Art. 72 da Lei Federal nº 14.133/21, **AUTORIZO e HOMOLOGO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 027/2026,** contratando **NYCOLLE MENEZES DA NOBREGA LTDA. Valor Global: R$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais).).** Bom Jesus da Serra-Ba, 07 de outubro de 2026. Welton Silva Andrade - Prefeito Municipal.

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra
Praça Vitorino José Alves, 112 - Centro, Bom Jesus da Serra – BA, CEP 45258-000

RESUMO DO CONTRATO Nº 008-10/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, através do Fundo Municipal de Assistência Social.
Contratada: NYCOLLE MENEZES DA NOBREGA LTDA.
Objeto: Contratação de empresa representante exclusiva de profissional/grupo artístico, ou contratação direta do próprio profissional, para realização de espetáculo infantil teatral-dançante destinado às comemorações do Dia das Crianças, em 13 de outubro de 2026, para as crianças alcançadas pelas ações, programas e serviços desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social
Valor do contrato: R$ 10.700,00 (dez mil e setecentos reais).
Data de Assinatura: 08 de outubro de 2026.
Prazo de duração: de 08 de outubro de 2026 até 08 de novembro de 2026.
Modalidade de Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 026/2026.
Base Legal: Inciso II do Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-BA
Praça Vitorino José Alves, nº 112-B, Centro, Bom Jesus da Serra-Ba

RESUMO DO CONTRATO Nº 007-10/2026

Contratante: Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra-Ba, através do Fundo Municipal de Saúde-FMS.
Contratada: DELTA SUL DISTRIBUIDORA LTDA.
Objeto: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de Equipamentos e Insumos Odontológicos para atender às demandas da Rede Odontológica, Programa vinculado à Secretaria Municipal de Saúde de Bom Jesus da Serra-Bahia.
Valor do contrato: R$ 34.639,98 (trinta e quatro mil e seiscentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavo).
Data de Assinatura: 08 de outubro de 2026.
Prazo de duração: 08 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026
Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 012/2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

PORTARIA SMEC Nº 09, DE 7 DE OUTUBRO DE 2026

Institui a estrutura administrativa e pedagógica específica da Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Caculé/BA, designa os coordenadores pedagógicos dos anos iniciais do ensino fundamental e dá outras providências com efeitos retroativos.

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA DE CACULÉ**, Estado da Bahia, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela legislação em vigor,

CONSIDERANDO as diretrizes fixadas pela Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, e pelo Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituem e consolidam o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada como política de Estado prioritária para assegurar a alfabetização de todas as crianças na idade adequada;

CONSIDERANDO as normas e os parâmetros da 3ª Edição do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização – 2026, deflagrada pelo Edital nº 7/2026 do Ministério da Educação, especificamente a exigência contida no Item 3 do Anexo II, referente ao Eixo de Governança e Gestão, que determina a demonstração formal da implementação de estrutura administrativa e pedagógica no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, com alocação efetiva de cargos e servidores na administração central e nas unidades escolares, destinada a ampliar a capacidade institucional do sistema de ensino;

CONSIDERANDO a necessidade premente de institucionalizar a gestão pedagógica territorial, fortalecendo as ações formativas, a recomposição contínua das aprendizagens, o acompanhamento avaliativo e a disseminação de boas práticas nas unidades de ensino fundamental da rede pública municipal de Caculé/BA;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação e Cultura de Caculé/BA, a Estrutura Administrativa e Pedagógica Específica da Política Municipal de Alfabetização, vinculada à administração central da pasta, com a atribuição de planejar, coordenar, executar, monitorar e avaliar os programas e ações voltados ao fortalecimento da alfabetização na idade certa e à recomposição das aprendizagens no território municipal.

Art. 2º Para integrar a administração central da estrutura ora instituída, ficam designadas as seguintes servidoras e gestoras técnicas:

I - Hilda dos Santos Ferreira, Coordenadora dos Anos Iniciais da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, na condição de **Articuladora Municipal do Compromisso**

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Nacional Criança Alfabetizada (Renalfa), com a atribuição de exercer a coordenação-geral da estrutura pedagógica, a articulação institucional perante o Ministério da Educação e a Rede Renalfa, bem como o alinhamento das ações com a política territorial estadual;

II - Ana Gabryela Pereira Xavier, Coordenadora Geral da Secretaria Municipal da Educação e Cultura, na condição de **Ponto Focal do Sistema de Avaliação Baiano de Educação (SABE)**, com a responsabilidade de gerenciar as avaliações diagnósticas, formativas e somativas da alfabetização e supervisionar o uso pedagógico das evidências e indicadores educacionais.

Art. 3º Ficam designados os **Coordenadores Pedagógicos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental** para compor a estrutura pedagógica descentralizada, atuando como articuladores e gestores diretos dos programas e ações de alfabetização no âmbito de suas respectivas unidades escolares e competências funcionais:

I - Camila Cotrim Cardoso, Coordenadora dos Anos Iniciais do **Colégio Municipal Ana Teixeira**;

II - Elisângela Alves, Coordenadora dos Anos Iniciais do **Colégio Municipal Professor Vespasiano Filho**;

III - Iliene Soares de Souza Santos, Coordenadora dos Anos Iniciais da **Escola Municipal de Tempo Integral Laudelino José da Silva**;

IV - Maria Aparecida dos Santos Souza, Coordenadora dos Anos Iniciais da **Escola Municipal de Tempo Integral São João**;

V - Lívia Araújo Badaró, Coordenadora dos Anos Iniciais da **Escola Municipal Dona Júlia Montenegro Magalhães**;

VI - Patrícia Natália dos Santos Pereira, Coordenadora dos Anos Iniciais da **Escola Municipal de Tempo Integral Messias Fernandes Brito**;

VII - Rita de Cássia Cruz Neves, Coordenadora dos Anos Iniciais do **Colégio Municipal de Tempo Integral Professor Eleutério Tavares**;

VIII - Rodrigo Gomes Silveira, Coordenador dos Anos Iniciais da **Escola Municipal de Tempo Integral Clemente Teixeira da Cunha**;

IX - Selma Maria dos Santos, Coordenadora dos Anos Iniciais da **Escola Municipal de Tempo Integral Antônio Xavier de Oliveira**;

X - Shamara Daniele de Souza Guimarães, Coordenadora dos Anos Iniciais da **Escola Municipal de Tempo Integral Josefina Santos**;

XI - Zenilde Teixeira Santiago, Coordenadora dos Anos Iniciais da **Escola Municipal Padre Antônio Dona**.

Art. 4º Compete aos servidores designados nos artigos 2º e 3º, respeitadas as especificidades de suas atribuições e no limite de suas competências individuais e institucionais:

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA

I - Coordenar a execução das diretrizes da Política Municipal de Alfabetização e do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada no âmbito escolar e na sede administrativa;

II - Monitorar e apoiar a participação efetiva dos docentes do 1º ao 5º ano e da educação infantil nas formações continuadas promovidas pela rede municipal ou em regime de colaboração com o Estado;

III - Assegurar a distribuição, o uso pedagógico e a conservação dos materiais didáticos complementares impressos destinados à alfabetização e à recomposição das aprendizagens;

IV - Fomentar o uso contínuo dos Cantinhos da Leitura e implementar práticas rotineiras de promoção da leitura literária no cotidiano das turmas de alfabetização;

V - Analisar tempestivamente os relatórios e resultados das avaliações diagnósticas, formativas e externas (SABE e Saeb), orientando as intervenções pedagógicas e o planejamento docente com base em dados concretos;

VI - Subsidiar a Secretaria Municipal da Educação e Cultura com relatórios técnicos, informações e evidências periódicas.

Art. 5º As funções de coordenação e articulação designadas por meio desta Portaria serão desempenhadas no âmbito da jornada regular de trabalho dos servidores, não implicando aumento de despesa pública nem alteração de regime funcional, configurando atividade de relevante interesse público educacional.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de agosto de 2026.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Caculé/BA, 7 de outubro de 2026.

ADAITON SILVA COTRIM

Secretário Municipal da Educação e Cultura

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Ibicoara
Gabinete do Prefeito

DECRETO n.º 081, de 08 de outubro de 2026.

"Dispõe sobre a suspensão do uso de queimadas e do uso do fogo no território do Município de Ibicoara, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBICOARA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 225 da Constituição Federal, que estabelece o dever do Poder Público de defender e preservar o meio ambiente;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece normas para a proteção da vegetação nativa e disciplina o uso do fogo;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.944, de 31 de julho de 2024, que institui a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 402, de 19 de março de 2025, que dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente e institui o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA;

CONSIDERANDO o período de estiagem e o consequente aumento do risco de ocorrência e propagação de incêndios florestais no Município de Ibicoara;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas preventivas para proteção da vegetação, da fauna, dos recursos hídricos e da população;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica suspenso, em todo o território do Município de Ibicoara, até 31 de dezembro de 2026, o uso de queimadas de qualquer natureza, nas zonas urbana e rural. Parágrafo único. A suspensão aplica-se ao uso do fogo para limpeza de áreas, queima de resíduos, restos vegetais, mato e demais materiais, independentemente da finalidade.

Art. 2º - Ficam suspensas, durante o período de vigência deste Decreto, as autorizações eventualmente emitidas pelo Município para uso do fogo ou realização de queimadas. Parágrafo único. O disposto neste artigo não interfere nas competências dos órgãos ambientais estadual e federal quanto às autorizações de sua responsabilidade.

Art. 3º - O descumprimento das disposições deste Decreto sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação ambiental municipal, estadual e federal, sem prejuízo das demais responsabilidades cabíveis.

Praça Américo Martins Junior, 46, Centro, Ibicoara-BA - CEP 46.760-000
CNPJ: 13.922.588/0001-82 / Tel. (77) 98154-6721 / E-mail: gabineteprefeituraibicoara@gmail.com

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Ibicoara
Gabinete do Prefeito

Art. 4º - A fiscalização do cumprimento deste Decreto será realizada pelos agentes públicos municipais legalmente competentes, sem prejuízo da atuação dos demais órgãos ambientais.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibicoara – BA, em 08 de outubro de 2026.

GILMADSON CRUZ DE MELO
Prefeito Municipal

RINALDO DE CASTILHO ROSSI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Praça Américo Martins Junior, 46, Centro, Ibicoara-BA - CEP 46.760-000
CNPJ: 13.922.588/0001-82 / Tel. (77) 98154-6721 / E-mail: gabineteprefeituraibicoara@gmail.com

Prefeitura Municipal de Ibicoara
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria Municipal de Cultura

EDITAL Nº 01/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARECERISTA PARA ANÁLISE DE EDITAIS VINCULADOS À POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC - EXERCÍCIO 2026.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICOARA, por meio da Secretaria de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, através de sua Diretoria Municipal de Cultura, e com a aprovação do Conselho Municipal de Política Cultural de Ibicoara - CMPCI, torna público o presente **CHAMAMENTO PÚBLICO** para seleção de Pareceristas, nomeados através de Portaria e por prazo determinado, com o propósito de avaliar, emitir parecer e analisar recursos referentes aos projetos e/ou propostas culturais para os Editais 2026 vinculados à **POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB – CICLO 2**, com observância, no que couber, da Lei Federal nº 14.399, de 08 de julho de 2022, do Decreto nº 11.740/2023, Decreto nº 11.453/2023, Instrução Normativa MinC nº 10/2023, Lei nº 13.018/2014, na Instrução Normativa MinC nº 08/2016, Instrução Normativa MinC nº 12/2024, Lei Municipal nº 361, de 22 de maio de 2023, Instrução Normativa MinC nº 10/2023, Portaria MinC nº 200/25 e suas alterações e demais cláusulas e condições estabelecidas neste Edital. Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal.

Os interessados deverão observar integralmente as especificações e exigências estabelecidas neste instrumento convocatório e em seus respectivos Anexos, que dele são parte integrante e indissociável.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital de Chamamento Público a prestação de serviços de PARECERISTA.

1.2 Os pareceristas serão nomeados através de Portaria e por prazo determinado para atuar na análise de propostas relativas às seguintes modalidades:

a) Chamamentos públicos para fomento de projetos culturais;
b) Chamamentos públicos para premiações culturais;
c) Chamamentos públicos para credenciamento de artistas, fazedores de cultura e trabalhadores da cultura para atuação no Festival de Arte e Cultura de Ibicoara.

1.3 Serão selecionados 03 pareceristas que atuarão na Comissão de Pareceristas de todas as modalidades mencionadas no item anterior (1.2), de forma virtual, em datas e prazos a serem definidos pela Diretoria Municipal de Cultura.

1.4 Os participantes poderão ter acesso ao Edital de Chamamento Público no Diário Oficial Eletrônico do Município de Ibicoara, pelo link

https://diario.ibicoara.ba.gov.br/homepage e na plataforma Cult BR, pelo link https://portal.cultbr.cultura.gov.br/oportunidades.

2. DA REMUNERAÇÃO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 O valor total disponibilizado para este Edital é de R$ 6.000,00 (seis mil reais), oriundos do artigo 5º, parágrafo único, inciso II da Lei Federal nº 14.399/2022. Contudo, caso haja orçamento e interesse público, o edital poderá ser suplementado.

2.2 A remuneração dos pareceristas será de R$ 2.000,00 (dois mil reais) pela execução de todas as bancas de pareceristas vinculadas aos editais da PNAB Ibicoara 2026, mencionadas no item 1.2., independentemente da quantidade de projetos e/ou propostas culturais a serem avaliadas.

2.3 As despesas do Edital correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IBICOARA
510000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER
2.087 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA - PNAB
3.3.90.31.00 - PREMIAÇÕES CULT, ARTÍSTICAS. CIENTÍFICAS, DESP. E OUTROS
3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
3.3.90.39.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
17190000 - 17190000 - Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022

3. DAS CONDIÇÕES E REQUISITOS À PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão se inscrever no chamamento público:

a) Pessoas físicas, brasileiras natas ou naturalizadas e estrangeiros residentes no Brasil, maiores de 18 anos, ou
b) Pessoas jurídicas /MEI, de natureza cultural, que preencham as condições previstas neste Edital.

3.2 São requisitos mínimos para participação no chamamento público:

a) ter formação, atuação profissional e/ou conhecimento técnico comprovados na área artística e/ou cultural, em um ou mais segmentos culturais e/ou linguagens artísticas;
b) ter acesso a computador, internet e demais equipamentos necessários para a avaliação e seleção de projetos e/ou propostas culturais;

c) ter facilidade no manuseio de computadores e na utilização da Internet para a realização das avaliações e videoconferências, por meio de plataforma online;
d) ter domínio com planejamento, administração e execução de projetos culturais;
e) ter experiência em elaboração e avaliação de orçamento de projetos culturais.

3.3 A infraestrutura de que trata o item 3.2 será de responsabilidade do parecerista, sendo vedado qualquer ressarcimento.

3.4 Os pareceristas deverão ter capacidade de redigir documentos com clareza, objetividade, concisão, coesão e impessoalidade.

3.5 Os pareceristas deverão ter conhecimento da legislação cultural do município de Ibicoara e dos instrumentos de regramento no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

4. DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

4.1 Profissionais que integrem o quadro efetivo de servidores municipais da Prefeitura Municipal de Ibicoara ou atuem em cargos comissionados desta.

4.2 Servidores públicos efetivos, empregados públicos ou aqueles que exerçam, mesmo que transitoriamente, função pública, vinculados às entidades da administração pública direta ou indireta na esfera municipal.

4.3 Profissionais que tenham relação de parentesco (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau) com servidores efetivos ou comissionados da Prefeitura Municipal de Ibicoara e agentes políticos na esfera municipal.

4.4 Por fim, também não poderão participar deste Edital os autores de projeto e/ou proposta cultural, bem como pessoas com participação direta ou indireta em projetos e/ou propostas culturais, que venham a pleitear recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura nos editais lançados pelo município de Ibicoara.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DO PARECERISTA

5.1 São atribuições dos pareceristas/avaliadores selecionados por este edital:
a) Exercer as atividades de avaliação de mérito e emissão de parecer técnico sobre os projetos e/ou propostas culturais inscritas e/ou habilitadas, seguindo rigorosamente os critérios do edital para o qual a proposta foi apresentada;

b) Ler e cumprir integralmente os editais e seus anexos nos quais atuar como parecerista;
c) Apreciar, analisar e avaliar as propostas culturais habilitadas de acordo com os critérios estabelecidos nos editais disponibilizados para sua atuação;
d) Avaliar, de forma on-line, as propostas culturais que lhe forem atribuídas, conforme a forma e os critérios estabelecidos nos editais específicos;
e) Emitir parecer fundamentado e atribuir nota conforme os critérios definidos;
f) Emitir diligências, quando necessário;
g) Redigir textos técnicos com impessoalidade, clareza e concisão, quando solicitado;
h) Participar de reuniões on-line e prestar esclarecimentos, quando convocado;
i) Permanecer à disposição para análise de recursos até a homologação do resultado final, sem remuneração cumulativa, considerando que tal atividade integra o escopo da prestação de serviço contratada;
j) Emitir relatório ao final dos trabalhos.

5.2 O contratado ainda se obriga a:
a) Manter comunicação institucional com as profissionais da Diretoria Municipal de Cultura, sob pena de rompimento do contrato;
b) Responder, por escrito e no prazo estabelecido, às solicitações ou notificações formuladas pela Diretoria Municipal de Cultura acerca dos serviços, atendimentos ou quaisquer intercorrências relacionadas ao objeto do contrato;
c) Efetuar a prestação dos serviços na forma, condição e prazo pactuados, empregando a melhor técnica disponível e cumprindo rigorosamente as obrigações convencionadas;
d) Manter as condições de habilitação vigentes na data da assinatura do contrato durante todo o período de execução dos serviços;
e) Declarar impedimento sempre que identificar vínculo pessoal, profissional, institucional ou qualquer situação que possa comprometer sua imparcialidade na análise do projeto, sob pena de responsabilização administrativa e contratual.
f) Manter sigilo sobre todas as informações e documentos a que tiver acesso em razão da execução contratual, nos termos da legislação vigente.
g) Observar as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), no que couber.

6. DOS PARÂMETROS TÉCNICOS DE ANÁLISE

6.1 Na análise dos projetos e/ou propostas culturais que lhe forem atribuídas, o parecerista deverá observar, obrigatoriamente, os seguintes parâmetros técnicos, conforme aplicáveis, além daqueles estabelecidos nos respectivos editais específicos.

6.1.1 Coerência entre objeto, objetivos, justificativa e metas

a) O parecerista deverá avaliar se a proposta apresenta coerência interna entre objeto, objetivos, justificativa e metas, considerando a aderência ao recorte estabelecido no edital específico ao qual esteja vinculada;
b) Deverá verificar se os objetivos são compatíveis com o objeto proposto e com as políticas culturais vigentes;
c) As metas deverão ser exequíveis, mensuráveis e diretamente relacionadas ao objeto da proposta, constituindo mecanismo efetivo de avaliação do cumprimento do projeto;
d) A justificativa deverá apresentar fundamentação consistente, com referência ao contexto cultural local, demonstrando relevância artística, social e territorial;
e) Propostas que apresentarem incompatibilidade substancial com o objeto do edital específico poderão ser desclassificadas, nos termos das regras estabelecidas no instrumento convocatório.

6.1.2 Coerência do plano de divulgação com cronograma, objetivos e metas

a) O parecerista deverá analisar se o plano de divulgação é compatível com o público-alvo definido e com os objetivos da proposta, observando se as estratégias de comunicação são adequadas às ferramentas e aos meios propostos.

b) Deverá verificar se há coerência entre as ações de divulgação, o cronograma de execução (pré-produção, produção e pós-produção, quando aplicável) e as metas estabelecidas;
c) Também deverá considerar se as estratégias comunicacionais contribuem para a democratização do acesso aos bens culturais e para a ampliação do alcance da ação cultural no município de Ibicoara.

6.1.3 Coerência orçamentária e exequibilidade financeira

a) O parecerista deverá examinar a compatibilidade entre a planilha orçamentária, o cronograma de execução, as metas e os resultados previstos.
b) Deverá observar:
   I. Detalhamento das rubricas e compatibilidade com o objeto proposto;
   II. Adequação dos valores aos preços praticados no mercado cultural local e regional;
   III. Previsão de encargos, tributos e custos administrativos, quando aplicáveis;
   IV. Inclusão de medidas de acessibilidade, quando exigidas;

V. Compatibilidade entre quantidade, valor unitário e valor total dos itens;
VI. Clareza na indicação de parcerias e outras fontes de recurso, quando existentes.

c) Todas as ações previstas na proposta deverão possuir correspondência orçamentária, salvo quando houver cessão formalizada por parceiro, devidamente comprovada.
d) Propostas que apresentarem indícios de inexequibilidade técnica ou financeira deverão ser devidamente fundamentadas em parecer.

VI.1.4 Relevância cultural e impacto no território
a) O parecerista deverá avaliar a relevância da proposta para o desenvolvimento do cenário cultural local, considerando:

I. Contribuição para a produção artística e cultural do município;
II. Promoção da fruição artística e democratização do acesso;
III. Potencial de impacto social, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade;
IV. Valorização de comunidades tradicionais, inclusive cultura quilombola, quando aplicável;
V. Fortalecimento do ecossistema cultural de Ibicoara e da Chapada Diamantina.

b) A análise deverá considerar o alinhamento da proposta com os princípios da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

VI.1.5 Fundamentação e objetividade
a) O parecerista deverá fundamentar tecnicamente suas avaliações, evitando subjetividade e assegurando coerência entre a pontuação atribuída e a justificativa apresentada.
b) A análise deverá observar rigor técnico, isonomia entre os proponentes e estrita observância aos critérios definidos no edital específico.

7. DAS INSCRIÇÕES

7.1 As inscrições serão gratuitas e terão início no dia 6 de outubro de 2026, encerrando-se no dia 13 de outubro de 2026.

7.2 As inscrições serão feitas exclusivamente por e-mail, mediante requerimento para o endereço parecerista.ibicoara@gmail.com.

7.3 O processo de inscrição será organizado e conduzido pela Diretoria Municipal de Cultura de Ibicoara.

7.4 Todos os atos referentes às etapas do Chamamento Público devem ser acompanhados pelo Diário Oficial do Município de Ibicoara.

7.5 **No ato da inscrição, deverão ser anexados os seguintes documentos obrigatórios para avaliação de mérito do candidato, pessoa física ou jurídica:**

a) Cópia de Documento de Identidade com foto (CIN, CNH ou outro);
b) Documento que comprove o estado de naturalizado, se for o caso;
c) Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e comprovante que evidencie a existência regular da pessoa jurídica (estatuto, contrato social, certificado de MEI etc.);
d) Formulário de inscrição preenchido (Anexo I);
e) Currículo completo;
f) Portfólio contendo documentações que comprovem a atuação e o conhecimento técnico do candidato, conforme as informações apresentadas no currículo, como cópias de certificados e diplomas que comprovem a formação e titulação acadêmica, documentos, constando datas, que comprovem a experiência do candidato na área cultural, tais como publicações/reportagens, materiais de divulgação com referência de função, contratos de trabalho e declarações emitidas por instituições públicas ou privadas, grupos, associações etc.), bem como documentos que comprovem a experiência em análise e emissão de parecer cultural, se houver, e experiência profissional em um ou mais segmentos culturais. **Não serão aceitos documentos enviados por meio de links;**
g) Declaração para Pontuação Extra – Ações Afirmativas (Anexo II), quando couber, para atribuição de pontuação extra em Políticas Afirmativas determinadas pela legislação;
h) Para inscrições realizadas por PCD, deve ser apresentado laudo médico ou avaliação biopsicossocial que comprove a deficiência informada, emitido há menos de 3 (três) anos, no momento da contratação;

7.6 Após o processo de seleção, aos candidatos habilitados para o credenciamento serão solicitados documentos complementares para formalização e assinatura do Contrato/Termo de Prestação de Serviços.

7.7 O candidato é responsável pela veracidade das informações fornecidas, pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.

7.8 Ao se inscrever, o candidato declara ciência e concordância com todas as regras deste Edital, bem como com a utilização dos dados pessoais apresentados exclusivamente para fins de execução do presente Chamamento Público, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

7.9 A Diretoria de Cultura não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por atrasos devido a questões técnicas de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados e recebimento de informações, sendo a inscrição considerada, nestes casos, como indeferida.

7.10 A inscrição que não contiver toda a documentação elencada no item 7.5 deste Edital será desconsiderada e o interessado será desclassificado, não cabendo recurso para complementação de documentação.

7.11 A irregularidade dos documentos apresentados, verificada a qualquer tempo, inclusive na ocasião da assinatura do Contrato/Termo de Prestação de Serviços, acarretará a cassação da inscrição e o descredenciamento.

7.12 Ficam os candidatos inscritos sujeitos às sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis, caso apresentem qualquer declaração ou documento falso.

8. DA SELEÇÃO MEDIANTE AVALIAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA

8.1 A avaliação para o credenciamento será realizada pela Diretoria Municipal de Cultura de Ibicoara, a partir da análise dos currículos e da documentação comprobatória apresentada, por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo III.

8.2 O resultado preliminar será publicado no Diário Oficial do Município de Ibicoara e na plataforma Rede Cultura Viva Ibicoara.

8.3 Contra a decisão da Habilitação caberá recurso fundamentado e específico destinado à Diretoria Municipal de Cultura de Ibicoara.

8.4 Os recursos de que trata o item 8.3 deverão ser apresentados por e-mail, no prazo de 3 dias úteis após a divulgação do resultado preliminar. Após o término desse prazo, não caberá interposição de novos recursos.

9. DO RESULTADO FINAL, HOMOLOGAÇÃO E CONVOCAÇÃO

9.1 Após o julgamento dos recursos, o resultado final dos candidatos habilitados para credenciamento será publicado no Diário Oficial do Município de Ibicoara e na plataforma Rede Cultura Viva Ibicoara, conforme cronograma de prazos deste Edital, para atendimento da demanda existente, em ordem decrescente de classificação, de acordo com a Nota Final.

9.2 No ato da convocação serão divulgados os detalhes da prestação de serviços, sendo facultado ao candidato aceitar a contratação ou desistir e aguardar nova convocação.

9.3 Cabe à Diretoria Municipal de Cultura de Ibicoara, na sessão de atribuição, apresentar os prazos para a execução dos serviços.

10. DO CRONOGRAMA DE PRAZOS

ETAPA	DATA/PERÍODO
Publicação do Edital de Pareceristas	08/10/2026
Inscrição dos candidatos	08 a 15/10/2026
Habilitação (a cargo da Diretoria de Cultura de Ibicoara)	16 a 19/10/2026
Resultado preliminar dos candidatos habilitados	20/10/2026
Apresentação de recursos	21 a 23/10/2026
Análise dos recursos (a cargo da Diretoria de Cultura de Ibicoara)	26/10/2026
Resultado final dos candidatos habilitados para credenciamento	27/10/2026
Apresentação da documentação para formalização do Contrato/Termo de Prestação de Serviços dos candidatos convocados	27 a 30/10/2026
Análise documental (a cargo da Diretoria de Cultura de Ibicoara)	03 a 04/11/2026
Homologação do Resultado Final do Credenciamento	05/10/2026
Assinatura dos Contratos/Termos de Prestação de Serviço	06 a 10/11/2026

11. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO/TERMO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

11.1 Previamente à formalização do Contrato/Termo de Prestação de Serviços, será aferida a regularidade jurídica e fiscal do candidato convocado, a partir da apresentação dos seguintes documentos:

Pessoa física:

a) Cópia do comprovante de situação cadastral do CPF;
b) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
c) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
d) Certidão Negativa de Débitos Municipal do domicílio ou sede do contratado

Pessoa jurídica (incluindo MEI)

a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
b) Ato constitutivo: contrato social (pessoa jurídica com fins lucrativos) ou estatuto social (pessoa jurídica sem fins lucrativos) e registro comercial (Certificado de Condição de Microempreendedor Individual);

c) Cópia do ato de nomeação ou ata de eleição do representante legal, se aplicável;
d) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
e) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
f) Certidão Negativa de Débitos Municipal do domicílio ou sede do contratado;
g) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
i) Certidão Negativa de Falência e Concordata.

11.2 Estarão aptos a assinar o Contrato/Termo de Prestação de Serviços apenas os candidatos habilitados que cumprirem os requisitos apresentados no item 11.1 deste Edital.

11.3 O parecerista convocado deverá apresentar os documentos listados no item 11.1 deste edital no prazo de 3 dias úteis, a contar da data da publicação da convocação. O parecerista que não cumprir o prazo estabelecido referente à apresentação dos documentos citados no item 11.1 terá tornada nula a sua convocação, sendo convocado para atuar o parecerista suplente.

12. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO PAGAMENTO

12.1 Caberá à Diretoria Municipal de Cultura a distribuição dos projetos e/ou propostas culturais aos pareceristas credenciados para a Avaliação Técnica e de Mérito Cultural, bem como o acompanhamento e coordenação do funcionamento e realização das atividades.

12.2 As análises técnicas e de mérito cultural serão realizadas em formulário disponibilizado pela Diretoria Municipal de Cultura e deverão ser redigidas em língua portuguesa, observados os princípios da clareza, objetividade, concisão, coesão e impessoalidade que devem reger a redação de textos técnicos.

12.3 Os profissionais responsáveis pela Avaliação Técnica e de Mérito Cultural farão jus à remuneração de R$ 2.000,00 pela íntegra do trabalho, independentemente da quantidade de projetos e/ou propostas culturais analisadas.

12.4 O pagamento pelo serviço prestado referente à análise dos projetos e/ou propostas culturais inscritas nos editais viabilizados por meio dos recursos oriundos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura será efetuado em até 30 dias a contar do primeiro dia útil subsequente ao encerramento do

trabalho objeto do Contrato/Termo de Prestação de Serviços, mediante a emissão de RPA ou nota fiscal, visada pela fiscalização.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 Pela inexecução total ou parcial do Termo/Contrato de Prestação de Serviços, o credenciado estará sujeito às seguintes penas, além daquelas previstas em outros diplomas legislativos:

a) Advertência;
b) Suspensão temporária das atividades relativas ao credenciamento;
c) Descredenciamento.

13.2 Para efeito deste edital, por inexecução parcial compreendem-se:

a) Apresentação incompleta da Análise Técnica e de Mérito Cultural dos projetos e/ou propostas culturais;
b) Entrega de parecer que não preencha os requisitos básicos descritos neste edital;
c) Não atendimento de solicitação formulada pela Diretoria Municipal de Cultura de Ibicoara tempestivamente;

13.3 Inexecução total, por outro lado, compreende:

a) A não entrega da análise técnica e de mérito cultural pelo credenciado, uma vez ocorrido o termo final do prazo determinado pela Diretoria Municipal de Cultura, conforme item 9.3 deste Edital.
b) A ausência no(s) encontro(s) por videoconferência para socialização dos projetos previamente analisados e emissão do parecer e nota final.

13.4 As sanções previstas no item 13.1 podem ser aplicadas cumulativamente.

13.5 A aplicação das sanções aos pareceristas contratados para a análise dos projetos ocorrerá da seguinte forma:

a) A pena de advertência será aplicada nos casos de cometimento de faltas consideradas leves pela Diretoria Municipal de Cultura;
b) A aplicação das sanções previstas no item 13.1 será realizada pela Diretoria Municipal de Cultura, podendo decorrer de recomendação do gestor do contrato ou de outro agente público que atue no processo respectivo.

13.6 O prazo para exercício do direito de contraditório e ampla defesa será de 5 (cinco) dias corridos a partir da notificação.

14. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

14.1 A vigência do credenciamento é de 1 (um) ano a partir da homologação do resultado final, admitida a prorrogação para os que tiverem interesse após esse prazo e permanecerem aptos.

Prefeitura Municipal de Ibicoara
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria Municipal de Cultura

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 O presente edital e seus anexos estarão disponíveis nos mesmos endereços e links informados no item 1.4 deste instrumento.

15.2 Demais informações podem ser obtidas através do e-mail parecerista.ibicoara@gmail.com e telefone/Whatsapp (77) 98134 1088.

15.3 A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste edital.

15.4 Não será concedida nenhuma forma de indenização pela não utilização dos serviços do profissional que foi credenciado e que não prestou os serviços de análise de projetos e/ou propostas culturais.

15.5 A Prefeitura Municipal de Ibicoara poderá, através da Diretoria Municipal de Cultura, por motivo de interesse público devidamente justificado, alterar, suspender, prorrogar, reabrir ou cancelar o presente Chamamento Público, sem que caiba aos inscritos direito à indenização.

15.6 Os casos omissos serão decididos pela Diretoria Municipal de Cultura.

15.7 Os anexos serão disponibilizados no Diário Oficial do Município de Ibicoara e na plataforma Cult BR.

16. ANEXOS

16.1 Fazem parte, integralmente, deste Edital, os seguintes anexos:
Anexo I: Formulário de Inscrição
Anexo II: Políticas Afirmativas
Anexo III: Critérios de Seleção

16.2 Fica eleito o foro da cidade de Barra da Estiva/BA, como competente para dirimir eventuais dúvidas a respeito da interpretação e aplicação do presente Edital.

_____

ANDRÉA CASTELLANO MOSTAÇO
Diretora Municipal de Cultura

_____

ALCIONE FERREIRA SILVA
Secretária Municipal de Educação,
Esporte, Cultura e Lazer

Rua Sebastião Domingos, nº 5 – CEP: 46.760-000

Prefeitura Municipal de Ibicoara
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria Municipal de Cultura

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

EDITAL Nº 01/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARECERISTAS PARA ANÁLISE DE EDITAIS VINCULADOS À POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – EXERCÍCIO 2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo:_____

Nome social, se houver: _____

CPF: _____

R.G.: _____

CNPJ: _____

Razão Social:_____

Nome do responsável legal:_____

CPF do responsável legal:_____

Data de nascimento:_____/_____/_____

Município e UF de residência:_____

Endereço completo:_____

E-mail: _____

Telefone: _____

2. ÁREA(S) DE ATUAÇÃO CULTURAL (marque até, no máximo, 3)

( ) Artes Visuais

( ) Artesanato

( ) Música

( ) Teatro

( ) Dança

( ) Literatura

( ) Cultura Popular / Tradicional

( ) Patrimônio Cultural

( ) Audiovisual

( ) Circo

( ) Produção Cultural

( ) Outra: _____

3. FORMAÇÃO ACADÊMICA

( ) Curso de formação ou capacitação na área

( ) Ensino Superior

( ) Pós-graduação

( ) Mestrado ou Doutorado

Curso(s) e instituição (ões):

_____
_____
_____
_____
_____

(Anexar documentação comprobatória)

4. EXPERIÊNCIA E ATUAÇÃO EM ARTE E CULTURA

Tempo total de atuação na área da cultura

( ) 1 a 2 anos

( ) 3 a 5 anos

( ) 6 a 9 anos

( ) 10 anos ou mais

(Anexar documentos comprobatórios como contrato ou declaração de prestação de serviços na área pública ou privada, em fundações, museus, espaços culturais, organizações da sociedade civil, cinemas, casas de espetáculos, produção de grupos artísticos e coletivos, gestão cultural, entre outros).

Prefeitura Municipal de Ibicoara
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria Municipal de Cultura

5. PORTFÓLIO

(Anexar portfólio contendo projetos aprovados em editais públicos ou privados, certificados de prêmio artístico, onde conste o nome do prestador de serviços expressamente; curadoria de eventos, participação em comissões de avaliação, entre outros.)

6. EXPERIÊNCIA COMO PARECERISTA

Já participou como Parecerista em editais de arte/cultura?

( ) Sim, em um edital

( ) Sim, entre 2 e 5 editais

( ) Sim, entre 6 e 9 editais

( ) Sim, em mais de 10 editais

( ) Não, em nenhum edital

*Em caso de atuação, é obrigatório anexar comprovação.

(A experiência como parecerista poderá ser comprovada por meio de declaração, certidão, portaria, publicação oficial ou contrato emitido pela instituição responsável pelo edital em que atuou, constando a identificação do candidato e o período de atuação.)

7. EXPERIÊNCIA NO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE CHAPADA DIAMANTINA

Participou de projetos culturais no Território de Identidade Chapada Diamantina nos últimos cinco anos?

( ) Sim

( ) Não

*Em caso afirmativo, é obrigatório anexar comprovação.

8. POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Você deseja obter pontuação por indutores de políticas afirmativas?

( ) Não

( ) Sim, pessoa negra (preta ou parda)

( ) Sim, pessoa indígena

Prefeitura Municipal de Ibicoara
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria Municipal de Cultura

( ) Sim, pessoa com deficiência

( ) Sim, gênero feminino

( ) Sim, LGBTQIAPN+

( ) Sim, pessoa idosa (60+)

*Em caso afirmativo, anexar autodeclaração conforme Anexo II.

9. DECLARAÇÃO DE IMPEDIMENTO (caso não marque “sim” abaixo, a inscrição será desconsiderada)

Declaro, sob as penas da lei:

I. Que as informações prestadas no Formulário de Inscrição são verdadeiras;
II. Que estou ciente e de acordo com todas as regras estabelecidas no Edital nº 01/2026;
III. Que não me enquadro em nenhuma das hipóteses de vedação previstas no Edital;
IV. Que autorizo a verificação das informações apresentadas;
V. Que autorizo o tratamento dos meus dados pessoais para fins exclusivos de execução do Edital nº 01/2026, nos termos da Lei nº 13.709/2018;
VI. Que possuo disponibilidade para participar virtualmente das bancas de pareceristas, assim como de reuniões que a Diretoria Municipal de Cultura possa solicitar;
VII. Que tenho ciência de que a prestação de serviços ocorrerá sem vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Ibicoara.

( ) Sim

Prefeitura Municipal de Ibicoara
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria Municipal de Cultura

ANEXO II – POLÍTICAS AFIRMATIVAS – MODELO DE AUTODECLARAÇÃO

EDITAL Nº 01/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARECERISTAS PARA ANÁLISE DE EDITAIS VINCULADOS À POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – EXERCÍCIO 2026

Eu, _____, CPF nº _____, declaro, para fins de participação no Edital nº 01/2026 da Prefeitura Municipal de Ibicoara, através da Secretaria de Educação e Cultura, por meio da Diretoria Municipal de Cultura, que me enquadro na seguinte condição de inclusão:

( ) Pessoa negra (preta ou parda)

( ) Pessoa indígena

( ) Pessoa com deficiência

( ) Pessoa idosa (60+)

( ) Pessoa LGBTQIAPN+

( ) Gênero feminino

Declaro estar ciente de que a prestação de informação falsa poderá enseja a minha eliminação do processo seletivo, a rescisão do contrato, caso firmado, e a responsabilização administrativa, civil e penal, nos termos da legislação vigente.

A presente autodeclaração possui finalidade exclusiva para fins de participação neste Edital, não produzindo efeitos para outros processos ou políticas públicas.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Local e data:_____

Assinatura:_____

Prefeitura Municipal de Ibicoara
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria Municipal de Cultura

ANEXO III – CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

EDITAL Nº 01/2026

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PARECERISTAS PARA ANÁLISE DE EDITAIS VINCULADOS À POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – EXERCÍCIO 2026

A etapa de seleção consistirá na análise da documentação apresentada, com atribuição de pontuação conforme os critérios abaixo:

1. Formação Acadêmica (máximo 25 pontos)

Item	Formação	Pontuação
1	Cursos de formação ou capacitação na área cultural (mín. 120 horas)	5
2	Ensino Superior completo	10
3	Pós-graduação	15
4	Mestrado	20
5	Doutorado	25

*Será considerado apenas o grau mais elevado de titulação comprovada.

2. Atuação na Área Cultural (máximo 50 pontos)

Item	Atuação	Pontuação
6	Experiência profissional em gestão de projetos culturais nos últimos dez anos	2 pontos por ano de experiência
7	Participação em projetos culturais nos últimos dez anos	1,5 pontos por ano de participação
8	Participação em projetos culturais no Território de Identidade Chapada Diamantina nos últimos cinco anos	1,5 pontos por ano de participação

3. Experiência como Parecerista (máximo 10 pontos)

Item	Experiência Comprovada	Pontuação
9	1 edital	2
10	2 a 5 editais	3
11	6 a 9 editais	5
12	Mais de 10 editais	10
13	Nenhuma experiência	0 pontos

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Prefeitura Municipal de Ibicoara
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria Municipal de Cultura

4. Pontuação extra por declaração na inclusão em Políticas Afirmativas determinadas pela legislação (Pessoa Física e Pessoa Jurídica - MEI) (máximo 25 pontos)

Condição De Inclusão	Pontuação
Negros (pretos e pardos) ou indígena	5 pontos
Pessoa com deficiência	5 pontos
Pessoa idosa (60+)	5 pontos
Gênero feminino	5 pontos
LGBTQIAPN+	5 pontos

5. Pontuação extra por declaração na inclusão em Políticas Afirmativas determinadas pela legislação (Pessoa Jurídica, exceto MEI) (máximo 25 pontos)

Condição De Inclusão	Pontuação
Composta majoritariamente por pessoas negras (pretos e pardos) ou indígenas	5 pontos
Composta majoritariamente por pessoas com deficiência	5 pontos
Composta majoritariamente por pessoas idosas (60+)	5 pontos
Composta majoritariamente por pessoas do gênero feminino	5 pontos
Composta majoritariamente por pessoas LGBTQIAPN+	5 pontos

Pontuação máxima global: 110 PONTOS

1. Os documentos que compõem cada Critério de Avaliação deverão ser organizados em um único documento e anexados no formato PDF.
2. Não serão habilitados os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 44 pontos.
3. Não será atribuída pontuação às atividades que não forem devidamente comprovadas.

4. Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos inscritos a maior nota nos itens elencados no critério 2. Atuação na Área Cultural, de acordo com a seguinte ordem de itens definida: 8, 7, 6, respectivamente.
5. Caso nenhum dos critérios de desempate anteriormente estabelecidos seja suficiente para definir a classificação entre os candidatos empatados, será realizado sorteio, para fins de definição da ordem de classificação.

APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTLAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO TERMO DE CONTRATO Nº. 082/2026

A PREFEITURA DE LAGOA REAL, com sede no Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117/0001-90, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA, Prefeito Municipal, denominado CONTRATANTE e do outro lado a empresa **SUPERMERCADO AVISTÃO CHAVES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.486.147/0001-58, com sede na Avenida Santa Maria, nº 99, Terreo - Centro, Lagoa Real-BA, CEP 46.425-000, representada neste ato por CLAUDINÉIA COUTO REIS CHAVES, doravante designado CONTRATADA, conforme atos constitutivos da empresa.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Apostilar o contrato nº. 082/2026, com fundamento no art. 136, inciso IV, cujo objeto é a inclusão de dotação orçamentária, alterando assim a previsão no contrato atual, especificamente na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, passando a vigorar, além das dispostas, as seguintes:

ÓRGÃO	7-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE	13.13.000 FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO	08.122.006.2918 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 Material de Consumo
FONTE	16600

Ficam ratificadas, permanecendo inalteradas, as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato.

Lagoa Real – Bahia, 02 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTLAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA AO TERMO DE CONTRATO Nº. 083/2026

A PREFEITURA DE LAGOA REAL, com sede no Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117/0001-90, neste ato representado pelo Sr. JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA, Prefeito Municipal, denominado CONTRATANTE e do outro lado a empresa **SUPERMERCADO AVISTÃO CHAVES LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 40.486.147/0001-58, com sede na Avenida Santa Maria, nº 99, Terreo - Centro, Lagoa Real-BA, CEP 46.425-000, representada neste ato por CLAUDINÉIA COUTO REIS CHAVES, doravante designado CONTRATADA, conforme atos constitutivos da empresa.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Apostilar o contrato nº. 083/2026, com fundamento no art. 136, inciso IV, cujo objeto é a inclusão de dotação orçamentária, alterando assim a previsão no contrato atual, especificamente na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**, passando a vigorar, além das dispostas, as seguintes:

ÓRGÃO	7-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
UNIDADE	13.13.000 FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO	08.122.006.2918 GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 Material de Consumo
FONTE	16600

Ficam ratificadas, permanecendo inalteradas, as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato.

Lagoa Real – Bahia, 02 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 210/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2026D

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei 14.133/2021, **ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o processo de dispensa de licitação nº. 013/2026D**, em favor da empresa **BRITA FORTE LTDA - CNPJ nº** 42.153.773/0001-58, com sede na Rodovia de Brumado a Caetité, Km 18, Sala, Brumado – Bahia, CEP 46.100-000, ofertando proposta no valor global de **R$ 271.600,00 (duzentos e setenta e um mil e seiscentos reais)**, tendo por objeto **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PÉTREOS DIVERSOS (PÓ DE BRITA, BRITA 0, BRITA 1 E BRITA 2), DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA.**

Em consequência, fica convocado o representante da empresa para assinatura do contrato.

Lagoa Real, 02 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 222/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2026D

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei 14.133/2021, **ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o processo de dispensa de licitação nº. 014/2026D**, em favor da empresa **RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA - CNPJ nº 32.682.437/0001-49**, com sede na Rua Joaquim Gonçalves, nº 22, Ibitira, Rio do Antônio – BA, CEP 46.225-000, ofertando proposta no valor global de **R$ 65.375,00 (sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais)**, tendo por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL, POUSADA OU ESTABELECIMENTO SIMILAR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL.**

Em consequência, fica convocado o representante da empresa para assinatura do contrato.

Lagoa Real, 02 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Prefeitura de LAGOA REAL

SETOR DE LICITAÇÕES
E CONTRATOS

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

PUBLICADO QUINTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 2026 – ANO X, EDIÇÃO Nº. 2596

PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 052/2025
PREGÃO ELETRÔNICO nº. 030/2025PE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 228/2026

O Pregoeiro do Município de Lagoa Real – Bahia, torna público para todos os interessados ERRATA DE PUBLICAÇÃO, referente a **PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 052/2025**, oriundo do Processo Administrativo nº. 228/2026, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 030/2025PE, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL- BA**, alterando o seguinte texto:

onde se lê:

DESULIRIO PRATES AGUIAR

Lagoa Real, Estado da Bahia, 19 de setembro de 2026

leia-se:

DEUSLIRIO PRATES AGUIAR

Lagoa Real, Estado da Bahia, 18 de setembro de 2026.

As demais partes permanecem inalteradas.

Lagoa Real – Bahia, 28 de setembro de 2026.

JOÃO GABRIEL DE OLIVEIRA GUEDES
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO
DECRETO Nº. 373/2025

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 106/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 138/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei 14.133/2021, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o processo de inexigibilidade de licitação nº. 138/2026, em favor da empresa **MARCELA OLIVEIRA TRINDADE DE SOUZA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.779.131/0001-10, no valor global de **R$ 54.000,00** (Cinquenta e quatro mil reais), pelo período de 12 (doze) meses, que tem por objeto **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DEVIDAMENTE HABILITADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE SAÚDE, VISANDO A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS, EXAMES LABORATORIAIS, EXAMES DE IMAGEM (INCLUINDO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, RAIO-X, ULTRASSONOGRAFIA E OUTROS), EXAMES ESPECIALIZADOS, PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS, SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO, BEM COMO A EXECUÇÃO DE CIRURGIAS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, INCLUSIVE FORA DO MUNICÍPIO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA REAL/BA**. Em consequência fica convocado seus representantes para assinatura do contrato.

Lagoa Real, 15 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ATO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 223/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 141/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA REAL, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei 14.133/2021, ADJUDICA o objeto e HOMOLOGA o processo de inexigibilidade de licitação nº. 141/2026, em favor do Contratado **JOVELINO CANDIDO DE SOUZA**, inscrita no CPF sob o nº 23*.**4.**5-*9*, no valor global de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), que tem por objeto **LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, O LOCADOR ACIMA QUALIFICADO É PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA AV. REAL, CENTRO, LAGOA REAL – BAHIA, CEP. 46.425-000 COMPOSTO DE 01 SALÃO, 01 SANITÁRIO, 01 SALA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 101,02 M2, ESTE OBJETO DESTA LOCAÇÃO, O QUAL SERÁ DESTINADO PARA O FUNCIONAMENTO E INSTALAÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.** Em consequência fica convocada para assinatura do contrato.

Lagoa Real, 16 de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 106/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 138/2026
CONTRATO nº 030/2026FMS

Contrato administrativo nº 030/2026FMS, que fazem entre si o Município de Lagoa Real, através do Fundo Municipal de Saúde e a empresa **MARCELA OLIVEIRA TRINDADE DE SOUZA**.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL**, sediada ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, representado neste ato por José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ nº 11.258.922/0001-10, com sede na Travessa João Paulo II, s/n – Centro, Lagoa Real – Bahia, CEP. 46.425-000, representado por Marcos Dos Santos, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **MARCELA OLIVEIRA TRINDADE DE SOUZA**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.779.131/0001-10, sediada na Rua MIGUEL MIRANTE, N°: 236, BAIRRO: CENTRO, CEP: 46 100-065, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada por **MARCELA OLIVEIRA TRINDADE DE SOUZA**, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 106/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da INEXIGIBILIDADE Nº. 138/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DEVIDAMENTE HABILITADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA AREA DE SAÚDE, VISANDO A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS, EXAMES LABORATORIAIS, EXAMES DE IMAGEM (INCLUINDO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, RAIO-X, ULTRASSONOGRAFIA E OUTROS), EXAMES ESPECIALIZADOS, PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS, SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO, BEM COMO A EXECUÇÃO DE CIRURGIAS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, INCLUSIVE FORA DO MUNICÍPIO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA REAL/BA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIALIDADE	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

36	PSICOLOGO CLINICO	Atendimento especializado em Psicologia Clínica (consultas, procedimentos, terapias e avaliações), devendo o(a) contratado(a) exercer suas atividades de acordo com os critérios e diretrizes normatizadas e aplicáveis a sua área de atuação, sob a orientação/supervisão da Secretaria Municipal de Saúde (quatro psicólogos) - 20 horas.	Mês	12	R$ 2.500,00	R$ 30.000,00
38	PSICOLOGO CLINICO	Consulta ambulatorial do Psicólogo Clinico, devendo o(a) contratado(a) exercer suas atividades de acordo com os critérios e diretrizes normatizadas e aplicáveis a sua área de atuação, sob a orientação/supervisão da Secretaria Municipal de Saúde.	Consultas	120	R$ 200,00	R$ 24.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE: (Cinquenta e quatro mil reais)					**R$ 54.000,00**	

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 15/09/2026 até 15/09/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado nos moldes do art. 107 da Lei 14.133/2021, por se tratar de serviço contínuo.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de **R$ 54.000,00** (Cinquenta e quatro mil reais).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos aludidos pelo art. 137, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por

todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no ato de envio da nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
(d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8% do valor do Contrato.
(e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
(f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	**3 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
UNIDADE	**07.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** **08.08 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
PROJETO	**10.122.004.2085 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** **10.301.004.2064 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 1** **0.301.004.2068 GESTÃO DAS AÇÕES DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF** **10.302.004.2072 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA** **10.301.004.2083 GESTÃO DAS AÇÕES DE EQUIPE DE SAÚDE BUCAL**
ELEMENTO	**3.3.9.0.39.00.0000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica**
FONTE	**15000 16000**

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 15 de setembro de 2026

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

_____
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCOS DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

_____
MARCELA OLIVEIRA TRINDADE DE SOUZA.
CONTRATADA

Testemunhas

1. _____
CPF

2. _____
CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CERTIDÕES				
TIPO		CHAVE	EMISSÃO	VALIDADE
FEDERAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	49DB.BF9B.195C.4D2E	04/09/2026	03/03/2027
ESTADUAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS (BAHIA)	20264277518	04/09/2026	04/11/2026
MUNICIPAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO	A1DCCCBF19D6102FEF A9B329E98E0D79	04/09/2026	03/12/2026
TRABALHISTA	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	74550382/2026	04/09/2026	03/03/2027
FGTS	CONSULTA REGULARIDADE DO EMPREGADOR	2026082107166450418908	21/08/2026	19/09/2026

INEXIGIBILIDADE N° 138/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 106/2026

CONTRATO N° 030/2026FMS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 030/2026FMS

MODALIDADE/N.º: INEXIGIBILIDADE N° 138/2026

OBJETO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS DEVIDAMENTE HABILITADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, VISANDO A REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, ATENDIMENTOS MULTIPROFISSIONAIS, EXAMES LABORATORIAIS, EXAMES DE IMAGEM (INCLUINDO TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, RAIO-X, ULTRASSONOGRAFIA E OUTROS), EXAMES ESPECIALIZADOS, PROCEDIMENTOS AMBULATORIAIS, SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO, BEM COMO A EXECUÇÃO DE CIRURGIAS E PROCEDIMENTOS MÉDICOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, INCLUSIVE FORA DO MUNICÍPIO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA REAL/BA..**

FUNDAMENTAÇÃO: LEI FEDERAL Nº 14.133/2021 – ART. 74, INCISO IV, E ART. 79, INCISO I.

VALOR: **R$ 54.000,00** (Cinquenta e quatro mil reais).

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 15/09/2026 a 15/09/2027

FORNECEDOR: **MARCELA OLIVEIRA TRINDADE DE SOUZA**.
CNPJ: 46.779.131/0001-10

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	3 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE	07.07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 08.08 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO	10.122.004.2085 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.004.2064 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 1 0.301.004.2068 GESTÃO DAS AÇÕES DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF 10.302.004.2072 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA 10.301.004.2083 GESTÃO DAS AÇÕES DE EQUIPE DE SAÚDE BUCAL
ELEMENTO	3.3.9.0.39.00.0000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
FONTE	15000 16000

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
MARCOS DOS SANTOS

ASSINAM PELA CONTRATADA: **MARCELA OLIVEIRA TRINDADE DE SOUZA** A

DATA: 15 DE SETEMBRO DE 2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 223/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 141/2026
CONTRATO nº 031/2026FMS

Contrato administrativo nº 031/2026FMS, que fazem entre si o Município de Lagoa Real, através do Fundo Municipal de Saúde e o(a) JOVELINO CANDIDO DE SOUZA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL**, sediada ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, representado neste ato por José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, doravante denominado **LOCATÁRIO**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÙDE DE LAGOA REAL**, CNPJ nº 11.258.922/0001-10, com sede à Travessa João Paulo II, s/n – Centro, Lagoa Real – Bahia, CEP. 46.425-000, representado neste ato por Marcos dos Santos, doravante denominado **LOCATÁRIO** e o(a) **JOVELINO CANDIDO DE SOUZA,** inscrito(a) no CPF sob o nº 23*. **4. **5-*9, residente na Av. Real, Centro, Lagoa Real - Ba, CEP. 46.425-000 e conforme atos acostados aos autos, doravante designado **LOCADOR**, tendo em vista o que consta no Processo nº 223/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do/a INEXIGIBILIDADE nº 141/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a locação de imóveis, o locador acima qualificado é proprietário do imóvel localizado na Av. Real, Centro, Lagoa Real – Bahia, CEP. 46.425-000 composto de 01 salão, 01 sanitário, 01 sala, com área construída de 101,02 m^2, este objeto desta locação, o qual será destinado para o funcionamento e instalação da Farmácia Básica em atendimento as demandas da Secretaria de Saúde.

Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS, O LOCADOR ACIMA QUALIFICADO É PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL LOCALIZADO NA AV. REAL, CENTRO, LAGOA REAL – BAHIA, CEP. 46.425-000 COMPOSTO DE 01 SALÃO, 01 SANITÁRIO, 01 SALA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 101,02 M2, ESTE OBJETO DESTA LOCAÇÃO, O QUAL SERÁ DESTINADO PARA O FUNCIONAMENTO E INSTALAÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA EM ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE.	MÊS	12	R$ 1.500,00	R$ 18.000,00

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência;

1.1.2. A Proposta do contratado;

1.1.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O presente Contrato terá vigência de 16 de setembro de 2026 a 16 de setembro de 2027;

2.2. O presente contrato poderá ter a sua vigência prorrogada, mediante Termo Aditivo, por expressa manifestação das partes, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias do seu termo final;

CLÁUSULA TERCEIRA DO VALOR E DA FONTE DE RECURSOS

3.1. Por força da locação do imóvel descrito Cláusula 1a. deste instrumento, o Locatário, obriga-se ao pagamento da importância mensal de R$ 1500,00(mil e quinhentos reais) por, com pagamento no mês subsequente ao do aluguel em referência, com a garantia das deduções legais.

3.2. O valor estipulado no item anterior poderá sofrer reajuste após o interstício mínimo de 12 (doze) meses, dependendo da variação do mercado imobiliário local, mediante acordo entre as partes contratantes, devendo o índice aplicado não ultrapassar àquele determinado pelo Governo Federal para o reajustamento do setor imobiliário.

3.3. Em caso de inadimplência que se verifique em cada aluguel, pagará o Locatário a multa de 2% (dois por cento);

3.2. As despesas oriundas deste instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Locatário, donde se extrairá os recursos necessários a atender à demanda contratual, com as anotações de que a presente contratação se efetiva com a garantia da dispensa do procedimento licitatório, consoante parecer:

ÓRGÃO	**3-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	**07.07.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
PROJETO/ATIVIDADE	**10.122.008.2085 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**
ELEMENTO DE DESPESA	**3.3.9.0.36.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física**
FONTE	**15000**

CLAUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

4.1. O Locatário obriga-se a efetuar as despesas objeto da locação que dizem respeito ao consumo de água, energia, gás e impostos prediais, taxas e contribuições de

qualquer natureza determinadas pela Lei do Inquilinato, que recaírem especificamente sobre a unidade que lhe é locada por este instrumento, as quais deverão ser pagas nas repartições competentes;

4.2. O Locatário, salvo as obras que importem na segurança do imóvel, obriga-se pelas obras referentes à conservação de aparelhos sanitários, de iluminação, trincos, fechaduras, torneiras, pias, banheiros, rolos, limpeza, reparos, e desentupimentos de encanamentos de água, gás , esgotos, etc., ficando obrigado o Locatário a restituir tudo em perfeito estado, ficando este responsável pelo pagamento dos aluguéis até que os reparos sejam concluídos;

4.3. Para o efeito do item 4.2., os contratantes terão que efetuar, na entrega e na devolução das chaves, vistoria do imóvel, lavrando-se termo circunstanciado na presença de duas testemunhas, o qual fará parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

4.4. Nenhuma obra ou modificação poderá ser feita no imóvel, sem prévio consentimento da LOCADORA;

CLÁUSULA QUINTA DA MULTA CONTRATUAL

5.1. Fica estipulada a multa equivalente a 10% (dez por cento) de um mês de aluguel, na qual incorrerá a parte que infringir qualquer cláusula deste contrato, podendo esta, se assim lhe aprouver, considerar ao mesmo tempo rescindida a locação, independentemente de qualquer formalidade;

5.2. A multa estipulada no item anterior não será aplicada nos casos de inadimplência de aluguéis, vez que já definida a sua penalidade no item “3.3.”;

CLÁUSULA SEXTA DA RESCISÃO CONTRATUAL

6.1. O presente contrato poderá ser rescindido no todo ou em parte, por mútuo acordo, desde que ocorram fatos supervenientes, imperiosos e alheios à vontade dos pactuantes e que tornem impossível a locação objeto deste instrumento, bem como em decorrência de manifesto interesse público, nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações.

6.2. Também ficará rescindido o presente ajuste de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem direito para a LOCADORA de qualquer indenização, no caso de incêndio, força maior, ou qualquer fato que impeça o uso do imóvel;

CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. As partes acordam que, no término do prazo de locação, o imóvel deverá ser devolvido, independentemente de prévia notificação, assim como as suas chaves e cópias.

7.2. Caso o imóvel seja posto à venda, o Locatário permitirá que os eventuais interessados na aquisição o visitem, em dia e hora previamente indicado por escrito ao Locatário.

7.3. Na hipótese do Locatário, na vigência deste instrumento, adquirir por compra o imóvel objeto do presente pacto, ficará este contrato de locação rescindido, sem qualquer ônus para as partes contratantes.

CLÁUSULA OITAVA DO FORO

8.1. As partes elegem como Foro competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste ajuste, o da situação do imóvel.

E assim por estarem de pleno acordo, assinam as partes o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, com acompanhamento da Procuradoria Municipal, a tudo presentes.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 16 de setembro de 2026.

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

_____
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA REAL
MARCOS DOS SANTOS
SECRETARIO DE SAÚDE

_____
JOVELINO CANDIDO DE SOUZA
LOCADOR

Testemunhas

1. _____
CPF

2. _____
CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL - CNPJ 16.416.117/0001-90

CERTIDÕES				
TIPO		CHAVE	EMISSÃO	VALIDADE
FEDERAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	E8C9.935F.7CB2.37A2	10/09/2026	09/03/2027
ESTADUAL	Certidão Negativa de Débitos Tributários (Bahia)	20264376386	10/09/2026	09/11/2026
MUNICIPAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO (Lagoa Real - BA)	Bd199d970f0A3E710A92	10/09/2026	10/10/2026
TRABALHISTA	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	75686457/2026	10/09/2026	09/03/2027

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL - CNPJ 16.416.117/0001-90

INEXIGIBILIDADE Nº 141/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 223/2026
CONTRATO N° 031/2026FMS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 031/2026FMS

MODALIDADE/N.º: INEXIGIBILIDADE - N° 141/2026

OBJETO: O objeto do presente instrumento é a locação de imóveis, o locador acima qualificado é proprietário do imóvel localizado na Av. Real, Centro, Lagoa Real – Bahia, CEP. 46.425-000 composto de 01 salão, 01 sanitário, 01 sala, com área construída de 101,02m2, este objeto desta locação, o qual será destinado para o funcionamento e instalação da Farmácia Básica em atendimento as demandas da Secretaria de Saúde

FUNDAMENTAÇÃO: LEI 14.133/2021 – ARTIGO 74 - INCISO V

VALOR GLOBAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).
VALOR MENSAL: R$ R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 16/09/2026 a 16/09/2027

FORNECEDOR: JOVELINO CANDIDO DE SOUZA
CPF: 23*. **4. **5-*9

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	3 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.07.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	10.122.008.2085 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.9.0.36.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
FONTE	15000

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
MARCOS DOS SANTOS

ASSINAM PELA CONTRATADA: JOVELINO CANDIDO DE SOUZA

DATA: 16 de setembro de 2026

CONTRATO Nº. 104/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 118/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2026PE
CONTRATO nº 104/2026

Contrato administrativo nº 104/2026, que celebram entre si o Município de Lagoa Real e a empresa SANTA CLARA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 045/2026ARP, oriunda do Pregão Eletrônico nº 013/2026PE, tendo por objeto o fornecimento dos itens licitados.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117/0001-90, neste ato representada pelo Sr. José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa SANTA CLARA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 55.255.488/0001-90, sediada no Povoado de Rancho das Mães, S/N, Zona Rural, Palmas de Monte Alto - Bahia, CEP. 46.468-000, doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representado por CLARA TABITA DA SILVA COTRIM, portador do CPF nº. 0**.7*0.**5-40, conforme atos constitutivos da empresa, resolvem celebrar o presente Contrato oriundo da ata de registro de preço nº 045/2026ARP, decorrente mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DESTE MUNICÍPIO DE LAGOA REAL/BA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação resumido por categoria:

GRUPO 03 - CARNES						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	**CARNE BOVINA de 1ª qualidade**, congelada, contendo no máximo 20% de gordura, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no **Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo**	KG	FRIGOSOL	1800	R$ 45,15	R$ 81.270,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

2	**CARNE BOVINA de 2ª qualidade**, congelada, contendo no máximo 20% de gordura, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no **Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo**	KG	FRIGOSOL	1800	R$ 29,59	R$ 53.262,00
3	**LOMBO SUINO**. Carne Suína, tipo LOMBO, congelada, contendo no máximo 20% de gordura, embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do **registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e**	KG	PIFPAF	360	R$ 23,65	R$ 8.514,00
4	PERNIL SUINO. Pernil suíno, embalado em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do	KG	PIFPAF	360	R$ 15,45	R$ 5.562,00
5	**TOUCINHO DEFUMADO, TIPO BACON**. Em manta, fresco, com pele, embalados à vácuo e rotulado conforme legislação sanitária vigente. Embalagem com diretrizes exigidas pelas leis, destacando o nome do produtor, selo do SIF,	KG	RESERVA	360	R$ 9,19	R$ 3.308,40
VALOR TOTAL DO LOTE						**R$ 151.916,40**

GRUPO 06 - POLPAS DE FRUTAS CONGELADAS						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	**POLPA DE FRUTA SABOR CAJU** - Polpa de fruta natural, pasteurizada, congelada, elaborada a partir de frutos selecionados e maduros, isenta de corantes, conservantes e aromas artificiais. Produto 100% natural, destinado ao preparo de sucos e vitaminas. Embalagem individual de 1 kg, devidamente lacrada, com rótulo contendo informações sobre marca, data de fabricação,	KG	UNIÃO	800	R$ 7,34	R$ 5.872,00
2	**POLPA DE FRUTA SABOR ACEROLA** - Polpa de fruta natural, pasteurizada, congelada, elaborada a partir de frutos de acerola maduros e selecionados, isenta de corantes, conservantes e aromas artificiais. Produto 100% natural, destinado ao preparo de sucos e vitaminas. Embalagem individual de 1 kg, devidamente lacrada, com rótulo contendo	KG	UNIÃO	800	R$ 8,01	R$ 6.408,00
3	**POLPA DE FRUTA SABOR ABACAXI** - Polpa de fruta natural, pasteurizada, congelada, produzida a partir de frutos de abacaxi maduros e selecionados, isenta de corantes, conservantes e aromas artificiais. Produto 100% natural, indicado para o preparo de sucos, coquetéis e vitaminas. Embalagem individual de 1 kg, devidamente lacrada, com rótulo contendo	KG	UNIÃO	800	R$ 7,34	R$ 5.872,00
4	**POLPA DE FRUTA SABOR GOIABA -** Polpa de fruta natural, pasteurizada, congelada, elaborada a partir de frutos de goiaba maduros e selecionados, isenta de corantes, conservantes e aromas artificiais. Produto 100% natural, próprio para o preparo de sucos, vitaminas e sobremesas. Embalagem individual de 1 kg, devidamente lacrada, com rótulo contendo	KG	UNIÃO	800	R$ 7,69	R$ 6.152,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

5	**POLPA DE FRUTA SABOR MANGA** - Polpa de fruta natural, pasteurizada, congelada, produzida a partir de frutos de manga maduros e selecionados, isenta de corantes, conservantes e aromas artificiais. Produto 100% natural, indicado para o preparo de sucos, vitaminas e sobremesas. Embalagem individual de 1 kg, devidamente lacrada, com rótulo contendo	KG	UNIÃO	800	R$ 7,34	R$ 5.872,00
6	**POLPA DE FRUTA SABOR TAMARINDO** - Polpa de fruta natural, pasteurizada, congelada, elaborada a partir de frutos de tamarindo maduros e selecionados, isenta de corantes, conservantes e aromas artificiais. Produto 100% natural, ideal para o preparo de sucos, refrescos e sobremesas. Embalagem individual de 1 kg, devidamente lacrada, com rótulo contendo	KG	UNIÃO	800	R$ 8,01	R$ 6.408,00
7	**POLPA DE FRUTA SABOR UMBU** - Polpa de fruta natural, pasteurizada, congelada, produzida a partir de frutos de umbu maduros e selecionados, isenta de corantes, conservantes e aromas artificiais. Produto 100% natural, indicado para o preparo de sucos, refrescos e sobremesas. Embalagem individual de 1 kg, devidamente lacrada, com rótulo contendo	KG	UNIÃO	800	R$ 8,01	R$ 6.408,00
8	**POLPA DE FRUTA SABOR MARACUJÁ** - Polpa de fruta natural, pasteurizada, congelada, produzida a partir de frutos de maracujá maduros e selecionados, isenta de corantes, conservantes e aromas artificiais. Produto 100% natural, indicado para o preparo de sucos, coquetéis, sobremesas e vitaminas. Embalagem individual de 1 kg, devidamente lacrada, com	KG	UNIÃO	800	R$ 9,36	R$ 7.488,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**R$ 50.480,00**

GRUPO 07 - FRIOS						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	**FILÉ PEITO DE FRANGO RESFRIADO**, sem osso, embalados em bandejas contendo 1kg	KG	NATURAVES	1100	R$ 18,76	R$ 20.636,00
2	**LINGUIÇA DEFUMADA TIPO CALABRESA**. Curada de carne suína pura e limpa, de primeira qualidade, apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, adicionada de toucinho e condimentos naturais em proporções adequadas ao tipo calabresa, sem pimenta, submetida ao processo de cura. Embalada a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, acondicionado em caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número de	KG	AURORA	500	R$ 26,02	R$ 13.010,00
3	**LINGUIÇA SUÍNA CALABRESA**. Embalada a vácuo em filme PVC transparente ou em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marca e carimbos oficiais, de acordo com as	KG	AURORA	400	R$ 23,24	R$ 9.296,00
4	**PEITO DE FRANGO**. Carne de frango, tipo peito com osso, congelado, aspecto próprio, não amolecido nem pegajoso, cor próprio, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitos e larvas, acondicionados em sacos de ráfia ou caixas lacradas. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação, data de validade, condições de armazenagem, quantidade do	KG	NATURAVES	600	R$ 14,01	R$ 8.406,00

5	**PRESUNTO COZIDO FATIADO**. Produto de primeira qualidade, proveniente de carne suína 100% pernil, sal, especiarias naturais e aditivos permitidos pela legislação vigente – SEM ADIÇÃO DE GLÚTEN; sem capa de gordura; baixo teor de sódio; com aspecto, cheiro, cor e sabor próprios; isento de sujidades, parasitas e larvas; deverão estar fatiados, em fatias de aproximadamente 20 g cada, resfriados e divididos em saco plástico leitoso, atóxico, a vácuo ou cryovac, lacrada, sem sinais de rachaduras na superfície, sem furos e sem	KG	WILSON	250	R$ 23,68	R$ 5.920,00
6	**SALSICHA CONGELADA**. Apresentando-se em gomos uniformes e padronizados, embalada a vácuo, em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. Deverá ser preparada com carnes de uma ou mais espécies de animais de açougue em perfeito estado de conservação, isenta de ossos, peles e cartilagens (ausência de tecidos inferiores), não sendo permitido o emprego de carnes e gorduras provenientes de animais equinos, caninos, felinos. O produto não deverá apresentar superfície úmida pegajosa, exsudato, líquido em partes flácidas ou de consistência anormal, com indícios de fermentação pútrida. Não será tolerada a presença de manchas esverdeadas ou pardacentas ou coloração sem uniformidade. A embalagem deverá conter	KG	REZENDE	250	R$ 9,46	R$ 2.365,00
7	**SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADA** sem osso e sem pele, manipulado em condições higiênicas, provenientes de aves sadias, Embalagem: Primária: embalagem plástica, atóxica, resistente, transparente, com lacre que evite abertura durante seu manuseio, contendo obrigatoriamente o peso do produto impresso na embalagem. O rótulo deverá estar de acordo	KG	NATURAVES	250	R$ 9,46	R$ 2.365,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**R$ 61.998,00**

VALOR TOTAL	**R$ 264.394,40**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Anexo I - Planilha Orçamentária Sintética

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01/09/2026 a 01/09/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo e demais peças pertencentes a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, mediante acordo entre as partes, devendo o ato ser ratificado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 264.394,40 (duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos aludidos pelo art. 137, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no ato de envio da nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8%

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

do valor do Contrato.

(e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

(f) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.1.3. Indenizações e multas.

13.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 13.13.000 - FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 12.361.009.2250 - GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - QSE 08.122.006.2931 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 15500 - 15730 - 16000 -16210 - 16690

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 01 de setembro de 2026.

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

_____
SANTA CLARA DISTRIBUIDORA
DE ALIMENTOS LTDA
CLARA TABITA DA SILVA COTRIM
FORNECEDOR

Testemunhas

1._____
CPF

2._____
CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL - CNPJ 16.416.117/0001-90

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 118/2026
CONTRATO N° 104/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 104/2026

MODALIDADE/N.º: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2026PE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DESTE MUNICÍPIO DE LAGOA REAL/BA

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e Pregão Eletrônico nº 013/2026PE

VALOR: R$ 264.394,40 (duzentos e sessenta e quatro mil, trezentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/09/2026 a 01/09/2027

FORNECEDOR: SANTA CLARA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ: 55.255.488/0001-90

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 13.13.000 - FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 12.361.009.2250 - GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - QSE 08.122.006.2931 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 15500 - 15730 - 16000 -16210 - 16690

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA

ASSINAM PELA CONTRATADA: CLARA TABITA DA SILVA COTRIM

DATA: 01 de setembro de 2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO Nº. 106/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 230/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 030/2025PE
CONTRATO nº 106/2026

Contrato administrativo nº 106/2026, que celebram entre si o Município de Lagoa Real e a empresa ODAIR LAJES LTDA ME, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 055/2025ARP, oriunda do Pregão Eletrônico nº 030/2025PE, tendo por objeto o fornecimento dos itens licitados.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117/0001-90, neste ato representada pelo Sr. José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa **ODAIR LAJES LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº. 22.210.864/0001-70, com sede na TV Norberto Fernandes, nº 35, Ibitira, Rio Do Antônio/BA - CEP 46.225-000, doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representado por ODAIR JOSE BATISTA PESSOA, portador do CPF sob nº. 0**.0*7. **5-86, conforme atos constitutivos da empresa, resolvem celebrar o presente Contrato oriundo da ata de registro de preço nº 055/2025ARP, decorrente mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL - BA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação resumido por categoria:

LOTE 06						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Manilha de concreto, com malha. Dimensões do material, medindo 1 M x 1M	UNID	ODAIR LAJES	100	R$ 612,50	R$ 61.250,00
2	Manilha de concreto, com malha. Dimensões do material, medindo 1 M x 30 cm	UNID	ODAIR LAJES	25	R$ 66,00	R$ 1.650,00
3	Manilha de concreto. Dimensões do material, medindo 1m x 60 cm	UNID	ODAIR LAJES	100	R$ 326,00	R$ 32.600,00
4	Bloco de concreto, 39x19x14cm, para alvenaria de vedação.	UNID	ODAIR LAJES	5.000	R$ 4,80	R$ 24.000,00
5	Bloco de concreto, 39x19x9cm, para alvenaria de vedação.	UNID	ODAIR LAJES	5.000	R$ 4,00	R$ 20.000,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

6	Laje Pré-Moldada tipo "treliçada" unidirecional com EPS (espessura 12 cm)	M²	ODAIR LAJES	1.000	R$ 58,00	R$ 58.000,00
7	Laje Pré-Moldada tipo "treliçada" unidirecional com EPS(espessura 8 cm)	M²	ODAIR LAJES	2.500	R$ 38,00	R$ 95.000,00
8	Laje Pré-Moldada tipo "treliçada" unidirecional com EPS (espessura 10 cm	M²	ODAIR LAJES	1.000	R$ 48,00	R$ 48.000,00
TOTAL					**R$ 340.500,00**	
(trezentos e quarenta mil e quinhentos reais).						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Anexo I - Planilha Orçamentária Sintética

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 25/09/2026 a 25/09/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo e demais peças pertencentes a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, mediante acordo entre as partes, devendo o ato ser ratificado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 340.500,00 (trezentos e quarenta mil e quinhentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos aludidos pelo art. 137, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no ato de envio da nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8% do valor do Contrato.

(e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

(f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.1.3. Indenizações e multas.

13.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 09.09.000 - REFORMA MUNIC. AGRIGULTURA E EXPANÇÃO ECONÔMICA 11.11.000 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 15.15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS 16.16.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E LIMPEZA PÚBLICA
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 20.122.014.2158 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNNICIPAL DE AGRICULTURA E EXP. ECONÔMICA 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 18.541.013.2924 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 17.512.012.2141 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS 15.451.011.2922 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E LIMP. PÚBLICA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 17060 - 17080 - 17090 - 17200

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 25 de setembro de 2026.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

_____

ODAIR LAJES LTDA ME
ODAIR JOSE BATISTA PESSOA
FORNECEDOR(A)

Testemunhas

1._____
CPF

2._____
CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL - CNPJ 16.416.117/0001-90

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 230/2026
CONTRATO N° 106/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 106/2026

MODALIDADE/N.º: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2025PE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL - BA

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e Pregão Eletrônico nº 030/2025PE

VALOR: R$ 340.500,00 (trezentos e quarenta mil e quinhentos reais).

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25/09/2026 a 25/09/2027

FORNECEDOR: ODAIR LAJES LTDA ME
CNPJ: 22.210.864/0001-70

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 09.09.000 - REFORMA MUNIC. AGRIGULTURA E EXPANÇÃO ECONÔMICA 11.11.000 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 15.15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS 16.16.000- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E LIMPEZA PÚBLICA
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 20.122.014.2158 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNNICIPAL DE AGRICULTURA E EXP. ECONÔMICA 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 18.541.013.2924 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 17.512.012.2141 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS 15.451.011.2922 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E LIMP. PÚBLICA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 17060 - 17080 - 17090 - 17200

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA

ASSINAM PELA CONTRATADA: ODAIR JOSE BATISTA PESSOA

DATA: 25 de setembro de 2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO Nº. 107/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 231/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 030/2025PE
CONTRATO nº 107/2026

Contrato administrativo nº 107/2026, que celebram entre si o Município de Lagoa Real e a empresa MADEIREIRA ASSUNÇÃO LTDA, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 054/2025ARP, oriunda do Pregão Eletrônico nº 030/2025PE, tendo por objeto o fornecimento dos itens licitados.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117/0001-90, neste ato representada pelo Sr. José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa **MADEIREIRA ASSUNÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 55.078.686/0001-25, com sede na Av. Tamboril, 001, Bairro Centro, Lagoa Real -BA, CEP 46.425-000, doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representado por PAULO SÉRGIO DIAS DE ASSUNÇÃO, portador do CPF sob nº. 0**.6*8. **5-84, conforme atos constitutivos da empresa, resolvem celebrar o presente Contrato oriundo da ata de registro de preço nº 054/2025ARP, decorrente mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL - BA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação resumido por categoria:

LOTE 03						
ITEM	**ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	Ripão madeira de lei 5.5 x 4	MT	GUAJARÁ	2.000	R$ 7,00	R$ 14.000,00
2	Ripa madeira de lei 4 x 1,5	MT	GUAJARÁ	2.500	R$ 1,88	R$ 4.700,00
3	Linha madeira de lei 5.5 x 12 Cm	MT	GUAJARÁ	2.500	R$ 21,00	R$ 52.500,00
4	Linha madeira de lei 5.5 x 14 Cm	MT	GUAJARÁ	2.500	R$ 26,00	R$ 65.000,00
5	Linha madeira de lei 5.5 x 20	MT	GUAJARÁ	1.500	R$ 35,00	R$ 52.500,00
6	Eucalipto tratado de 2.2m bitola de 10-12CM	UND	EUCALIDER	500	R$ 19,00	R$ 9.500,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

7	Eucalipto tratado de 4m com bitola 8-10CM	UND	EUCALIDER	30	R$ 55,00	R$ 1.650,00
8	Eucalipto tratado de 6m com bitola 8-10CM	UND	EUCALIDER	30	R$ 67,00	R$ 2.010,00
9	Eucalipto tratado de 7m com bitola 8-10CM	UND	EUCALIDER	30	R$ 78,00	R$ 2.340,00
10	Eucalipto tratado de 2.2m com bitola 8-10CM	UND	EUCALIDER	30	R$ 10,00	R$ 300,00
TOTAL					**R$ 204.500,00**	
(duzentos e quatro mil e quinhentos reais).						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Anexo I - Planilha Orçamentária Sintética

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 25/09/2026 a 25/09/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo e demais peças pertencentes a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, mediante acordo entre as partes, devendo o ato ser ratificado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 204.500,00 (duzentos e quatro mil e quinhentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos aludidos pelo art. 137, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no ato de envio da nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do

contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
(d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8% do valor do Contrato.
(e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
(f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no

caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.1.3. Indenizações e multas.

13.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 09.09.000 - REFORMA MUNIC. AGRIGULTURA E EXPANÇÃO ECONÔMICA 11.11.000 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 15.15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS 16.16.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E LIMPEZA PÚBLICA
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 20.122.014.2158 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNNICIPAL DE AGRICULTURA E EXP. ECONÔMICA 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 18.541.013.2924 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 17.512.012.2141 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS 15.451.011.2922 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E LIMP. PÚBLICA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 17060 - 17080 - 17090 - 17200

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 25 de setembro de 2026.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

_____

MADEIREIRA ASSUNÇÃO LTDA
PAULO SÉRGIO DIAS DE ASSUNÇÃO
FORNECEDOR(A)

Testemunhas

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

1._____
CPF

2._____
CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 231/2026
CONTRATO N° 107/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 107/2026

MODALIDADE/N.º: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2025PE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL - BA

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e Pregão Eletrônico nº 030/2025PE

VALOR: R$ 204.500,00 (duzentos e quatro mil e quinhentos reais).

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25/09/2026 a 25/09/2027

FORNECEDOR: MADEIREIRA ASSUNÇÃO LTDA
CNPJ: 55.078.686/0001-25

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 09.09.000 - REFORMA MUNIC. AGRIGULTURA E EXPANÇÃO ECONÔMICA ECONÔMICA 11.11.000 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 15.15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS 16.16.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E LIMPEZA PÚBLICA
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 20.122.014.2158 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNNICIPAL DE AGRICULTURA E EXP. ECONÔMICA 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 18.541.013.2924 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 17.512.012.2141 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS 15.451.011.2922 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E LIMP. PÚBLICA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 17060 - 17080 - 17090 - 17200

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA

ASSINAM PELA CONTRATADA: PAULO SÉRGIO DIAS DE ASSUNÇÃO

DATA: 25 de setembro de 2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO Nº. 109/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 233/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 030/2025PE
CONTRATO nº 109/2026

Contrato administrativo nº 109/2026, que celebram entre si o Município de Lagoa Real e a empresa DEUSLIRIO PRATES AGUIAR, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 052/2025ARP, oriunda do Pregão Eletrônico nº 030/2025PE, tendo por objeto o fornecimento dos itens licitados.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117/0001-90, neste ato representada pelo Sr. José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa **DEUSLIRIO PRATES AGUIAR**, inscrita no CNPJ nº. 08.658.765/0001-25, com sede na Av. Real, nº 172 - Bairro Centro - LAGOA REAL - BA - CEP 46.425-000, doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representado por DEUSLIRIO PRATES AGUIAR, portador do CPF sob nº. 6**.9*1. **5-68, conforme atos constitutivos da empresa, resolvem celebrar o presente Contrato oriundo da ata de registro de preço nº 052/2025ARP, decorrente mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL - BA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação resumido por categoria:

GRUPO 01						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Mangueira cristal de ½ polegadas	MTS	DIVERSAS	500	R$ 2,00	R$ 1.000,00
2	Mangueira cristal ³/4 polegadas	MTS	DIVERSAS	500	R$ 3,00	R$ 1.500,00
3	Mangueira jardim trançada de 15 metros	ROLO	DIVERSAS	30	R$ 37,00	R$ 1.110,00
4	Mangueira jardim trançada de 20 metros	ROLO	DIVERSAS	30	R$ 45,00	R$ 1.350,00
5	Mangueira jardim trançada de 30 metros	ROLO	DIVERSAS	30	R$ 56,00	R$ 1.680,00
6	Mangueira de gás trançada 3/8	MTS	DIVERSAS	250	R$ 5,00	R$ 1.250,00
7	Balde plástico para concreto 12 litros	UND	DIVERSAS	100	R$ 6,00	R$ 600,00
8	Trincha, com cerdas de nylon, de 1 polegada.	UND	CONDOR	40	R$ 3,00	R$ 120,00
9	Trincha com cerdas em nylon, de 2 polegadas.	UND	CONDOR	40	R$ 3,00	R$ 120,00
10	Trincha, com cerdas de nylon, de 3 polegadas.	UND	CONDOR	40	R$ 4,00	R$ 160,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL - CNPJ 16.416.117/0001-90

11	Cavador com cabo	UND	MAX	25	R$	34,00	R$	850,00
12	ENXADA, tipo estreita, de 2 libra, em aco carbono, diametro do olho redondo de 38 mm, cabo de madeira com 130 cm.	UND	PARABONI	25	R$	28,00	R$	700,00
13	Picareta, em aço forjado, modelo alvião, cabo de madeira, comprimento 100 cm, com variação de +/- 2 cm.	UND	TRAMONTINA	15	R$	50,00	R$	750,00
14	Pá com cabo, com cabo de madeira, 71cm.	UND	TRAMONTINA	30	R$	24,00	R$	720,00
15	Martelo, tipo bola, fabricado em aço carbono, cabo em madeira, de 500 g. Embalagem com dados de identificação do produto e marca do fabricante	UND	TRAMONTINA	10	R$	21,00	R$	210,00
16	Mareta em aço carbono forjado, com cabo, de 2 kg	UND	TRAMONTINA	10	R$	35,00	R$	350,00
17	Martelo unha: 20mm, cabo de madeira. Modelo: 470g.	UND	TRAMONTINA	10	R$	12,00	R$	120,00
18	Talhadeira 10 polegadas, usada para cortar parede	UND	J.E	10	R$	10,00	R$	100,00
19	Ponteiro, em aço 12 polegadas, dimensões 3/4 (espessura) x 30 cm (comprimento).	UND	J.E	15	R$	10,00	R$	150,00
20	Colher, de pedreiro, 10 polegadas, em aço, cabo em madeira envernizada.	UND	PARABONI	15	R$	21,00	R$	315,00
21	Colher, de pedreiro, 7 polegadas, em aço, dimensões 203 x 103 mm, sae 1070, acabamento em pintura eletrostática, cabo em madeira envernizada.	UND	ATLAS	15	R$	19,00	R$	285,00
22	Colher, de pedreiro, n. 06, em aço, acabamento em pintura eletrostática, cabo em madeira envernizada. Embalagem com dados de identificação do produto.	UND	ATLAS	15	R$	19,00	R$	285,00
23	Cavadeira articulada, com cabo: Medica do cabo, 1,2 metros.	UND	TRAMONTINA	25	R$	26,00	R$	650,00
24	Enxadão material em aço forjado estreito, 14 cm largura, com cabo de madeira	UND	TRAMONTINA	25	R$	30,00	R$	750,00
25	Disco, de corte, em aço, abrasivo, diâmetro 04 polegadas	UND	NORTON	50	R$	1,00	R$	50,00
26	Disco, de corte, diamantado, a seco em pedras, diâmetro de 04 polegadas	UND	CLASSIC	50	R$	6,00	R$	300,00
27	Ferrolho trinco redondo 6cm	UND	SOLUFER	50	R$	4,00	R$	200,00
28	Ferrolho trinco redondo 9cm	UND	SOLUFER	50	R$	4,00	R$	200,00
29	Ferrolho trinco redondo 12cm	UND	SOLUFER	50	R$	6,00	R$	300,00
30	Ferrolho porta cadeado 10cm	UND	SOLUFER	40	R$	5,00	R$	200,00
31	Ferrolho porta cadeado 51mm	UND	SOLUFER	40	R$	11,00	R$	440,00
32	Torneira de parede móvel para cozin ha com bucha. Material, latão. Acionamento, 1/2 de volta. Acabamento, cromado. Fixação, parede	UND	LG METAL	35	R$	35,00	R$	1.225,00
33	Lixa para parede, n. 120	UND	NORTON	250	R$	1,00	R$	250,00
34	Lixa para parede, n. 100	UND	NORTON	250	R$	1,00	R$	250,00
35	Lixa para madeira, nº 120.	UND	NORTON	250	R$	1,00	R$	250,00
36	Lixa para madeira, nº 100.	UND	NORTON	250	R$	1,00	R$	250,00
37	Lixa para ferro, nº 100.	UND	NORTON	150	R$	1,00	R$	150,00
38	Lixa para ferro, nº 36	UND	NORTON	150	R$	2,00	R$	300,00
39	Lixa para ferro, nº 60.	UND	NORTON	150	R$	1,00	R$	150,00
40	Lavatorio louca com coluna acoplada, na cor branca, 44 x 35.5 cm	UND	MARI	30	R$	107,00	R$	3.210,00
41	Vergalhão 3/8	UND	GERDAU	500	R$	26,00	R$	13.000,00
42	Vergalhão 5 x 16	UND	GERDAU	250	R$	19,00	R$	4.750,00
43	Vergalhão 1/4	UND	GERDAU	400	R$	14,00	R$	5.600,00
44	Vergalhão 5/8	UND	GERDAU	35	R$	63,00	R$	2.205,00
45	Vergalhão 1/2	UND	GERDAU	500	R$	41,00	R$	20.500,00
46	Vergalhão 3 x 16	UND	GERDAU	350	R$	7,00	R$	2.450,00
47	Pneu 3.25-8 (carrinho de mão)	UND	URIAH	30	R$	17,00	R$	510,00
48	Câmara 3.25-8 (pneu carrinho de mão)	UND	URIAH	13	R$	8,00	R$	104,00
49	Carrinho de mão de aço, capacidade 50 a 60 litros, pneu com camara	UND	METALOSA	50	R$	74,00	R$	3.700,00
50	Massa, corrida, a base pva. Embalagem: com 3.600 Litros	UND	LUX	100	R$	12,00	R$	1.200,00
51	Massa, corrida, a base PVA. Embalagem: com 18 Litros.	UND	BELLA	150	R$	28,00	R$	4.200,00
52	Tinta em cores variadas, látex acrílica. Embalagem 18 litros	UND	CORALAR	150	R$	137,00	R$	20.550,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

53	Tinta, látex acrílica em cores variadas. Embalagem, 3,600 litros	UND	CORALAR	150	R$	46,00	R$	6.900,00
54	Tinta esmalte sintético, em cores variadas. Embalagem, 3,600 litros.	UND	EUCALAR	100	R$	67,00	R$	6.700,00
55	Tinta esmalte sintético, em cores variadas. Embalagem com 900 ml.	UND	EUCALAR	50	R$	22,00	R$	1.100,00
56	Tinta acrílica para piso, em cores variadas. Embalagem, 18 litros.	UND	EUCATEX	100	R$	214,00	R$	21.400,00
57	Tinta acrílica para piso, em cores variadas. Embalagem, 3,600 litros	UND	EUCATEX	100	R$	64,00	R$	6.400,00
58	Verniz, sintético, incolor, brilhante, para madeira. Embalagem: galão com 3,600 litros,	UND	ANJO	30	R$	65,00	R$	1.950,00
59	Verniz, sintético, incolor, brilhante, para madeira. Embalagem: com 900 ml,	UND	ANJO	75	R$	23,00	R$	1.725,00
60	solvente de 5 litros	UND	ANJO	30	R$	42,00	R$	1.260,00
61	Solvente, a base de nitro celulose. Embalagem com 900 ml	UND	ANJO	75	R$	10,00	R$	750,00
62	Selador acrílico para pintura. Especificação, indicado para selar e uniformizar a absorção das superfícies. Embalagem, 18 litros. Rendimento, até 80 a 120 m^2 /demão. Diluição, 0,1.	UND	TROPICAL	125	R$	67,00	R$	8.375,00
63	Selador acrílico para pintura. Especificação, indicado para selar e uniformizar a absorção das superfícies. Embalagem, 3,6 litros. Rendimento, até 16 a 24 m^2 / demão. Diluição, 0,1	UND	LUX	100	R$	22,00	R$	2.200,00
64	Tinta spray multiuso, em cores variadas. Rendimento, até 1,2 a 2 m^2/ demão. Embalagem, 400 ml.	UND	TEKBOND	100	R$	11,00	R$	1.100,00
65	Resina acrílica a base de água. Embalagem, 18 litros. Rendimento, 45m^2/ galão 3,6 l / demão.	UND	EUCATEX	50	R$	351,00	R$	17.550,00
66	Fita adesiva zebrada, vermelha e branca, para demarcação, 7,50cm x 200 metros	UND	WORKER	65	R$	73,00	R$	4.745,00
67	Torneira de metalpara lavatório	UND	LG METAL	100	R$	37,00	R$	3.700,00
68	Rolo espuma poliéster com suporte 23 cm.	UND	CONDOR	100	R$	11,00	R$	1.100,00
69	Rolo de lã sintética, para parede. Largura do rolo, 23cm	UND	CONDOR	100	R$	14,00	R$	1.400,00
70	Rolo espuma poliéster com suporte 09 cm.	UND	ATLAS	100	R$	5,00	R$	500,00
71	Rolo espuma poliéster com suporte 5 cm.	UND	ATLAS	75	R$	5,00	R$	375,00
72	Corante liquido para tinta, bisnaga 50 ml.	UND	GLOBO	60	R$	5,00	R$	300,00
73	Cal. Embalagem com 20 kg	UND	SUPERCAL	250	R$	12,00	R$	3.000,00
74	Coluna de louça para lavatório	UND	MARI	30	R$	55,00	R$	1.650,00
75	Vaso sanitário com caixa acoplada.	UND	MARI	30	R$	287,00	R$	8.610,00
76	Assento para vaso sanitário, elevado, almofadado	UND	METALSUL	30	R$	39,00	R$	1.170,00
77	Assento para vaso sanitário, almofadado, retangular. Dimensões:Comprimento: 42.5cm x Largura: 36cm	UND	ATLAS	30	R$	65,00	R$	1.950,00
78	Lavatório de louça suspenço 40 x 30 cm	UND	DIVERSAS	30	R$	61,00	R$	1.830,00
79	Vaso sanitário	UND	MARI	40	R$	75,00	R$	3.000,00
80	Descarga, tipo sobrepor, em plástico, com sistema de descarga total, capacidade 09 litros.	UND	METALSUL	35	R$	30,00	R$	1.050,00
81	Cadeado, 20 mm, em latão, com trava dupla, cilindros em latão	UND	PADO	75	R$	7,00	R$	525,00
82	Cadeado, 30 mm, em latão, com trava dupla, cilindro em latão	UND	PADO	75	R$	11,00	R$	825,00
83	Cadeado, 40 mm, em latão, com trava dupla, cilindro em latão.	UND	PADO	60	R$	17,00	R$	1.020,00
84	Cadeado, 50 mm, em latão, com trava dupla, cilindro em latão	UND	PADO	60	R$	28,00	R$	1.680,00
85	Peneira, fina, tela de metal, aro em madeira, diâmetro 60 cm, para peneirar cimento e areia	UND	DIVERSAS	40	R$	11,00	R$	440,00
86	Arame farpado, para cerca. Embalagem com 500 metros: Diâmetro do fio: 1,60 mm	ROLO	MOTTO	20	R$	210,00	R$	4.200,00
87	Arame farpado, para cerca. Embalagem com 250 metros: Diâmetro do fio: 1,60 mm	ROLO	GIR	20	R$	108,00	R$	2.160,00
88	Fita zebrada para demarcação, sem adesivo 70mm x 200 M	UND	ECOCONVERT	30	R$	11,00	R$	330,00
89	Arame galvanizado nº 12	KG	MORLAN	100	R$	9,00	R$	900,00
90	Arame galvanizado nº 18	KG	MORLAN	65	R$	15,00	R$	975,00
91	Arame galvanizado nº 14	KG	MORLAN	65	R$	12,00	R$	780,00
92	Arame galvanizado nº 20	KG	MORLAN	50	R$	16,00	R$	800,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

93	Arame de aço, recozido, nº 18	KG	GERDAU	250	R$	10,00	R$	2.500,00
94	Arame de aço, recozido, nº 12	KG	GERDAU	150	R$	9,00	R$	1.350,00
95	Dobradiça porta janela madeira. Tamanho: 3 1/2" x 2 5/16". Espessura da chapa: 1,50 mm	UND	SOLUFER	75	R$	4,00	R$	300,00
96	Piso cerâmica 50 x 50 pi 5 classe A	MTS	KARINA	400	R$	16,00	R$	6.400,00
97	Piso cerâmica, de parede 34 x 60, pi 3, classe A	MTS	ALFAGRES	350	R$	16,00	R$	5.600,00
98	Piso cerâmica, ante derrapante. 50 x 50, pi 5, classe A.	MTS	KARINA	250	R$	15,00	R$	3.750,00
99	Argamassa AC II. Embalagem com 20kg	UND	QUARTZOLAR	300	R$	17,00	R$	5.100,00
100	Argamassa AC I. Embalagem com 20kg	UND	QUARTZOLAR	300	R$	9,00	R$	2.700,00
101	Rejunte para piso em cores variadas. Embalagem com 1kg	UND	QUARTZOLAR	250	R$	8,00	R$	2.000,00
102	Canduite de 3/4	MTS	TRAMONTINA	500	R$	0,90	R$	450,00
103	Canduite de 1/2	MTS	FORTLEV	500	R$	0,80	R$	400,00
104	Bota, cano curto, em couro em vaqueta, curtida ao cromo	PARES		30	R$	45,00	R$	1.350,00
105	Lamina serra, 12 polegadas 300 mm	UND	NICSON	30	R$	8,00	R$	240,00
106	Arco, de serra, em aço, regulável, para lamina de serra de 10 e 12 polegadas tensionada por uma porca borboleta, acompanhada de uma lamina de serra de 12 polegadas, cabo revestido em material plástico.	UND	MAX	50	R$	5,00	R$	250,00
107	Lona plástica, na cor preta, 4 metros de largura, 100 micra de espessura.	MTS	LONAX	200	R$	4,00	R$	800,00
108	Broxa para pintura. Embalagem com 15cm.	MTS	DIVERSAS	200	R$	7,00	R$	1.400,00
109	Tela, utilizada em galinheiro, de arame galvanizado, formato, fio 18, losangular entrelaçado, altura 1,80m.	UND	MORLAN	200	R$	8,00	R$	1.600,00
110	Tela mangueirão, galvanizada, formato losangular, altura 1,80 m, fio 18 mm.	MTS	MORLAN	300	R$	11,00	R$	3.300,00
111	Prego sem cabeça 10 x 10 mm	KG	GERDAU	300	R$	11,00	R$	3.300,00
112	Prego 15 x 15 mm	KG	GERDAU	50	R$	10,00	R$	500,00
113	Prego 17 x 21 mm	KG	GERDAU	50	R$	10,00	R$	500,00
114	Prego 18 x 27 mm	KG	GERDAU	50	R$	11,00	R$	550,00
115	Prego 22 x 42 mm	KG	GERDAU	50	R$	11,00	R$	550,00
116	Prego 19 x 39 mm	KG	GERDAU	50	R$	12,00	R$	600,00
117	Prego 12 x 12 mm	KG	BELGO	50	R$	11,00	R$	550,00
118	Grampo, em aço galvanizado, dimensões 7/8 x 9, para uso em cerca	KG	BELGO	50	R$	12,00	R$	600,00
119	Corrente, de aço galvanizado, elo 1/4".	KG	TOHPSON	100	R$	5,00	R$	500,00
120	Corda, em nylon, espessura 10 mm.	MTS	RIOMAR	250	R$	1,00	R$	250,00
121	Corda, em nylon, espessura 08 mm.	MTS	RIOMAR	500	R$	1,50	R$	750,00
122	Corda, em nylon, espessura 12 mm.	MTS	RIOMAR	500	R$	1,00	R$	500,00
123	Corda, em nylon, espessura 06 mm.	MTS	RIOMAR	500	R$	3,00	R$	1.500,00
124	Corda, em nylon, espessura 20 mm.	MTS	RIOMAR	500	R$	6,00	R$	3.000,00
125	Lubrificante, antioxidante, para metais, em aerosol, isento de cfc. Embalagem: em lata com 300 ml	UND	LUBFAST	250	R$	26,00	R$	6.500,00
126	Maderite, contendo 10 mm x 120 l x 220 altura.	UND	DIVERSAS	25	R$	28,00	R$	700,00
127	Tabua, em madeira de pinho, serrada, dimensões 30cm x 3 m comprimento.	UND	DIVERSAS	50	R$	28,00	R$	1.400,00
128	Dispenser para papel toalha,material: confeccionado em plástico abs de alta resistência, apresentação: para utilização de papel toalha interfolhado, sistema de abertura com travas.	UND	METALSUL	125	R$	31,00	R$	3.875,00
129	Dispenser para sabonete líquido,material: plástico, capacidade: para refil de 800 ml, cor: branca, fixação: em parede.	UND	LG METAL	30	R$	30,00	R$	900,00
130	Dispenser para copos descartáveis, seu funcionamento é simples basta puxar a alavanca, aguardar o copo sair e soltar a alavanca. Copos de 150 a 250 ml.	UND	DIVERSAS	30	R$	18,00	R$	540,00
131	Dispenser para copos descartáveis, seu funcionamento é simples basta puxar a alavanca, aguardar o copo sair e soltar a alavanca. Copos de 50 ml	UND	DIVERSAS	30	R$	114,00	R$	3.420,00
132	Esmerilhadeira angular 4.1/2 "600 watts, 220v	UND	HAMMER	30	R$	288,00	R$	8.640,00

133	Furadeira, de impacto gsb 20/2 , 220 v, velocidades, potência de 700 watts, alto torque, ideal para trabalhos pesados, redução mecânica de velocidade, capacidade de perfuração: concreto: 20 / 13 mm aço, 13 / 08 mm madeira, 40 / 25 mm rotação sem carga: 1000 / 3000 min mandril: 1/2" - 13 mm.	UND	DEWALT	3	R$	316,00	R$	948,00
134	Serra marmore gdc profissional com 1.450W de potência, rotação: 12.000 Rpm. Capacitação do disco: 125 mm. Peso: 2,8 kg, voltagem: 220v.	UND	DWALT	3	R$	101,00	R$	303,00
135	Broca de aço rápido, 1/4 polegada.	UND	DWT	3	R$	10,00	R$	30,00
136	Broca de aço rápido, 3/8 polegadas.	UND	IRWIN	35	R$	7,00	R$	245,00
137	Broca, de aço rápido, 6 mm	UND	IRWIN	35	R$	4,00	R$	140,00
138	Broca, de aço rápido, 8 mm	UND	IRWIN	35	R$	4,00	R$	140,00
139	Broca, de aço rápido, 1,5 mm	UND	IRWIN	35	R$	4,00	R$	140,00
140	Broca, de aço rápido, 2 mm	UND	IRWIN	35	R$	4,00	R$	140,00
141	Broca, de aço rápido, 4 mm	UND	IRWIN	35	R$	7,00	R$	245,00
142	Broca de aço rápido, 5/16 polegadas.	UND	IRWIN	35	R$	7,00	R$	245,00
143	Broca, de vidia, de 3/8	UND	IRWIN	35	R$	7,00	R$	245,00
144	Broca de vidia de 10 mm, para concreto.	UND	IRWIN	35	R$	7,00	R$	245,00
145	Broca de vidia de 08 mm, para concreto.	UND	IRWIN	35	R$	5,00	R$	175,00
146	Broca de vidia, de 06 mm, para concreto.	UND	IRWIN	35	R$	3,00	R$	105,00
147	Broca de vidia, de 02 mm, para concreto	UND	DORMER	35	R$	3,00	R$	105,00
148	Broca de vidia, de 04 mm, para concreto	UND	DORMER	35	R$	4,00	R$	140,00
149	Broca de vidia de 05 mm, para concreto.	UND	DORMER	35	R$	7,00	R$	245,00
150	Chapa de zinco 30 cm	UND	DORMER	40	R$	9,00	R$	360,00
151	Chapa de zinco 40 cm	KG	DORMER	500	R$	9,00	R$	4.500,00
152	Chapa de zinco 60 cm	KG	AÇOCEARENSE	500	R$	38,00	R$	19.000,00
153	Calha, zincada telhado beiral. 4 metros	KG	DIVERSAS	500	R$	20,00	R$	10.000,00
154	Linha de pedreiro, medindo 100 mts	UND	DIVERSAS	25	R$	4,00	R$	100,00
155	Barra, redonda, em aço galvanizado, dimensões 1/4 polegada(diâmetro) x 1 m(comprimento), rosqueavel nas duas extremidades.	UND	INOX	13	R$	9,00	R$	117,00
156	Barra, redonda, em aço galvanizado, dimensões 1/2 mm polegada(diâmetro) x 1 m(comprimento), rosqueavel nas duas extremidades.	UND	DIVERSAS	25	R$	4,00	R$	100,00
157	Porca, em aço galvanizado, sextavada, bitola 1/4 polegada.	UND	DIVERSAS	25	R$	0,50	R$	12,50
158	Porca, sextavada, em aço galvanizado, rosca do tipo nc, bitola 1/2 polegadas.	UND	BELENIOS	25	R$	0,50	R$	12,50
159	Aruela ¼ polegada.	UND	BELENIOS	25	R$	0,50	R$	12,50
160	Aruela ½ polegada.	UND	BELENIOS	25	R$	40,00	R$	1.000,00
161	Cone, sinalização, para orientação de transito em borracha, 75 cm (altura), 40 x 40 cm .	UND	BORRACHA	25	R$	20,00	R$	500,00
162	Fixador para tinta	UND	DIVERSAS	50	R$	40,00	R$	2.000,00
163	Fechadura de porta,cromada, externa, fechadura acompanhada com maçaneta cromada.	UND	MGM	50	R$	53,00	R$	2.650,00
164	Fechadura de porta, cromada, interna, fechadura acompanhada com maçaneta cromada.	UND	MGM	45	R$	35,00	R$	1.575,00
165	Desempenadeira, em aço inox, para massa corrida: 12 x 29 cm.	UND	METALSUL	40	R$	25,00	R$	1.000,00
166	Desempenadeira, em aço inox, para massa corrida: 12 x 30 cm.	UND	METALSUL	25	R$	30,00	R$	750,00
167	Desempenadeira, em aço inox, para massa corrida: 12 x 40 cm.	UND	METALSUL	25	R$	15,00	R$	375,00
168	Espátua, para pintura, em aço inox: 7,6 cm.	UND	TRAMONTINA	25	R$	9,00	R$	225,00
169	Espátula, para pintura, em aço inox: 10,2 cm.	UND	TRAMONTINA	25	R$	10,00	R$	250,00
170	Espátula, para pintura, em aço inox: 12,7 cm	UND	TRAMONTINA	25	R$	9,00	R$	225,00
171	Espátula, para pintura, em aço inox: 3,8 cm	UND	TRAMONTINA	25	R$	3,00	R$	75,00
172	Caixinha para instalação eletricade, pvc: 4x2	UND	TRAMONTINA	25	R$	21,00	R$	525,00
173	Registro regulador de gás, grande: 506/01	UND	INMAR	250	R$	28,00	R$	7.000,00
174	Registro regulador de gás, médium: 504/01	UND	INMAR	30	R$	16,00	R$	480,00
175	Treliça, ferro aço: 3 metros.	UND	GERDAU	25	R$	4,00	R$	100,00

176	Bucha parede 06mm	UND	DIVERSAS	1000	R$	0,10	R$	100,00
177	Bucha parede 08mm	UND	DIVERSAS	200	R$	0,10	R$	20,00
178	Bucha parede 10mm	UND	DIVERSAS	200	R$	0,20	R$	40,00
179	Bucha para parede 12mm	UND	DIVERSAS	200	R$	0,20	R$	40,00
180	Parafuso Philips: 4 mm x 4,5 cm.	UND	DIVERSAS	200	R$	0,20	R$	40,00
181	Parafuso Philips: 4,5 mm x 6 cm.	UND	DIVERSAS	500	R$	0,20	R$	100,00
182	Parafuso sextavado: 1/4 x 50 mm	UND	DIVERSAS	500	R$	0,60	R$	300,00
183	Parafuso sextavado: 5/16 x 70 mm	UND	DIVERSAS	500	R$	0,30	R$	150,00
184	Parafuso, para dobradiça de porta e janela: 3,5 mm	UND	DIVERSAS	500	R$	0,20	R$	100,00
185	Arruela lisa 5/16	UND	DIVERSAS	500	R$	0,10	R$	50,00
186	Arruela lisa 1/4	UND	DIVERSAS	500	R$	8,00	R$	4.000,00
187	Rastelo 14 dentes, de aço, com cabo, para jardim	UND	TRAMONTINA	500	R$	12,00	R$	6.000,00
188	Vassoura para jardim, metálica, 22 dentes, com cabo	UND	TRAMONTINA	25	R$	9,00	R$	225,00
189	Eletroduto roscavel pvc 1/2. Especificação. Forma do uso, realiza apassagem de fios ou cabos elétricos em lajes. Espessura, 3,00 metros de comprimento.	UND	KRONA	25	R$	9,00	R$	225,00
190	Eletroduto roscavel pvc 3/4. Especificação. Forma do uso, realiza a passagem de fios ou cabos elétricos em lajes. Espessura, 3,00 metros de comprimento.	UND	KRONA	250	R$	4,00	R$	1.000,00
191	Luva eletroduto roscavel 1/2	UND	KRONA	250	R$	3,00	R$	750,00
192	Luva eletroduto roscavel 3/4	UND	KRONA	250	R$	3,00	R$	750,00
193	Curva eletroduto roscavel 3/4 90°. Forma de uso, para unir eletrodutos roscáveis em ângulo de 90. Peso, 39g.	UND	KRONA	250	R$	3,00	R$	750,00
194	Curva eletroduto roscavel 1/2 90°. Forma de uso, para unir eletrodutos roscáveis em ângulo de 90. Peso, 0,161kg.	UND	KRONA	250	R$	3,00	R$	750,00
195	Fita crepe geral. Especificação, a fita crepe 427 da adere possui qualidade superior para pintura imobiliária. Espessura, 19mmx50m.	UND	ADERE	250	R$	6,00	R$	1.500,00
196	Fita crepe geral. Especificação, a fita crepe 427 da adere possui qualidade superior para pintura imobiliária. Espessura, 50mmx50m.	UND	ADERE	200	R$	56,00	R$	11.200,00
197	Porta lisa madeira. Características, porta de madeira com design arrojado, proporcionando para o seu ambiente bem estar, modernidade e sofisticação. Sua casa ainda mais bonita. Dimensão: 210 x 60cm, 210 x 70cm, 210 x 80cm. Material, madeira. Tipo da madeira, mogno. Peso, 17kg.	UND	MADEIRA	200	R$	198,00	R$	39.600,00
198	Porta de madeira, almofadada. Dimensão: 210x70cm,210x80cm	UND	DIVERSAS	100	R$	189,00	R$	18.900,00
199	Janela de madeira, almofadada. Dimensao: 80x110cm	UND	DIVERSAS	50	R$	124,00	R$	6.200,00
200	Batente de madeira, para porta de almofada. Dimensão: 210x70cm, 210x80cm	UND	DIVERSAS	50	R$	92,00	R$	4.600,00
201	Batente de madeira, para janela de almofada. Dimensão: 80x110cm.	UND	DIVERSAS	50	R$	31,00	R$	1.550,00
202	Anel de vedação, para vaso sanitario	UND	BHQUITE	50	R$	11,00	R$	550,00
203	Forro pvc. Especificação, largura 20 cm, comprimento, 6 metros, espessura, 8 mm	MT	KEP	3000	R$	20,00	R$	60.000,00
204	Rodaforro para acabamento lateral. Especificação, largura, 3 cm, comprimento, 6,00 m, espessura, 10,6 mm	UND	KEP	500	R$	12,00	R$	6.000,00
205	Lima para enxada 8. Utilizada para afiar enxadas, arados, machados, facões, facas, tesouras e ferramentas de corte em geral.	UND	KF	25	R$	37,00	R$	925,00
206	Foice roçadeira, com cabo, medida, 371x80mm	UND	GAVILAN	25	R$	26,00	R$	650,00
207	Facão de 16 polegadas.	UND	CORNETA	15	R$	83,00	R$	1.245,00
208	Escada de alumínio, tesoura, 05 degraus, peso: 3.28 kg. Peso máximo suportado: 120kg	UND	MUJITEC	5	R$	130,00	R$	650,00
209	Escada de alumínio, tesoura, 06 degraus, peso: 3.96 kg. Peso máximosuportado: 120kg	UND	MUJITEC	5	R$	165,00	R$	825,00
210	Pia inox, para coxinha. Medidas: 150 x 13,5 x 53 cm	UND	PIANOX	10	R$	157,00	R$	1.570,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

211	Pia inox, para coxinha. Medidas: 1,20 C x 52 L cm. Profundidade da cuba: 12 cm	UND	PIANOX	10	R$	65,00	R$	650,00
212	Tabua, em madeira de pinho, serrada, dimensões 30cm x 3 m comprimento.	UND	PIANOX	100	R$	18,00	R$	1.800,00
213	Tabua, em madeira de pinho, serrada (espessura 20 cm x 3 m)	UND	PIANOX	50	R$	18,00	R$	900,00
214	Tabua, em madeira de pinho, serrada (espessura 25cm x 3 m)	UND	DIVERSAS	50	R$	45,00	R$	2.250,00
215	Perfil U 50mm simples 14 – 6m	UND	GERDAU	50	R$	62,00	R$	3.100,00
216	Perfil U 50mm enrijecido 14 – 6m	UND	GERDAU	50	R$	71,00	R$	3.550,00
217	Perfil U 75mm simples 14 – 6m	UND	GERDAU	25	R$	83,00	R$	2.075,00
218	Perfil U 75mm enrijecido 14 – 6m	UND	GERDAU	25	R$	89,00	R$	2.225,00
219	Perfil U 100mm simples 14 – 6m	UND	GERDAU	25	R$	102,00	R$	2.550,00
220	Perfil U 100mm enrijecido 14 – 6m	UND	GERDAU	25	R$	132,00	R$	3.300,00
221	Perfil U 150mm simples 14 – 6m	UND	GERDAU	25	R$	155,00	R$	3.875,00
222	Perfil U 150mm enrijecido 14 – 6m	UND	GERDAU	25	R$	77,00	R$	1.925,00
223	Tubo galvanizado redondo, 1'', chapa 16, 6m	UND	GERDAU	25	R$	42,00	R$	1.050,00
224	Tubo galvanizado redondo, 1 1/4, chapa 16, 6m	UND	GERDAU	25	R$	50,00	R$	1.250,00
225	Tubo galvanizado redondo, 1 1/2, chapa 16, 6m	UND	GERDAU	25	R$	76,00	R$	1.900,00
226	Tubo galvanizado redondo, 2 '', chapa 16, 6m	UND	GERDAU	25	R$	101,00	R$	2.525,00
227	Tubo galvanizado redondo, 2 1/2, chapa 16, 6m	UND	GERDAU	25	R$	38,00	R$	950,00
228	Canaleta Adesiva Articulada 16x10mmx2mts	UND	PERPEX	100	R$	16,00	R$	1.600,00
229	Telha Zinco	M^2	DIVERSAS	2500	R$	7,00	R$	17.500,00
230	Parafuso Auto Brocante 12x 1''	UND	WORKER	2500	R$	0,30	R$	750,00
231	Banco de Praça de Concreto (2,00 m x 0,40 m x 0,45 m)	UND	DIVERSOS	15	R$	113,00	R$	1.695,00
232	Ducha. Com Espalhador De Grandes Dimensões, 3 Temperaturas Aquecimento, Pressão De Funcionamento10 A 400kpa(1 A 40mca***)	UND	KRONA	25	R$	20,00	R$	500,00
233	Capacete de Segurança e Proteção CA 498, obras, Cores Variadas	UND	DIVERSAS	50	R$	12,00	R$	600,00
234	Óculos de Segurança Anti Risco EPI	UND	WORKER	50	R$	10,00	R$	500,00
235	Resistência, Elétrica, Para Chuveiro, Compatível Com Chuveiro Da Marca Lorenzeti, Potencia 5.400 W, Tensão Elétrica 220 Volts, Rotulagem Contendo, No Mínimo, Nome Do Produto, Compatibilidade, Potencia, Tensão.	UND	TEKBOND	50	R$	10,00	R$	500,00
236	Silicone, Incolor, Para Vedação. Embalagem: Bisnaga Com Mínimo De 300 G, Com Dados De Identificação Do Produto.	UND	DIVERSAS	25	R$	38,00	R$	950,00
237	Tubo galvanizado redondo, 25'', chapa 14, 6m	UND	DIVERSAS	50	R$	225,00	R$	11.250,00
238	Perfil U 300mm enrijecido 14 – 6m	UND	DIVERSAS	25	R$	88,00	R$	2.200,00
239	Arruela lisa 3/4	UND	DIVERSAS	500	R$	2,01	R$	1.005,00
TOTAL					**R$**			**610.219,50**
(seiscentos e dez mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos).								

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Anexo I - Planilha Orçamentária Sintética

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 25/09/2026 a 25/09/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo e demais peças pertencentes a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, mediante acordo entre as partes, devendo o ato ser ratificado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 610.219,50 (seiscentos e dez mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos aludidos pelo art. 137, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no ato de envio da nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8% do valor do Contrato.

(e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.

(f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.1.3. Indenizações e multas.

13.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 09.09.000 - REFORMA MUNIC. AGRIGULTURA E EXPANÇÃO ECONÔMICA 11.11.000 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 15.15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS 16.16.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E LIMPEZA PÚBLICA
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 20.122.014.2158 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNNICIPAL DE AGRICULTURA E EXP. ECONÔMICA 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 18.541.013.2924 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 17.512.012.2141 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS 15.451.011.2922 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E LIMP. PÚBLICA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 17060 - 17080 - 17090 - 17200

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 25 de setembro de 2026.

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

_____
DEUSLIRIO PRATES AGUIAR
DESULIRIO PRATES AGUIAR
FORNECEDOR(A)

Testemunhas

1._____
CPF

2._____
CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 233/2026
CONTRATO N° 109/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 109/2026

MODALIDADE/N.º: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2025PE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, ATENDENDO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL - BA

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e Pregão Eletrônico nº 030/2025PE

VALOR: R$ 610.219,50 (seiscentos e dez mil, duzentos e dezenove reais e cinquenta centavos).

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25/09/2026 a 25/09/2027

FORNECEDOR: DESULIRIO PRATES AGUIAR
CNPJ: 08.658.765/0001-25

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 09.09.000 - REFORMA MUNIC. AGRIGULTURA E EXPANÇÃO ECONÔMICA 11.11.000 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 15.15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HÍDRICOS 16.16.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E LIMPEZA PÚBLICA
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 20.122.014.2158 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNNICIPAL DE AGRICULTURA E EXP. ECONÔMICA 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 18.541.013.2924 - GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE 17.512.012.2141 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HIDRICOS 15.451.011.2922 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E LIMP. PÚBLICA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 17060 - 17080 - 17090 - 17200

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA

ASSINAM PELA CONTRATADA: DESULIRIO PRATES AGUIAR

DATA: 25 de setembro de 2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO Nº. 110/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 234/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 013/2026PE
CONTRATO nº 110/2026

Contrato administrativo nº 110/2026, que celebram entre si o Município de Lagoa Real e a empresa TFP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 046/2026ARP, oriunda do Pregão Eletrônico nº 013/2026PE, tendo por objeto o fornecimento dos itens licitados.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117/0001-90, neste ato representada pelo Sr. José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE,** e do outro lado a empresa TFP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 55.580.004/0001-88, sediada na R J M. POR DO SOL, nº 87, Sala B, LOT. MOR POR DO SOL, Guanambi/BA, CEP 46430-000, doravante designada **CONTRATADO**, neste ato representado por THIAGO FERNANDES PATEZ DOS SANTOS, portador do CPF nº. 0**.3*8.**5-11, conforme atos constitutivos da empresa, resolvem celebrar o presente Contrato oriundo da ata de registro de preço nº 046/2026ARP, decorrente mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DESTE MUNICÍPIO DE LAGOA REAL/BA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação resumido por categoria:

GRUPO 04 - PÃES, BOLACHAS E BISCOITOS						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNIDADE	QUANT	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	BISCOITO DOCE, tipo rosquinha, sabor coco, produzido com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, crocante, livre de gorduras trans. Deve apresentar cor, odor, sabor e textura característica e ser acondicionado em pacotes impermeáveis, contendo embalagem primária, secundária e terciária. Deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem os dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. No ato da entrega não poderá ter transcorrido mais de 50% do prazo de validade. Embalagem de 400g.	UND	2000	PETYAN	R$ 3,78	R$ 7.560,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

2	BISCOITO DOCE, tipo maisena, produzido com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, crocante, livre de gorduras trans. Deve apresentar cor, odor, sabor e textura característica e ser acondicionado em pacotes impermeáveis, contendo embalagem primária, secundária e terciária. Deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem os dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. No ato da entrega não poderá ter transcorrido mais de 50% do prazo de validade. Embalagem de 400g.	UND	2000	PETYAN	R$ 4,38	R$ 8.760,00
3	BISCOITO SALGADO, tipo CREAM CRACKER, produzido com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, crocante, livre de gorduras trans. Deve apresentar cor, odor, sabor e textura característica e ser acondicionado em pacotes impermeáveis, contendo embalagem primária, secundária e terciária. Deverá conter no rótulo ou impresso na embalagem os dados do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. No ato da entrega não poderá ter transcorrido mais de 50% do prazo de validade. Embalagem de 400g.	UND	500	PETYAN	R$ 3,85	R$ 1.925,00
4	PÃO DE FORMA – Pão de forma branco, produzido com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fermento biológico, água, açúcar, sal, óleo vegetal e demais ingredientes permitidos pela ANVISA. Produto fresco, macio, embalado em saco plástico apropriado, lacrado, com peso líquido mínimo de 500 g por unidade. Validade mínima de 15 (quinze) dias a contar da data de entrega. O produto deverá estar dentro do prazo de validade, com registro no MAPA/ANVISA, livre de sujidades, bolores, umidade e alterações de cor, cheiro ou sabor. A embalagem deverá conter data de fabricação, validade, peso e identificação do fabricante.	PCT	400	LIMIAR	R$ 11,27	R$ 4.508,00
5	PÃO DE FORMA INTEGRAL - Pão de forma integral, elaborado com farinha de trigo integral como ingrediente predominante, enriquecido com ferro e ácido fólico, podendo conter sementes e grãos, fermento biológico, água, açúcar, sal, óleo vegetal e demais ingredientes permitidos pela ANVISA. Produto fresco, macio, embalado em saco plástico apropriado, lacrado, com peso líquido mínimo de 500 g por unidade. Validade mínima de 15 (quinze) dias a contar da data de entrega. O produto deverá ser entregue dentro do prazo de validade, com registro no MAPA/ANVISA, isento de sujidades, bolores, umidade ou alterações de cor, cheiro e sabor. A embalagem deverá apresentar de forma clara: data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e identificação do fabricante.	PCT	400	VISCONTI	R$ 12,54	R$ 5.016,00
6	BISCOITO PALITO - Biscoito tipo palito, crocante, elaborado com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, ovos e demais ingredientes permitidos pela ANVISA. Produto embalado em material apropriado, lacrado, íntegro e isento de umidade, bolores, sujidades ou alterações de cor, cheiro e sabor. Peso líquido mínimo de 100 g por embalagem. Validade mínima de 120 (cento e vinte) dias a contar da data de entrega. A embalagem deve conter, de forma legível, a data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e identificação do fabricante.	PCT	250	FRACILIA	R$ 1,98	R$ 495,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

7	BISCOITO AVOADOR DE POLVILHO 150 g - Biscoito produzido com polvilho, óleo vegetal, sal e demais ingredientes permitidos pela ANVISA, crocante e pronto para consumo. Produto acondicionado em embalagem de 150 g, original do fabricante, lacrada e íntegra, isento de sujidades, umidade, bolores ou alterações de cor, cheiro e sabor. Validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de entrega. A embalagem deve conter de forma legível: marca, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e identificação do fabricante.	PCT	1000	FRACILIA	R$ 4,38	R$ 4.380,00
8	BISCOITO PALITO 250 g – Biscoito tipo palito, crocante, produzido com farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal e demais ingredientes permitidos pela ANVISA. Produto acondicionado em embalagem de 250 g, original do fabricante, lacrada e íntegra, isento de sujidades, umidade, bolores ou alterações de cor, cheiro e sabor. Validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de entrega. A embalagem deve conter de forma legível: marca, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e identificação do fabricante.	PCT	400	FRACILIA	R$ 4,64	R$ 1.856,00
TOTAL					**R$**	**34.500,00**
(trinta e quatro mil e quinhentos reais).						

GRUPO 05 - BEBIDAS						
ITEM	**ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO**	**UNIDADE**	**QUANT**	**MARCA**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	REFRIGERANTE À BASE DE COLA. Embalagem pet garrafa de 02 litros. Especificação técnica: refrigerante; sabor cola; composto de água gaseificada, açúcar, extrato de noz de cola, cafeína, corante caramelo; acidulante e outros ingredientes permitidos, isento de corantes artificiais; embalagem primaria garrafa pet, hermeticamente fechada; embalagem secundaria plástico resistente; com validade mínima de 48 dias na data da entrega.	UND	500	INDAIA	R$ 5,61	R$ 2.805,00
2	REFRIGERANTE À BASE DE GUARANÁ. Embalagem pet - garrafa de 02 litros. Especificação técnica: refrigerante; sabor guaraná; composto de água gaseificada, açúcar, extrato de semente de guaraná, corante caramelo, acidulante; conservante e outros ingredientes permitidos, isento de corantes artificiais; embalagem primaria garrafa pet, hermeticamente fechada; embalagem secundaria plástico resistente; com validade mínima de 72 dias na data da entrega.	UND	500	INDAIA	R$ 5,61	R$ 2.805,00
3	ÁGUA MINERAL 20L: Embalagem de grande porte de água mineral, lacrada, ideal para uso doméstico ou comercial, com 20 litros de água pura e sem adição de substâncias.	UN	500	DIAS DAVILA	R$ 18,69	R$ 9.345,00
4	ÁGUA MINERAL PACOTE 12 UNIDADES 500ML: Garrafa de 500ml de água mineral, ideal para consumo individual. Pacote contendo 12 unidades.	PCT	150	DIAS DAVILA	R$ 18,70	R$ 2.805,00
5	ÁGUA MINERAL 1.5L: Garrafa de 1,5 litros de água mineral, comum para consumo em família ou pequenos grupos, com sabor e composição equilibrados. Pacote contendo 06 unidades.	PCT	200	DIAS DAVILA	R$ 18,68	R$ 3.736,00

6	PREPARO LÍQUIDO PARA REFRESCO DE CAJU 500 ml: Bebida pronta para consumo, sabor caju, elaborada com polpa de fruta, açúcar e demais ingredientes permitidos pela ANVISA, acondicionada em embalagem de 500 ml, original do fabricante, lacrada e íntegra. Produto deve estar em conformidade com as normas da ANVISA, livre de contaminantes, sujidades ou alterações de cor, cheiro e sabor. Validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de entrega. A embalagem deve apresentar de forma legível: marca, sabor, data de fabricação, prazo de validade, volume líquido e identificação do fabricante.	UND	150	PINDORAMA	R$ 4,67	R$ 700,50
7	SUCO DE UVA INTEGRAL 1 L - Suco de uva 100% integral, sem adição de açúcares ou conservantes artificiais, pronto para consumo, acondicionado em embalagem de 1 litro, original do fabricante, lacrada e íntegra. Produto deve estar em conformidade com as normas da ANVISA, livre de sujidades, contaminações ou alterações de cor, cheiro e sabor. Validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de entrega. A embalagem deve conter de forma legível: marca, tipo de suco, data de fabricação, prazo de validade, volume líquido e identificação do fabricante.	UND	150	CAMPANELA	R$ 18,69	R$ 2.803,50
TOTAL					**R$**	**25.000,00**
(vinte e cinco mil reais).						

TOTAL	**R$**	**59.500,00**
(cinquenta e nove mil e quinhentos reais).		

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Anexo I - Planilha Orçamentária Sintética

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 29/09/2026 a 29/09/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo e demais peças pertencentes a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, mediante acordo entre as

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

partes, devendo o ato ser ratificado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos aludidos pelo art. 137, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no ato de envio da nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
(d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8% do valor do Contrato.
(e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
(f) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.1.3. Indenizações e multas.

13.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 13.13.000 - FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 12.361.009.2250 - GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - QSE 08.122.006.2931 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 15500 - 15730 - 16000 -16210 - 16690

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 29 de setembro de 2026.

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

_____
TFP COMERCIO E SERVICOS LTDA
THIAGO FERNANDES PATEZ DOS SANTOS
FORNECEDOR

Testemunhas

1._____
CPF

2._____
CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL - CNPJ 16.416.117/0001-90

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 234/2026
CONTRATO N° 110/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 110/2026

MODALIDADE/N.º: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 013/2026PE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE LIMPEZA, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DESTE MUNICÍPIO DE LAGOA REAL/BA

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e Pregão Eletrônico nº 013/2026PE

VALOR: R$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais).

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 29/09/2026 a 29/09/2027

FORNECEDOR: TFP COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 55.580.004/0001-88

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 4 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 5 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE	02.02.000 - SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 05.05.000 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 08.08.000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 13.13.000 - FUNDO MUN. DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO	04.122.003.2017 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 10.122.008.2085 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 - GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 12.361.009.2919 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 12.361.009.2098 - GESTÃO DAS AÇÕES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO 12.361.009.2250 - GESTÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - QSE 08.122.006.2931 - GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	15000 - 15010 - 15500 - 15730 - 16000 -16210 - 16690

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA

ASSINAM PELA CONTRATADA: THIAGO FERNANDES PATEZ DOS SANTOS

DATA: 29 de setembro de 2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 222/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 014/2026D
CONTRATO nº 112/2026

Contrato administrativo nº112/2026, que fazem entre si o Município de Lagoa Real, e a empresa **RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA**.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117/0001-90, neste ato representada pelo Sr José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal eleito e em pleno exercício do mandato doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA** inscrita no CNPJ sob o nº **32.682.437/0001-49** sediada na Rua Joaquim Gonçalves, nº 22, Ibitira, Rio do Antônio – BA, CEP 46.225-000, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por **RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA**, conforme atos constitutivos da empresa nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 222/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 014/2026D, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL, POUSADA OU ESTABELECIMENTO SIMILAR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Quarto casal para hospedagem, contendo cama de casal, banheiro privativo, televisão, frigobar, internet Wi-Fi, ar-condicionado ou ventilador, com fornecimento de café da manhã incluso.	Diária	100	R$ 191,25	R$ 19.125,00
02	Quarto duplo para hospedagem, contendo duas camas individuais ou uma cama de casal, banheiro privativo, televisão, frigobar, internet Wi-Fi, ar-condicionado ou ventilador, com fornecimento de café da manhã incluso.	Diária	100	R$ 192,50	R$ 19.250,00
03	Quarto triplo para hospedagem, contendo três camas individuais ou uma cama de casal e uma cama de solteiro, banheiro privativo,	Diária	100	R$ 270,00	R$ 27.000,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

	televisão, frigobar, internet Wi-Fi, ar-condicionado ou ventilador, com fornecimento de café da manhã incluso.				
VALOR TOTAL:					R$ 65.375,00

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 5/10/2026 até 5/10/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, mediante acordo entre as partes, devendo o ato ser ratificado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 65.375,00** (**sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais**)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber e acompanhar a prestação dos serviços de hospedagem, verificando sua conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre eventuais falhas, vícios, defeitos ou irregularidades verificadas na prestação dos serviços, para que sejam sanadas, corrigidas ou adequadas às condições contratadas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato, quando cabíveis;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pelo Contratado, quando necessário;

8.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal do Contrato ou pela autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos do art. 137, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.3. Prestar os serviços de hospedagem de acordo com as condições, especificações, quantitativos, padrões de qualidade e demais exigências estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência;

9.4. Disponibilizar as acomodações contratadas em condições adequadas de uso, higiene, segurança, conservação e funcionamento, responsabilizando-se pela manutenção das condições necessárias à adequada prestação dos serviços;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios, falhas ou irregularidades decorrentes da prestação dos serviços, devendo providenciar, às suas expensas e no prazo determinado pelo Contratante, a correção das irregularidades constatadas;

9.6. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do objeto, inclusive por aqueles causados à Administração ou a terceiros, em razão de ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou responsáveis pela prestação dos serviços, não sendo reduzida essa responsabilidade pela fiscalização ou pelo acompanhamento realizado pelo Contratante;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do Fiscal ou Gestor do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.9. Apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, quando exigível, os documentos comprobatórios da manutenção de sua regularidade fiscal, trabalhista e perante o FGTS, observadas as exigências legais aplicáveis;

9.10. Comunicar imediatamente ao Fiscal do Contrato qualquer ocorrência que possa comprometer ou prejudicar a adequada prestação dos serviços de hospedagem;

9.11. Prestar ao Contratante, ao Fiscal ou ao Gestor do Contrato todas as informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento e à fiscalização da execução contratual;

9.12. Disponibilizar as acomodações nas condições previamente contratadas e assegurar o atendimento adequado aos hóspedes indicados pelo Contratante, observando as categorias de hospedagem, quantidades e demais condições previstas no Termo de Referência;

9.13. Responsabilizar-se pela limpeza, conservação, manutenção e adequadas condições de funcionamento das instalações e acomodações disponibilizadas para a execução dos serviços;

9.14. Observar as normas de segurança, higiene, vigilância sanitária e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à atividade de hospedagem;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.15. Não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho de menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nos termos da legislação aplicável;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, as reservas de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, quando aplicáveis ao Contratado;

9.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, quando aplicável;

9.18. Arcar com todos os custos e despesas necessários à adequada prestação dos serviços, inclusive aqueles decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais obrigações legais relacionadas à execução do objeto;

9.19. Comunicar ao Contratante, com antecedência e por escrito, qualquer circunstância que possa comprometer a disponibilidade das acomodações ou a continuidade da prestação dos serviços, apresentando, quando cabível, solução para o problema;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas e determinações do Contratante relacionadas à execução do objeto;

9.21. Responsabilizar-se pela observância das normas de proteção de dados pessoais, quando houver tratamento de dados pessoais em decorrência da execução do contrato, nos termos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

9.22. Cumprir integralmente as demais obrigações previstas neste Contrato, no Termo de Referência e nos documentos que integram a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
(d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8% do valor do Contrato.
(e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
(f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

13.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8. Indenizações e multas.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas orçamentárias decorrentes da presente contratação correrão conforme abaixo:

ÓRGÃO	2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
UNIDADE	02.02.000 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PROJETO	04.122.003.2017 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ELEMENTO	3.3.9.0.39.00.0000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
FONTE	15000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação direta, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 05 de outubro 2026.

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

_____
RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA
CONTRATADO(A)

Testemunhas:

01_____ 02_____
CPF: CPF:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 222/2026

CONTRATO N° 112/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 112/2026

MODALIDADE/N.º: DISPENSA Nº. 014/2026D

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL, POUSADA OU ESTABELECIMENTO SIMILAR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL.

FUNDAMENTAÇÃO: LEI 14.133/2021 – ARTIGO 75 – INCISO II

VALOR: R$ 65.375,00 (sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais)

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05/10/2026 a 05/10/2027

FORNECEDOR: **RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA**
CNPJ: 32.682.437/0001-49

DOTAÇÃO

ÓRGÃO	2 – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
UNIDADE	02.02.000 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PROJETO	04.122.003.2017 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ELEMENTO	3.3.9.0.39.00.0000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
FONTE	15000

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA

ASSINAM PELA CONTRATADA: **RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA**

DATA: 05/10/2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 210/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 013/2026D
CONTRATO nº113/2026

Contrato administrativo nº113/2026, que fazem entre si o Município de Lagoa Real, e a empresa **BRITA FORTE LTDA**.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117/ 0001-90, neste ato representada pelo Sr José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal eleito e em pleno exercício do mandato, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **BRITA FORTE LTDA** inscritoa no CNPJ/MF sob o nº 42.153.773/0001-58, sediada na Rodovia de Brumado a Caetité, Km 18, Sala, Brumado – Bahia, CEP 46.100-000, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada por **ROMUALDO DO NASCIMENTO MAIA**, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 210/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 013/2026D, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PÉTREOS DIVERSOS (PÓ DE BRITA, BRITA 0, BRITA 1 E BRITA 2), DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA,** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM	COD. TABELA REFERÊNCIAL	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	-	Pó de Brita	M³	800	R$ 110,00	R$ 88.000,00
02	-	Brita 0 (4,8 a 9,5 mm) - incluso frete	M³	500	R$ 153,00	R$ 76.500,00
03	-	Brita 1 (9,5 a 19,0 mm) - incluso frete	M³	400	R$ 153,00	R$ 61.200,00
04	-	Brita 2 (19,0 a 25,0 mm) - incluso frete	M³	300	R$ 153,00	R$ 45.900,00
VALOR TOTAL :						**R$ 271.600,00**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

1.2.3. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 06/10/2026 até 06/10/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, mediante acordo entre as partes, devendo o ato ser ratificado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da aquisição é de **R$ 271.600,00 (duzentos e setenta e um mil e seiscentos reais)**.
5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos aludidos pelo art. 137, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Fornecer os materiais de acordo com as especificações e quantidades estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, devendo realizar cada entrega no prazo de até **10 (dez) dias corridos**, contados a partir do recebimento da respectiva **Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente emitido pela Administração**, podendo o prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação devidamente justificada pela CONTRATADA e desde que aceita pela Administração, responsabilizando-se pela qualidade e adequação dos produtos fornecidos;

9.4. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contado da comunicação da Administração, no todo ou em parte, os materiais fornecidos que apresentarem vícios, defeitos, avarias, divergências de especificação ou qualquer desconformidade em relação às exigências deste Contrato, do Termo de Referência e da proposta apresentada;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento dos materiais, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou a terceiros, decorrente de sua responsabilidade, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos comprovadamente causados;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no ato de envio da nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, imediatamente, qualquer ocorrência que possa comprometer o fornecimento, a entrega dos materiais ou o cumprimento das obrigações contratuais, informando as medidas adotadas para a sua regularização.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes acesso aos documentos e informações relacionados ao fornecimento.

9.10. Suspender, por determinação do Contratante, o fornecimento ou a entrega de materiais que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência ou na proposta apresentada, até que sejam adotadas as providências necessárias para sua regularização.

9.11. Responsabilizar-se pelo transporte, carregamento, descarregamento e entrega dos materiais, bem como pelos custos de frete, tributos, encargos e demais despesas necessárias ao fiel cumprimento do fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência.

9.12. Cumprir rigorosamente as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis ao objeto contratado, observando as determinações dos órgãos competentes e garantindo que os materiais fornecidos atendam às especificações, padrões de qualidade e condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência.

9.13. Não fornecer materiais em desacordo com as especificações, características, quantidades e condições estabelecidas neste Contrato, no Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo comunicar previamente ao Contratante qualquer situação que possa comprometer o fornecimento ou a conformidade dos materiais.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação neste procedimento de contratação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Responsabilizar-se pelos custos e despesas decorrentes da execução do fornecimento, não podendo alegar posteriormente desconhecimento das condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas para eventual alteração contratual;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.
(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.
(d) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8% do valor do Contrato.
(e) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
(f) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

9.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

9.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

9.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

9.6. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

cumpridos;

9.7. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.8. Indenizações e multas.

9.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas orçamentárias decorrentes da presente contratação correrão conforme abaixo:

ORGAO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
UNIDADE	16.16.000 SECRET. MUN. DE INFRA ESTRUTURA E LIMPEZA PÚBLICA
PROJETO	15.451.011.1121 PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS
ELEMENTO	4.4.9.0.51.00.0000 Obras e Instalações
FONTE	15000

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação direta, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 06 de outubro de 2026.

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

_____
BRITA FORTE LTDA
CONTRATADO(A)

Testemunhas

1. _____ CPF

2. _____ CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 210/2026
CONTRATO N° 113/2026
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: 113/2026

MODALIDADE/N.º: DISPENSA Nº. 013/2026D

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PÉTREOS DIVERSOS (PÓ DE BRITA, BRITA 0, BRITA 1 E BRITA 2), DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA.**

FUNDAMENTAÇÃO: LEI Nº 14.133/2021 – ARTIGO 75 – INCISO III, ALÍNEA “A”

VALOR: **R$ 271.600,00 (duzentos e setenta e um mil e seiscentos reais)**.

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06/10/2026 a 06/10/2027

FORNECEDOR: **BRITA FORTE LTDA**
DOTAÇÃO: CNPJ: 42.153.773/0001-58

ÓRGÃO	2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
UNIDADE	16.16.000 SECRET. MUN. DE INFRA ESTRUTURA E LIMPEZA PÚBLICA
PROJETO	15.451.011.1121 PAVIMENTAÇÃO DE LOGRADOUROS
ELEMENTO	4.4.9.0.51.00.0000 Obras e Instalações
FONTE	15000

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA

ASSINAM PELA CONTRATADA: **BRITA FORTE LTDA**

DATA: 06/10/2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO Nº.034/2026FMS

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 023/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 005/2026PE
CONTRATO nº 034/2026FMS

Contrato administrativo nº 034/2026-FMS, que celebram entre si o Município de Lagoa Real e a empresa AR COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 025/2026ARP, oriunda do Pregão Eletrônico nº 005/2026PE, tendo por objeto o fornecimento dos itens licitados.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº 16.416.117/0001-90, neste ato representado pelo Sr. José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal eleito e em pleno exercício do mandato e através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ nº 11.258.922/0001-10, com sede a Travessa João Paulo II, s/n Centro, Lagoa Real Bahia, CEP. 46.425-000, representado neste ato por Marcos dos Santos, doravante denominado **CONTRATANTES,** e do outro lado a empresa a empresa **AR COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.009.530/0001-29, sediada na Avenida Joaquim Damasceno Lacerda, 71, Centro, Encruzilhada - BA, CEP: 45.150-000, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representado por ALVARO RANGEL MARTINS DE SOUSA JUNIOR, conforme atos constitutivos da empresa, resolvem celebrar o presente Contrato oriundo da ata de registro de preço nº 025/2026ARP, decorrente mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O objeto do presente instrumento é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL DE LABORATÓRIO, INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL - BA**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação resumido por categoria:

LOTE - 07 CONTROLADOS E ANTIBIÓTICOS						
ITEM	PRODUTO	UND	QTD.	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	AMITRIPTILINA 25MG	COMPRIMIDO	20.000	CRISTÁLIA	R$ 0,10	R$ 2.000,00
9	AMOXILINA + CLAVULANATO 500 MG + 125 MG	COMPRIMIDO	4.000	EMS	R$ 1,99	R$ 7.960,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

46	DIAZEPAM 10MG	COMPRIMIDO	9.000	CRISTÁLIA	R$	0,05	R$ 450,00
18	BIPERIDENO 2 MG	COMPRIMIDO	6.000	CRISTÁLIA	R$	0,25	R$ 1.500,00
10	AMOXILINA + CLAVULANATO 250 MG/5 ML +62,5 MG/5 ML SUSPENSÃO. FRASCO 75 ML	FRASCO	200	EMS	R$	13,54	R$ 2.708,00
38	CLOMIPRAMINA 25MG	COMPRIMIDO	3.500	EMS	R$	0,84	R$ 2.940,00
86	RISPERIDONA 1MG	COMPRIMIDO	10.000	PRATI	R$	0,11	R$ 1.100,00
DEZOITO MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS							**R$ 18.658,00**

LOTE - 08 ORAL E TÓPICO						
ITEM	**PRODUTO**	**UND**	**QTD.**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
31	ATENOLOL 50 MG	COMPRIMIDO	10.000	PRATI	R$ 0,04	R$ 400,00
40	BESILATO DE ANLODIPINO 10MG	COMPRIMIDO	5.000	PRATI	R$ 0,04	R$ 200,00
41	BESILATO DE ANLODIPINO 5MG	COMPRIMIDO	5.000	PRATI	R$ 0,02	R$ 100,00
91	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG / 5 ML SUSP. FRASCO 120 ML	FRASCO	500	NATULAB	R$ 1,80	R$ 900,00
105	DIPIRONA 500MG	COMPRIMIDO	5.000	NATULAB	R$ 0,08	R$ 400,00
109	ENALAPRIL 10MG	COMPRIMIDO	5.000	CIMED	R$ 0,02	R$ 100,00
110	ENALAPRIL 20 MG	COMPRIMIDO	5.000	CIMED	R$ 0,03	R$ 150,00
122	FUROSEMIDA 40MG	COMPRIMIDO	8.000	PRATI	R$ 0,03	R$ 240,00
124	GLICAZIDA 30 MG	COMPRIMIDO	8.200	PHARLAB	R$ 0,09	R$ 738,00
129	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG	COMPRIMIDO	70.000	PRATI	R$ 0,01	R$ 700,00
134	IBUPROFENO 50 MG/ML GOTAS. FRASCO 30 ML	FRASCO	500	NATULAB	R$ 1,45	R$ 725,00
135	IBUPROFENO 600 MG	COMPRIMIDO	4.000	TEUTO	R$ 0,06	R$ 240,00
150	LORATADINA 10 MG	COMPRIMIDO	5.000	CIMED	R$ 0,05	R$ 250,00
151	LORATADINA 1MG/ML SUSP. FRASCO 100 ML	FRASCO	500	CIMED	R$ 2,57	R$ 1.285,00
154	LOSARTANA POTÁSSICA 50MG	COMPRIMIDO	50.000	TEUTO	R$ 0,02	R$ 1.000,00
163	METFORMINA 500MG	COMPRIMIDO	7.000	TEUTO	R$ 0,06	R$ 420,00
164	METFORMINA 850 MG	COMPRIMIDO	15.000	TEUTO	R$ 0,05	R$ 750,00
175	NIFEDIPINA 20 MG	COMPRIMIDO	5.000	BRAINFARMA	R$ 0,08	R$ 400,00
190	PARACETAMOL 500MG	COMPRIMIDO	3.000	HIPOLABOR	R$ 0,05	R$ 150,00
182	OMEPRAZOL 20 MG	COMPRIMIDO	15.000	HIPOLABOR	R$ 0,04	R$ 600,00
198	PROPRANOLOL 40MG	COMPRIMIDO	10.000	SANOFI MEDLEY	R$ 0,10	R$ 1.000,00
DEZ MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS						**R$ 10.748,00**

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Proposta do contratado;

1.2.3. Anexo I - Planilha Orçamentária Sintética

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 22/09/2026 a 22/10/2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo e demais peças pertencentes a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual, mediante acordo entre as partes, devendo o ato ser ratificado pelo Prefeito Municipal.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R$ 29.406,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e seis reais)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados, nos termos aludidos pelo art. 137, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no ato de envio da nota fiscal, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.17. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, nos termos da Lei 13.709 de 2018 - LGPD, em seu art. 37.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv) **Multa:**

(a) Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(b) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 5% a 20% do valor do Contrato.

(c) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

(d) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 1% a 8% do valor do Contrato.
(e) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 5% do valor do Contrato.
(f) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

12.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida.

12.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep).

12.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.1.3. Indenizações e multas.

13.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na LOA deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

ÓRGÃO	3 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE	08.08.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO	10.303.008.2069 GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 Material de Consumo
FONTE	1621

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17.2. Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios

que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 22 de setembro de 2026.

_____
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

_____
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MARCOS DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

_____
AR COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA
ALVARO RANGEL MARTINS DE SOUSA JUNIOR
FORNECEDOR

Testemunhas

1._____
CPF

2._____
CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 023/2026
CONTRATO N° 034/2026FMS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

N.º DO CONTRATO: **034/2026FMS**

MODALIDADE/N.º: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 005/2026PE

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAL DE LABORATÓRIO, INSTRUMENTOS E MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL - BA

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e Pregão Eletrônico nº 005/2026PE

VALOR: R$ 29.406,00 (vinte e nove mil, quatrocentos e seis reais)

TIPO DE EMPENHO: GLOBAL

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 22/09/2026 a 22/10/2026

FORNECEDOR: AR COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ: 13.837.340/0001-13

DOTAÇÃO:

ÓRGÃO	3 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE	08.08.000 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO	10.303.008.2069 GESTÃO DAS AÇÕES DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA
ELEMENTO	3.3.9.0.30.00.0000 - Material de Consumo
FONTE	1621

ASSINAM PELA CONTRATANTE: JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
MARCOS DOS SANTOS

ASSINAM PELA CONTRATADA: AR COMERCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS LTDA

DATA: 22 de setembro de 2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053/2025
PREGÃO ELETRÔNICO nº. 030/2025PE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 227/2026

1º. TERMO DE PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADA ENTRE A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL** E A EMPRESA **VICTOR CONSTRUÇÕES E LAJES LTDA**, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2025PE.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117-0001/90, neste ato representado pelo Sr. José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, e a empresa **VICTOR CONSTRUÇÕES E LAJES LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 07.926.478/0001-96, com sede na Rua João Cassiano de Oliveira, nº 175, Ibitira, Rio do Antônio - BA, CEP 46.225-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por JOSÉ VALTER AGUIAR PESSOA, portador do CPF sob nº. 9**.0*4.**5-34, conforme atos constitutivos da empresa, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de Abril de 2021, e cláusula 5.1 da referida Ata de Registro de Preços, mediante as condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constituem objeto do presente termo aditivo, de forma consensual entre as partes, a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 01 (um) ano, a contar do seu vencimento, com renovação das quantidades originais registradas em ata.

GRUPO 02						
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNIDADE	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	cabeco regist mvs luxo	UN	POLITEC	100	R$ 24,10	R$ 2.410,00
2	fita veda rosca 12mmx25mt	ROLO	NOVA	100	R$ 8,19	R$ 819,00
3	fita veda rosca 18mmx50 metros	ROLO	NOVA	100	R$ 13,80	R$ 1.380,00
4	tornei boia haste alum 1/2pol	UN	ALUMASA	100	R$ 11,88	R$ 1.188,00
5	chuvei plast bco 1/2x4pol	UN	HERC	50	R$ 18,82	R$ 941,00
6	sifao sanfon	UN	HERC	150	R$ 10,96	R$ 1.644,00
7	luva sold 20mm	UN	FORTLEV	170	R$ 1,43	R$ 243,10
8	luva trans sold/rosc 20mmx1/2pol	UN	FORTLEV	180	R$ 2,75	R$ 495,00
9	luva sold 25mm	UN	FORTLEV	180	R$ 1,52	R$ 273,60
10	luva trans sold/rosc 25mmx3/4pol	UN	FORTLEV	150	R$ 3,32	R$ 498,00
11	luva trans sold/rosc 25x1/2pol	UN	FORTLEV	150	R$ 3,30	R$ 495,00
12	luva sold 32mm	UN	FORTLEV	150	R$ 3,33	R$ 499,50
13	luva sold 40mm	UN	FORTLEV	150	R$ 6,18	R$ 927,00
14	luva sold 50mm	UN	FORTLEV	150	R$ 10,54	R$ 1.581,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

15	luva sold 60mm	UN	FORTLEV	150	R$	23,00	R$	3.450,00
16	adapt caixa dagua 25mmx3/4pol	UN	FORTLEV	150	R$	11,75	R$	1.762,50
17	adapt caixa dagua sold 20mmx1/2pol	UN	FORTLEV	150	R$	10,54	R$	1.581,00
18	adapt caixa dagua sold 40mmx1.1/4pol	UN	FORTLEV	150	R$	18,83	R$	2.824,50
19	adapt caixa dagua 50mmx1.1/2pol	UN	FORTLEV	150	R$	22,23	R$	3.334,50
20	regist pressa 1416 c- 42 3/4	UN	SILVA METAIS	150	R$	71,20	R$	10.680,00
21	ralo sif quad br dn100x50x40	UN	FORTLEV	200	R$	27,14	R$	5.428,00
22	caixa sif vir quadr alum 15x18cm	UN	AMANCO	100	R$	84,85	R$	8.485,00
23	caixa sif 3 entrad quadr alum 10x12cm	UN	AMANCO	100	R$	35,89	R$	3.589,00
24	te sold 20mm	UN	FORTLEV	140	R$	1,71	R$	239,40
25	te sold roscav 20mmx1/2pol	UN	FORTLEV	115	R$	3,38	R$	388,70
26	te sold 25mm	UN	FORTLEV	150	R$	1,81	R$	271,50
27	te sold roscav 25mmx1/2pol	UN	FORTLEV	110	R$	3,67	R$	403,70
28	te sold c/reduca 25x20mm	UN	FORTLEV	105	R$	2,97	R$	311,85
29	te esgoto 100mm	UN	FORTLEV	120	R$	14,82	R$	1.778,40
30	valvul pia	UN	SILVA METAIS	120	R$	24,30	R$	2.916,00
31	valvul lavato plasti	UN	PLASBOHN	120	R$	5,40	R$	648,00
32	valvul americ	UN	SILVA METAIS	100	R$	27,46	R$	2.746,00
33	tornei chaveta bico plasti 1130 1/2 pol	UN	SILVA METAIS	100	R$	74,53	R$	7.453,00
34	tornei plastica, jardim.bitola: 1/2	UN	HERC	100	R$	5,33	R$	533,00
35	tornei pacifi mesa bica alta banhei	UN	SILVA METAIS	120	R$	25,13	R$	3.015,60
36	paraf sanit	UN	SILVA METAIS	100	R$	2,96	R$	296,00
37	cap sold 25mm	UN	FORTLEV	100	R$	1,43	R$	143,00
38	engate flex 1/2polx40cm	UN	FORTLEV	150	R$	7,17	R$	1.075,50
39	sifão sonfonado universal, longo 1,5m branco para pia	UN	HERC	100	R$	17,66	R$	1.766,00
40	tubo descar sobrep 150cm diam 40mm	UN	ASTRA	100	R$	23,67	R$	2.367,00
41	conj ligac crom c/anel 20cm	UN	ASTRA	100	R$	42,19	R$	4.219,00
42	regist esfera soldav 25mm	UN	SOCEL	100	R$	9,60	R$	960,00
43	regist esfera soldav 32mm	UN	SOCEL	100	R$	17,57	R$	1.757,00
44	regist esfera soldav 40mm	UN	SOCEL	100	R$	18,95	R$	1.895,00
45	regist esfera soldav 50mm	UN	SOCEL	150	R$	23,05	R$	3.457,50
46	regist esfera soldav 60mm	UN	SOCEL	50	R$	61,19	R$	3.059,50
47	regist metal 1/2pol	UN	ACQUATOP	100	R$	22,86	R$	2.286,00
48	regist metal esfera 1/2pol	UN	ACQUATOP	200	R$	24,34	R$	4.868,00
49	tubo pvc soldav 20mm	UN	FORTLEV	550	R$	20,09	R$	11.049,50
50	tubo pvc soldav 25mm	UN	FORTLEV	400	R$	25,21	R$	10.084,00
51	tubo pvc soldav 32mm	UN	FORTLEV	100	R$	57,93	R$	5.793,00
52	tubo pvc soldav 40mm	UN	FORTLEV	200	R$	74,32	R$	14.864,00
53	tubo pvc soldav 50mm	UN	FORTLEV	450	R$	80,21	R$	36.094,50
54	tubo pvc esgoto 100mm	UN	FORTLEV	300	R$	79,72	R$	23.916,00
55	tubo pvc esgoto 75mm	UN	FORTLEV	250	R$	79,60	R$	19.900,00
56	tubo pvc esgoto 50mm	UN	FORTLEV	250	R$	60,77	R$	15.192,50
57	tubo pvc esgoto 40mm	UN	FORTLEV	200	R$	40,02	R$	8.004,00
58	tubo pvc esgoto 150mm	UN	FORTLEV	50	R$	179,66	R$	8.983,00
59	tubo pvc esgoto 200mm	UN	FORTLEV	50	R$	449,33	R$	22.466,50
60	joelho 90 graus soldav 20mm	UN	FORTLEV	320	R$	1,13	R$	361,60
61	joelho 90 graus soldav 25mm	UN	FORTLEV	200	R$	1,46	R$	292,00
62	joelho 90 graus soldav 32mm	UN	FORTLEV	30	R$	3,38	R$	101,40
63	joelho 90 graus soldav 20mm c/rosc	UN	FORTLEV	180	R$	3,03	R$	545,40
64	joelho 90 graus soldav 25mm c/rosc	UN	FORTLEV	180	R$	3,38	R$	608,40
65	joelho 90 graus soldav 40mm	UN	FORTLEV	100	R$	6,62	R$	662,00
66	joelho 90 graus soldav 50mm	UN	FORTLEV	100	R$	9,34	R$	934,00
67	joelho 90 graus esgoto 100mm	UN	FORTLEV	150	R$	9,27	R$	1.390,50
68	joelho 90 graus esgoto 75mm	UN	FORTLEV	150	R$	9,06	R$	1.359,00
69	joelho 90 graus esgoto 50mm	UN	FORTLEV	150	R$	6,22	R$	933,00
70	joelho 90 graus esgoto 40mm	UN	FORTLEV	150	R$	3,33	R$	499,50

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

71	uniao sold dn 25mm	UN	FORTLEV	100	R$ 17,60	R$ 1.760,00
72	uniao sold 32mm	UN	FORTLEV	100	R$ 33,13	R$ 3.313,00
73	uniao assent sold 50mmx1.1/2pol	UN	FORTLEV	100	R$ 53,18	R$ 5.318,00
74	adapt sold curto 20mmx1/2pol	UN	FORTLEV	100	R$ 2,01	R$ 201,00
75	adapt sold curto 25mmx3/4pol	UN	FORTLEV	100	R$ 2,72	R$ 272,00
76	adapt sold curto bolsa rosc 32mmx1pol	UN	FORTLEV	100	R$ 4,36	R$ 436,00
77	adapt sold curto 50mmx1.1/2pol	UN	FORTLEV	100	R$ 9,34	R$ 934,00
78	adapt sold curto 60mmx2pol	UN	FORTLEV	50	R$ 21,28	R$ 1.064,00
79	red exc esg 100x50mm	UN	FORTLEV	200	R$ 13,52	R$ 2.704,00
80	red exc esg sn 100x75mm	UN	FORTLEV	200	R$ 12,44	R$ 2.488,00
81	red exc esg 75x50mm	UN	FORTLEV	200	R$ 8,50	R$ 1.700,00
82	bucha reduc esgoto 50x40mm	UN	FORTLEV	200	R$ 3,41	R$ 682,00
83	cap esgoto 100mm	UN	FORTLEV	100	R$ 10,52	R$ 1.052,00
84	cap esgoto 75mm	UN	FORTLEV	100	R$ 9,31	R$ 931,00
85	cap esgoto 50mm	UN	FORTLEV	100	R$ 6,53	R$ 653,00
86	cap esgoto 40mm	UN	FORTLEV	100	R$ 5,80	R$ 580,00
87	cap sold 32mm cb	UN	FORTLEV	100	R$ 5,93	R$ 593,00
88	cap sold 50mm	UN	FORTLEV	100	R$ 9,35	R$ 935,00
89	te esgoto 100mm	UN	FORTLEV	100	R$ 17,90	R$ 1.790,00
90	te esgoto 75mm	UN	FORTLEV	100	R$ 14,85	R$ 1.485,00
91	te esgoto 50mm	UN	FORTLEV	100	R$ 9,35	R$ 935,00
92	te esgoto 40mm	UN	FORTLEV	100	R$ 5,40	R$ 540,00
93	mecanismo de saida	UN	ASTRA	70	R$ 65,38	R$ 4.576,60
94	mecanismo de entrada	UN	ASTRA	70	R$ 71,59	R$ 5.011,30
95	conjunto para vaso sanitário infantil	UN	ASTRA	50	R$ 82,00	R$ 4.100,00
96	mecanismo para caixa acoplada	UN	ASTRA	60	R$ 176,78	R$ 10.606,80
97	adesiv pvc 75gr	UN	ASTRA	100	R$ 6,54	R$ 654,00
98	cola para cano pvc 175g	UN	AMANCO	100	R$ 16,61	R$ 1.661,00
99	caixa dagua polit 500lt	CX	AMANCO	50	R$ 274,02	R$ 13.701,00
100	caixa dagua poliet 310lt	CX	FORTLEV	50	R$ 251,66	R$ 12.583,00
101	caixa dagua poliet 1.000lt	CX	FORTLEV	40	R$ 454,76	R$ 18.190,40
102	caixa dagua fibra 5.000lt	CX	FORTLEV	20	R$ 2.748,35	R$ 54.967,00
103	caixa dagua fibra 2000lt	CX	FIBRASOL	25	R$ 1.338,16	R$ 33.454,00
104	caixa dagua fibra 3.000lt	CX	FIBRASOL	20	R$ 1.881,20	R$ 37.624,00
TOTAL					**R$**	**514.912,25**
(quinhentos e quatorze mil, novencentos e doze reais e vinte e cinco centavos).						

GRUPO 04						
ITEM	**ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	brita para concreto nº 0	M^3	FBL	300	R$ 217,41	R$ 65.223,00
2	brita para concreto nº 01	M^3	FBL	300	R$ 217,41	R$ 65.223,00
3	cimento cp ii32. embalagem contendo 50kg	UN	LIZ	5000	R$ 37,90	R$ 189.500,00
TOTAL					**R$**	**319.946,00**
(trezentos e dezenove mil, novecentos e quarenta e seis reais).						

GRUPO 05						
ITEM	**ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QUANTIDADE**	**VALOR UNITARIO**	**VALOR TOTAL**
1	telhas de cerâmicas paulistinha simples	UN	CERAMICA MUNDIAL	60000	R$ 0,74	R$ 44.400,00
2	telhas de cerâmicas plan	UN	CERAMICA MUNDIAL	60000	R$ 1,05	R$ 63.000,00
3	blocos de cerâmicas 24 cm	UN	DIVERSOS	50000	R$ 0,88	R$ 44.000,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

4	blocos de cerâmicas 29 cm	UN	DIVERSOS	60000	R$	1,16	R$	69.600,00
5	Telha Duplan Americana 44,2cm x 26,2 cm	UN	CERAMICA MUNDIAL	50000	R$	2,29	R$	114.500,00
6	Telha Fibrocimento Ondulada 6mm 110x244	UN	IMBRALIT	500	R$	68,57	R$	34.285,00
TOTAL					**R$**			**369.785,00**
(trezentos e sessenta e nove mil reais, setecentos e oitenta e cinco reais).								

TOTAL	**R$**	**1.204.643,25**
(um milhão, duzentos e quatro mil, seiscentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos).		

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LEVANTAMENTO DE PREÇOS

2.1. Permanecem inalterados os valores originalmente registrados na Ata de Registro de Preços nº 053/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 030/2025PE, mantendo-se todas as condições econômicas estabelecidas no instrumento inicial.

2.2. Os preços registrados continuam sendo considerados compatíveis com os praticados no mercado, conforme verificação realizada pela Administração, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. O presente termo aditivo de prorrogação embasa-se na previsão expressa constante na cláusula 5.1 da Ata de Registro de Preços, cumulado ao artigo 84, da Lei Federal 14.133/2021, bem como no Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRORROGAÇÃO

4.1. Fica então acordada a prorrogação e renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços pelo período de 01 (um) ano, contados a partir da data de 09 de setembro de 2026, nos moldes da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam ratificadas, permanecendo inalteradas, as demais cláusulas e condições estabelecidas na respectiva ata, que ora se adita.

CLÁUSULA SEXTA - FORO

6.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Aditivo que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 17 de setembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

VICTOR CONSTRUÇÕES E LAJES LTDA
JOSÉ VALTER AGUIAR PESSOA
FORNECEDOR(A)

Testemunhas

1. _____
CPF

2. _____
CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2025PE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 227/2026

A Prefeitura Municipal de Lagoa Real torna público que, nos autos do processo acima mencionado, foi firmado o 1º termo aditivo de prorrogação à Ata de Registro de Preços. CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL - BA**. FORNECEDORA: **VICTOR CONSTRUÇÕES E LAJES LTDA**, CNPJ Nº. 07.926.478/0001-96. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços por mais 01 (um) ano, a contar do seu vencimento, com renovação das quantidades originais registradas em ata. DATA DE ASSINATURA: **17 de setembro de 2026**. ASSINAM: **VICTOR CONSTRUÇÕES E LAJES LTDA**, José Valter Aguiar Pessoa; **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL,** José Carlos Trindade Duca.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PRORROGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2025
PREGÃO ELETRÔNICO nº. 030/2025PE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 226/2026

1º. TERMO DE PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DE QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, CELEBRADA ENTRE A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL** E A EMPRESA **MADEIREIRA ASSUNÇÃO LTDA**, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2025PE.

A **PREFEITURA DE LAGOA REAL**, com sede ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, Lagoa Real, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 16.416.117-0001/90, neste ato representado pelo Sr. José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, e a empresa **MADEIREIRA ASSUNÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 55.078.686/0001-25, com sede na Av. Tamboril, 001, Bairro Centro, Lagoa Real - BA, CEP 46.425-000, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por PAULO SÉRGIO DIAS DE ASSUNÇÃO, portador do CPF sob nº. 0**.6*8. **5-84, conforme atos constitutivos da empresa, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, com fundamento no art. 84 da Lei Federal 14.133, de 1º de Abril de 2021, e cláusula 5.1 da referida Ata de Registro de Preços, mediante as condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. Constituem objeto do presente termo aditivo, de forma consensual entre as partes, a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços por mais 01 (um) ano, a contar do seu vencimento, com renovação das quantidades originais registradas em ata.

LOTE 03					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	Ripão madeira de lei 5.5 x 4	MT	4.000	R$ 7,00	R$ 28.000,00
2	Ripa madeira de lei 4 x 1,5	MT	5.000	R$ 1,88	R$ 9.400,00
3	Linha madeira de lei 5.5 x 12 Cm	MT	5.000	R$ 21,00	R$ 105.000,00
4	Linha madeira de lei 5.5 x 14 Cm	MT	5.000	R$ 26,00	R$ 130.000,00
5	Linha madeira de lei 5.5 x 20	MT	3.000	R$ 35,00	R$ 105.000,00
6	Eucalipto tratado de 2.2m bitola de 10-12CM	UND	1.000	R$ 19,00	R$ 19.000,00
7	Eucalipto tratado de 4m com bitola 8-10CM	UND	60	R$ 55,00	R$ 3.300,00
8	Eucalipto tratado de 6m com bitola 8-10CM	UND	60	R$ 67,00	R$ 4.020,00
9	Eucalipto tratado de 7m com bitola 8-10CM	UND	60	R$ 78,00	R$ 4.680,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

10	Eucalipto tratado de 2.2m com bitola 8-10CM	UND	60	R$ 10,00	R$ 600,00
TOTAL					R$ 409.000,00
(quatrocentos e nove mil reais).					

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LEVANTAMENTO DE PREÇOS

2.1. Permanecem inalterados os valores originalmente registrados na Ata de Registro de Preços nº 054/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 030/2025PE, mantendo-se todas as condições econômicas estabelecidas no instrumento inicial.

2.2. Os preços registrados continuam sendo considerados compatíveis com os praticados no mercado, conforme verificação realizada pela Administração, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

DO FUNDAMENTO LEGAL - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. O presente termo aditivo de prorrogação embasa-se na previsão expressa constante na cláusula 5.1 da Ata de Registro de Preços, cumulado ao artigo 84, da Lei Federal 14.133/2021, bem como no Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA QUARTA - DA PRORROGAÇÃO

4.1. Fica então acordada a prorrogação e renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços pelo período de 01 (um) ano, contados a partir da data de 09 de setembro de 2026, nos moldes da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

5.1. Ficam ratificadas, permanecendo inalteradas, as demais cláusulas e condições estabelecidas na respectiva ata, que ora se adita.

CLÁUSULA SEXTA - FORO

6.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caetité, estado da Bahia, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Aditivo que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Lagoa Real, Estado da Bahia, 17 de setembro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO

MADEIREIRA ASSUNÇÃO LTDA
PAULO SÉRGIO DIAS DE ASSUNÇÃO
FORNECEDOR(A)

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Testemunhas

1. _____
CPF

2. _____
CPF

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 054/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2025PE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 226/2026

A Prefeitura Municipal de Lagoa Real torna público que, nos autos do processo acima mencionado, foi firmado o 1º termo aditivo de prorrogação à Ata de Registro de Preços. CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL - BA**. FORNECEDORA: **MADEIREIRA ASSUNÇÃO LTDA**, CNPJ Nº. 59.078.686/0001-25. OBJETO: prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços por mais 01 (um) ano, a contar do seu vencimento, com renovação das quantidades originais registradas em ata. DATA DE ASSINATURA: **17 de setembro de 2026**. ASSINAM: **MADEIREIRA ASSUNÇÃO LTDA**, Paulo Sérgio Dias de Assunção; **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL,** José Carlos Trindade Duca.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO N° 026/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 240/2026

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAGOA REAL – BAHIA E J C DIGITALIZACOES E ASSESSORIA LTDA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL**, sediada ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, representado neste ato por José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **J C DIGITALIZACOES E ASSESSORIA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.282.034/0001-19, sediada na Rua Orlando Alves da Silva, nº.54, Santa Rita, Caetité – Bahia, CEP. 46.400-000, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado por JULIANO MIRANDA DA SILVA SOUZA, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 240/2026 resolvem ADITIVAR o contrato de prestação de serviços n° 026/2025 decorrente da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO nº 026/2025 firmado entre as partes em 29/04/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato que será de 01/09/2026 até 01/05/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

§1º. Em razão da presente prorrogação de prazo, permanece inalterado o valor unitário/mensal originalmente pactuado, uma vez que não houve alteração das condições de prestação do serviço, observados os reajustes previstos em lei.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária do Município de Lagoa Real - Bahia, referente ao exercício de 2026 (dois mil e vinte e seis), à conta da seguinte programação:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ÓRGÃO	2 PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	02.02.000 SECRETARIA MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PROJETO/ATIVIDADE	04.122.003.2017 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.9.0.39.00.0000 Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica
FONTE	15000

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização do executivo municipal, e encontra amparo legal na LEI FEDERAL 14.133/2021 - ARTIGOS 106 e 124, bem como cláusula SEGUNDA do contrato originário.

CLÁUSULA SEXTA DAS INALTERAÇÕES

As demais cláusulas e condições contratuais, pactuadas através de contrato inicial permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

Permanece eleito assim como em contrato inicial o Foro da Comarca de Caetité, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente termo por meio do referido contrato, devendo ser assinada e extraída cópias às partes, conferindo-lhe plena validade jurídica, nos termos da legislação vigente, após leitura e concordância de todas as condições nele estabelecidas.

Lagoa Real – Bahia, 01 de setembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

J C DIGITALIZACOES E ASSESSORIA LTDA
JULIANO MIRANDA DA SILVA SOUZA
FORNECEDOR

Testemunhas:

1) _____
CPF

2) _____
CPF

CERTIDÕES				
TIPO		CHAVE	EMISSÃO	VALIDADE
FEDERAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	0B9E.1607.8BE1.7398	11/06/2026	08/12/2026
ESTADUAL	Certidão Negativa de Débitos Tributários (Bahia)	20263380925	17/07/2026	17/09/2026
MUNICIPAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE EMPRESA RELATIVOS AOS TRIBUTOS E À DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO	ulsr$Z58teX	11/06/2026	09/09/2026
FGTS	Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	2026080621352012392764	06/08/2026	04/09/2026
TRABALHISTA	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	17298615/2026	19/03/2026	15/09/2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO nº 033/2025FMS
INEXIGIBILIDADE Nº. 075/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 224/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAGOA REAL – BAHIA E RAYANNE SILVA SOARES

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL**, sediada ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, representado neste ato por José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA REAL**, CNPJ nº 11.258.922/0001-10, com sede à Travessa João Paulo II, s/n – Centro, Lagoa Real – Bahia, CEP. 46.425-000, representado neste ato por Marcos dos Santos, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a **RAYANNE SILVA SOARES**, inscrito(a) no CPF sob o nº 07*.**5.**5-**, doravante designado **CONTRATADA**, conforme atos acostados aos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 224/2026 resolvem ADITIVAR o contrato de prestação de serviços n° 033/2025FMS decorrente da INEXIGIBILIDADE Nº. 075/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO nº 033/2025FMS firmado entre as partes em 04/09/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato que será de 04/09/2026 até 04/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

§1º. Em razão da presente prorrogação de prazo, permanece inalterado o valor unitário/mensal originalmente pactuado, uma vez que não houve alteração das condições de prestação do serviço, observados os reajustes previstos em lei.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária do Município de Lagoa Real - Bahia, referente ao exercício de 2026 (dois mil e vinte e seis), à conta da seguinte programação:

ÓRGÃO	3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.07.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 0707 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	10.122.008.2085 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 10.302.008.2072 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA 10.301.008.2894 OUTROS PROGRAMAS DO FUNDO A FUNDO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.9.0.36.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
FONTE	15000 16000

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização do executivo municipal, e encontra amparo legal na LEI FEDERAL 14.133/2021 - ARTIGOS 106 e 124, bem como cláusula SEGUNDA do contrato originário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS INALTERAÇÕES

As demais cláusulas e condições contratuais, pactuadas através de contrato inicial permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Permanece eleito assim como em contrato inicial o Foro da Comarca de Caetité, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente termo por meio do referido contrato, devendo ser assinada e extraída cópias às partes, conferindo-lhe plena validade jurídica, nos termos da legislação vigente, após leitura e concordância de todas as condições nele estabelecidas.

Lagoa Real – Bahia, 04 de setembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA REAL
MARCOS DOS SANTOS
SECRETARIO DE SAÚDE

RAYANNE SILVA SOARES
CONTRATADO(A)

Testemunhas

1. _____ 2. _____

CERTIDÕES				
TIPO		CHAVE	EMISSÃO	VALIDADE
FEDERAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	9B51.CD45.FAAD.7485	31/08/2026	27/02/2027
ESTADUAL	Certidão Negativa de Débitos Tributários (Bahia)	20264177210	31/08/2026	31/10/2026
MUNICIPAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS E À DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO	d37E6C5e109DDc28944E	31/08/2026	30/09/2026
TRABALHISTA	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	73315707/2026	31/08/2026	27/02/2027

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO nº 037/2025FMS
INEXIGIBILIDADE Nº. 092/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 237/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAGOA REAL – BAHIA E NÁJILA RAYANE SILVA GRINGO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL**, sediada ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, representado neste ato por José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA REAL**, CNPJ nº 11.258.922/0001-10, com sede à Travessa João Paulo II, s/n – Centro, Lagoa Real – Bahia, CEP. 46.425-000, representado neste ato por Marcos dos Santos, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a **NÁJILA RAYANE SILVA GRINGO**, inscrito(a) no CPF sob o nº 03*.**0.**5-*7, doravante designado **CONTRATADA**, conforme atos acostados aos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 237/2026 resolvem ADITIVAR o contrato de prestação de serviços n° 037/2025FMS decorrente da INEXIGIBILIDADE Nº. 092/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO nº 037/2025FMS firmado entre as partes em 30/09/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato que será de 30/09/2026 até 30/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

§1º. Em razão da presente prorrogação de prazo, permanece inalterado o valor unitário/mensal originalmente pactuado, uma vez que não houve alteração das condições de prestação do serviço, observados os reajustes previstos em lei.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária do Município de Lagoa Real - Bahia, referente ao exercício de 2026 (dois mil e vinte e seis), à conta da seguinte programação:

ÓRGÃO	3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.07.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 0707 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	10.122.008.2085 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 10.302.008.2072 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA 10.301.008.2894 OUTROS PROGRAMAS DO FUNDO A FUNDO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.9.0.36.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
FONTE	15000 16000

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização do executivo municipal, e encontra amparo legal na LEI FEDERAL 14.133/2021 - ARTIGOS 106 e 124, bem como cláusula SEGUNDA do contrato originário.

CLÁUSULA SEXTA DAS INALTERAÇÕES

As demais cláusulas e condições contratuais, pactuadas através de contrato inicial permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SÉTIMA DO FORO

Permanece eleito assim como em contrato inicial o Foro da Comarca de Caetité, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente termo por meio do referido contrato, devendo ser assinada e extraída cópias às partes, conferindo-lhe plena validade jurídica, nos termos da legislação vigente, após leitura e concordância de todas as condições nele estabelecidas.

Lagoa Real – Bahia, 30 de setembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA REAL
MARCOS DOS SANTOS
SECRETARIO DE SAÚDE

NÁJILA RAYANE SILVA GRINGO
CONTRATADO(A)

Testemunhas

1. _____ 2. _____

CERTIDÕES				
TIPO		CHAVE	EMISSÃO	VALIDADE
FEDERAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	E46B.65F1.1F5B.686B	01/09/2026	28/02/2027
ESTADUAL	Certidão Negativa de Débitos Tributários (Bahia)	20264445712	15/09/2026	15/11/2026
MUNICIPAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS E À DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO	eFqb$Z58teX	16/09/2026	15/12/2026
TRABALHISTA	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	73778201/2026	01/09/2026	28/02/2027

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CONTRATO nº 038/2025FMS
INEXIGIBILIDADE Nº. 093/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 238/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE LAGOA REAL – BAHIA E ITTALO AYALA LADEIA BOMFIM

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL**, sediada ao Centro Administrativo de Lagoa Real, CEP. 46.425-000, representado neste ato por José Carlos Trindade Duca, Prefeito Municipal, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA REAL**, CNPJ nº 11.258.922/0001-10, com sede à Travessa João Paulo II, s/n – Centro, Lagoa Real – Bahia, CEP. 46.425-000, representado neste ato por Marcos dos Santos, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado, a **ITTALO AYALA LADEIA BOMFIM**, inscrito(a) no CPF sob o nº 05*.**3.**5-*0, doravante designado **CONTRATADO**, conforme atos acostados aos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 238/2026 resolvem ADITIVAR o contrato de prestação de serviços n° 038/2025FMS decorrente da INEXIGIBILIDADE Nº. 093/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO nº 038/2025FMS firmado entre as partes em 30/09/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do contrato que será de 30/09/2026 até 30/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

§1º. Em razão da presente prorrogação de prazo, permanece inalterado o valor unitário/mensal originalmente pactuado, uma vez que não houve alteração das condições de prestação do serviço, observados os reajustes previstos em lei.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento de Contrato correrão por conta da Lei Orçamentária do Município de Lagoa Real - Bahia, referente ao exercício de 2026 (dois mil e vinte e seis), à conta da seguinte programação:

ÓRGÃO	3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	07.07.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 0707 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	10.122.008.2085 GESTÃO DAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE 10.301.008.2064 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA 10.302.008.2072 GESTÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA 10.301.008.2894 OUTROS PROGRAMAS DO FUNDO A FUNDO - ATENÇÃO PRIMÁRIA
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.9.0.36.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
FONTE	15000 16000

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização do executivo municipal, e encontra amparo legal na LEI FEDERAL 14.133/2021 - ARTIGOS 106 e 124, bem como cláusula SEGUNDA do contrato originário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS INALTERAÇÕES

As demais cláusulas e condições contratuais, pactuadas através de contrato inicial permanecem inalteradas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Permanece eleito assim como em contrato inicial o Foro da Comarca de Caetité, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam o presente termo por meio do referido contrato, devendo ser assinada e extraída cópias às partes, conferindo-lhe plena validade jurídica, nos termos da legislação vigente, após leitura e concordância de todas as condições nele estabelecidas.

Lagoa Real – Bahia, 30 de setembro de 2026.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA REAL
JOSÉ CARLOS TRINDADE DUCA
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGOA REAL
MARCOS DOS SANTOS
SECRETARIO DE SAÚDE

ITTALO AYALA LADEIA BOMFIM
CONTRATADO(A)

Testemunhas

1. _____ 2. _____

CERTIDÕES				
TIPO		CHAVE	EMISSÃO	VALIDADE
FEDERAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO	36B7.B582.0F42.EAE5	31/08/2026	27/02/2026
ESTADUAL	Certidão Negativa de Débitos Tributários (Bahia)	20264451257	15/09/2026	15/11/2026
MUNICIPAL	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS E À DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO	7Eqb$Z58teX	16/09/2026	15/12/2026
TRABALHISTA	CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS	73385681/2026	31/08/2026	27/02/2026

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2026D
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 210/2026

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PÉTREOS DIVERSOS (PÓ DE BRITA, BRITA 0, BRITA 1 E BRITA 2), DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA.**

Às 10h42min (dez horas e quarenta e dois minutos), do dia 02 de outubro de 2026, reuniram-se o agente de contratação e membros da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº. 373/2025, em atendimento às disposições legais da Lei nº 14.133/2021, para dar continuidade aos procedimentos relativos à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2026D**, referente ao Processo Administrativo nº. 210/2026, cujo objeto é a A**QUISIÇÃO DE MATERIAIS PÉTREOS DIVERSOS (PÓ DE BRITA, BRITA 0, BRITA 1 E BRITA 2), DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, EM ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL – BAHIA**, conforme edital, termo de referência e anexos disponibilizados no Diário Oficial.

Conforme registrado na Ata de Julgamento de Proposta e Documentos de Habilitação realizada em 25 de setembro de 2026, até o horário estabelecido no instrumento convocatório, **às 11h59min do dia 25/09/2026**, a empresa **BRITA FORTE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 42.153.773/0001-58, com sede na Rodovia de Brumado a Caetité, Km 18, Sala, Brumado – Bahia, CEP 46.100-000, foi a **única empresa a manifestar interesse no certame, encaminhando sua proposta e a respectiva documentação de habilitação por meio eletrônico, via e-mail**, apresentando proposta no valor global de **R$ 271.600,00 (duzentos e setenta e um mil e seiscentos reais)**.

Durante a análise da documentação de habilitação, foi constatada restrição quanto à regularidade fiscal municipal, tendo a empresa apresentado documento informando a impossibilidade de emissão imediata da Certidão de Regularidade Fiscal Municipal, em razão de pendências junto à Fazenda Pública Municipal de Brumado/BA.

Considerando que a empresa **BRITA FORTE LTDA** é enquadrada como Empresa de Pequeno Porte – EPP, foi assegurado à licitante o prazo legal para regularização da documentação fiscal, nos termos do art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

Dentro do prazo concedido, a empresa **BRITA FORTE LTDA**, por meio de correio eletrônico encaminhado à Administração Municipal em **01 de outubro de 2026**, apresentou a **Certidão de Regularidade Fiscal Municipal**, sanando a pendência anteriormente constatada.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Após o recebimento, procedeu-se à análise da documentação apresentada, constatando-se que a certidão encontra-se regular e válida, estando, portanto, **regularizada a pendência referente à sua regularidade fiscal municipal**.

Dessa forma, considerando o saneamento da pendência e a análise da documentação apresentada, a empresa **BRITA FORTE LTDA**, inscrita no CNPJ nº 42.153.773/0001-58, encontra-se **HABILITADA** para a presente Dispensa de Licitação, mantendo-se a proposta apresentada no valor global de **R$ 271.600,00 (duzentos e setenta e um mil e seiscentos reais)**.

Assim, concluída a análise da proposta e da documentação de habilitação, fica a empresa **BRITA FORTE LTDA** declarada **HABILITADA E VENCEDORA** da DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 013/2026D, pelo valor global de **R$ 271.600,00 (duzentos e setenta e um mil e seiscentos reais)**, observadas as condições estabelecidas no processo administrativo, no termo de referência e demais documentos que o integram.

Ato contínuo, franqueada a palavra aos presentes, disseram nada a declarar.

Nada mais havendo, eu, João Gabriel de Oliveira Guedes, agente de contratação, juntamente com a equipe de apoio, lavramos a presente ata que será assinada por todos ao fim da sessão, que deu-se por encerrada às 11h52min (onze horas e cinquenta e dois minutos), do dia 02 de outubro de 2026, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Lagoa Real - Bahia..

JOÃO GABRIEL DE OLIVEIRA GUEDES - Agente de contratação

ALLINE MOURA GOMES - Equipe de apoio

VANDREIA DOS SANTOS - Equipe de Apoio

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2026D

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 222/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL, POUSADA OU ESTABELECIMENTO SIMILAR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL.

Às 14h51min (quatorze horas e cinquenta e um minutos), do dia 02 de outubro de 2026, reuniram-se o Agente de Contratação e os membros da Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº. 373/2025, em atendimento às disposições legais da Lei Federal nº. 14.133/2021, para realizar os procedimentos relativos à **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2026D**, referente ao Processo Administrativo nº. 222/2026, com a finalidade de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM EM HOTEL, POUSADA OU ESTABELECIMENTO SIMILAR, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA REAL**, conforme edital, termo de referência e demais anexos disponibilizados no Diário Oficial.

Até o horário estabelecido no instrumento convocatório, às 11h59min do dia 02/10/2026, para apresentação da proposta e documentação exigida, apenas 01 (uma) empresa manifestou interesse, comparecendo presencialmente ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Lagoa Real – Bahia, onde realizou a entrega de sua proposta e de toda a documentação exigida no instrumento convocatório, sendo ela: **RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA**, inscrita no CNPJ nº **32.682.437/0001-49**, com sede na Rua Joaquim Gonçalves, nº 22, Ibitira, Rio do Antônio – BA, CEP 46.225-000, apresentando proposta no valor global de **R$ 65.375,00 (sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais)**.

Ato contínuo, procedeu-se à análise da proposta e da documentação apresentada presencialmente pela empresa **RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA**, realizando-se a conferência quanto ao atendimento das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. Após a análise, constatou-se que a empresa **atendeu integralmente às exigências previstas no instrumento convocatório**, estando sua proposta e documentação em conformidade com as condições estabelecidas.

Dessa forma, o Agente de Contratação e a Equipe de Apoio decidiram pela **HABILITAÇÃO** da empresa **RAIMUNDO SILVEIRA SOUZA**, bem como pelo reconhecimento de sua proposta como **VENCEDORA** da presente Dispensa de Licitação, pelo valor global de **R$ 65.375,00 (sessenta e cinco mil, trezentos e setenta e cinco reais)**.

Ato contínuo, franqueada a palavra aos presentes, **nada tendo a declarar**.

Nada mais havendo a tratar, eu, **JOÃO GABRIEL DE OLIVEIRA GUEDES, Agente de Contratação**, juntamente com a Equipe de Apoio, lavramos a presente Ata, que será

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

assinada por todos ao final da sessão, para que produza os efeitos legais e administrativos cabíveis. A sessão **se deu por encerrada às 15h50min (quinze horas e cinquenta minutos), do dia 02 de outubro de 2026**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Lagoa Real – Bahia.

JOÃO GABRIEL DE OLIVEIRA GUEDES
Agente de Contratação

ALLINE MOURA GOMES
Equipe de Apoio

VANDREIA DOS SANTOS
Equipe de Apoio

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

RELATÓRIO DE LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026
Processo Administrativo Nº 252/2026
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: EDEN RODRIGUES BALEEIRO
Data de Publicação: 21/07/2026 16:05:39

LOTE 1 - ITEM 01

04/08/2026 14:09:48 SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
VÁLIDO **49,200.00**

04/08/2026 14:09:48 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **50,400.00**

04/08/2026 14:09:48 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **50,000.00**

04/08/2026 14:10:26 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **24,000.00**

04/08/2026 14:12:06 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **23,990.00**

04/08/2026 14:12:31 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **23,800.00**

04/08/2026 14:13:13 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **23,790.00**

04/08/2026 14:13:30 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **23,400.00**

04/08/2026 14:16:31 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **23,300.00**

04/08/2026 14:16:50 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **23,000.00**

04/08/2026 14:17:06 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **20,000.00**

04/08/2026 14:17:19 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **19,800.00**

04/08/2026 14:18:07 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **19,700.00**

04/08/2026 14:18:31 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **19,000.00**

04/08/2026 14:18:49 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **18,999.00**

04/08/2026 14:19:00 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **18,600.00**

04/08/2026 14:19:51 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **18,000.00**

04/08/2026 14:20:08 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **17,900.00**

04/08/2026 14:20:42 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **17,800.00**

04/08/2026 14:20:51 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **17,600.00**

04/08/2026 14:21:34 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **17,480.00**

04/08/2026 14:21:34 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **17,500.00**

04/08/2026 14:22:08 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **17,400.00**

04/08/2026 14:22:18 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **17,300.00**

04/08/2026 14:22:51 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **17,000.00**

04/08/2026 14:23:00 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **16,900.00**

04/08/2026 14:23:41 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **16,800.00**

04/08/2026 14:23:54 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **16,500.00**

04/08/2026 14:24:26 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **16,000.00**

04/08/2026 14:25:04 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,800.00**

04/08/2026 14:25:25 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,799.00**

04/08/2026 14:25:35 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,600.00**

04/08/2026 14:26:16 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,599.00**

04/08/2026 14:26:29 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,500.00**

04/08/2026 14:26:54 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,499.00**

04/08/2026 14:27:11 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,400.00**

04/08/2026 14:29:02 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,399.00**

Gerado em: 10/08/2026 17:20:28

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:29:16 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,300.00**

04/08/2026 14:29:52 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,299.00**

04/08/2026 14:30:08 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,250.00**

04/08/2026 14:32:02 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,000.00**

04/08/2026 14:32:21 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,980.00**

04/08/2026 14:33:11 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,970.00**

04/08/2026 14:33:39 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,900.00**

04/08/2026 14:33:55 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,899.00**

04/08/2026 14:34:11 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,850.00**

04/08/2026 14:34:42 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,849.00**

04/08/2026 14:34:55 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,800.00**

04/08/2026 14:35:29 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,799.00**

04/08/2026 14:35:45 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,700.00**

04/08/2026 14:36:42 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,699.00**

04/08/2026 14:36:55 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,600.00**

04/08/2026 14:37:33 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,599.00**

04/08/2026 14:37:46 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,400.00**

04/08/2026 14:38:14 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,399.00**

04/08/2026 14:38:28 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,300.00**

04/08/2026 14:39:06 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,299.00**

04/08/2026 14:39:31 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,200.00**

04/08/2026 14:39:59 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,199.00**

04/08/2026 14:40:11 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,000.00**

04/08/2026 14:41:05 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,999.00**

04/08/2026 14:41:17 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,800.00**

04/08/2026 14:41:44 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,799.00**

04/08/2026 14:42:00 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,700.00**

04/08/2026 14:42:16 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,699.00**

04/08/2026 14:42:34 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,400.00**

04/08/2026 14:43:03 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,399.00**

04/08/2026 14:43:13 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,300.00**

04/08/2026 14:43:36 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,299.00**

04/08/2026 14:43:43 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,200.00**

04/08/2026 14:45:27 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,199.00**

04/08/2026 14:45:37 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,100.00**

04/08/2026 14:46:01 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **5,000.00**

LOTE 2 - ITEM 02

04/08/2026 14:09:49 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **50,000.00**

04/08/2026 14:09:49 SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
VÁLIDO **36,000.00**

04/08/2026 14:09:49 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **36,000.00**

04/08/2026 14:10:44 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **24,000.00**

04/08/2026 14:12:17 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **23,990.00**

Gerado em: 10/08/2026 17:20:28

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:12:47 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **23,800.00**

04/08/2026 14:17:08 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **20,000.00**

04/08/2026 14:17:27 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **19,800.00**

04/08/2026 14:18:06 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **19,700.00**

04/08/2026 14:18:18 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **19,000.00**

04/08/2026 14:18:51 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **18,999.00**

04/08/2026 14:19:09 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **18,600.00**

04/08/2026 14:19:53 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **18,000.00**

04/08/2026 14:20:20 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **17,900.00**

04/08/2026 14:20:43 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **17,800.00**

04/08/2026 14:21:00 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **17,600.00**

04/08/2026 14:21:38 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **17,500.00**

04/08/2026 14:21:44 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **17,480.00**

04/08/2026 14:22:09 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **17,400.00**

04/08/2026 14:22:29 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **17,200.00**

04/08/2026 14:22:51 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **17,000.00**

04/08/2026 14:23:11 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **16,900.00**

04/08/2026 14:23:42 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **16,800.00**

04/08/2026 14:24:04 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **16,500.00**

04/08/2026 14:24:23 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **16,000.00**

04/08/2026 14:24:46 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,800.00**

04/08/2026 14:25:25 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,799.00**

04/08/2026 14:25:44 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,600.00**

04/08/2026 14:26:17 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,599.00**

04/08/2026 14:26:37 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,500.00**

04/08/2026 14:26:55 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,499.00**

04/08/2026 14:27:22 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,400.00**

04/08/2026 14:29:04 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,399.00**

04/08/2026 14:29:25 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,300.00**

04/08/2026 14:29:53 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,299.00**

04/08/2026 14:30:17 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **15,250.00**

04/08/2026 14:32:05 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **15,000.00**

04/08/2026 14:32:43 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,980.00**

04/08/2026 14:33:13 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,970.00**

04/08/2026 14:33:48 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,900.00**

04/08/2026 14:33:57 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,899.00**

04/08/2026 14:34:22 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,850.00**

04/08/2026 14:34:44 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,849.00**

04/08/2026 14:35:03 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,800.00**

04/08/2026 14:35:31 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,799.00**

04/08/2026 14:35:51 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,700.00**

04/08/2026 14:36:43 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,699.00**

Gerado em: 10/08/2026 17:20:28

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:37:05 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,600.00**

04/08/2026 14:37:34 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,599.00**

04/08/2026 14:37:57 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,400.00**

04/08/2026 14:38:14 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,399.00**

04/08/2026 14:38:37 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,300.00**

04/08/2026 14:39:07 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,299.00**

04/08/2026 14:39:43 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,200.00**

04/08/2026 14:40:00 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,199.00**

04/08/2026 14:40:22 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,000.00**

04/08/2026 14:41:07 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,999.00**

04/08/2026 14:41:26 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,800.00**

04/08/2026 14:41:46 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,799.00**

04/08/2026 14:42:07 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,700.00**

04/08/2026 14:42:17 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,699.00**

04/08/2026 14:42:42 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,400.00**

04/08/2026 14:43:04 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,399.00**

04/08/2026 14:43:21 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,300.00**

04/08/2026 14:43:32 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,299.00**

04/08/2026 14:43:53 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,200.00**

04/08/2026 14:45:28 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **13,199.00**

04/08/2026 14:45:46 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,100.00**

04/08/2026 14:46:01 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **5,000.00**

LOTE 3 - ITEM 03

04/08/2026 14:09:49 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **50,000.00**

04/08/2026 14:09:49 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **54,000.00**

04/08/2026 14:09:49 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **60,000.00**

04/08/2026 14:09:49 SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
VÁLIDO **38,400.00**

04/08/2026 14:10:27 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **38,399.00**

04/08/2026 14:12:36 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **38,300.00**

04/08/2026 14:13:08 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **38,299.00**

04/08/2026 14:16:23 SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
VÁLIDO **38,040.00**

04/08/2026 14:16:40 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **38,200.00**

04/08/2026 14:16:48 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **38,030.00**

04/08/2026 14:17:31 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **38,000.00**

04/08/2026 14:18:08 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **37,990.00**

04/08/2026 14:18:59 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **37,000.00**

04/08/2026 14:19:11 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **36,990.00**

04/08/2026 14:19:59 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **35,000.00**

04/08/2026 14:20:13 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **34,990.00**

04/08/2026 14:20:44 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **34,500.00**

04/08/2026 14:20:50 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **34,490.00**

04/08/2026 14:21:38 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **34,400.00**

Gerado em: 10/08/2026 17:20:28

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:21:47 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **34,390.00**

04/08/2026 14:23:00 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **34,300.00**

04/08/2026 14:23:06 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **34,290.00**

04/08/2026 14:23:43 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **34,280.00**

04/08/2026 14:23:51 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **34,270.00**

04/08/2026 14:24:31 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **34,000.00**

04/08/2026 14:24:56 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **33,999.00**

04/08/2026 14:25:24 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **33,998.00**

04/08/2026 14:25:45 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **33,997.00**

04/08/2026 14:26:18 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **33,996.00**

04/08/2026 14:26:23 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **33,995.00**

04/08/2026 14:26:56 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **33,954.00**

04/08/2026 14:27:08 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **33,953.00**

04/08/2026 14:29:01 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **33,950.00**

04/08/2026 14:29:19 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **33,949.00**

04/08/2026 14:29:54 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **33,900.00**

04/08/2026 14:30:05 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **33,899.00**

04/08/2026 14:32:01 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **33,000.00**

04/08/2026 14:32:16 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **32,999.00**

04/08/2026 14:33:19 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **32,998.00**

04/08/2026 14:33:28 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **32,997.00**

04/08/2026 14:33:55 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **32,996.00**

04/08/2026 14:34:03 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **32,995.00**

04/08/2026 14:34:32 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **32,000.00**

04/08/2026 14:34:41 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **32,994.00**

04/08/2026 14:34:48 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **31,999.00**

04/08/2026 14:35:11 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **28,000.00**

04/08/2026 14:35:28 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **31,998.00**

04/08/2026 14:35:35 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **27,999.00**

04/08/2026 14:35:55 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **27,998.00**

04/08/2026 14:35:58 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **26,500.00**

04/08/2026 14:36:00 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **27,997.00**

04/08/2026 14:36:10 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **26,499.00**

04/08/2026 14:36:25 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **25,500.00**

04/08/2026 14:36:36 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **25,499.00**

04/08/2026 14:36:45 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **25,000.00**

04/08/2026 14:36:46 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **24,000.00**

04/08/2026 14:36:54 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **23,999.00**

04/08/2026 14:37:00 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **23,999.00**

04/08/2026 14:37:11 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **23,998.00**

04/08/2026 14:37:13 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **23,000.00**

04/08/2026 14:37:21 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **22,999.00**

04/08/2026 14:37:36 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **22,000.00**

Gerado em: 10/08/2026 17:20:28

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:37:38 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **22,999.00**

04/08/2026 14:37:45 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **21,999.00**

04/08/2026 14:37:50 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **21,999.00**

04/08/2026 14:38:01 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **21,997.00**

04/08/2026 14:38:06 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **20,000.00**

04/08/2026 14:38:15 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **21,000.00**

04/08/2026 14:38:16 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **19,999.00**

04/08/2026 14:38:47 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **19,400.00**

04/08/2026 14:38:57 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **19,000.00**

04/08/2026 14:39:21 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **18,800.00**

04/08/2026 14:39:31 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **17,000.00**

04/08/2026 14:39:53 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **16,500.00**

04/08/2026 14:40:01 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **14,199.00**

04/08/2026 14:40:11 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **15,000.00**

04/08/2026 14:40:26 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **14,000.00**

04/08/2026 14:40:35 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **14,000.00**

04/08/2026 14:40:50 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,800.00**

04/08/2026 14:40:56 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **13,700.00**

04/08/2026 14:41:07 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **13,600.00**

04/08/2026 14:41:32 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **13,000.00**

04/08/2026 14:41:49 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **12,800.00**

04/08/2026 14:42:22 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **12,500.00**

04/08/2026 14:42:50 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **12,000.00**

04/08/2026 14:43:12 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **11,999.00**

04/08/2026 14:43:30 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **11,800.00**

04/08/2026 14:43:54 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **11,600.00**

04/08/2026 14:44:08 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **11,500.00**

04/08/2026 14:44:44 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **11,000.00**

04/08/2026 14:44:52 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **10,800.00**

04/08/2026 14:45:26 SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA
VÁLIDO **10,700.00**

04/08/2026 14:45:54 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **10,600.00**

04/08/2026 14:46:02 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **5,000.00**

LOTE 4 - ITEM 04

04/08/2026 14:09:50 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **50,000.00**

04/08/2026 14:09:50 SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
VÁLIDO **46,800.00**

04/08/2026 14:09:50 T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA
VÁLIDO **96,000.00**

04/08/2026 14:12:52 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **46,700.00**

04/08/2026 14:17:15 SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
VÁLIDO **46,440.00**

04/08/2026 14:17:37 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **46,000.00**

04/08/2026 14:19:24 SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA
VÁLIDO **45,500.00**

04/08/2026 14:20:06 ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
VÁLIDO **45,000.00**

Gerado em: 10/08/2026 17:20:28

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026
Processo Administrativo Nº 252/2026
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: EDEN RODRIGUES BALEEIRO
Data de Publicação: 21/07/2026 16:05:39

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 10/08/2026 17:20:27
ITEM 01

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 01
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 13.100,00 **Valor Total:** 13.100,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	707	10.405.329/0001-96	50.400,00	13.100,00		Sim
2	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	349	03.551.831/0001-40	49.200,00	49.200,00	275,57	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ROBERTO FERNANDES	523	40.170.328/0001-70	50.000,00	5.000,00		Sim

LOTE 2 - HOMOLOGADO - 10/08/2026 17:20:28
ITEM 02

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 02
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 13.100,00 **Valor Total:** 13.100,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	058	10.405.329/0001-96	36.000,00	13.100,00		Sim
2	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	356	03.551.831/0001-40	36.000,00	36.000,00	174,81	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ROBERTO FERNANDES	237	40.170.328/0001-70	50.000,00	5.000,00		Sim

LOTE 3 - HOMOLOGADO - 10/08/2026 17:20:28
ITEM 03

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 03
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 10.600,00 **Valor Total:** 10.600,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	835	10.405.329/0001-96	60.000,00	10.600,00		Sim
2	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA	369	63.451.644/0001-16	54.000,00	10.700,00	0,94	Sim
3	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	842	03.551.831/0001-40	38.400,00	38.040,00	255,51	Não

DESCLASSIFICADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	ROBERTO FERNANDES	455	40.170.328/0001-70	50.000,00	5.000,00		Sim

LOTE 4 - HOMOLOGADO - 10/08/2026 17:20:28
ITEM 04

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 04
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 45.500,00 **Valor Total:** 45.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	318	03.551.831/0001-40	46.800,00	45.500,00		Não
2	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	714	10.405.329/0001-96	96.000,00	96.000,00	110,99	Sim

DESCLASSIFICADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	ROBERTO FERNANDES	335	40.170.328/0001-70	50.000,00	45.000,00		Sim

AUTORIDADE: RONEY FRANCISCO COTRIM

Gerado em: 10/08/2026 17:20:28

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026
Processo Administrativo Nº 252/2026
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: EDEN RODRIGUES BALEEIRO
Data de Publicação: 21/07/2026 16:05:39

LOTE 1 - ADJUDICADO - 10/08/2026 17:20:21
ITEM 01

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 01
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 13.100,00 **Valor Total:** 13.100,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	707	10.405.329/0001-96	50.400,00	13.100,00		Sim
2	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	349	03.551.831/0001-40	49.200,00	49.200,00	275,57	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ROBERTO FERNANDES	523	40.170.328/0001-70	50.000,00	5.000,00		Sim

LOTE 2 - ADJUDICADO - 10/08/2026 17:20:21
ITEM 02

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 02
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 13.100,00 **Valor Total:** 13.100,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	058	10.405.329/0001-96	36.000,00	13.100,00		Sim
2	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	356	03.551.831/0001-40	36.000,00	36.000,00	174,81	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ROBERTO FERNANDES	237	40.170.328/0001-70	50.000,00	5.000,00		Sim

LOTE 3 - ADJUDICADO - 10/08/2026 17:20:21
ITEM 03

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 03
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 10.600,00 **Valor Total:** 10.600,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	835	10.405.329/0001-96	60.000,00	10.600,00		Sim
2	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA	369	63.451.644/0001-16	54.000,00	10.700,00	0,94	Sim
3	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	842	03.551.831/0001-40	38.400,00	38.040,00	255,51	Não

DESCLASSIFICADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	ROBERTO FERNANDES	455	40.170.328/0001-70	50.000,00	5.000,00		Sim

LOTE 4 - ADJUDICADO - 10/08/2026 17:20:21
ITEM 04

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 04
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 45.500,00 **Valor Total:** 45.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	318	03.551.831/0001-40	46.800,00	45.500,00		Não
2	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	714	10.405.329/0001-96	96.000,00	96.000,00	110,99	Sim

DESCLASSIFICADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	ROBERTO FERNANDES	335	40.170.328/0001-70	50.000,00	45.000,00		Sim

PREGOEIRO: EDEN RODRIGUES BALEEIRO

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 022/2026	**Data de Abertura: 23/10/2026 às 14:00**

Site: https://bnccompras.com/ (Bolsa Nacional de Contratações)

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene e cuidados infantis, itens de enxoval/vestuário infantil e fraldas descartáveis, destinados ao atendimento das necessidades das unidades e serviços do Município de Licínio de Almeida/BA

VALOR TOTAL ESTIMADO
R$ 221.090,00

Registro de Preços	**Vistoria**	**Instrumento Contratual**	**Forma de Adjudicação**
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO	POR LOTE
Participação de empresas MEI/ME/EPP		**Reserva Cota ME/EPP**	**Exige Amostra**
SIM		NÃO	NÃO

OBSERVAÇÕES GERAIS

A disputa dar-se-á pelo **MODO ABERTO** e os lances deverão respeitar o INTERVALO estabelecido no Termo de Referência anexo ao presente Edital, cuja íntegra está disponível nos sítios http://liciniodealmeida.ba.gov.br/diario_oficial e no https://bnccompras.com/.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
Para o endereço licitacaolicinio@gmail.com ou pela plataforma.

IMPUGNAÇÕES
Para o endereço licitacaolicinio@gmail.com ou pela plataforma.

Éden Rodrigues Baleeiro
Pregoeiro

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026.

Processo Administrativo n° 359/2026.

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida por meio do Secretário de Administração, sediado na Praça Dois de Julho, nº 33, Centro da Cidade de Licínio de Almeida, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal 376/2024 de 05 de Janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão pública: 23 de Outubro de 2026 | Horário: 14:00 | Sistema eletrônico: BNC BOLSA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES | Critério de julgamento: menor preço por lote | Modo de disputa: Aberto

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene e cuidados infantis, itens de enxoval/vestuário infantil e fraldas descartáveis, destinados ao atendimento das necessidades das unidades e serviços do Município de Licínio de Almeida/BA.

A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse.

DO REGISTRO DE PREÇOS

As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes devem obedecer ao que consta no Decreto Municipal 376/2024 de 05 de Janeiro de 2024.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente no Sistema **BNC BOLSA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES**.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

Não poderão disputar esta licitação:

aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

agente público do órgão ou entidade licitante;

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 0 e 0 deste Edital.

No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (total) do lote;

Marca;

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações

Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

empresas brasileiras;

empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao

benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 0 deste edital.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos .

Será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à

diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostras, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 0.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

dos licitantes que mantiverem sua proposta original

1.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

Praça Dois de Julho, nº33 – Centro CEP: 46.330-000 Fone: (0xx77) 3463-2196
LICÍNIO DE ALMEIDA – BAHIA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.liciniodealmeida.ba.gov.br.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

deixar de apresentar amostra;

apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

fraudar a licitação

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

induzir deliberadamente a erro no julgamento;

apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

advertência;

multa;

impedimento de licitar e contratar e

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida.

as peculiaridades do caso concreto

as circunstâncias agravantes ou atenuantes

os danos que dela provierem para a Administração Pública

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitações@liciniodealmeida.ba.gov.br.

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Praça Dois de Julho, nº33 – Centro CEP: 46.330-000 Fone: (0xx77) 3463-2196
LICÍNIO DE ALMEIDA – BAHIA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Diário Oficial de Licínio de Almeida e endereço eletrônico https://www.liciniodealmeida.ba.gov.br.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Licínio de Almeida, BA, 08 de Outubro de 2026.

RICARDO ROCHA FERNANDES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA **CNPJ: 14.108.286/0001-38**

Processo Administrativo n° 359/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene e cuidados infantis, artigos de enxoval e vestuário infantil, bem como fraldas descartáveis infantis, destinados ao atendimento das necessidades das unidades administrativas, educacionais, assistenciais e demais serviços públicos do município de Licínio de Almeida/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

LOTE 01						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID**	**QUANT.**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
1	ALGODÃO HIDROFILO EM ROLO 50G		CX	200	R$ 13,50	R$ 2.700,00
2	COLONIA INFANTIL 100ML		UNID	200	R$ 18,99	R$ 3.798,00
3	CONDICIONADOR INFANTIL 400 ML		UNID	200	R$ 19,93	R$ 3.986,00
4	CONTONETE COM 75 UNIDADES		PCT	200	R$ 2,98	R$ 596,00
5	CREME DE PENTEAR INFANTIL 300 ML		UNID	200	R$ 16,78	R$ 3.356,00
6	CREME DENTAL INFANTIL 50G		UNID	200	R$ 6,78	R$ 1.356,00
7	CREME HIDRATANTE INFANTIL 120ML		UNID	200	R$ 17,98	R$ 3.596,00
8	DIFUSOR DE AMBIENTE LAVANDA 500ML		UNID	200	R$ 230,00	R$ 46.000,00
9	ESCOVA DE PENTEAR INFANTIL		UNID	200	R$ 17,18	R$ 3.436,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA **CNPJ: 14.108.286/0001-38**

10	ESCOVA DENTAL INFANTIL MACIA		UNID	500	R$ 11,46	R$ 5.730,00
11	GORRO TIPO TOUCA DESCARTAVEL, PACOTE COM 100 UNIDADES		PCT	100	R$ 19,50	R$ 1.950,00
12	LENÇO UMEDECIDO - PACOTE C/50 UNIDADES		PCT	300	R$ 8,29	R$ 2.487,00
13	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA COM ELASTICO - PCT C/50 UNIDADES		PCT	300	R$ 12,75	R$ 3.825,00
14	PAPEL TOALHA INTERFOLHA BRANCO 20X20 C/1000 FOLHAS		PCT	1200	R$ 13,90	R$ 16.680,00
15	POMADA PARA ASSADURA INFANTIL 90G		UNID	100	R$ 11,62	R$ 1.162,00
16	PROTETOR SOLAR FPS 30 100ML INFANTIL		UNID	200	R$ 29,90	R$ 5.980,00
17	SABONETE EM BARRA DE GLICERINA 90G		UNID	200	R$ 5,30	R$ 1.060,00
18	SABONETE LIQUIDO DE GLICERINA 250ML INFANTIL		UNID	200	R$ 18,98	R$ 3.796,00
19	SABONETE LIQUIDO DE GLICERINA 500ML INFANTIL		UNID	200	R$ 30,00	R$ 6.000,00
20	SHAMPOO INFANTIL 400 ML		UNID	200	R$ 18,88	R$ 3.776,00
21	TALCO EM GEL 80G		UNID	200	R$ 43,10	R$ 8.620,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**R$ 129.890,00**

LOTE 02						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID**	**QUANT.**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA **CNPJ: 14.108.286/0001-38**

1	BOLSA INFANTIL COM ALÇA		UNID	60	R$ 49,74	R$ 2.984,40
2	COBERTOR INFANTIL		UNID	60	R$ 28,86	R$ 1.731,60
3	CONJUNTO DE BODY COM MIJÃO		UNID	60	R$ 17,44	R$ 1.046,40
4	FRALDA DE TECIDO, DE BOCA INFANTIL		UNID	60	R$ 11,28	R$ 676,80
5	KIT DE TOUCA, LUVA E SAPATO INFANTIL		UNID	60	R$ 14,97	R$ 898,20
6	MACACÃO CURTO INFANTIL		UNID	60	R$ 15,16	R$ 909,60
7	MACACÃO LONGO INFANTIL		UNID	60	R$ 18,01	R$ 1.080,60
8	MEIA INFANTIL		UNID	60	R$ 7,58	R$ 454,80
9	TOALHA DE BANHO INFANTIL		UNID	60	R$ 20,85	R$ 1.251,00
10	BODY INFANTIL		UNID	60	R$ 16,11	R$ 966,60
VALOR TOTAL DO LOTE					**R$ 12.000,00**	

LOTE 03						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNID**	**QUANT.**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
1	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, PACOTE COM 28 UNIDADES - TAMANHO: XG, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PAMPERES		PCT	300	R$ 41,47	R$ 12.441,00
2	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, PACOTE COM 28 UNIDADES - TAMANHO: XXG, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PAMPERS		PCT	300	R$ 41,47	R$ 12.441,00

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA **CNPJ: 14.108.286/0001-38**

3	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, PACOTE COM 34 UNIDADES - TAMANHO: G, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PAMPERS		PCT	300	R$ 41,47	R$ 12.441,00
4	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, PACOTE COM 40 UNIDADES - TAMANHO: M, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PAMPERS		PCT	300	R$ 41,47	R$ 12.441,00
5	FRALDA DESCARTÁVEL INFANTIL, PACOTE COM 44 UNIDADES - TAMANHO: P, COM QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PAMPERS		PCT	300	R$ 41,47	R$ 12.441,00
6	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL SHORTINHO, PACOTE COM 60 UNIDADES - TAMANHO: M, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PAMPERS		PCT	100	R$ 42,49	R$ 4.249,00
7	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL SHORTINHO, PACOTE COM 48 UNIDADES - TAMANHO: G, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PAMPERS		PCT	100	R$ 42,49	R$ 4.249,00
8	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL SHORTINHO, PACOTE COM 42 UNIDADES - TAMANHO: XXG, QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PAMPERS		PCT	100	R$ 42,49	R$ 4.249,00
9	FRALDA DESCARTAVEL INFANTIL SHORTINHO, PACOTE COM 42 UNIDADES - TAMANHO: XG, QUALIDADE IGAUL OU SUPERIOR A PAMPERS		PCT	100	R$ 42,49	R$ 4.249,00
VALOR TOTAL DO LOTE						**R$ 79.201,00**
VALOR GLOBAL DOS LOTES						**R$ 221.091,00**

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

5.1 Condições Gerais

5.1.1. A execução do objeto compreenderá o fornecimento parcelado dos materiais de higiene e cuidados infantis, artigos de enxoval e vestuário infantil e fraldas descartáveis, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidos neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços.

5.1.2. Os fornecimentos serão realizados de acordo com as necessidades efetivamente verificadas pela Administração, mediante emissão de Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, não sendo a contratada obrigada a fornecer quantitativos superiores aos efetivamente solicitados pela Administração.

5.1.3. A contratada deverá fornecer os produtos em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência, devendo ser observadas as características relativas à composição, material, dimensões, capacidade, peso, volume, quantidade por embalagem, tamanho, finalidade de uso e demais requisitos estabelecidos para cada item.

5.1.4. Todos os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, de boa qualidade, próprios para a finalidade a que se destinam e entregues em perfeitas condições de conservação, higiene, integridade e utilização**.**

5.1.5. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados e embalados, de forma a garantir sua proteção contra danos, umidade, sujeira, deterioração, contaminação ou qualquer outro fator que possa comprometer sua qualidade durante o transporte e armazenamento.

5.1.6. A contratada será responsável por todas as despesas necessárias à perfeita execução do fornecimento, incluindo transporte, frete, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, seguros e demais custos diretos e indiretos relacionados ao objeto.

5.1.7. Os produtos deverão ser entregues acompanhados de documentação fiscal correspondente e, quando aplicável, de informações, instruções de uso, identificação do fabricante, lote, data de fabricação, prazo de validade e demais informações exigidas pela legislação pertinente.

5.1.8. Os produtos destinados à higiene e cuidados infantis deverão observar, quando aplicável, as normas sanitárias e regulamentações dos órgãos competentes, especialmente quanto à regularidade, rotulagem, acondicionamento, composição, fabricação e comercialização.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

5.2 Do Fornecimento Parcelado

5.2.1. O fornecimento dos materiais será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração e mediante solicitação formal do setor responsável.

5.2.2. Cada fornecimento será precedido de Ordem de Fornecimento ou documento equivalente, no qual poderão constar, conforme o caso:

a) identificação da unidade ou secretaria requisitante;

b) identificação dos itens solicitados;

c) quantidade solicitada;

d) local de entrega;

e) prazo para entrega;

f) responsável pelo recebimento; e

g) demais informações necessárias à adequada execução do fornecimento.

5.2.3. A Administração poderá realizar solicitações parciais dos quantitativos registrados, de acordo com sua necessidade, não havendo obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

5.2.4. A contratada deverá manter condições de fornecimento durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos decorrentes, observando os preços e demais condições registrados.

5.3 Do Prazo de Entrega

5.3.1. Os materiais deverão ser entregues no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente, salvo prazo diverso expressamente estabelecido pela Administração em razão da natureza ou urgência da demanda.

5.3.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, excepcionalmente, mediante solicitação formal e devidamente justificada da contratada, apresentada antes do término do prazo originalmente estabelecido, ficando a prorrogação condicionada à análise e aceitação da Administração.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

5.3.3. A ocorrência de fatos que possam comprometer o cumprimento do prazo deverá ser comunicada imediatamente à Administração, acompanhada da respectiva justificativa e dos elementos comprobatórios pertinentes.

5.4 Dos Locais de Entrega

5.4.1. As entregas serão realizadas nos locais indicados pela Administração Municipal, conforme especificado em cada Ordem de Fornecimento.

5.4.2. Os locais de entrega poderão compreender prédios públicos, unidades administrativas, unidades educacionais, unidades assistenciais e demais estabelecimentos vinculados ao Município de Licínio de Almeida/BA, conforme a necessidade de cada setor requisitante.

5.4.3. Caberá à contratada realizar o transporte e a entrega dos produtos até o local indicado pela Administração, inclusive a descarga dos materiais, sem qualquer custo adicional para o Município.

5.4.4. A contratada deverá observar os horários de recebimento estabelecidos pela Administração, evitando a entrega em horários ou locais não autorizados.

5.5 Das Condições de Entrega

5.5.1. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais, quando aplicável, devidamente lacradas, íntegras, identificadas e adequadas ao armazenamento e transporte.

5.5.2. Não serão aceitos produtos que apresentem:

a) embalagens violadas, rasgadas, amassadas, molhadas ou danificadas;

b) sinais de deterioração, contaminação ou alteração de suas características;

c) produtos sem identificação adequada, quando exigível;

d) quantidade inferior à solicitada;

e) características divergentes das especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

f) produtos vencidos ou com prazo de validade incompatível com sua utilização, quando aplicável; ou

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

g) quaisquer outras condições que comprometam sua qualidade, segurança ou finalidade de uso.

5.5.3. No caso de produtos fornecidos em embalagens contendo múltiplas unidades, deverão ser observadas rigorosamente as quantidades estabelecidas na descrição de cada item.

5.5.4. Os produtos deverão ser transportados em condições adequadas, de modo a preservar suas características e impedir danos ou alterações que possam comprometer sua utilização.

5.5.5. Quando aplicável, os produtos deverão apresentar, em suas embalagens, informações relativas à fabricação, lote, validade, composição, fabricante e demais informações exigidas pela legislação pertinente.

5.6 Da Substituição dos Produtos

5.6.1. Os materiais que forem entregues em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, com defeitos, avarias, quantidade insuficiente, embalagem inadequada ou qualquer outra irregularidade serão recusados, total ou parcialmente, conforme o caso.

5.6.2. A contratada deverá substituir, sem qualquer ônus adicional para a Administração, os produtos recusados, no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, contado da comunicação formal da irregularidade.

5.6.3. A substituição dos produtos não afastará a responsabilidade da contratada pelas demais obrigações decorrentes do fornecimento, nem prejudicará a aplicação das penalidades cabíveis, quando configurada hipótese de infração administrativa.

5.6.4. Os produtos substituídos deverão atender integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e serão submetidos novamente ao procedimento de recebimento.

5.7 Da Conferência e do Recebimento Provisório

5.7.1. O recebimento dos materiais será realizado pelo servidor ou equipe formalmente designada pela Administração, que procederá à conferência dos produtos entregues.

5.7.2. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial da quantidade e das condições aparentes dos produtos, sem

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

prejuízo da posterior verificação de sua conformidade com as especificações técnicas.

5.7.3. A assinatura do comprovante de entrega ou documento equivalente não implicará aceitação definitiva dos produtos, ficando condicionada à conferência integral de sua quantidade, qualidade e conformidade.

5.7.4. Constatada qualquer irregularidade, os produtos poderão ser recusados, devendo a contratada providenciar sua substituição ou regularização nos prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

5.8 Do Recebimento Definitivo

5.8.1. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos materiais entregues com as especificações, quantidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.8.2. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade dos produtos fornecidos, inclusive quanto a vícios ocultos ou defeitos que venham a ser constatados posteriormente, nos termos da legislação aplicável.

5.8.3. O pagamento somente será processado após o recebimento regular dos materiais e a apresentação da documentação fiscal correspondente, observadas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

5.9 Da Garantia e da Responsabilidade pelos Produtos

5.9.1. A contratada deverá garantir a qualidade e a adequação dos produtos fornecidos durante o período de validade ou garantia aplicável a cada produto, observadas as características e a natureza de cada item.

5.9.2. A contratada responderá pela substituição dos produtos que apresentarem defeitos, vícios, deterioração ou desconformidade imputável ao processo de fabricação, acondicionamento, transporte ou fornecimento, observados os prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

5.9.3. A responsabilidade da contratada compreende também os custos decorrentes da retirada, transporte, substituição e nova entrega dos produtos recusados, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

5.10 Das Obrigações Relativas à Qualidade e Regularidade dos Produtos

5.10.1. A contratada deverá assegurar que os produtos fornecidos atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e às normas legais e regulamentares aplicáveis.

5.10.2. Quando exigível em razão da natureza do produto, a contratada deverá fornecer materiais devidamente regularizados perante os órgãos competentes.

5.10.3. A Administração poderá, sempre que entender necessário e nos limites da legislação aplicável, solicitar documentos comprobatórios da origem, regularidade, composição, qualidade ou conformidade dos produtos fornecidos.

5.10.4. A constatação de irregularidade poderá ensejar a recusa do produto, sua substituição e, quando cabível, a adoção das medidas administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021.

5.11 Da Logística e Armazenamento

5.11.1. A contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para assegurar que os produtos permaneçam em condições adequadas desde sua origem até a efetiva entrega à Administração.

5.11.2. Os produtos deverão ser transportados e acondicionados de maneira compatível com sua natureza, evitando exposição a condições que possam provocar deterioração, contaminação, deformação, perda de qualidade ou alteração de suas características.

5.11.3. Os materiais deverão ser entregues de maneira organizada, permitindo sua conferência e armazenamento pelas unidades responsáveis.

5.12 Da Fiscalização da Execução

5.12.1. A execução do fornecimento será acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe formalmente designada pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.12.2. Compete à fiscalização verificar, entre outros aspectos:

a) o cumprimento das especificações dos produtos;

b) as quantidades efetivamente entregues;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

c) os prazos de entrega;

d) as condições de embalagem e conservação;

e) a validade dos produtos, quando aplicável;

f) a regularidade da documentação fiscal;

g) a ocorrência de produtos recusados ou substituídos; e

h) o cumprimento das demais obrigações assumidas pela contratada.

5.12.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela perfeita execução do objeto, inclusive perante terceiros, por eventuais danos decorrentes de sua atuação.

5.13 Das Obrigações da Contratada Durante a Execução

5.13.1. A contratada deverá:

a) fornecer os produtos rigorosamente de acordo com as especificações deste Termo de Referência;

b) cumprir os prazos de entrega estabelecidos;

c) manter, durante a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

d) comunicar à Administração qualquer ocorrência que possa comprometer a execução do fornecimento;

e) substituir, sem ônus adicional, os produtos recusados pela fiscalização;

f) responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos materiais;

g) arcar com todos os custos decorrentes da execução do objeto;

h) observar a legislação aplicável aos produtos fornecidos;

i) prestar os esclarecimentos solicitados pela fiscalização; e

j) cumprir as demais obrigações estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e, quando houver, no instrumento contratual.

5.14 Das Obrigações da Administração

5.14.1. Compete à Administração:

a) emitir as Ordens de Fornecimento ou instrumentos equivalentes;

b) indicar os locais e prazos para entrega;

c) acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento;

d) receber e conferir os materiais entregues;

e) comunicar formalmente à contratada eventuais irregularidades constatadas;

f) rejeitar os produtos que estejam em desacordo com as especificações;

g) efetuar os pagamentos devidos após o cumprimento das condições estabelecidas; e

h) prestar as informações necessárias à adequada execução do objeto.

5.15 Do Treinamento, Instalação e Assistência Técnica

5.15.1. Em razão da natureza do objeto, não haverá obrigação de instalação, configuração, integração, treinamento operacional ou assistência técnica especializada, uma vez que a contratação tem por finalidade o fornecimento de materiais de higiene e cuidados infantis, artigos de enxoval e vestuário infantil e fraldas descartáveis.

5.15.2. Eventuais orientações quanto ao uso, conservação ou armazenamento dos produtos deverão ser observadas conforme as instruções do fabricante e a legislação aplicável.

5.16 Da Conclusão do Fornecimento

5.16.1. Considerar-se-á concluída cada etapa de fornecimento após a entrega dos materiais solicitados, sua conferência, aceitação pela Administração e regularização de eventuais pendências.

5.16.2. O cumprimento integral das obrigações será aferido mediante os documentos de recebimento, notas fiscais e demais registros produzidos durante a execução, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por eventuais vícios ou irregularidades posteriormente identificados.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art.117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento,

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.
7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

7.10.1. o prazo de validade;
7.10.2. a data da emissão;
7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
7.10.5. o valor a pagar; e
7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:
inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução.
8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:**
inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.
8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física.
8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e Municipal/Distrital, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
8.25.1. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
8.25.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio liquid mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da area contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.30.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.2. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.3. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
8.30.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 221.091,00 (duzentos e vinte e um mil e noventa e um reais), conforme custos unitários apostos na em anexo.
9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Licínio de Almeida, Bahia, 08 de Outubro de 2026.

_____
Ricardo Rocha Fernandes
Secretário de Administração

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE 023/2026	**Data de Abertura: 23/10/2026 às 09:00**

Site: https://bnccompras.com/ (Bolsa Nacional de Contratações)

OBJETO

Registro de preços para futura e eventual aquisição de móveis e eletrodomésticos destinados a todas as secretarias e órgãos do Município de Licínio de Almeida

VALOR TOTAL ESTIMADO
SIGILOSO

Registro de Preços	**Vistoria**	**Instrumento Contratual**	**Forma de Adjudicação**
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO	POR LOTE
Participação de empresas MEI/ME/EPP		**Reserva Cota ME/EPP**	**Exige Amostra**
SIM		NÃO	NÃO

OBSERVAÇÕES GERAIS

A disputa dar-se-á pelo **MODO ABERTO** e os lances deverão respeitar o INTERVALO estabelecido no Termo de Referência anexo ao presente Edital, cuja íntegra está disponível nos sítios http://liciniodealmeida.ba.gov.br/diario_oficial e no https://bnccompras.com/.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
Para o endereço licitacaolicinio@gmail.com ou pela plataforma.

IMPUGNAÇÕES
Para o endereço licitacaolicinio@gmail.com ou pela plataforma.

Éden Rodrigues Baleeiro
Pregoeiro

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026.

Processo Administrativo n° 370/2026.

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida por meio do Secretário de Administração, sediado na Praça Dois de Julho, nº 33, Centro da Cidade de Licínio de Almeida, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal 376/2024 de 05 de Janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da sessão pública: 23 de Outubro de 2026 | Horário: 09:00 | Sistema eletrônico: BNC BOLSA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES | Critério de julgamento: menor preço por lote | Modo de disputa: Aberto

DO OBJETO

O objeto da presente licitação é Registro de preços para futura e eventual aquisição de móveis e eletrodomésticos destinados a todas as secretarias e órgãos do Município de Licínio de Almeida, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes for de seu interesse.

DO REGISTRO DE PREÇOS

As regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes devem obedecer ao que consta no Decreto Municipal 376/2024 de 05 de Janeiro de 2024.

DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente no Sistema **BNC BOLSA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES**.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

Não poderão disputar esta licitação:

aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

agente público do órgão ou entidade licitante;

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

O impedimento de que trata o item 0 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 0 e 0 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

O disposto nos itens 0 e 0 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

A vedação de que trata o item 0 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 0 e 0 deste Edital.

No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

A falsidade da declaração de que trata os itens 0 ou 0 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 0 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

Valor unitário (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (total) do lote;

Marca;

Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote

Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações

Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

empresas brasileiras;

empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação

realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados

É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

DA FASE DE JULGAMENTO

Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 0 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao

benefício, em conformidade com os itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 0 deste edital.

Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos .

Será desclassificada a proposta vencedora que:

contiver vícios insanáveis;

não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à

diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostras, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

DA FASE DE HABILITAÇÃO

Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 0.

Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado

DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

1.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:.

dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

dos licitantes que mantiverem sua proposta original

1.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DOS RECURSOS

A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

Praça Dois de Julho, nº33 – Centro CEP: 46.330-000 Fone: (0xx77) 3463-2196
LICÍNIO DE ALMEIDA – BAHIA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://www.liciniodealmeida.ba.gov.br.

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

deixar de apresentar amostra;

apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

fraudar a licitação

comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

induzir deliberadamente a erro no julgamento;

apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

advertência;

multa;

impedimento de licitar e contratar e

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Na aplicação das sanções serão considerados:

a natureza e a gravidade da infração cometida.

as peculiaridades do caso concreto

as circunstâncias agravantes ou atenuantes

os danos que dela provierem para a Administração Pública

a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

Para as infrações previstas nos itens 0, 0 e 0, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado

As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 0, 0, 0, 0 e 0, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 0, 0 e 0 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 0, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: licitações@liciniodealmeida.ba.gov.br.

As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação

Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

Praça Dois de Julho, nº33 – Centro CEP: 46.330-000 Fone: (0xx77) 3463-2196
LICÍNIO DE ALMEIDA – BAHIA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Diário Oficial de Licínio de Almeida e endereço eletrônico https://www.liciniodealmeida.ba.gov.br.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

Licínio de Almeida, BA, 08 de Outubro de 2026.

RICARDO ROCHA FERNANDES
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Processo Administrativo n° 370/2026

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de móveis e eletrodomésticos destinados a todas as secretarias e órgãos do Município de Licínio de Almeida, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID DE MEDIDA**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	ARMARIO DE ACO REFORCADO 2 PORTAS CHAPA 22 Descrição: Armário de Aço c/ 02 portas reforçado ? 1,98×0,1,20×0,40m - Chapa 22.Totalmente Soldado. Estrutura chapas 22 (0,75mm). 04 Bandejas Internas, sendo 03 reguláveis.2 portas com 1 veneziana para ventilação e 1 reforço interno por porta. Sistema de fechamento através de Fechadura tipo Yale. Capacidade por prateleira 40 kg. Dimensões: Altura: 1,98m, Largura: 1,20m, Profundidade: 0,40m, Peso: 40 kg. Conforme imagem de referência. As imagens são apenas ilustrativas, possíveis informações de marcas nas mesmas devem ser desconsideradas.	unid	50		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

2	ARQUIVO DE ACO 4 GAVETAS CHAPA 24 Descrição: Estrutura em chapa 24. Corpo das gavetas em galvalume chapa 24. Frente das gavetas em aço chapa 24 (0,45 mm). 45kg por gaveta. Desliza por trilhos corrediças com esferas. Itens de Série: Porta etiquetas estampado na frente da gaveta, Puxador estampado na frente da gaveta com perfil em PVC, Fechadura tipo Yale com 2 chaves e fechamento simultâneo das gavetas. Acompanha kit pé regulável. Medidas: 1,36 Altura x 0,47 Largura x 0,67 Profundidade. Gabinete e frente das gavetas: Pintura eletrostática a pó (tinta híbrida). Conforme imagem de referência. As imagens são apenas ilustrativas, possíveis informações de marcas nas mesmas devem ser desconsideradas.	unid	12		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

3	CADEIRA TIPO INTERLOCUTOR FIXA ESTOFADA Descrição: CADEIRA TIPO INTERLOCUTOR FIXA ESTOFADA, Cadeira Fixa estrutura metálica em formato 4 pés em tubo 7/8 com gradil. Assento com estrutura em compensado multilamidado com formato de concha e espuma injetada com acabameto em couro sintético. Encosto espaldar baixo em compensado multilaminado em formato de concha e espuma injetada com acabameto em couro sintético. DIMENSÕES: Encosto: 400 (L) x 290 (A), Assento: 390 (L) x 400 (P), Largura Total: 440, Profundidade Total: 580, Altura assento ao piso: 450. Cor preta. Conforme imagem de referência. As imagens são apenas ilustrativas, possíveis informações de marcas nas mesmas devem ser desconsideradas.	unid	190		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

4	CADEIRA GIRATORIA TIPO DIRETOR ENCOSTO ALTO ESTOFADO Descrição: Cadeira Giratória tipo Diretor Linha Oficial. Estrutura giratória com base do tipo Estrela de 5 pontas, fabricada em aço. Assento com estrutura em compensado multilaminado com curvatura frontal. Encosto anatômico espaldar médio diretor fabricado com estrutura em polipropileno injetado. Mecanismos de regulagem para altura do encosto, inclinação do encosto e assento com dispositivo "relax" de tensão do assento e altura do assento. Acabamentos com capas, contra capas, telescópica, carenagem em polipropileno e sanfona em polietileno. DIMENSÕES: Encosto: 420 (L) x 490 (A) Assento: 470 (L) x 460 (P), Largura Total: 630, Profundidade Total: 630, Altura assento ao piso: 440/560. Conforme imagem de referência. As imagens são apenas ilustrativas, possíveis informações de marcas nas mesmas devem ser desconsideradas.	unid	84		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

5	CADEIRA PLASTICA EMPILHAVEL PRETA Descrição: Cadeira plástica empilhável. Cor preta. Encosto: confeccionado em polipropileno (PP), no sistema de injeção termoplástica. Fixa-se na estrutura através de encaixes, com travamento na estrutura através de pino-tampão, também confeccionado em polipropileno (PP). Assento: confeccionado em polipropileno (PP), no sistema de injeção termoplástica. Com travamento feito por parafusos. Acabamentos do Encosto e Assento: acabamento em polipropileno (PP). Suportes do Encosto: em 2 tubos de aço carbono, de formato oblongo, seção 16x30 mm. Suportes do Assento: em 2 tubos de aço carbono, de formato redondo, seção 3⁄4?. Pés: em 2 tubos de aço carbono, de formato oblongo, seção 16 x 30 mm. Os suportes do Encosto e Assento são curvados em máquinas específicas e unidos pelo sistema de solda. Ponteiras de fechamento dos tubos: produzidas em polipropileno e encaixadas na estrutura, considerando-se inclusive os acabamentos deslizantes para os pés. Toda a estrutura metálica é	unid	110		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

	submetida a um pré-tratamento antiferruginoso de desengraxe, estabilização, fosforização, pintura a pó pelo processo de deposição eletrostática e secagem em estufa a 250o C. Capacidade carga: 110kg. Acabamento				
6	MESA P/ COMPUTADOR C/ 02 GAVETA 1,20x0,60 100% MDF Descrição: A mesa deverá conter tampo inteiriço em formato retangular, Estrutura 100 % MDF de 25mm aproximadamente, revestido em ambas as faces, bordas retas encabeçadas com fita de bordas de PVC com 2,0mm com raio ergonômico de acordo com a NBR13966 na parte frontal e bordas laterais . Estrutura fixada ao tampo através de parafuso cementado com alta resistência ao torque. Painel frontal em 100 %	unid	20		

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

	MDF; Cor Gianduia trama. pé tipo sapata regulável de 22mm em inox. Gaveteiro: fixo 01 gaveta em aglomerado de 25mm em melamínico BP ambas as faces, com fita borda de 1mm, corrediça estampada em aço e roldanas em nylon. puxadores do tipo facetato com ponteiras em inox. Garantia de fábrica contra defeitos de fabricação. Conforme imagem de referência.				
7	TAMPO DE MESA DE DIRETOR - 1,20x0,65 100% MDF Descrição: Estrutura 100 % MDF de 25mm aproximadamente, revestido em ambas as faces, bordas retas encabeçadas com fita de bordas de PVC com 2,0mm com raio ergonômico de acordo com a NBR13966 na parte frontal e bordas laterais. Cor Gianduia trama. Conforme imagem de referência.	unid	10		
8	Mesa Professor Tipo FNDE 1,20x65 Comprimento: 120 cm; Largura: 1.2 cm; Profundidade: 65 cm; Altura: 76 cm; Acabamento: Fita de Borda; Tubos da Mesa em Aço: 30x20: Parede de 0,9mm; 30x50: Parede de 0,9mm; Pintura Epóxi na Cor Cinza com tampo branco.	unid	50		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

9	Balcão De Pia 1,20m Gabinete Armário Cozinha Freijó, material em MDP Grafite Cor Freijó/grafite; Dimensões do balcão: 81cm de altura, 120cm de largura, 50cm de profundidade; 01 gavetas; 03 portas; prateleira interna; alças em PVC cromado; corrediça em metal.	unid	2		
10	Armário de Cozinha Aéreo Itatiaia 3 Portas Rose Branco Neve com coluna lateral, feito de aço resistente; ALTURA 51 CM, PROFUNDIDADE 35 CM; largura 70 cm; alças em PVC cromado; corrediça em metal	unid	5		

LOTE 02					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNID DE MEDIDA**	**QUANT**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**
1	Caixa Amplificada Multiuso Trx10 60w 10 Bluetooth, Usb, FM, bivolt 127-220v;alto- falante: woofer; Cor preta; tela de metal; cantoneiras anti impacto; LED indicador de modo; woofer 10" e tweeter 2,5"; função bluetooth, USB e FM; 7xbotões (rsc/mode, repeater, stop, Equalizador, retroceder, play/pause, avançar); 2xAuxiliar RCA (L e R); 1xP10 (guitarra/teclado) com botão regulagem de volume 1; 2xp10 (mic 1/violão e mic 2/violão) com botão regulagem de volume 2; 2xbotões de	unid	20		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

	regulagem equalizadores (grave e agudo); chave seletora (on/off); led power. De qualidade igual ou superior a FRAHM -				
2	FOGÃO 04 BOCAS, INDUSTRIAL, COM DUAS CHAMAS DUPLAS, DUAS CHAMAS SIMPLES, MESA COM BASE DE AÇO, IGNIÇÃO MANUAL, DIMENSÕES: 84 CM LARGURA x 78 CM ALTURA x 83 PROFUNDIDADE. CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA.	unid	20		
3	FORNO ELÉTRICO DE BANCADA 42 LITROS, COM TIME, 220V, 1600W, COR PRETA, DIMENSÕES: 33,2 CM DE ALTURA, 51,3 CM DE LARGURA, 35 CM DE PROFUNDIDADE. CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA.	unid	10		
4	FREEZER HORIZONTAL 309 LITROS, 01 PORTA, NA COR BRANCO, 220V, 113W, CLASSE A, TOMADA DE ENTRADA DE 10 AMPERES, COM 01 ANO DE GARANTIA, NAS DIMENSÕES: ALTURA: 94,3 CM, LARGURA: 94,6 CM PROFUNDIDADE: 77,3 CM. CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA.	unid	10		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

5	BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 L EM INOX COM TRES TORNEIRAS Descrição: BEBEDOURO INDUSTRIAL 100 L EM INOX COM TRÊS TORNEIRAS Corpo estrutura em aço inox 430 e pés reguláveis; Refrigeração por compressor que garante maior eficiência; Serpentina em aço inox 304 (interna); Reservatório em polipropileno; Gás ecológico R134A; Regulagem através de termostato com 7 níveis de temperatura; Filtro incluso; Três torneiras (duas geladas e uma natural); Voltagem: 220v; Capacidade de atendimento: méi300 pessoas/horas; Tensão/potencia: 220v; Dimensões: (CXAXP) sem embalagem: altura: 135 cm x largura: 70 cm x profundidade: 72 cm; Peso: 40kg. De qualidade igual ou superior a Cânovas. Preferencialmente com selo PROCEL A. Conforme imagem de referência. As imagens são apenas ilustrativas, possíveis informações de marcas nas mesmas devem	unid			

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

6	PURIFICADOR DE ÁGUA, 220V, REFRIGERAÇÃO A COMPRESSOR, NATURAL E GELADA, COR BRANCO. mesa, balcão e parede, volume interno 1,20 litros, altura 40cm, largura 28cm, comprimento 33,5cm, Refil com três etapas de filtragem, Baixo consumo de energia com foco na economia e sustentabilidade, Regulagem de 7 niveis de temperatura, com 01 ano de garantia.	unid	12		
7	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 4 LITROS, ALTA ROTAÇÃO, EM INOX, 220V, 1200W, 18000 RPM. Copo em inox, base em polipropileno e tampa em alumínio, 1 velocidade, Altura: 55 cm, Largura: 20,5 cm, Comprimento: 25 cm, com um ano de garantia, conforme imagem ilustrativa.	unid	20		
8	TANQUINHO DE LAVAR ROUPAS 15KG, 220V, com timer, oito opções na programação de lavagem, filtro de fiapos e sistema de lavagem por turbilhonamento com 450W de potência, economia, abertura superior, consumo de 145 litros de água porcíclo delavagem, eficiência energética classe A, tomada de	unid	20		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

9	GELADEIRA 375 LITROS NA COR BRANCA, DUPLEX, 220V, CLASSE A, FROS FREE, LARGURA: 62,1CM, ALTURA: 176CM, PROFUNDIDADE 75,5CM, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE ACOM 01 ANO DE GARANTIA. CONFORME IMAGEM ILUSTRATIVA.	unid	12		
10	FREEZER REFRIGERADOR HORIZONTAL 2 TAMPAS 546 LITROS Descrição: Tampa balanceada com puxadores anatômicos. Gabinete interno em aço pré-pintado em esmalte epóxi, garantindo maior resistência à corrosão. Voltagem 220v. Capacidade Líquida 546 Litros. Cor Branco. Degelo Manual. Possui dreno. Faixa de Temperatura (ºC) 2 a 8ºC e -18 a -22ºC. Gás Refrigerante R- 134A. Medida (LxAxP/cm) 166,5 x 94,4 x 69. Orientação Horizontal. Peso Líquido (Kg) 83 kg. Profundidade (cm) 690 mm. Quantidade de Portas/Tampas 2. Rodízio Sim. Tensão (V) / Frequência (Hz) 50Hz e 60Hz. Termostato Ajustável. Tipo de Abertura Basculante. Tipo de Condensação Forçada. Tipo de Controlador de Temperatura Termostato Eletromecânico. Tipo de Evaporador Cold Wall. Tipo de Isolação Poliuretano. Tipo de Pintura Poliéster. Tipo de Porta Cega. Tipo de Puxador de Porta	unid	15		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

11	SMART TV LED 50" Descrição: SMART TV LED 50", bivolt 110- 240v; painel LCD/LED 50" resolução 4K UHD (3840x2160) 60hz, cor preta, HDR 10, DTV; alto falante 20watts RMS, 2 Canais; conexões: 3xHDMI, 2xUSB, 1xEntrada RF, 1xSaída optica, bluetooth in/out; acompanha: Controle remoto, cabo de força parafusos; furação VESA 200x200. De qualidade igual ou superior a LG 50" 4k UHD (50UP7750).	unid	10		
12	MICROFONE DINAMICO Descrição: MICROFONE DINÂMICO, função plug n' play; cabo P10 3 metros; chave seletora ON/OFF. Compatível com entradas da caixa de som evento de qualidade igual ou superior a FRAHM - MF600 APP. Conforme imagem de referência. As imagens são apenas ilustrativas, possíveis informações de marcas nas mesmas devem ser desconsideradas.	unid	40		

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.
1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Subcontratação

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
4.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados da ordem de compra emitida pelo setor de compras, a entrega será parcelada de acordo a necessidade do Município.
5.2. Os bens deverão ser entregues nos endereços descritos na ordem de compra, que podem variar dentro do município de acordo com a necessidade

da administração.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º.

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de

habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;
7.10.2. a data da emissão;
7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
7.10.5. o valor a pagar; e
7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que,

por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

8.13. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física.

8.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital e Municipal/Distrital, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.24.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.26. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de até 10% do valor total estimado da contratação.

8.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.29. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

8.30.1. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.30.2. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.30.3. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.30.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.30.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.30.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é sigiloso.

9.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Licínio de Almeida, Bahia, 08 de Outubro de 2026.

Ricardo Rocha Fernandes

Secretário de Administração

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 035/2026

CONTRATANTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA/BA

OBJETO
Contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção, conservação, reparo, adequação e reforma de bens imóveis e estruturas sob responsabilidade do Município de Licínio de Almeida/BA, nas zonas urbana e rural, mediante empreitada por preço unitário e emissão de Ordens de Serviço, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo, planilha orçamentária e demais peças técnicas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 123.828,22

PRAZO MÁXIMO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
Até 07/10/2026, às 08h00 (horário de Brasília)

FORMA DE APRESENTAÇÃO
Por e-mail ou mediante protocolo físico, na forma deste Aviso

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO GLOBAL

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Sumário

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA
3. DA APRESENTAÇÃO E DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA
4. DA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS E DA NEGOCIAÇÃO
5. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS
6. DA FASE DE HABILITAÇÃO
7. DA CONTRATAÇÃO
8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA/BA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 035/2026

(Processo Administrativo nº 389/2026)

Torna-se público que o Município de Licínio de Almeida/BA, por meio do Setor de Licitações, sediado na Praça Dois de Julho, nº 33, Centro, Licínio de Almeida/BA, CEP 46.330-000, realizará contratação direta por Dispensa de Licitação nº 035/2026, em razão do valor, para obra e serviços de engenharia, com critério de julgamento pelo menor preço global e execução por empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 376/2024 e das demais normas aplicáveis. A contratação direta fundamenta-se no art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observados o valor estimado da contratação, a justificativa de preço, a disponibilidade orçamentária e a verificação da inexistência de fracionamento indevido da despesa.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção, conservação, reparo, adequação e reforma de bens imóveis e estruturas sob responsabilidade do Município de Licínio de Almeida/BA, nas zonas urbana e rural, mediante empreitada por preço unitário e emissão de Ordens de Serviço, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo, planilha orçamentária e demais peças técnicas.

1.2. O valor global estimado é de R$ 123.828,22 (cento e vinte e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos), correspondente à planilha orçamentária referencial com data-base SINAPI/BA 07/2026 – regime desonerado.

1.3. O critério de julgamento será o menor preço global, sem prejuízo da análise dos preços unitários, da exequibilidade e da conformidade da proposta com a planilha e as peças técnicas.

1.4. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DIRETA

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

2.1. Poderão participar pessoas jurídicas que atuem em ramo de atividade compatível com o objeto e atendam às exigências de proposta e habilitação deste Aviso e do Termo de Referência/Projeto Básico.

2.2. Não poderão participar os interessados impedidos de licitar ou contratar com a Administração, nem aqueles que se enquadrem em demais hipóteses legais de vedação previstas na Lei nº 14.133/2021.

2.3. A participação implica a aceitação integral das condições deste Aviso, do Termo de Referência/Projeto Básico, do Memorial Descritivo, da planilha orçamentária e dos demais anexos.

3. DA APRESENTAÇÃO E DO RECEBIMENTO DA PROPOSTA

3.1. As propostas e os documentos exigidos deverão ser recebidos impreterivelmente até 07/10/2026, às 08h00 (horário de Brasília). Propostas recebidas após esse horário não integrarão a comparação deste procedimento, ressalvada eventual prorrogação formalmente divulgada.

3.2. A proposta poderá ser encaminhada por e-mail para licitacoes@liciniodealmeida.ba.gov.br ou entregue fisicamente, mediante protocolo, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida/BA, Praça Dois de Julho, nº 33, Centro, Licínio de Almeida/BA, CEP 46.330-000.

3.3. No envio por e-mail, o fornecedor deverá identificar no assunto da mensagem a Dispensa de Licitação nº 035/2026 e o Processo Administrativo nº 389/2026, anexando proposta assinada e a documentação exigida em formato legível.

3.4. Na entrega física, os documentos deverão ser apresentados ao Setor de Licitações até a data e o horário estabelecidos, permitindo o registro do recebimento no processo administrativo.

3.5. A proposta comercial deverá indicar razão social, CNPJ, endereço e contato do proponente; descrição do objeto; valor global; planilha de preços unitários compatível com os itens, unidades e quantitativos da planilha referencial; BDI da proposta e sua composição; prazo de validade 60 (dias); e assinatura do responsável.

3.6. Os preços ofertados deverão compreender todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, mão de obra, equipamentos, encargos, tributos, transporte, seguros, mobilização, desmobilização, destinação de resíduos, testes, correções e lucro.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

3.7. É de responsabilidade do proponente verificar a integridade dos arquivos enviados e assegurar o recebimento tempestivo da proposta. No protocolo físico, o recebimento será comprovado por registro do setor competente.

4. DA OBTENÇÃO DE PROPOSTAS ADICIONAIS E DA NEGOCIAÇÃO

4.1. O Aviso de Contratação Direta, acompanhado da íntegra do Termo de Referência/Projeto Básico, será divulgado com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, nos termos do art. 41 do Decreto Municipal nº 376/2024, para obtenção de propostas adicionais de eventuais interessados.

4.2. Encerrado o prazo para apresentação, as propostas válidas serão comparadas segundo o critério de menor preço global, sem fase competitiva de lances.

4.3. A Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o proponente classificado em primeiro lugar, desde que preservada a isonomia e registrada a negociação no processo.

4.4. Caso não sejam obtidas 3 (três) propostas válidas, o prazo poderá ser prorrogado na forma do regulamento municipal. Excepcionalmente, a contratação poderá prosseguir com número inferior, desde que o órgão demandante justifique que o menor preço reflete o preço de mercado, contemplando todos os custos diretos e indiretos.

5. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Será considerada provisoriamente classificada em primeiro lugar a proposta que, atendidas as exigências deste Aviso e de seus anexos, apresentar o menor preço global.

5.2. O preço global ofertado não poderá ultrapassar o valor estimado de R$ 123.828,22, salvo se houver revisão formal e tecnicamente justificada do orçamento antes da contratação, vedada qualquer correção silenciosa da planilha.

5.3. A Administração verificará a compatibilidade dos preços unitários com o orçamento referencial e poderá solicitar esclarecimentos, ajustes formais que não alterem a substância da proposta e demonstração de exequibilidade, quando cabível.

5.4. Para obras e serviços de engenharia, serão observadas as regras legais de inexequibilidade e de garantia adicional quando incidentes, com registro da análise no processo.

5.5. Erros materiais meramente formais poderão ser saneados se não houver alteração da essência, do preço global ou da competitividade da proposta.

5.6. A proposta será desclassificada quando não atender às especificações técnicas, apresentar preço ou condição incompatível com este Aviso ou incidir em outra hipótese legal de desclassificação.

6. DA FASE DE HABILITAÇÃO

6.1. A habilitação será verificada em relação ao proponente da proposta classificada em primeiro lugar, mediante os documentos exigidos neste Aviso e no Termo de Referência, admitida a consulta a bases oficiais para confirmação de informações.

6.2. Serão exigidos documentos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira proporcionais ao objeto e ao risco da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

6.3. Quanto à qualificação técnica, deverão ser exigidos apenas documentos pertinentes e proporcionais ao objeto, inclusive registro ou inscrição no conselho profissional competente, quando legalmente aplicável, indicação de responsável técnico e atestado(s) de capacidade técnica para serviços similares, vedadas exigências excessivas ou sem justificativa no processo.

6.4. A ausência ou irregularidade de documento não passível de saneamento implicará a inabilitação, prosseguindo-se à análise da proposta subsequente, se houver.

7. DA CONTRATAÇÃO

7.1. Após a seleção e a autorização da contratação direta, o fornecedor será convocado para assinar o instrumento contratual ou praticar o ato equivalente no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena das consequências previstas na legislação e neste Aviso.

7.2. A minuta de Termo de Contrato integra este procedimento e será preenchida com os dados da proposta vencedora, da dotação orçamentária, dos responsáveis e das demais informações aprovadas no processo.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

7.3. A contratação somente será formalizada após a comprovação da disponibilidade orçamentária, da manutenção das condições de habilitação e das demais providências exigidas pela Lei nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 376/2024.

8. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar conduta tipificada na Lei nº 14.133/2021, inclusive deixar de entregar documentação exigida, não manter a proposta sem motivo justificado, apresentar declaração ou documento falso, fraudar o procedimento ou comportar-se de modo inidôneo.

8.2. Poderão ser aplicadas as sanções legalmente cabíveis, observados o enquadramento da conduta, a gravidade, os danos, as circunstâncias do caso, o contraditório e a ampla defesa.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será instruído e divulgado na forma da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 376/2024.

9.2. O prazo para apresentação de propostas encerra-se em 07/10/2026, às 08h00 (horário de Brasília); a data de publicação deverá assegurar a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis prevista no regulamento municipal.

9.3. Esclarecimentos relativos ao recebimento das propostas poderão ser dirigidos ao Setor de Licitações pelo e-mail licitacoes@liciniodealmeida.ba.gov.br ou pelo telefone (77) 3463-2196.

9.4. Os atos, comunicações e decisões relevantes serão juntados ao Processo Administrativo nº 389/2026 e divulgados nos meios oficiais aplicáveis.

9.5. Integram este Aviso, independentemente de transcrição: o Termo de Referência/Projeto Básico; a minuta de Termo de Contrato; o Memorial Descritivo; a Planilha Orçamentária Referencial; a composição de BDI; o Cronograma Físico-Financeiro; e as demais peças técnicas formalmente juntadas ao processo.

9.6. Campos que dependem de decisão ou documento ainda não fornecido deverão ser preenchidos e validados antes da publicação definitiva do Aviso.

Licínio de Almeida/BA, 08 de Outubro de 2026.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Karla Mychely Teles de Miranda Santana

Secretária de Educação

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção, conservação, reparo, adequação e reforma de bens imóveis e estruturas sob responsabilidade do Município de Licínio de Almeida/BA, nas zonas urbana e rural, mediante empreitada por preço unitário e emissão de Ordens de Serviço, conforme Termo de Referência, Memorial Descritivo, planilha orçamentária e demais peças técnicas.

1.1.2. A execução será realizada de forma parcelada mediante Ordens de Serviço, observados os quantitativos, preços unitários, condições de execução, medição e pagamento estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Obra/serviços de engenharia alvenarias, reformas e passagem molhada/elementos de concreto.	Diversas	Conforme planilha	Conforme planilha	R$ 123.828,22

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.1. *O objeto compreende intervenções de construção, reforma e infraestrutura descritas no Memorial Descritivo e na planilha orçamentária, com serviços mensuráveis por unidades e quantitativos.*

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.2. *A contratação é por escopo, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com execução sob o regime de empreitada por preço unitário.*

1.2.1. Somente poderão ser executadas mediante Ordem de Serviço as intervenções cuja documentação técnica disponível seja suficiente para sua adequada definição e execução. Demandas que dependam de estudos específicos, dimensionamento individualizado, solução estrutural própria ou projeto técnico específico somente poderão ser iniciadas após a elaboração e aprovação da documentação técnica pertinente.

1.3. A contratação será formalizada mediante contrato administrativo, com execução parcelada por Ordens de Serviço, sob regime de empreitada por preço unitário e sem dedicação exclusiva de mão de obra.

Prazo de vigência

1.4. 1.4. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da data indicada no instrumento contratual, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O prazo de execução de cada demanda será definido na respectiva Ordem de Serviço, de acordo com a natureza, os quantitativos e a complexidade da intervenção, contado do marco nela estabelecido. O prazo de execução de cada demanda deverá estar compreendido no prazo de execução e na vigência contratual, salvo hipótese legal e formalmente admitida.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. *A contratação decorre da necessidade de executar intervenções de construção em alvenarias, reformas e infraestrutura, inclusive passagem molhada/elementos de concreto, segundo as quantidades, materiais e métodos indicados no Memorial Descritivo e na Planilha Orçamentária.*

2.2. *A solução deverá produzir elementos executados com segurança, funcionalidade, durabilidade, acabamento e adequado funcionamento, observadas as normas técnicas aplicáveis, as especificações dos fabricantes e as orientações da fiscalização.*

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

3.1. *A solução consiste na contratação de empresa especializada para execução parcelada, mediante Ordens de Serviço, dos serviços previstos neste Termo de Referência e na planilha orçamentária, cabendo à contratada fornecer mão de obra, ferramentas, equipamentos, máquinas, dispositivos auxiliares, EPI, EPC e demais meios atribuídos à sua responsabilidade.*

3.2. *Cada demanda observará o Memorial Descritivo, a planilha de preços registrados, a respectiva Ordem de Serviço e, quando necessários, projetos, croquis, levantamentos, memoriais de cálculo, registros de responsabilidade técnica e cronograma específico da intervenção.*

3.3. *O escopo abrange, conforme a planilha: serviços preliminares e demolições; fundações; alvenarias e revestimentos; pisos; cobertura e forros; esquadrias e portas; instalações elétricas e hidrossanitárias; pintura e impermeabilização; limpeza final; e passagem molhada/elementos de concreto.*

3.4. *Em caso de divergência material entre memorial, planilha, projeto/desenho ou condição de campo, a atividade afetada deverá ser interrompida e submetida à fiscalização antes de prosseguir. Alterações de solução construtiva, materiais, dimensões, métodos ou quantitativos dependerão de avaliação técnica e autorização formal.*

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade, segurança e organização do canteiro

4.1. *A CONTRATADA deverá adotar medidas de proteção coletiva e individual, manter o local de trabalho organizado e seguro, proteger elementos existentes, controlar poeira e resíduos quando aplicável e dar destinação adequada aos resíduos da construção, conforme o Memorial Descritivo e as normas pertinentes.*

4.2. *Materiais e processos deverão atender às especificações técnicas e às orientações da fiscalização, sendo vedado empregar material inadequado ou executar serviço em desacordo com as peças técnicas.*

Subcontratação

4.3. *4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto.*

Garantia da contratação

4.4. Não será exigida garantia contratual.

Vistoria

4.5. Não será exigida vistoria prévia obrigatória na fase de seleção, uma vez que os locais específicos das intervenções serão individualizados em cada Ordem de Serviço. Antes do início de cada demanda, a contratada e a fiscalização deverão verificar as condições do local e as interferências existentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. *5.1. A execução somente será iniciada mediante Ordem de Serviço emitida pela Administração, que deverá indicar o local, os serviços autorizados, os respectivos quantitativos, o prazo de início e conclusão e os documentos técnicos aplicáveis à demanda.*

5.2. *Antes de cada serviço, deverão ser verificadas as condições do local e dos elementos existentes. Bases e superfícies deverão estar preparadas para os serviços subsequentes e as interferências ou condições imprevistas deverão ser comunicadas à fiscalização.*

5.3. *A CONTRATADA deverá obedecer aos eixos, alinhamentos, níveis, prumos, dimensões, acabamentos, traços, resistências e demais critérios de controle previstos no Memorial Descritivo e nas peças técnicas.*

Local e horário da prestação dos serviços

5.4. *Locais de execução: diversos bens imóveis, equipamentos públicos, escolas, unidades administrativas, prédios e instalações municipais, vias e áreas públicas, pontes e demais estruturas sob responsabilidade do Município de Licínio de Almeida/BA, situados na zona urbana e rural, conforme individualização constante de cada Ordem de Serviço.*

5.5. *Os horários de execução, restrições de acesso, isolamento de áreas, rotas de circulação e demais condicionantes locais serão definidos em cada Ordem de Serviço, considerando o funcionamento da unidade, a continuidade do serviço público e a segurança dos usuários.*

Rotinas a serem cumpridas

5.6. *A CONTRATADA manterá Diário de Obra ou registro equivalente, com as frentes executadas, pessoal, equipamentos relevantes, condições do tempo, ocorrências, orientações da fiscalização e fatos que possam interferir no prazo, custo ou qualidade.*

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

5.7. *A fiscalização poderá rejeitar materiais ou serviços em desconformidade, devendo a CONTRATADA reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, o que estiver inadequado.*

5.8. *Ao final, a CONTRATADA deverá promover a limpeza, retirar instalações provisórias e resíduos, realizar os testes aplicáveis, apresentar os registros técnicos exigíveis e disponibilizar a área para recebimento.*

Materiais a serem disponibilizados

5.9. Os materiais incorporáveis necessários à execução serão fornecidos pelo Município. Caberá à CONTRATADA fornecer mão de obra, ferramentas, equipamentos, andaimes, escadas, máquinas, dispositivos auxiliares, EPI, EPC e demais meios de execução necessários, ressalvado item expressamente atribuído ao Município.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.10. A proposta deverá considerar integralmente a Planilha Orçamentária Referencial de R$ 123.828,22, data-base SINAPI/BA 07/2026 – regime desonerado, os quantitativos e unidades de cada serviço, o BDI, o cronograma e todas as obrigações descritas no Memorial Descritivo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Preposto

6.1. *A CONTRATADA deverá indicar preposto com poderes para receber orientações, prestar informações e adotar providências relativas à execução.*

Rotinas de Fiscalização

6.2. *A execução será acompanhada e fiscalizada por gestor e fiscal(is) formalmente designados pela autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 376/2024.*

6.3. *A gestão e a fiscalização compreenderão também o controle individualizado das contratações decorrentes da Ata, das Ordens de Serviço emitidas, dos quantitativos executados e do saldo disponível de cada item registrado.*

6.4. *As determinações e ocorrências relevantes deverão ser registradas por meio idôneo. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do objeto.*

Fiscalização Técnica

6.5. *A fiscalização técnica acompanhará quantitativos, qualidade, materiais, métodos executivos, cronograma, segurança, diário de obra, canteiro, testes/ensaios e conformidade com as peças técnicas, determinando as correções necessárias dentro de sua competência.*

6.6. *A fiscalização deverá manter ou exigir a documentação técnica pertinente, inclusive projetos, alvarás quando cabíveis, ART/RRT/TRT, orçamento, cronograma, diário e demais registros do processo.*

Fiscalização Administrativa

6.7. *Fiscal administrativo, caberá acompanhar a manutenção das condições de habilitação, documentação de cobrança, regularidade exigível, garantias quando houver, registros de glosa, alterações e demais aspectos administrativos.*

Gestor do Contrato

6.8. *Gestor do contrato, o gestor coordenará os registros de execução, acompanhará prazos, pagamentos, alterações e sanções e encaminhará as providências que ultrapassem a competência dos fiscais.*

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Medição

7.1. *A medição será baseada nas quantidades efetivamente executadas e aceitas, utilizando as unidades e os preços unitários contratuais correspondentes aos serviços da planilha. O cronograma é instrumento de planejamento e não substitui a medição física.*

7.2. *A fiscalização conferirá quantitativos, qualidade, conformidade com o memorial e os projetos, registros do Diário de Obra e demais evidências necessárias antes do ateste.*

Recebimento

7.3. *O objeto será recebido provisória e definitivamente pelos agentes competentes, após verificação da execução e correção das pendências apontadas, observada a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Municipal nº 376/2024.*

7.4. *Serviços ou materiais desconformes poderão ser recusados e deverão ser corrigidos, refeitos ou substituídos pela CONTRATADA, sem ônus adicional para a Administração.*

Liquidação

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

7.5. *O faturamento somente poderá ocorrer após o ateste da medição. A Nota Fiscal/Fatura deverá corresponder ao valor da parcela aceita e conter os dados necessários à liquidação.*

7.6. *Antes do pagamento, serão verificadas as condições de habilitação e a documentação exigível, sem prejuízo das providências legais cabíveis em caso de irregularidade.*

Prazo de pagamento

7.7. *Prazo para pagamento após a regular liquidação da despesa 30 (trinta) dias.*

7.8. *O pagamento observará a ordem cronológica do Município prevista no Decreto Municipal nº 376/2024, tendo como marco inicial a liquidação da despesa. Havendo controvérsia sobre dimensão, qualidade ou quantidade, a parcela incontroversa deverá seguir o processamento legal.*

Forma de pagamento

7.9. *O pagamento será realizado por ordem bancária em conta indicada pela CONTRATADA, após o cumprimento das condições de medição, ateste e liquidação.*

7.10. *Não haverá pagamento antecipado pelo simples decurso do cronograma físico-financeiro.*

Reajuste

7.11. *Os preços permanecerão fixos durante o interregno legal contado da data-base do orçamento estimado, SINAPI/BA 07/2026 – regime desonerado.*

7.12. A alteração, atualização e eventual reajustamento dos preços registrados observarão as condições definidas no edital, na Ata de Registro de Preços e na regulamentação municipal aplicável, mediante procedimento formalmente motivado e documentação comprobatória pertinente.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. *Constitui infração administrativa a prática, pela CONTRATADA ou pelo interessado, das condutas previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive atraso ou inexecução injustificada, apresentação de documentação falsa, fraude ou comportamento inidôneo.*

8.2. *Poderão ser aplicadas, conforme o enquadramento legal, as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de*

inidoneidade para licitar ou contratar, observados o contraditório, a ampla defesa e o procedimento legalmente cabível.

8.3. *A dosimetria considerará a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso, circunstâncias agravantes ou atenuantes, danos causados e demais critérios legais.*

8.4. *A aplicação de sanção não afasta o dever de reparação integral dos danos causados à Administração.*

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. *9.1. A seleção do(s) fornecedor(es) para formação da Ata de Registro de Preços será realizada mediante contratação direta, por dispensa de licitação em razão do valor, observados os requisitos aplicáveis à hipótese de dispensa, as disposições relativas ao Sistema de Registro de Preços e a regulamentação municipal pertinente, especialmente o art. 75, inciso I, e o art. 82, § 6º, da Lei nº 14.133/2021, bem como o Decreto Municipal nº 376/2024.*

9.2. *9.2. O procedimento observará as regras da modalidade definida no edital, a Lei nº 14.133/2021 e a regulamentação municipal aplicável ao Sistema de Registro de Preços.*

9.3. ***As propostas deverão ser apresentadas até 07/10/2026, às 08h00 (horário de Brasília)**, podendo ser encaminhadas para o e-mail licitacoes@liciniodealmeida.ba.gov.br ou protocoladas fisicamente no Setor de Licitações, Praça Dois de Julho, nº 33, Centro, Licínio de Almeida/BA, CEP 46.330-000.*

9.4. *Caso não sejam obtidas 3 (três) propostas válidas, o prazo poderá ser prorrogado; excepcionalmente, o procedimento poderá prosseguir com quantidade inferior, desde que o órgão demandante justifique que o menor preço reflete o preço de mercado, contemplando todos os custos diretos e indiretos.*

9.5. *O critério de julgamento será o menor preço global, sem prejuízo da análise da compatibilidade e da exequibilidade dos preços unitários.*

Regime de Execução

9.6. *O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.*

Aceitabilidade da proposta

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

9.7. *O valor global da proposta deverá ser compatível com o orçamento estimado de R$ 123.828,22, e a planilha proposta deverá reproduzir os mesmos itens, unidades e quantitativos do orçamento referencial, com formação própria dos preços unitários e do BDI.*

9.8. *A Administração analisará a exequibilidade e poderá solicitar demonstrações e esclarecimentos nos casos legalmente cabíveis, vedada alteração da substância da proposta ou correção silenciosa de inconsistências materiais.*

Exigências de habilitação

9.9. *A habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira observará a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 376/2024 e as exigências proporcionais definidas no Aviso.*

Qualificação Técnica

9.10. *Deverão ser exigidos apenas documentos pertinentes e proporcionais ao objeto, e atestado(s) de capacidade técnica que demonstrem execução anterior de serviços similares em características e complexidade.*

9.12. A CONTRATADA deverá apresentar, antes do início da execução da demanda e quando tecnicamente exigível, ART/RRT/TRT relativa às atividades objeto da respectiva Ordem de Serviço, observada a natureza da intervenção e a documentação técnica pertinente.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O valor global estimado da contratação é de R$ 123.828,22 (cento e vinte e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos).*

10.2. *A referência de preços é SINAPI/BA 07/2026 – regime desonerado. Os custos unitários, códigos, unidades, quantitativos e totais são aqueles constantes da Planilha Orçamentária Referencial anexa.*

10.3. *Não foram efetuadas correções, arredondamentos ou substituições dos valores da planilha nesta adaptação. Eventuais divergências deverão ser formalmente analisadas pela área técnica antes da publicação.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *A contratação somente poderá ser formalizada após a certificação da disponibilidade ou previsão orçamentária suficiente.*

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

11.2. *Unidade: 03.13.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE e 03.06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.*

11.3. *26.782.011.1068 Abertura e Pavimentação de Estradas, Pontes e Acessos Rurais e 12.361.009.1065 CONST, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE UNIDADES DE ENSINO.*

11.4. *15.122.011.2014 Gestão das Ações da Secretaria de Infraestrutura e Transporte*

11.5. *3.3.9.0.39.00.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. *Integram este Termo de Referência, independentemente de transcrição, o Memorial Descritivo, a Planilha Orçamentária Referencial do Registro de Preços, a composição de BDI, a minuta da Ata de Registro de Preços e as demais peças técnicas formalmente juntadas ao processo. Para cada demanda integrarão ainda a respectiva Ordem de Serviço e, quando cabíveis, projetos, croquis, memoriais de cálculo, registros de responsabilidade técnica e cronograma específico.*

Licínio de Almeida, Bahia, 01 de Outubro de 2026.

Roney Francisco Cotrim
Prefeito Municipal

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ 14.108.286/0001-38

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Processo Administrativo nº 389/2026
Dispensa de Licitação nº 035/2026
Órgão: Município de Licínio de Almeida/BA
Unidades requisitantes: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Educação
Unidade responsável : Secretaria Municipal de Infraestrutura
Solução em estudo: Contratação direta de serviços de engenharia por empreitada por preço unitário, com execução parcelada mediante Ordens de Serviço.
Regime de execução: Empreitada por preço unitário, sem dedicação exclusiva de mão de obra
Valor estimado: R$ 123.828,22

O presente Estudo Técnico Preliminar caracteriza a necessidade administrativa, examina as alternativas aptas ao seu atendimento e avalia a viabilidade técnica e econômica da solução. A estrutura adotada contempla os elementos previstos para o ETP, com especial atenção à necessidade, requisitos, levantamento de mercado, quantitativos, valor estimado, parcelamento e conclusão acerca da adequação da contratação.

1. Necessidade da contratação

O Município de Licínio de Almeida mantém escolas, unidades administrativas, edificações, equipamentos públicos, áreas externas, vias, pontes e outras estruturas distribuídas nas zonas urbana e rural. Esses bens estão sujeitos a desgaste decorrente do uso, ação do tempo e ocorrências localizadas, exigindo intervenções periódicas de manutenção, conservação, reparo e adequação para preservação das condições de funcionamento, segurança e utilização.

A necessidade administrativa não consiste simplesmente em contratar determinada empresa, mas em assegurar capacidade de atendimento a ocorrências de manutenção que surgem em locais, momentos e quantidades variáveis. A documentação da demanda informa que essas necessidades não se concentram em um único imóvel e não ocorrem de maneira uniforme, razão pela qual o local, o quantitativo e o prazo de cada intervenção precisam ser definidos quando a ocorrência concreta é identificada.

A demora na correção de falhas pode ocasionar agravamento de patologias, aumento posterior do custo de recuperação, restrição de uso de ambientes e prejuízos ao funcionamento de escolas, repartições e demais equipamentos municipais. No caso das unidades de ensino, deve ser considerada ainda a necessidade de compatibilizar os serviços com as atividades escolares e com a segurança dos alunos, servidores e usuários.

O interesse público consiste, portanto, em manter os bens e estruturas municipais em condições adequadas de uso e funcionamento, mediante mecanismo que permita acionar serviços usuais, repetíveis e objetivamente mensuráveis à medida que as necessidades forem constatadas, sem assumir previamente a execução de intervenções que eventualmente não se mostrem necessárias durante o período.

2. Requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução

Os requisitos considerados nesta etapa são aqueles necessários para selecionar a solução apta a resolver o problema administrativo, não se confundindo com requisitos de habilitação dos futuros fornecedores. Essa distinção é relevante para evitar que o ETP seja utilizado antecipadamente para introduzir exigências competitivas próprias da etapa de seleção.

A solução deve permitir atendimento a diferentes imóveis e estruturas municipais, tanto na zona urbana quanto na rural, sem exigir que a Administração determine antecipadamente o local exato de todas as intervenções. Deve também permitir o acionamento parcelado dos serviços e a remuneração somente das quantidades efetivamente executadas, medidas e aceitas.

Os serviços abrangidos precisam ser suficientemente padronizáveis para possibilitar definição prévia de unidades de medida, critérios de execução, medição e preço unitário. Intervenções que dependam de cálculo estrutural específico, diagnóstico especializado, solução singular, dimensionamento individualizado ou projeto técnico próprio não devem ser tratadas automaticamente como serviços padronizados apenas por constarem de uma Ata.

A solução deve permitir que cada demanda seja precedida de Ordem de Serviço contendo identificação do local, serviços autorizados, quantitativos, prazo e documentação técnica aplicável. Quando a natureza da intervenção exigir projeto, croqui, levantamento, memorial de cálculo ou registro de responsabilidade profissional, esses elementos deverão estar disponíveis

antes do início da execução. O DFD e o TR adotam essa lógica de atendimento individualizado.

Deve ser mantida a divisão de responsabilidades atualmente estabelecida nas peças fornecidas: os materiais incorporáveis necessários serão disponibilizados pelo Município, enquanto caberão à contratada a mão de obra, ferramentas, equipamentos, máquinas, andaimes, dispositivos auxiliares, EPI, EPC, sinalização e demais meios de execução que estejam sob sua responsabilidade.

A solução deverá ainda possibilitar compatibilização das intervenções com o funcionamento das unidades públicas, especialmente escolas, bem como prever organização e segurança das frentes de trabalho, controle dos quantitativos e rastreabilidade entre Ordem de Serviço, execução, medição e pagamento.

Não se identifica necessidade de dedicação exclusiva de mão de obra, pois o resultado esperado decorre da execução de serviços específicos e mensuráveis quando houver demanda, e não da manutenção permanente de postos de trabalho à disposição do Município.

3. Levantamento de mercado

O problema administrativo admite diferentes formas de atendimento. A primeira alternativa seria a execução exclusivamente por equipes e equipamentos próprios do Município. Essa alternativa pode ser útil para pequenas ocorrências quando houver pessoal, equipamentos e disponibilidade operacional suficientes, mas os documentos apresentados não demonstram que as Secretarias possuam estrutura própria capaz de absorver de forma integral e tempestiva todas as demandas previstas.

Outra possibilidade seria promover contratação individual para cada reparo ou intervenção. O modelo permitiria conhecer previamente o local e a quantidade exata de cada serviço, porém demandaria sucessivas instruções processuais para necessidades que, segundo o DFD, são recorrentes, distribuídas por diversos locais e imprevisíveis quanto ao momento de ocorrência. Para esse perfil de demanda, a alternativa tende a elevar o esforço administrativo e o tempo transcorrido entre a identificação do problema e seu atendimento.

Também seria possível celebrar contratação única com escopo e quantitativos rígidos, a serem integralmente executados. Essa configuração apresenta menor aderência ao problema identificado, pois a Administração não sabe previamente quais imóveis demandarão intervenção nem em que proporção

cada item será efetivamente necessário. Um contrato de execução integral poderia levar à contratação de serviços desnecessários ou exigir alterações posteriores para adaptação às ocorrências reais.

Diante das características da demanda, mostra-se adequada a formalização de contrato administrativo sob regime de empreitada por preço unitário, com execução parcelada mediante Ordens de Serviço.

A Lei nº 14.133/2021 admite o uso do Sistema de Registro de Preços para obras e serviços de engenharia quando houver projeto padronizado, ausência de complexidade técnica e operacional e necessidade permanente ou frequente. Também prevê, na forma de regulamento, utilização do SRP em hipóteses de inexigibilidade ou dispensa para aquisição de bens ou contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.

A solução permite individualizar as intervenções, medir os serviços pelas quantidades efetivamente executadas e concentrar em um único instrumento contratual as atividades compatíveis que integram a manutenção dos imóveis e estruturas municipais.

4. Descrição da solução como um todo

A solução consiste na contratação de empresa especializada, mediante contrato administrativo e regime de empreitada por preço unitário, para execução parcelada de serviços de manutenção, conservação, reparo, adequação e reforma, mediante Ordens de Serviço individualizadas.

Os serviços serão executados mediante Ordens de Serviço individualizadas. Cada OS deverá definir o local, os itens, os quantitativos autorizados, o prazo de execução e, quando aplicável, os projetos, croquis, memoriais, levantamentos e demais documentos técnicos pertinentes.

Conforme a documentação fornecida, o escopo pode abranger serviços preliminares e demolições, alvenarias e revestimentos, pisos, coberturas e forros, esquadrias e portas, instalações elétricas e hidrossanitárias, pintura, impermeabilização, limpeza final e outras intervenções compatíveis com o caráter padronizável da contratação. O DFD também menciona fundações, passagens molhadas e elementos de concreto, condicionando as intervenções que envolvam elementos estruturais, fundações, pontes, contenções ou situações semelhantes à elaboração e aprovação da documentação técnica necessária.

Os materiais incorporáveis serão fornecidos pelo Município. A contratada fornecerá mão de obra e os meios de execução que lhe forem atribuídos. Os preços unitários contratados deverão, por consequência, remunerar somente as parcelas efetivamente de responsabilidade da contratada, evitando duplicidade de pagamento por material disponibilizado diretamente pela Administração.

A medição será realizada pelas quantidades efetivamente executadas, conferidas e aceitas, aplicando-se os respectivos preços unitários. A gestão deverá manter controle individualizado das Ordens de Serviço, quantitativos contratados e executados e saldos quantitativo e financeiro do contrato.

5. Estimativa das quantidades

Os quantitativos constantes da planilha orçamentária constituem estimativas da contratação e deverão ser demonstrados mediante memória de cálculo ou documentação de suporte. Cada Ordem de Serviço individualizará os serviços e quantitativos a executar, observados os limites contratuais.

Para fins de formalização definitiva do ETP, a estimativa deverá reproduzir item a item as unidades e os quantitativos constantes da planilha orçamentária que integrar o processo. A relação entre demanda prevista e quantidade máxima deve ser demonstrada mediante memória de cálculo ou documentação de suporte, conforme exigido para a estimativa dos quantitativos no planejamento.

Na documentação disponibilizada para esta elaboração foi identificada a consolidação quantitativa na planilha referida pelo DFD e pelo TR, mas não foi localizada memória que demonstre, para cada item, a origem dos quantitativos a partir de histórico de execução, levantamento das unidades, áreas, ocorrências anteriores ou outra metodologia equivalente. Essa memória deverá integrar os autos antes da conclusão da fase preparatória.

6. Estimativas do valor da contratação

O valor global estimado indicado no DFD e no Termo de Referência é de **R$ 123.828,22 (cento e vinte e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos)**, calculado a partir da planilha orçamentária referencial com base **SINAPI/BA 07/2026, regime desonerado**.

O valor corresponde ao limite estimado da solução, e não a compromisso de execução integral. Os pagamentos decorrentes do contrato ficarão restritos

aos serviços efetivamente autorizados, executados, medidos e aceitos, mediante aplicação dos preços unitários contratados.

A planilha definitiva deve permanecer acompanhada dos preços unitários referenciais, memórias e documentos que fundamentaram o orçamento. Considerando que os materiais incorporáveis serão fornecidos pelo Município, as composições devem ser conferidas para assegurar que nenhum desses materiais esteja sendo simultaneamente remunerado nos preços unitários da futura contratada.

Para o exercício de 2026, o valor atualizado do art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 é de R$ 130.984,20. O valor estimado de R$ 123.828,22 encontra-se abaixo desse limite, sem prejuízo da análise obrigatória acerca da inexistência de fracionamento indevido e dos demais requisitos da contratação direta.

7. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

A necessidade é naturalmente parcelável quanto ao momento e à quantidade de execução. Esse parcelamento ocorrerá mediante Ordens de Serviço, que individualizarão os locais, itens e quantitativos efetivamente necessários, evitando a contratação antecipada e integral de toda a estimativa.

Quanto à divisão da solução por especialidades ou por contratações independentes, não se mostra conveniente fragmentar previamente cada ocorrência entre diversos prestadores. Uma mesma intervenção de manutenção pode exigir, em sequência, demolição localizada, alvenaria, revestimento, instalação, pintura e acabamento. A contratação de empresas distintas para cada disciplina poderia gerar dependências de cronograma, dificuldades na atribuição de responsabilidade por defeitos e aumento do esforço de coordenação e fiscalização.

Assim, considera-se adequada a manutenção de uma solução integrada de serviços de manutenção, com preços unitários individualizados e execução parcelada por Ordem de Serviço, sem formação automática de contratos independentes por especialidade.

Essa conclusão não dispensa a análise dos itens da planilha definitiva. Caso sejam identificados serviços autônomos, de especialidade própria, capazes de ser contratados separadamente sem perda de funcionalidade, economia de escala ou responsabilidade técnica, o parcelamento por item ou lote deverá ser reavaliado. Da mesma forma, eventual julgamento por grupo ou conjunto de itens deve ser acompanhado da justificativa técnica e econômica correspondente e de preços unitários máximos. A Lei nº 14.133/2021 exige demonstração da inviabilidade da adjudicação por item quando utilizado menor preço por grupo de itens.

8. Contratações correlatas e/ou interdependentes

A solução possui relação direta com o fornecimento dos materiais incorporáveis pelo próprio Município. A execução da mão de obra contratada depende da disponibilização tempestiva dos materiais necessários a cada Ordem de Serviço. A ausência ou atraso desses insumos pode inviabilizar a frente de trabalho, provocar paralisações e comprometer o prazo definido para a intervenção.

Antes da emissão de cada Ordem de Serviço, a unidade responsável deverá conferir a existência, quantidade e adequação dos materiais que serão disponibilizados, bem como manter controle de sua entrega, utilização, sobras e eventual devolução.

Não foi identificada, entre os documentos atuais, contratação específica correlata para aquisição desses materiais que permita afirmar se serão utilizados estoques existentes, atas vigentes ou futuras aquisições. Essa informação deve ser compatibilizada com o planejamento das Secretarias para impedir que a Ata de serviços seja formada sem a correspondente capacidade de disponibilização dos insumos.

9. Demonstrativo da previsão da contratação no plano de contratações anual

9. Demonstrativo da previsão da contratação no plano de contratações anual

O Município de Licínio de Almeida/BA não possui Plano de Contratações Anual – PCA elaborado para o exercício de 2026.

Dessa forma, não há previsão específica da presente contratação em PCA. Tal circunstância não impede o prosseguimento do planejamento, uma vez que a demonstração de previsão no Plano de Contratações Anual é exigível sempre que esse instrumento tiver sido elaborado pela Administração.

A contratação encontra-se formalizada por meio do respectivo Documento de Formalização da Demanda – DFD e está relacionada às necessidades das Secretarias Municipais de Infraestrutura e de Educação, visando à manutenção, conservação, reparo, adequação e reforma simples dos bens imóveis e estruturas sob responsabilidade do Município.

Assim, para fins deste Estudo Técnico Preliminar, registra-se que não se aplica a demonstração de previsão da contratação no PCA, em razão da inexistência desse instrumento de planejamento no âmbito municipal para o exercício

considerado, permanecendo a contratação vinculada aos demais instrumentos administrativos, técnicos e orçamentários pertinentes.

10. Demonstrativo dos resultados pretendidos

Com a adoção da solução pretende-se reduzir o intervalo entre a identificação de uma necessidade rotineira de manutenção e o início de seu atendimento, evitando a instauração de procedimento autônomo para cada pequena ocorrência.

Espera-se preservar as condições de utilização de escolas, prédios administrativos, equipamentos e demais estruturas municipais; reduzir situações de indisponibilidade ou restrição de uso; evitar a evolução de defeitos localizados para danos de maior extensão; e tornar mais previsível o custo de execução por meio de preços unitários previamente definidos.

O modelo sob demanda também busca melhorar o aproveitamento dos recursos financeiros ao limitar a despesa aos serviços realmente solicitados e medidos, sem obrigação de consumir os quantitativos máximos registrados. Os recursos humanos municipais poderão concentrar-se na identificação da necessidade, definição técnica da intervenção, fiscalização e controle, em vez de conduzir novo procedimento de seleção para cada ocorrência rotineira.

A avaliação dos resultados deverá utilizar os registros das Ordens de Serviço, considerando, entre outros elementos disponíveis na gestão contratual, o atendimento das demandas autorizadas, cumprimento dos prazos definidos, incidência de correções ou retrabalho, conformidade das medições e evolução do consumo dos quantitativos registrados.

11. Providências a serem adotadas previamente à celebração do contrato

Antes da formalização do contrato, a Administração deverá consolidar a memória de cálculo dos quantitativos; validar a classificação técnica dos serviços constantes da planilha; conferir as composições de preços e o orçamento referencial; certificar que os materiais incorporáveis fornecidos pelo Município não estejam sendo indevidamente remunerados nos preços da contratada; e assegurar compatibilidade entre ETP, DFD, Termo de Referência, Memorial, planilha, Aviso, minuta do contrato e demais peças.

Deverá ser confirmada a previsão da contratação no PCA, quando aplicável, bem como a disponibilidade orçamentária para a contratação. O DFD já prevê que essa disponibilidade seja verificada quando das contratações efetivas.

Gestor e fiscal ou fiscais deverão ser formalmente designados e possuir condições de acompanhar quantitativos, qualidade, segurança, documentação técnica, medições e saldos da Ata. O TR prevê expressamente acompanhamento por agentes formalmente designados e controle individualizado das Ordens de Serviço.

Nas intervenções que envolvam estrutura, fundações, contenções, pontes ou situações cuja segurança dependa de cálculo ou solução individualizada, deverão ser produzidos previamente os projetos, levantamentos e registros de responsabilidade técnica necessários.

A Administração deverá, ainda, confirmar o enquadramento jurídico da contratação direta em razão do valor, inclusive pela verificação das despesas de mesma natureza no exercício para afastar fracionamento indevido.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras

Os serviços de manutenção, reparo e reforma podem gerar resíduos de demolição, restos de revestimentos, embalagens, componentes removidos, poeira, ruído e consumo de água e energia. A intensidade desses impactos dependerá da natureza e do porte de cada Ordem de Serviço.

A mitigação deverá priorizar planejamento dos quantitativos para redução de desperdícios; segregação e acondicionamento adequado dos resíduos; retirada periódica das frentes de trabalho; destinação ambientalmente adequada dos materiais descartados; reaproveitamento ou reciclagem quando tecnicamente possível; proteção das áreas não afetadas pela intervenção; e controle de poeira, ruído e demais incômodos, especialmente em escolas e prédios em funcionamento.

Como os materiais incorporáveis serão fornecidos pelo Município, o planejamento das aquisições correlatas deverá privilegiar quantidades compatíveis com o consumo previsto, evitando estoques e perdas desnecessárias. Sempre que tecnicamente adequado, deverão ser considerados materiais duráveis e soluções que reduzam necessidade de manutenção precoce.

As responsabilidades relativas à retirada, transporte e destinação dos resíduos deverão estar claramente estabelecidas nas peças da contratação e refletidas nos preços sempre que algum desses custos couber à contratada, de forma a impedir a criação de obrigação sem correspondente previsão orçamentária.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ 14.108.286/0001-38

13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação

Classificação: VIÁVEL MEDIANTE AJUSTES.

A necessidade administrativa encontra-se caracterizada, mostrando-se adequada a contratação direta, mediante contrato administrativo sob regime de empreitada por preço unitário e execução parcelada por Ordens de Serviço, desde que previamente saneadas as pendências relativas à memória de cálculo dos quantitativos, orçamento, materiais fornecidos pelo Município, classificação técnica das intervenções, documentação técnica dos serviços estruturais, disponibilidade orçamentária e demonstração do enquadramento da dispensa em razão do valor.

Atendidas essas condições, a solução é considerada apta a satisfazer a necessidade das Secretarias Municipais de Infraestrutura e Educação, com execução controlada por demanda, melhor rastreabilidade dos quantitativos e pagamento limitado ao que for efetivamente executado.

Licínio de Almeida/BA, 07 de outubro de 2026.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

Órgão	Município de Licínio de Almeida/BA
Unidades requisitantes	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Educação
Unidade responsável pela gestão da contratação	Secretaria Municipal de Infraestrutura
Natureza da demanda	Serviços comuns de engenharia, de execução eventual e sob demanda
Forma de atendimento pretendida	Contratação direta por dispensa de licitação, mediante contrato administrativo, sob regime de empreitada por preço unitário, com execução parcelada mediante Ordens de Serviço.
Regime de execução	Empreitada por preço unitário, sem dedicação exclusiva de mão de obra

1. OBJETO DA DEMANDA

Contratação de empresa especializada para execução, sob demanda, de serviços comuns de engenharia destinados à manutenção, conservação, reparo, adequação e reforma de bens imóveis e estruturas sob responsabilidade do Município de Licínio de Almeida/BA, nas zonas urbana e rural, mediante empreitada por preço unitário e Ordens de Serviço.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O Município mantém edificações, escolas, unidades administrativas, equipamentos públicos, áreas externas, pontes e outras estruturas distribuídas na zona urbana e rural. Esses bens demandam intervenções periódicas de manutenção, reparo e adequação para conservação das condições de uso, correção de desgastes e falhas localizadas e preservação da segurança e da funcionalidade dos espaços públicos.

As ocorrências não se concentram em um único imóvel nem surgem de forma uniforme ao longo do período. Há demandas que dependem da situação efetivamente verificada em cada unidade, de modo que o local, o quantitativo e o prazo de execução precisam ser individualizados quando a necessidade se apresenta. Por essa razão, a demanda deve ser atendida de forma parcelada e mediante Ordem de Serviço específica, limitada aos serviços efetivamente necessários.

A contratação busca manter capacidade de resposta para intervenções usuais e padronizáveis, evitando que pequenos reparos evoluam para danos de maior extensão, que unidades permaneçam com restrições de uso por tempo superior ao necessário ou que a Administração tenha de instaurar procedimento isolado para cada ocorrência rotineira.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

3. JUSTIFICATIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A demanda está vinculada à conservação do patrimônio público e à continuidade do funcionamento das unidades municipais. A execução tempestiva de serviços de manutenção contribui para preservar edificações e estruturas, reduzir a progressão de patologias construtivas, manter ambientes adequados ao atendimento da população e diminuir a necessidade de intervenções corretivas de maior porte.

No caso das unidades de ensino, a manutenção também deve considerar a necessidade de compatibilizar a execução com o funcionamento das escolas e a segurança de alunos, servidores e usuários. Nas demais áreas, inclusive zona rural, o atendimento sob demanda permite direcionar a execução para os pontos que apresentem necessidade concreta, com controle dos quantitativos e do custo de cada intervenção.

4. ESCOPO E LOCAIS DE ATENDIMENTO

Os serviços poderão ser executados em escolas municipais, unidades administrativas, prédios e instalações municipais, equipamentos públicos, vias e áreas públicas, pontes e estruturas correlatas, inclusive em comunidades e localidades da zona rural, sempre mediante identificação do local e dos serviços autorizados na respectiva Ordem de Serviço.

O escopo compreende, conforme a planilha orçamentária e o Memorial Descritivo, serviços preliminares e demolições, fundações simples quando tecnicamente definidas, alvenarias e revestimentos, pisos, coberturas e forros, esquadrias e portas, instalações elétricas e hidrossanitárias, pintura, impermeabilização, limpeza final, passagens molhadas e elementos de concreto compatíveis com a natureza padronizável da contratação.

5. LIMITES TÉCNICOS DA DEMANDA

Integram esta demanda apenas intervenções passíveis de padronização, mensuração por unidades de serviço e execução sem complexidade técnica ou operacional incompatível com o modelo adotado. A existência da ata não autoriza a execução automática de serviço que dependa de estudo específico, dimensionamento individualizado, solução estrutural própria, levantamento especializado ou projeto técnico específico.

Quando a intervenção envolver elemento estrutural, fundação, contenção, ponte, estrutura metálica ou de madeira, ampliação, alteração relevante de carga ou qualquer condição cuja segurança dependa de cálculo ou diagnóstico técnico, a execução somente poderá ocorrer após a produção e aprovação da documentação técnica necessária, com a correspondente responsabilidade profissional.

6. JUSTIFICATIVA DA FORMA DE ATENDIMENTO E DA EXECUÇÃO PARCELADA

A solução será formalizada mediante contrato administrativo por empreitada por preço unitário, com execução parcelada mediante Ordens de Serviço. A sistemática decorre da distribuição das necessidades de manutenção entre diversos imóveis e estruturas

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

municipais e da necessidade de individualizar, para cada intervenção, o local, os serviços, os quantitativos e o prazo de execução. As Ordens de Serviço observarão os limites quantitativos e financeiros estabelecidos no contrato e nas peças técnicas.

7. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVOS E VALOR

A estimativa da demanda foi consolidada nas peças técnicas do processo, especialmente na planilha orçamentária referencial. Os quantitativos constantes da planilha orçamentária constituem a estimativa da contratação e deverão ser acompanhados das respectivas memórias de cálculo e documentos de suporte. A execução ocorrerá mediante Ordens de Serviço e será medida pelas quantidades efetivamente executadas e aceitas, respeitados os quantitativos e o valor contratual e as hipóteses legais de alteração do contrato.

Item	Descrição	Unidade	Quantitativo	Valor total estimado
1	Serviços comuns de engenharia padronizáveis para manutenção, reparos, adequações e reformas simples	Diversas	Conforme planilha orçamentária referencial	R$ 123.828,22

O valor global estimado da demanda é de R$ 123.828,22 (cento e vinte e três mil, oitocentos e vinte e oito reais e vinte e dois centavos), com referência SINAPI/BA 07/2026, regime desonerado. A contratação e o pagamento ocorrerão somente em relação aos serviços efetivamente solicitados, executados, medidos e aceitos.

8. CONDIÇÕES ESSENCIAIS PARA A EXECUÇÃO

- A execução de cada demanda dependerá de Ordem de Serviço emitida pela Administração, com identificação do local, serviços, quantitativos, prazo e documentos técnicos aplicáveis.
- Os materiais incorporáveis serão fornecidos pelo Município, conforme especificação e quantidade definidas para cada demanda.
- Caberá à contratada fornecer mão de obra, ferramentas, máquinas, equipamentos, andaimes, escadas, dispositivos auxiliares, EPI, EPC, sinalização e demais meios necessários à execução.
- A remuneração será apurada pelas quantidades efetivamente executadas e aceitas, com aplicação dos preços unitários contratados, conforme planilha orçamentária integrante do contrato.

- Os serviços deverão observar as normas técnicas aplicáveis, as peças técnicas do processo, as orientações da fiscalização e os requisitos de segurança e organização da frente de trabalho.
- As intervenções deverão ser compatibilizadas com o funcionamento das unidades, especialmente escolas e prédios em atendimento, mediante definição de horários, isolamento e condições de acesso quando necessário.

9. PRAZO E FORMA DE ATENDIMENTO

O prazo de vigência do contrato e o prazo de execução serão definidos no Termo de Referência e no instrumento contratual. A execução de cada intervenção ocorrerá mediante Ordem de Serviço, que estabelecerá o local, os serviços autorizados, os quantitativos e o prazo específico de execução.

A contratação será executada por empreitada por preço unitário, sem dedicação exclusiva de mão de obra. A Secretaria Municipal de Infraestrutura será responsável pela gestão da contratação, sem prejuízo da atuação das unidades requisitantes.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS

- manter os bens e estruturas municipais em condições adequadas de funcionamento, segurança e conservação;
- reduzir o tempo de resposta para manutenções e reparos de caráter recorrente;
- permitir atendimento parcelado, conforme a necessidade real de cada unidade;
- controlar os quantitativos previstos, autorizados, executados, medidos e o saldo quantitativo e financeiro do contrato;
- remunerar exclusivamente os serviços efetivamente executados e aceitos;
- evitar duplicidade de pagamento de materiais que serão adquiridos e fornecidos diretamente pelo Município;
- assegurar rastreabilidade entre Ordem de Serviço, materiais disponibilizados, serviços medidos e pagamento efetuado.

11. CONSEQUÊNCIAS DO NÃO ATENDIMENTO DA DEMANDA

A ausência de instrumento apto a atender as ocorrências de manutenção poderá provocar demora na correção de falhas, agravamento de danos em edificações e estruturas, aumento do custo de recuperação, restrição de uso de ambientes e prejuízo ao funcionamento regular de escolas, unidades administrativas e demais equipamentos públicos. Em estruturas e acessos localizados na zona rural, a postergação de reparos também pode ampliar problemas de conservação e segurança.

12. COMPATIBILIDADE COM O PLANEJAMENTO E PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS

A demanda deverá permanecer compatível com os instrumentos de planejamento do Município e com as peças da fase preparatória. A previsão no Plano de Contratações Anual, quando exigível pela regulamentação municipal, deverá ser conferida e registrada nos autos. Também deverão permanecer compatíveis entre si o Estudo

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o Memorial Descritivo, a planilha orçamentária, o critério de medição, a minuta do contrato e os demais documentos do processo.

A disponibilidade orçamentária será verificada no momento da formalização das contratações decorrentes da ata, observadas as dotações próprias das unidades requisitantes e as regras aplicáveis à execução da despesa.

13. FUNDAMENTAÇÃO NORMATIVA

O planejamento e a contratação observarão a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente as disposições aplicáveis à contratação direta por dispensa em razão do valor, o Decreto Municipal nº 376/2024, as normas técnicas pertinentes aos serviços de engenharia e as demais normas municipais aplicáveis.

14. DECLARAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE

Diante das razões expostas, formaliza-se a presente demanda para prosseguimento das providências necessárias à contratação, observadas a disponibilidade orçamentária, a conclusão das peças de planejamento e a regular instrução do Processo Administrativo nº 389/2026.

Licínio de Almeida/BA, 01 de Outubro de 2026.

_____
SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

_____
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA

MEMORIAL DESCRITIVO
E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS

SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO, REPAROS, ADEQUAÇÕES E REFORMAS EM BENS IMÓVEIS E ESTRUTURAS MUNICIPAIS

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS, ESCOLAS, DEMAIS PRÉDIOS MUNICIPAIS E PONTES/ESTRUTURAS NA ZONA URBANA E RURAL

REGIME DE FORNECIMENTO: MATERIAIS INCORPORÁVEIS FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO

Contratante	Município de Licínio de Almeida/BA
Locais de execução	Diversos bens imóveis, equipamentos públicos, pontes e estruturas municipais, na zona urbana e rural, conforme cada Ordem de Serviço.
Natureza	Serviços de manutenção, reparo, adequação e reforma, de execução parcelada durante a vigência contratual, conforme necessidade da Administração e mediante Ordem de Serviço.

1. OBJETO E FINALIDADE

O presente Memorial Descritivo estabelece requisitos gerais para a execução eventual, sob demanda, de serviços de engenharia destinados à manutenção, conservação, reparos, adequações e reformas em bens imóveis e estruturas de propriedade ou responsabilidade do Município, incluindo escolas e demais prédios públicos, instalações de apoio, áreas externas, pontes e estruturas correlatas localizadas na zona urbana e rural.

Os serviços serão executados somente mediante emissão de Ordem de Serviço (OS) pela Administração, observando a planilha de preços e quantitativos aplicável, os projetos e croquis existentes, as especificações técnicas, as normas pertinentes e as determinações da fiscalização.

Por se tratar de demandas eventuais e distribuídas em diversos locais, este memorial não define um único endereço ou um único conjunto de quantitativos. A individualização de cada demanda ocorrerá na respectiva Ordem de Serviço.

2. NATUREZA DO DOCUMENTO E LIMITES DE APLICAÇÃO

Este memorial funciona como especificação técnica geral e padronizada. Ele não substitui projeto específico quando a intervenção exigir dimensionamento, solução estrutural, alteração relevante das características do imóvel, intervenção em elementos resistentes, ampliação, reconstrução significativa, obra nova ou solução tecnicamente complexa.

Intervenções em pontes, fundações, estruturas de concreto, estruturas metálicas ou de madeira, contenções, coberturas especiais e demais elementos com função estrutural somente poderão ser executadas quando a Ordem de Serviço estiver acompanhada das informações técnicas suficientes para definir a solução, incluindo, quando necessário, projeto, detalhamento, memória de cálculo e responsabilidade técnica.

3. LOCAIS DE EXECUÇÃO E ORDENS DE SERVIÇO

As atividades poderão ocorrer em escolas municipais, unidades administrativas, equipamentos comunitários, prédios e instalações municipais, vias e áreas públicas, pontes e demais estruturas sob responsabilidade do Município, inclusive em comunidades e localidades da zona rural.

Cada Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo:

- número e data da Ordem de Serviço;
- identificação do imóvel, estrutura ou local de intervenção, com endereço, referência ou coordenadas quando necessário;
- descrição objetiva dos serviços autorizados e respectivos quantitativos estimados;
- indicação dos materiais que serão fornecidos pelo Município e da forma de disponibilização;
- prazo de início e conclusão, compatível com o porte da demanda;
- identificação do fiscal responsável e do preposto da contratada;
- projetos, croquis, fotografias, memoriais de cálculo ou detalhes executivos, quando aplicáveis;
- restrições de acesso, funcionamento da unidade, segurança, isolamento e demais condicionantes locais.

4. REGIME DE FORNECIMENTO DOS MATERIAIS

Os materiais incorporáveis à obra ou ao serviço serão fornecidos pelo Município, conforme especificações e quantidades definidas pela Administração em cada demanda. A remuneração da contratada deverá corresponder aos serviços efetivamente executados, observada a planilha orçamentária própria da contratação.

Não deverão ser utilizados, para pagamento, preços unitários que contenham materiais já custeados e fornecidos pelo Município, salvo quando a composição tiver sido expressamente ajustada para excluir tais insumos e estiver aprovada pela área técnica.

4.1. Responsabilidades do Município quanto aos materiais

- definir e adquirir os materiais principais necessários à execução dos serviços;
- disponibilizar os materiais em local indicado na Ordem de Serviço ou estabelecer, previamente, a logística de retirada e entrega;
- fornecer materiais com especificação e quantidade compatíveis com o serviço autorizado;
- manter registro de entrega, consumo, saldo e devolução, sempre que aplicável;
- substituir materiais recusados tecnicamente quando a inadequação decorrer do próprio fornecimento municipal.

4.2. Responsabilidades da contratada quanto aos materiais

- conferir os materiais recebidos antes da aplicação e comunicar de imediato eventuais defeitos, incompatibilidades ou insuficiências;
- zelar pela guarda dos materiais recebidos após a entrega formal à frente de serviço;
- utilizar os materiais exclusivamente na demanda autorizada, evitando perdas, desperdícios e aplicações incompatíveis;
- não substituir marca, modelo, classe, bitola, resistência, dimensão ou especificação sem autorização da fiscalização;
- devolver ou relacionar sobras aproveitáveis ao final de cada frente de serviço;
- realizar a movimentação interna dos materiais no local da obra e sua correta aplicação.

5. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA

- fornecer mão de obra qualificada e em quantidade suficiente para atender às Ordens de Serviço;
- fornecer ferramentas, equipamentos, andaimes, escadas, máquinas, dispositivos auxiliares e meios de execução necessários, salvo item expressamente atribuído ao Município;
- fornecer e exigir o uso de EPI e EPC, sinalização, isolamento e proteção das áreas de trabalho;
- disponibilizar preposto para interlocução com a fiscalização;
- proteger partes existentes que não serão objeto da intervenção;
- manter organização, limpeza e segurança da frente de serviço;
- corrigir, sem ônus adicional, serviços executados em desacordo com a OS, o projeto, as normas ou as boas práticas;
- comunicar antes da execução qualquer incompatibilidade, interferência, risco, condição ocultada ou ausência de informação necessária;
- manter equipe e equipamentos compatíveis com os prazos e com as características da demanda.

6. PROCEDIMENTO PARA INÍCIO DE CADA DEMANDA

Antes do início de cada serviço, a contratada e a fiscalização deverão realizar conferência do local, verificando dimensões, acessos, interferências, estado dos elementos existentes, condições de segurança e compatibilidade entre a Ordem de Serviço, os materiais disponíveis e as condições reais de execução.

Qualquer divergência capaz de alterar quantitativos, método executivo, segurança, qualidade ou desempenho deverá ser formalmente comunicada à fiscalização antes da continuidade dos trabalhos. Serviços não autorizados não serão considerados para medição.

7. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS GERAIS POR GRUPO DE SERVIÇO

7.1. Serviços preliminares, proteção e preparação

Compreendem isolamento da área, sinalização, proteção de pisos, esquadrias, mobiliários e instalações existentes, locações simples, limpeza, preparação de superfícies, montagem de acessos e demais providências indispensáveis ao início seguro da intervenção.

O ambiente deverá ser mantido funcional e protegido, especialmente em escolas e unidades em uso. Quando houver circulação de alunos, servidores ou público, as frentes de serviço deverão ser segregadas e programadas para reduzir riscos e interferências.

7.2. Demolições, remoções e desmontagens

Demolições e remoções deverão ser executadas de forma controlada, evitando danos aos elementos preservados, redes existentes e estruturas. Antes da demolição, deverão ser verificadas as instalações elétricas, hidrossanitárias e demais interferências. Elementos com possível função estrutural não poderão ser demolidos sem autorização técnica específica.

Os resíduos deverão ser segregados, acondicionados, retirados e destinados conforme a orientação da fiscalização e as regras aplicáveis. O transporte externo ou a disponibilização de caçambas deverá obedecer ao que estiver previsto na planilha e na Ordem de Serviço.

7.3. Alvenarias, divisórias, chapiscos e revestimentos

As alvenarias deverão ser executadas com alinhamento, prumo, nível e amarração adequados. As bases deverão estar limpas e preparadas. Revestimentos argamassados deverão apresentar aderência, planeza, regularidade e acabamento compatíveis com a finalidade do ambiente.

Rasgos para instalações deverão ser limitados ao necessário e recompostos de forma compatível com o substrato. Intervenções em paredes com função estrutural somente serão permitidas mediante orientação técnica específica.

7.4. Pisos e revestimentos

Contrapisos, regularizações e revestimentos deverão observar níveis, caimentos, juntas, alinhamentos e condições da base. Em áreas molhadas, deverão ser garantidos os caimentos para ralos ou pontos de drenagem. Peças quebradas, ocas, manchadas ou fora do alinhamento deverão ser substituídas.

7.5. Coberturas, telhados, calhas e forros

Os serviços poderão incluir substituição de telhas, ripas, caibros, terças e peças acessórias, correção de infiltrações, manutenção de calhas e condutores e recomposição de forros, conforme a OS. Antes de substituir peças estruturais de cobertura, deverá ser verificada a estabilidade do conjunto.

A cobertura final deverá permanecer estanque, alinhada, fixada e com escoamento adequado das águas pluviais. Trabalhos em altura deverão observar as medidas de segurança específicas.

7.6. Esquadrias, portas, ferragens e elementos de proteção

Portas, janelas, grades, corrimãos, guarda-corpos e ferragens deverão ser instalados ou reparados garantindo prumo, nível, esquadro, fixação, funcionamento, segurança e acabamento. Os vãos existentes deverão ser conferidos antes da fabricação ou instalação de qualquer peça.

7.7. Instalações elétricas

Os serviços deverão ser realizados por pessoal qualificado, com circuitos devidamente desenergizados quando necessário. As intervenções poderão compreender substituição de pontos, tomadas, interruptores, luminárias, condutores, eletrodutos e dispositivos, sempre conforme a OS e as condições existentes. Alterações de carga, quadros, alimentadores ou proteção deverão ser previamente verificadas e dimensionadas tecnicamente.

Ao final, os pontos executados deverão ser testados e entregues em funcionamento, sem condutores expostos, emendas inadequadas ou componentes soltos.

7.8. Instalações hidrossanitárias

Poderão ser executados reparos e substituições em tubulações, conexões, registros, torneiras, louças, caixas, ralos e demais componentes previstos na OS. As instalações deverão ser testadas quanto a vazamentos, estanqueidade, funcionamento e escoamento antes do fechamento de rasgos ou recomposição.

7.9. Pintura, tratamento de superfícies e impermeabilização

As superfícies deverão ser limpas, firmes, secas e preparadas antes da aplicação dos produtos. Partes soltas, bolhas, umidade, fissuras ou falhas de aderência deverão ser tratadas conforme a causa identificada. A aplicação deverá respeitar o sistema especificado e as instruções do fabricante.

Impermeabilizações deverão ser executadas somente em substratos adequadamente preparados, com atenção a cantos, ralos, encontros e pontos de passagem.

7.10. Concreto, fundações e pequenos elementos estruturais

Serviços de concreto armado, fundações, vigas, pilares, lajes, muros de contenção, reforços ou demais elementos estruturais deverão obedecer a projeto ou detalhamento específico quando a segurança e o dimensionamento dependerem de cálculo. A OS deverá indicar dimensões, resistência do concreto, armaduras, cobrimentos e demais parâmetros necessários.

É vedada a definição em campo, pela equipe executora, de bitolas, espaçamentos, seções ou soluções estruturais sem aprovação do responsável técnico.

7.11. Pontes e estruturas na zona rural

Nas pontes e estruturas correlatas poderão ser realizados serviços de manutenção e reparo compatíveis com o caráter padronizável da contratação, tais como limpeza, recomposição de pequenos trechos, manutenção de drenagem, guarda-corpos, acessos, proteção superficial, recomposição de elementos de acabamento e substituição de componentes previamente definidos pela engenharia.

Intervenções em tabuleiros, longarinas, travessas, apoios, encontros, fundações, cabeceiras, elementos de madeira portantes, estruturas metálicas, peças de concreto armado ou qualquer componente que participe diretamente da capacidade resistente deverão ter solução técnica específica antes da execução.

Quando houver erosão, recalque, socavamento, trincas relevantes, deformações, perda de seção, apodrecimento de peças resistentes ou outro indício de comprometimento estrutural, a execução deverá ser interrompida naquele ponto e a situação encaminhada ao responsável técnico para avaliação.

7.12. Áreas externas, drenagem e acessos

Poderão ser executados reparos em calçadas, passeios, sarjetas, canaletas, caixas, pequenos dispositivos de drenagem e acessos, conforme a OS. Os serviços deverão preservar ou restabelecer caimentos, escoamento, estabilidade e condições de uso e segurança.

7.13. Limpeza e entrega da frente de serviço

Ao término de cada demanda, a área deverá ser limpa, os resíduos removidos, as proteções provisórias retiradas e os elementos executados entregues em condição de uso. Danos causados pela execução a partes não previstas na intervenção deverão ser corrigidos pela contratada.

8. SEGURANÇA DO TRABALHO, ACESSO E FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES

A contratada deverá cumprir as normas de segurança e saúde do trabalho aplicáveis, inclusive aquelas relativas a trabalho em altura, eletricidade, demolições, escavações, máquinas e equipamentos, quando incidentes. O fornecimento, substituição, fiscalização de uso e conservação de EPI e EPC será de responsabilidade da contratada.

Em escolas, unidades administrativas e prédios em funcionamento, a Administração poderá estabelecer horários, isolamento de ambientes, rotas de acesso e outras medidas destinadas a preservar a continuidade dos serviços públicos e a segurança dos usuários.

9. CONTROLE DE QUALIDADE E RECEBIMENTO

A fiscalização poderá rejeitar serviços com falhas de execução, acabamento, alinhamento, prumo, nível, funcionamento, aderência, estanqueidade, fixação, resistência aparente ou qualquer desconformidade com a OS, projetos e especificações. A correção deverá ocorrer antes da medição correspondente.

Quando o serviço exigir testes, ensaios, verificações ou registros fotográficos, o recebimento ficará condicionado à apresentação e aceitação dos respectivos resultados.

10. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A medição deverá considerar exclusivamente os quantitativos efetivamente executados, conferidos e aceitos pela fiscalização, conforme a unidade de medida e o preço unitário previstos na planilha contratual. A emissão da Ordem de Serviço, por si só, não gera direito a pagamento de quantitativos não executados.

Como os materiais incorporáveis serão fornecidos pelo Município, as composições e preços de referência da contratação deverão remunerar apenas as parcelas de responsabilidade da contratada, evitando duplicidade de pagamento de insumos materiais.

Serviços adicionais, quantitativos superiores aos autorizados ou alterações de método somente poderão ser medidos quando previamente formalizados pela Administração.

11. CONTROLE DOS MATERIAIS FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO

Para cada Ordem de Serviço, recomenda-se manter registro mínimo de movimentação de materiais contendo:

- material, especificação e unidade;
- quantidade entregue à frente de serviço;
- quantidade aplicada ou consumida;
- sobras aproveitáveis;
- perdas justificadas, quando existentes;
- responsáveis pela entrega e pelo recebimento.

Materiais não aplicados deverão permanecer à disposição do Município e não poderão ser removidos do local ou utilizados em outra frente de serviço sem autorização.

12. REGISTROS, RESPONSABILIDADE TÉCNICA E DOCUMENTAÇÃO DA EXECUÇÃO

A contratação deverá contar com responsável técnico compatível com as atividades executadas e com os respectivos registros de responsabilidade técnica quando exigíveis. Cada demanda deverá preservar a rastreabilidade entre a Ordem de Serviço, os serviços medidos, os materiais utilizados e as orientações da fiscalização.

A fiscalização poderá exigir diário de obra ou registro simplificado por demanda, com datas, equipe, serviços executados, ocorrências, fotografias e instruções técnicas.

13. CRITÉRIOS PARA DEMANDAS QUE EXIJAM PROJETO ESPECÍFICO

Este memorial não autoriza a execução imediata de intervenções cuja definição dependa de análise técnica individualizada. Nessas hipóteses, antes da OS executiva deverão ser produzidos e aprovados os documentos necessários. Enquadram-se, entre outras, as situações de:

- reforço, recuperação ou substituição de elementos estruturais de pontes e edificações;
- fundações novas ou alterações relevantes em fundações existentes;
- ampliações ou modificações que alterem substancialmente o imóvel;
- contenções, muros estruturais ou intervenções sujeitas a empuxos, instabilidade ou recalques;
- alterações relevantes de carga elétrica, quadros, alimentadores ou sistemas especiais;
- intervenções com necessidade de sondagem, levantamento topográfico, cálculo estrutural ou licenciamento específico;
- situações emergenciais em que a segurança dependa de diagnóstico técnico prévio.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

Os serviços deverão ser executados conforme este memorial, a Ordem de Serviço, a planilha contratual, os desenhos e projetos específicos quando existentes, as normas técnicas aplicáveis, as recomendações dos fabricantes e as determinações da fiscalização.

Em caso de divergência entre documentos, a contratada deverá solicitar orientação formal antes da execução. Nenhuma solução que reduza segurança, durabilidade, funcionalidade ou qualidade poderá ser adotada por iniciativa própria.

A utilização deste memorial como peça de contratação pressupõe sua compatibilização com o Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência ou Projeto Básico, planilha orçamentária, critério de medição, regime de execução, minuta contratual e demais documentos do processo.

Licínio de Almeida/BA, 01 de Outubro de 2026.

_____

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA

[RESPONSÁVEL TÉCNICO]

[Engenheiro(a)/Arquiteto(a) – CREA/CAU nº _____]

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA - CNPJ 14.108.286/0001-38

Obra
Planilha Orcamentaria construção em alverarias e reformas

Bancos
SINAPI - 07/2026 - Bahia
ORSE - 07/2026 - Sergipe

B.D.I.
21,34%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: Sinapi - 101,70%
Mensalista: Sinapi - 60,13%

Orçamento Sintético

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1	99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	120	73,59	89,29	10.714,80	2,80 %
2	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	120	66,67	80,89	9.706,80	2,54 %
3	106122	SINAPI	REMOÇÃO DE ENTULHO CLASSE A (ALVENARIA, CONCRETO, ARGAMASSAS E CERÂMICOS) POR DUTO DE ENTULHO E ACONDICIONAMENTO FINAL EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA. EXCLUSO FRETE. AF_09/2025	m³	24	85,12	103,28	2.478,72	0,65 %
4	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	30	98,53	119,55	3.586,50	0,94 %
5	96534	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	54	92,73	112,51	6.075,54	1,59 %
6	96543	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	350	21,29	25,83	9.040,50	2,36 %
7	96546	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	540	14,04	17,03	9.196,20	2,40 %
8	96555	SINAPI	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	m³	15	930,00	1.128,46	16.926,90	4,43 %
9	103328	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	400	112,03	135,93	54.372,00	14,22 %
10	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	810	5,71	6,92	5.605,20	1,47 %
11	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	600	47,75	57,93	34.758,00	9,09 %
12	87630	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	m²	300	52,45	63,64	19.092,00	4,99 %

13	87248	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	m²	300	48,78	59,18	17.754,00	4,64 %
14	94201	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2026	m²	330	53,01	64,32	21.225,60	5,55 %
15	96111	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	280	70,87	85,99	24.077,20	6,29 %
16	94570	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	18	214,34	260,08	4.681,44	1,22 %
17	90790	SINAPI	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	24	926,67	1.124,42	26.986,08	7,06 %
18	104473	SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELETRICO DE ILUMINAÇÃO, COM INTERRUPTOR SIMPLES, EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO E CHUMBAMENTO (SEM LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_11/2022	UN	18	191,62	232,51	4.185,18	1,09 %
19	104475	SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELETRICO DE TOMADA DE USO GERAL 2P+T (10A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_11/2022	UN	24	164,77	199,93	4.798,32	1,25 %
20	1200	ORSE	Ponto de água fria embutido, c/material pvc rígido soldável Ø 25mm	un	4	124,72	151,33	605,32	0,16 %
21	1679	ORSE	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 40 mm (lavatórios, mictórios, ralos sifonados, etc...)	un	4	81,34	98,69	394,76	0,10 %
22	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	1500	14,26	17,30	25.950,00	6,78 %
23	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	300	17,04	20,67	6.201,00	1,62 %
24	98555	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	90	37,26	45,21	4.068,90	1,06 %
25	99803	SINAPI	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_10/2025_PS	m²	300	4,21	5,10	1.530,00	0,40 %
26	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	36	98,53	119,55	4.303,80	1,13 %
27	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	90	49,95	60,60	5.454,00	1,43 %

28	103800	SINAPI	PEDRA ARGAMASSADA COM CIMENTO E AREIA 1:3, 40% DE ARGAMASSA EM VOLUME - AREIA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_08/2022	m³	40	664,87	806,75	32.270,00	8,44 %
29	97088	SINAPI	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-92. AF_07/2026	KG	240	14,88	18,05	4.332,00	1,13 %
30	97096	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_07/2026	m³	12	831,97	1.009,51	12.114,12	3,17 %

Total sem BDI	**315.250,20**
Total do BDI	**67.234,68**
Total Geral	**382.484,88**

Mîbson Emanuel de Caires Santos
Engenheiro Civil

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA - CNPJ 14.108.286/0001-38

Obra
Planilha Orcamentaria construção em alverarias e reformas

Bancos
SINAPI - 07/2026 - Bahia
ORSE - 07/2026 - Sergipe

B.D.I.
21,34%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: Sinapi - 101,70%
Mensalista: Sinapi - 60,13%

Planilha Orçamentária Sintética Com Valor do Material, Mão de Obra e Equipamento

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI				Total				Peso (%)
							M. O.	EQ.	MAT.	Total	M. O.	EQ.	MAT.	Total	
1	99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	M	120	73,59	37,26	0,00	52,03	89,29	4.471,20	0,00	6.243,60	10.714,80	2,80 %
2	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	120	66,67	51,65	0,00	29,24	80,89	6.198,00	0,00	3.508,80	9.706,80	2,54 %
3	106122	SINAPI	REMOÇÃO DE ENTULHO CLASSE A (ALVENARIA, CONCRETO, ARGAMASSAS E CERÂMICOS) POR DUTO DE ENTULHO E ACONDICIONAMENTO FINAL EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA. EXCLUSO FRETE. AF_09/2025	m³	24	85,12	64,13	0,00	39,15	103,28	1.539,12	0,00	939,60	2.478,72	0,65 %
4	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	30	98,53	74,24	0,00	45,31	119,55	2.227,20	0,00	1.359,30	3.586,50	0,94 %
5	96534	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	m²	54	92,73	52,72	0,00	59,79	112,51	2.846,88	0,00	3.228,66	6.075,54	1,59 %
6	96543	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	350	21,29	11,13	0,00	14,70	25,83	3.895,50	0,00	5.145,00	9.040,50	2,36 %
7	96546	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	KG	540	14,04	4,51	0,00	12,52	17,03	2.435,40	0,00	6.760,80	9.196,20	2,40 %
8	96555	SINAPI	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	m³	15	930,00	225,80	0,00	902,66	1.128,46	3.387,00	0,00	13.539,90	16.926,90	4,43 %
9	103328	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	400	112,03	64,38	0,00	71,55	135,93	25.752,00	0,00	28.620,00	54.372,00	14,22 %
10	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	m²	810	5,71	3,13	0,00	3,79	6,92	2.535,30	0,00	3.069,90	5.605,20	1,47 %
11	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	600	47,75	24,15	0,00	33,78	57,93	14.490,00	0,00	20.268,00	34.758,00	9,09 %
12	87630	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	m²	300	52,45	18,22	0,00	45,42	63,64	5.466,00	0,00	13.626,00	19.092,00	4,99 %
13	87248	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF 02/2023 PE	m²	300	48,78	9,48	0,00	49,70	59,18	2.844,00	0,00	14.910,00	17.754,00	4,64 %
14	94201	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2026	m²	330	53,01	14,78	0,00	49,54	64,32	4.877,40	0,00	16.348,20	21.225,60	5,55 %
15	96111	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	m²	280	70,87	23,24	0,00	62,75	85,99	6.507,20	0,00	17.570,00	24.077,20	6,29 %

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA - CNPJ 14.108.286/0001-38

16	94570	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	m²	18	214,34	12,17	0,00	247,91	260,08	219,06	0,00	4.462,38	4.681,44	1,22 %
17	90790	SINAPI	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	UN	24	926,67	49,53	0,00	1.074,89	1.124,42	1.188,72	0,00	25.797,36	26.986,08	7,06 %
18	104473	SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO, COM INTERRUPTOR SIMPLES, EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO E CHUMBAMENTO (SEM LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_11/2022	UN	18	191,62	107,05	0,00	125,46	232,51	1.926,90	0,00	2.258,28	4.185,18	1,09 %
19	104475	SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO GERAL 2P+T (10A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_11/2022	UN	24	164,77	84,91	0,00	115,02	199,93	2.037,84	0,00	2.760,48	4.798,32	1,25 %
20	1200	ORSE	Ponto de água fria embutido, c/material pvc rígido soldável Ø 25mm	un	4	124,72	79,65	0,00	71,68	151,33	318,60	0,00	286,72	605,32	0,16 %
21	1679	ORSE	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 40 mm (lavatórios, mictórios, ralos sifonados, etc...)	un	4	81,34	28,90	0,00	69,79	98,69	115,60	0,00	279,16	394,76	0,10 %
22	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	1500	14,26	5,79	0,00	11,51	17,30	8.685,00	0,00	17.265,00	25.950,00	6,78 %
23	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	m²	300	17,04	8,07	0,00	12,60	20,67	2.421,00	0,00	3.780,00	6.201,00	1,62 %
24	98555	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	m²	90	37,26	21,73	0,00	23,48	45,21	1.955,70	0,00	2.113,20	4.068,90	1,06 %
25	99803	SINAPI	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF 10/2025 PS	m²	300	4,21	2,80	0,00	2,30	5,10	840,00	0,00	690,00	1.530,00	0,40 %
26	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	m³	36	98,53	74,24	0,00	45,31	119,55	2.672,64	0,00	1.631,16	4.303,80	1,13 %
27	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	90	49,95	18,67	0,00	41,93	60,60	1.680,30	0,00	3.773,70	5.454,00	1,43 %
28	103800	SINAPI	PEDRA ARGAMASSADA COM CIMENTO E AREIA 1:3, 40% DE ARGAMASSA EM VOLUME - AREIA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_08/2022	m³	40	664,87	225,66	0,00	581,09	806,75	9.026,40	0,00	23.243,60	32.270,00	8,44 %
29	97088	SINAPI	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-92. AF_07/2026	KG	240	14,88	1,69	0,00	16,36	18,05	405,60	0,00	3.926,40	4.332,00	1,13 %
30	97096	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_07/2026	m³	12	831,97	19,01	0,00	990,50	1.009,51	228,12	0,00	11.886,00	12.114,12	3,17 %
										Totais ->	**123193,68**	**0**	**259.291,20**	**382.484,88**	

Total sem BDI	**315.250,20**
Total do BDI	**67.234,68**
Total Geral	**382.484,88**

Mibson Emanuel de Caires Santos
Engenheiro Civil

Obra
Planilha Orcamentaria construção em alverarias e reformas

Bancos
SINAPI - 07/2026 - Bahia
ORSE - 07/2026 - Sergipe

B.D.I.
21,34%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: Sinapi - 101,70%
Mensalista: Sinapi - 60,13%

Planilha Orçamentária Analítica

1	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	Locação de Obras	M	1,0000000	73,59	73,59
Composição Auxiliar	94974	SINAPI	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MANUAL. AF_05/2021	Produção de Concreto	m³	0,0040000	567,64	2,27
Composição Auxiliar	91692	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIURNO. AF_08/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0070000	42,82	0,29
Composição Auxiliar	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,7247000	25,31	18,34
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,7247000	33,24	24,08
Composição Auxiliar	91693	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHI DIURNO. AF_08/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0280000	41,19	1,15
Insumo	00005068	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Material	KG	0,1110000	16,57	1,83
Insumo	00010567	SINAPI	TABUA *2,5 X 23* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	0,5500000	11,77	6,47
Insumo	00007356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	Material	L	0,0256000	31,36	0,80
Insumo	00004417	SINAPI	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM, PEROBA-ROSA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	0,7445000	8,25	6,14
Insumo	00004433	SINAPI	CAIBRO NAO APARELHADO *6 X 6* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	0,4125000	29,64	12,22
				MO sem LS => 15,20	LS =>	15,46	MO com LS =>	30,66
				Valor do BDI => 15,70			Valor com BDI =>	89,29
					Quant. =>	**120,00**	**Preço Total =>**	**10.714,80**

2	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m³	1,0000000	66,67	66,67
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,1957000	24,91	54,69

Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3541000	33,84	11,98
				MO sem LS => 21,07	LS =>	21,43	MO com LS =>	42,50
				Valor do BDI => 14,22			Valor com BDI =>	80,89
					Quant. =>	**120,00**	**Preço Total =>**	**9.706,80**

3	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	106122	SINAPI	REMOÇÃO DE ENTULHO CLASSE A (ALVENARIA, CONCRETO, ARGAMASSAS E CERÂMICOS) POR DUTO DE ENTULHO E ACONDICIONAMENTO FINAL EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA. EXCLUSO FRETE. AF_09/2025	Remoção de Entulho e Descarte	m³	1,0000000	85,12	85,12
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,4171723	24,91	85,12
				MO sem LS => 26,17	LS =>	26,61	MO com LS =>	52,78
				Valor do BDI => 18,16			Valor com BDI =>	103,28
					Quant. =>	**24,00**	**Preço Total =>**	**2.478,72**

4	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	Escavação de Valas	m³	1,0000000	98,53	98,53
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,9557667	24,91	98,53
				MO sem LS => 30,29	LS =>	30,80	MO com LS =>	61,09
				Valor do BDI => 21,02			Valor com BDI =>	119,55
					Quant. =>	**30,00**	**Preço Total =>**	**3.586,50**

5	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96534	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	Fundações Rasas (Blocos, Sapatas, Vigas Baldrame)	m²	1,0000000	92,73	92,73
Composição Auxiliar	91693	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHI DIURNO. AF_08/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0440000	41,19	1,81
Composição Auxiliar	88239	SINAPI	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,5880000	25,31	14,88
Composição Auxiliar	88262	SINAPI	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,3340000	33,24	44,34
Composição Auxiliar	91692	SINAPI	SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELÉTRICO POTÊNCIA DE 5HP, COM COIFA PARA DISCO 10" - CHP DIURNO. AF_08/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0110000	42,82	0,47
Insumo	00004491	SINAPI	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	0,6750000	10,41	7,02

Insumo	00006212	SINAPI	TABUA *2,5 X 30 CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	1,1550000	17,27	19,94
Insumo	00002692	SINAPI	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	0,0167000	7,46	0,12
Insumo	00005074	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 18 (1 1/2 X 13)	Material	KG	0,0110000	18,56	0,20
Insumo	00040304	SINAPI	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	0,0290000	20,45	0,59
Insumo	00004517	SINAPI	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	0,9240000	3,64	3,36
				MO sem LS => 21,54	LS =>	21,91	MO com LS =>	43,45
				Valor do BDI => 19,78			Valor com BDI =>	112,51
					Quant. =>	**54,00**	**Preço Total =>**	**6.075,54**

6	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96543	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	Fundações Rasas (Blocos, Sapatas, Vigas Baldrame)	KG	1,0000000	21,29	21,29
Composição Auxiliar	92800	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM. AF_06/2022	Armação para Estruturas de Concreto Armado	KG	1,0000000	9,49	9,49
Composição Auxiliar	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0970000	25,63	2,48
Composição Auxiliar	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2520000	33,61	8,46
Insumo	00043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Material	KG	0,0250000	24,50	0,61
Insumo	00039017	SINAPI	ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENTRADA LATERAL, EM PLASTICO, PARA VERGALHAO *4,2 A 12,5* MM, COBRIMENTO 20 MM	Material	UN	1,1430000	0,22	0,25
				MO sem LS => 4,53	LS =>	4,61	MO com LS =>	9,14
				Valor do BDI => 4,54			Valor com BDI =>	25,83
					Quant. =>	**350,00**	**Preço Total =>**	**9.040,50**

7	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96546	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	Fundações Rasas (Blocos, Sapatas, Vigas Baldrame)	KG	1,0000000	14,04	14,04
Composição Auxiliar	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0440000	25,63	1,12
Composição Auxiliar	92803	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_06/2022	Armação para Estruturas de Concreto Armado	KG	1,0000000	8,32	8,32
Composição Auxiliar	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1160000	33,61	3,89
Insumo	00043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Material	KG	0,0250000	24,50	0,61

Insumo	00039017	SINAPI	ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENTRADA LATERAL, EM PLASTICO, PARA VERGALHAO *4,2 A 12,5* MM, COBRIMENTO 20 MM	Material	UN	0,4800000	0,22	0,10

MO sem LS =>	1,82	LS =>	1,85	MO com LS =>	3,67
Valor do BDI =>	2,99			Valor com BDI =>	17,03
		Quant. =>	**540,00**	**Preço Total =>**	**9.196,20**

8	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96555	SINAPI	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	Fundações Rasas (Blocos, Sapatas, Vigas Baldrame)	m³	1,0000000	930,00	930,00
Composição Auxiliar	90586	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,3400000	1,58	0,53
Composição Auxiliar	90587	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	1,1010000	0,60	0,66
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,4250000	33,84	82,06
Composição Auxiliar	94972	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	Produção de Concreto	m³	1,1600000	668,07	774,96
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,8820000	24,91	71,79

MO sem LS =>	92,16	LS =>	93,73	MO com LS =>	185,89
Valor do BDI =>	198,46			Valor com BDI =>	1.128,46
		Quant. =>	**15,00**	**Preço Total =>**	**16.926,90**

9	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	103328	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	Alvenaria de Vedação	m²	1,0000000	112,03	112,03
Composição Auxiliar	87292	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA ATÉ 600 L. AF_07/2026	Argamassas	m³	0,0091000	851,67	7,75
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	1,6100000	33,84	54,48
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,8050000	24,91	20,05
Insumo	00037395	SINAPI	PINO DE ACO COM FURO, HASTE = 27 MM (ACAO DIRETA)	Material	CENTO	0,0050000	59,91	0,29

Insumo	00034557	SINAPI	TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X 7,5* CM	Material	M	0,4200000	2,08	0,87
Insumo	00007271	SINAPI	BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C)	Material	UN	28,3100000	1,01	28,59
				MO sem LS =>	26,27	LS =>	26,72	MO com LS =>	52,99
				Valor do BDI =>	23,90			Valor com BDI =>	135,93
						Quant. =>	**400,00**	**Preço Total =>**	**54.372,00**

10	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	Chapisco	m²	1,0000000	5,71	5,71
Composição Auxiliar	87313	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA GROSSA ÚMIDA) PARA CHAPISCO CONVENCIONAL, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA ATÉ 600 L. AF_07/2026	Argamassas	m³	0,0037000	752,68	2,78
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0681000	33,84	2,30
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0255000	24,91	0,63
				MO sem LS =>	1,27	LS =>	1,29	MO com LS =>	2,56
				Valor do BDI =>	1,21			Valor com BDI =>	6,92
						Quant. =>	**810,00**	**Preço Total =>**	**5.605,20**

11	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	Massa Única Interna	m²	1,0000000	47,75	47,75
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,4724000	33,84	15,98
Composição Auxiliar	87292	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 (EM VOLUME DE CIMENTO, CAL E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA EMBOÇO/MASSA ÚNICA/ASSENTAMENTO DE ALVENARIA DE VEDAÇÃO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA ATÉ 600 L. AF_07/2026	Argamassas	m³	0,0304000	851,67	25,89
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2362000	24,91	5,88
				MO sem LS =>	9,85	LS =>	10,02	MO com LS =>	19,87
				Valor do BDI =>	10,18			Valor com BDI =>	57,93
						Quant. =>	**600,00**	**Preço Total =>**	**34.758,00**

12	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	87630	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	Contrapiso	m²	1,0000000	52,45	52,45
Composição Auxiliar	87301	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA) PARA CONTRAPISO, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA ATÉ 600 L. AF_07/2026	Argamassas	m³	0,0431000	864,29	37,25
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2450000	33,84	8,29
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1230000	24,91	3,06
Insumo	00001379	SINAPI	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	0,5000000	1,00	0,50
Insumo	00007334	SINAPI	ADITIVO ADESIVO LIQUIDO PARA ARGAMASSAS DE REVESTIMENTOS CIMENTICIOS	Material	L	0,2100000	15,98	3,35
				MO sem LS => 7,44	LS =>	7,57	MO com LS =>	15,01
				Valor do BDI => 11,19			Valor com BDI =>	63,64
					Quant. =>	**300,00**	**Preço Total =>**	**19.092,00**

13	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	87248	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	Revestimentos Cerâmicos Internos	m²	1,0000000	48,78	48,78
Composição Auxiliar	88256	SINAPI	AZULEJISTA OU LADRILHEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2411000	33,69	8,12
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1290000	24,91	3,21
Insumo	00001287	SINAPI	PISO EM CERAMICA ESMALTADA, COR LISA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	Material	m²	1,0571000	26,16	27,65
Insumo	00001381	SINAPI	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	Material	KG	9,1325000	0,93	8,49
Insumo	00034357	SINAPI	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	Material	KG	0,2410000	5,46	1,31
				MO sem LS => 3,86	LS =>	3,93	MO com LS =>	7,79
				Valor do BDI => 10,40			Valor com BDI =>	59,18
					Quant. =>	**300,00**	**Preço Total =>**	**17.754,00**

14	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	94201	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2026	Telhamento para Cobertura	m²	1,0000000	53,01	53,01
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,5295536	24,91	13,19

Composição Auxiliar	93282	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHI DIURNO. AF_03/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0000832	38,23	0,00
Composição Auxiliar	88323	SINAPI	TELHADISTA COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1682705	32,93	5,54
Composição Auxiliar	93281	SINAPI	GUINCHO ELÉTRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFÁSICO DE 1,25 CV - CHP DIURNO. AF_03/2016	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0000372	39,48	0,00
Insumo	00007173	SINAPI	TELHA DE BARRO / CERAMICA, NAO ESMALTADA, TIPO COLONIAL, CANAL, PLAN, PAULISTA, COMPRIMENTO DE *44 A 50* CM, RENDIMENTO DE COBERTURA DE *26* TELHAS/M2	Material	MIL	0,0275347	1.245,00	34,28
				MO sem LS => 6,03	LS =>	6,13	MO com LS =>	12,16
				Valor do BDI => 11,31			Valor com BDI =>	64,32
					Quant. =>	**330,00**	**Preço Total =>**	**21.225,60**

15	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	96111	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	Forros	m²	1,0000000	70,87	70,87
Composição Auxiliar	88278	SINAPI	MONTADOR DE ESTRUTURAS METÁLICAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,6968000	35,90	25,01
Insumo	00036238	SINAPI	FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 8 MM E COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	Material	m²	1,0363000	24,12	24,99
Insumo	00039430	SINAPI	PENDURAL OU PRESILHA REGULADORA, EM ACO GALVANIZADO, COM CORPO, MOLA E REBITE, PARA PERFIL TIPO CANALETA DE ESTRUTURA EM FORROS DRYWALL	Material	UN	2,0446000	2,11	4,31
Insumo	00043131	SINAPI	ARAME GALVANIZADO 6 BWG, D = 5,16 MM (0,157 KG/M), OU 8 BWG, D = 4,19 MM (0,101 KG/M), OU 10 BWG, D = 3,40 MM (0,0713 KG/M)	Material	KG	0,0616000	28,46	1,75
Insumo	00040552	SINAPI	PARAFUSO, AUTOATARRAXANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, EM ACO ZINCADO, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	Material	CENTO	0,0336000	52,59	1,76
Insumo	00039427	SINAPI	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	Material	M	2,2212000	5,60	12,43
Insumo	00040547	SINAPI	PARAFUSO ZINCADO, AUTO BROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	Material	CENTO	0,0204000	30,68	0,62
				MO sem LS => 9,49	LS =>	9,65	MO com LS =>	19,14
				Valor do BDI => 15,12			Valor com BDI =>	85,99
					Quant. =>	**280,00**	**Preço Total =>**	**24.077,20**

16	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

Composição	94570	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	Esquadrias - Janelas	m²	1,0000000	214,34	214,34
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3130180	33,84	10,59
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1565090	24,91	3,89
Insumo	00004377	SINAPI	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO * 32 * MM	Material	UN	9,2000000	0,21	1,93
Insumo	00036896	SINAPI	JANELA DE CORRER, EM ALUMINIO PERFIL 25, 100 X 120 CM (A X L), 2 FLS MOVEIS, SEM BANDEIRA, ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE DE 6 A 7 CM, COM VIDRO 4 MM, SEM GUARNICAO	Material	UN	0,8333000	217,80	181,49
Insumo	00039961	SINAPI	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	Material	UN	0,6678571	24,62	16,44
				MO sem LS =>	4,96	LS =>	5,04	MO com LS =>	10,00
				Valor do BDI =>	45,74			Valor com BDI =>	260,08
						Quant. =>	**18,00**	**Preço Total =>**	**4.681,44**

17	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	90790	SINAPI	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	Esquadrias - Portas	UN	1,0000000	926,67	926,67
Composição Auxiliar	105925	SINAPI	ALIZAR DE 5X1,5CM PARA PORTA FIXADO COM PREGOS - SOMENTE INSTALAÇÃO. AF_10/2025	Esquadrias - Portas	M	10,0000000	2,86	28,60
Composição Auxiliar	88261	SINAPI	CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,7914376	32,17	25,46
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2236671	24,91	5,57
Insumo	00038124	SINAPI	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	Material	UN	0,3860000	28,48	10,99
Insumo	00039492	SINAPI	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES E DOBRADICAS)	Material	UN	1,0000000	856,05	856,05
				MO sem LS =>	20,25	LS =>	20,59	MO com LS =>	40,84
				Valor do BDI =>	197,75			Valor com BDI =>	1.124,42

						Quant. =>	**24,00**	**Preço Total =>**	**26.986,08**

18	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	104473	SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO, COM INTERRUPTOR SIMPLES, EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO E CHUMBAMENTO (SEM LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_11/2022	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	1,0000000	191,62	191,62
Composição Auxiliar	91855	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	1,2429000	12,16	15,11
Composição Auxiliar	90447	SINAPI	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	Rasgos e Fixações	M	1,2429000	9,78	12,15
Composição Auxiliar	90456	SINAPI	QUEBRA EM ALVENARIA PARA INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TOMADA (4X4 OU 4X2). AF_09/2023	Rasgos e Fixações	UN	1,0000000	6,48	6,48
Composição Auxiliar	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	1,4786000	5,32	7,86
Composição Auxiliar	90466	SINAPI	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	Rasgos e Fixações	M	1,2429000	18,98	23,59
Composição Auxiliar	91924	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	10,7114000	3,65	39,09
Composição Auxiliar	91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	UN	1,0000000	20,60	20,60
Composição Auxiliar	91953	SINAPI	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	UN	1,0000000	30,08	30,08
Composição Auxiliar	91937	SINAPI	CAIXA OCTOGONAL 3" X 3", PVC, INSTALADA EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas,	UN	1,0000000	17,33	17,33
Composição Auxiliar	91845	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	2,2171000	8,72	19,33
				MO sem LS => 43,48		LS =>	44,22	MO com LS =>	87,70
				Valor do BDI => 40,89				Valor com BDI =>	232,51
						Quant. =>	**18,00**	**Preço Total =>**	**4.185,18**

19	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total

Composição	104475	SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO GERAL 2P+T (10A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_11/2022	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	1,0000000	164,77	164,77
Composição Auxiliar	90447	SINAPI	RASGO LINEAR MANUAL EM ALVENARIA, PARA ELETRODUTOS, DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	Rasgos e Fixações	M	0,8850000	9,78	8,65
Composição Auxiliar	90456	SINAPI	QUEBRA EM ALVENARIA PARA INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TOMADA (4X4 OU 4X2). AF_09/2023	Rasgos e Fixações	UN	1,0000000	6,48	6,48
Composição Auxiliar	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	10,5310000	5,32	56,02
Composição Auxiliar	92000	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	UN	1,0000000	31,40	31,40
Composição Auxiliar	91940	SINAPI	CAIXA RETANGULAR 4" X 2" MÉDIA (1,30 M DO PISO), PVC, INSTALADA EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	UN	1,0000000	20,60	20,60
Composição Auxiliar	91845	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	1,6140000	8,72	14,07
Composição Auxiliar	91855	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	Instalações Elétricas - Eletrodutos Embutidos, Cabos, Caixas, Tomadas e Interruptores	M	0,8850000	12,16	10,76
Composição Auxiliar	90466	SINAPI	CHUMBAMENTO LINEAR EM ALVENARIA PARA RAMAIS/DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS COM DIÂMETROS MENORES OU IGUAIS A 40 MM. AF_09/2023	Rasgos e Fixações	M	0,8850000	18,98	16,79
				MO sem LS => 34,53	LS =>	35,12	MO com LS =>	69,65
				Valor do BDI => 35,16			Valor com BDI =>	199,93
					Quant. =>	**24,00**	**Preço Total =>**	**4.798,32**

20	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	1200	ORSE	Ponto de água fria embutido, c/material pvc rígido soldável Ø 25mm	Tubos e Conexões de PVC Rígido Soldável	un	1,0000000	124,72	124,72
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	00000013/SIN	ORSE	Estopa	Material	kg	0,2500000	17,94	4,48
Composição	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	2,1000000	3,88	8,14
Composição	10550	ORSE	Encargos Complementares - Pedreiro	Provisórios	h	0,7500000	3,75	2,81
Composição	10554	ORSE	Encargos Complementares - Encanador	Provisórios	h	0,8350000	3,82	3,18
Insumo	00003767/SIN	ORSE	Lixa em folha para parede ou madeira, numero 120, cor vermelha	Material	un	1,0000000	0,97	0,97

Insumo	00009868/SIN	ORSE	Tubo pvc, soldavel, de 25 mm, agua fria (nbr-5648)	Material	m	7,0000000	4,17	29,19
Insumo	138	ORSE	Adesivo pvc em frasco de 850 gramas	Material	kg	0,0095000	72,41	0,68
Insumo	00002696/SIN	ORSE	Encanador ou bombeiro hidraulico (horista)	Mão de Obra	h	0,8350000	21,07	17,59
Insumo	00006111/SIN	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	2,1000000	15,59	32,73
Insumo	00004750/SIN	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,7500000	20,45	15,33
Insumo	2036	ORSE	Solucao limpadora pvc	Material	l	0,1350000	69,74	9,41

Detalhamento de Cálculo ORSE

Item	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Insumo	00000013/SIN	ORSE	Estopa	Material	kg	0,2500000	17,94	4,48
Insumo	00012895/SIN	ORSE	Capacete de seguranca aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	Material	un	0,0022110	14,00	0,03
Insumo	00012894/SIN	ORSE	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	Material	un	0,0007370	20,85	0,01
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	Material	un	0,0165825	205,00	3,39
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços	cj	0,0014740	300,00	0,44
Insumo	10788	ORSE	Pá quadrada	Material	un	0,0004200	36,90	0,01
Insumo	4728	ORSE	Talhadeira chata 10"	Material	un	0,0006300	18,58	0,01
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	Material	pr	0,0029480	6,00	0,01
Insumo	4729	ORSE	Marreta 1 kg com cabo	Material	un	0,0002100	39,50	0,00
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	Material	un	0,0165825	4,94	0,08
Insumo	00012892/SIN	ORSE	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	Material	par	0,0084755	11,28	0,09
Insumo	00012893/SIN	ORSE	Bota de seguranca com biqueira de aco e colarinho acolchoado	Material	par	0,0029480	76,67	0,22
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços	un	0,0165825	12,54	0,20
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	Material	un	0,0066330	18,00	0,11
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços	un	0,3751330	5,00	1,87
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	Material	un	0,3751330	14,00	5,25
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	Material	un	0,0055275	198,47	1,09

Insumo	00002711/SIN	ORSE	Carrinho de mao, em aco, com capacidade de *45 a 65* l / *100* kg, pneu com camara	Material	un	0,0004200	175,45	0,07
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	Material	un	0,3012690	4,50	1,35
Insumo	10790	ORSE	Prumo de face	Material	un	0,0000750	25,95	0,00
Insumo	11264	ORSE	Marreta de 1/2 kg com cabo	Material	un	0,0001500	13,52	0,00
Insumo	11247	ORSE	Serra mármore	Material	un	0,0000750	319,90	0,02
Insumo	11245	ORSE	Desempoladeira de madeira 12x22	Material	un	0,0005250	11,60	0,00
Insumo	11246	ORSE	Escala métrica de bambú	Material	Un	0,0005250	10,22	0,00
Insumo	11265	ORSE	Martelo de borracha com cabo	Material	un	0,0003000	18,75	0,00
Insumo	10282	ORSE	Regua de alumínio c/ 2,00m (para pedreiro)	Material	un	0,0001500	44,00	0,00
Insumo	10789	ORSE	Nível de bolha de madeira	Material	un	0,0001500	15,40	0,00
Insumo	11243	ORSE	Martelo sem unha	Material	un	0,0000750	28,00	0,00
Insumo	4722	ORSE	Colher de pedreiro	Material	un	0,0003000	18,80	0,00
Insumo	4174	ORSE	Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar	Material	un	0,0003750	12,90	0,00
Insumo	11253	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 1/2"	Material	un	0,0009185	29,00	0,02
Insumo	11257	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 1 1/4"	Material	un	0,0003340	32,30	0,01
Insumo	11255	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 1"	Material	un	0,0005010	49,00	0,02
Insumo	11254	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 3/4"	Material	un	0,0005845	27,49	0,01
Insumo	10592	ORSE	Lima chata 12"	Material	un	0,0000835	38,12	0,00
Insumo	11256	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 1 1/2"	Material	un	0,0003340	92,70	0,03
Insumo	10593	ORSE	Praio simples 30cm	Material	un	0,0000835	19,57	0,00
Insumo	00003767/SIN	ORSE	Lixa em folha para parede ou madeira, numero 120, cor vermelha	Material	un	1,0000000	0,97	0,97
Insumo	00009868/SIN	ORSE	Tubo pvc, soldavel, de 25 mm, agua fria (nbr-5648)	Material	m	7,0000000	4,17	29,19
Insumo	138	ORSE	Adesivo pvc em frasco de 850 gramas	Material	kg	0,0095000	72,41	0,68
Insumo	00002696/SIN	ORSE	Encanador ou bombeiro hidraulico (horista)	Mão de Obra	h	0,8350000	21,07	17,59
Insumo	00006111/SIN	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	2,1000000	15,59	32,73
Insumo	00004750/SIN	ORSE	Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	0,7500000	20,45	15,33

Insumo	2036	ORSE	Solucao limpadora pvc	Material	l	0,1350000	69,74	9,41
				MO sem LS => 65,65	LS =>	66,77	MO com LS =>	132,42
				Valor do BDI => 26,61			Valor com BDI =>	151,33
					Quant. =>	**4,00**	**Preço Total =>**	**605,32**

21	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	1679	ORSE	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 40 mm (lavatórios, mictórios, ralos sifonados, etc...)	Tubos e Conexões de PVC Rígido Soldável para Esgoto	un	1,0000000	81,34	81,34
Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	00006111/SIN	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,6500000	15,59	10,13
Insumo	00002696/SIN	ORSE	Encanador ou bombeiro hidraulico (horista)	Mão de Obra	h	0,6500000	21,07	13,69
Insumo	00003516/SIN	ORSE	Joelho pvc, soldavel, bb, 45 graus, dn 40 mm, para esgoto predial	Material	un	3,0000000	2,35	7,05
Composição	10554	ORSE	Encargos Complementares - Encanador	Provisórios	h	0,6500000	3,82	2,48
Insumo	138	ORSE	Adesivo pvc em frasco de 850 gramas	Material	kg	0,0390000	72,41	2,82
Insumo	2036	ORSE	Solucao limpadora pvc	Material	l	0,0600000	69,74	4,18
Insumo	00003517/SIN	ORSE	Joelho pvc, soldavel, bb, 90 graus, sem anel, dn 40 mm, para esgoto predial secundario	Material	un	3,0000000	2,12	6,36
Insumo	00003767/SIN	ORSE	Lixa em folha para parede ou madeira, numero 120, cor vermelha	Material	un	0,2000000	0,97	0,19
Insumo	1703	ORSE	Pasta lubrificante p/ pvc je	Material	kg	0,0900000	63,50	5,71
Composição	10549	ORSE	Encargos Complementares - Servente	Provisórios	h	0,6500000	3,88	2,52
Insumo	00009835/SIN	ORSE	Tubo pvc serie normal, dn 40 mm, para esgoto predial (nbr 5688)	Material	m	4,0000000	6,55	26,20

Detalhamento de Cálculo ORSE

Item	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Insumo	00006111/SIN	ORSE	Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	0,6500000	15,59	10,13
Insumo	00002696/SIN	ORSE	Encanador ou bombeiro hidraulico (horista)	Mão de Obra	h	0,6500000	21,07	13,69
Insumo	00003516/SIN	ORSE	Joelho pvc, soldavel, bb, 45 graus, dn 40 mm, para esgoto predial	Material	un	3,0000000	2,35	7,05
Insumo	10761	ORSE	Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços	un	0,1323400	5,00	0,66
Insumo	11253	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 1/2"	Material	un	0,0007150	29,00	0,02

Insumo	11257	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 1 1/4"	Material	un	0,0002600	32,30	0,00
Insumo	10596	ORSE	Protetor auricular	Material	un	0,0058500	4,94	0,02
Insumo	10599	ORSE	Protetor solar fps 30 com 120ml	Material	un	0,0023400	18,00	0,04
Insumo	11255	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 1"	Material	un	0,0003900	49,00	0,01
Insumo	11254	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 3/4"	Material	un	0,0004550	27,49	0,01
Insumo	941	ORSE	Fardamento com mangas curta	Material	un	0,0019500	198,47	0,38
Insumo	00012892/SIN	ORSE	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	Material	par	0,0029900	11,28	0,03
Insumo	10592	ORSE	Lima chata 12"	Material	un	0,0000650	38,12	0,00
Insumo	10492	ORSE	Cesta Básica	Material	un	0,0058500	205,00	1,19
Insumo	11256	ORSE	Tarracha para tubos PVC de 1 1/2"	Material	un	0,0002600	92,70	0,02
Insumo	158	ORSE	Almoço (Participação do empregador)	Material	un	0,1323400	14,00	1,85
Insumo	10362	ORSE	Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços	un	0,0058500	12,54	0,07
Insumo	00012894/SIN	ORSE	Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	Material	un	0,0002600	20,85	0,00
Insumo	1651	ORSE	Óculos branco proteção	Material	pr	0,0010400	6,00	0,00
Insumo	2378	ORSE	Vale transporte	Material	un	0,1036750	4,50	0,46
Insumo	00012895/SIN	ORSE	Capacete de seguranca aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	Material	un	0,0007800	14,00	0,01
Insumo	00012893/SIN	ORSE	Bota de seguranca com biqueira de aco e colarinho acolchoado	Material	par	0,0010400	76,67	0,07
Insumo	10517	ORSE	Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços	cj	0,0005200	300,00	0,15
Insumo	10593	ORSE	Praio simples 30cm	Material	un	0,0000650	19,57	0,00
Insumo	138	ORSE	Adesivo pvc em frasco de 850 gramas	Material	kg	0,0390000	72,41	2,82
Insumo	2036	ORSE	Solucao limpadora pvc	Material	l	0,0600000	69,74	4,18
Insumo	00003517/SIN	ORSE	Joelho pvc, soldavel, bb, 90 graus, sem anel, dn 40 mm, para esgoto predial secundario	Material	un	3,0000000	2,12	6,36
Insumo	00003767/SIN	ORSE	Lixa em folha para parede ou madeira, numero 120, cor vermelha	Material	un	0,2000000	0,97	0,19
Insumo	1703	ORSE	Pasta lubrificante p/ pvc je	Material	kg	0,0900000	63,50	5,71
Insumo	10788	ORSE	Pá quadrada	Material	un	0,0001300	36,90	0,00
Insumo	4728	ORSE	Talhadeira chata 10"	Material	un	0,0001950	18,58	0,00

Insumo	4729	ORSE	Marreta 1 kg com cabo	Material	un	0,0000650	39,50	0,00
Insumo	00002711/SIN	ORSE	Carrinho de mao, em aco, com capacidade de *45 a 65* l / *100* kg, pneu com camara	Material	un	0,0001300	175,45	0,02
Insumo	00009835/SIN	ORSE	Tubo pvc serie normal, dn 40 mm, para esgoto predial (nbr 5688)	Material	m	4,0000000	6,55	26,20
				MO sem LS => 23,82		LS => 24,22	MO com LS =>	48,04
				Valor do BDI => 17,35			Valor com BDI =>	98,69
					Quant. =>	**4,00**	**Preço Total =>**	**394,76**

22	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	Pintura Interna	m²	1,0000000	14,26	14,26
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1631000	35,26	5,75
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0544000	24,91	1,35
Insumo	00007356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	Material	L	0,2285000	31,36	7,16
				MO sem LS => 2,36		LS => 2,40	MO com LS =>	4,76
				Valor do BDI => 3,04			Valor com BDI =>	17,30
					Quant. =>	**1.500,00**	**Preço Total =>**	**25.950,00**

23	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	Pintura Interna	m²	1,0000000	17,04	17,04
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0757000	24,91	1,88
Composição Auxiliar	88310	SINAPI	PINTOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,2270000	35,26	8,00
Insumo	00007356	SINAPI	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	Material	L	0,2285000	31,36	7,16
				MO sem LS => 3,29		LS => 3,35	MO com LS =>	6,64
				Valor do BDI => 3,63			Valor com BDI =>	20,67
					Quant. =>	**300,00**	**Preço Total =>**	**6.201,00**

24	Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total
Composição	98555	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	Impermeabilização, Proteção Mecânica e Tratamento de Junta	m²	1,0000000	37,26	37,26
Composição Auxiliar	88270	SINAPI	IMPERMEABILIZADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,6039000	35,34	21,34
Composição Auxiliar	88243	SINAPI	AJUDANTE ESPECIALIZADO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1362000	26,44	3,60

Insumo	00000135	SINAPI	ARGAMASSA POLIMERICA IMPERMEABILIZANTE SEMIFLEXIVEL, BICOMPONENTE, A BASE DE CIMENTO E ADITIVOS	Material	KG	3,4615000	3,56	12,32
				MO sem LS => 8,88	LS =>	9,03	MO com LS =>	17,91
				Valor do BDI => 7,95			Valor com BDI =>	45,21
					Quant. =>	**90,00**	**Preço Total =>**	**4.068,90**

25	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	99803	SINAPI	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_10/2025_PS	Limpeza de Obra	m²	1,0000000	4,21	4,21
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1496248	24,91	3,72
Insumo	00013261	SINAPI	FLANELA *30 X 40* CM	Material	UN	0,0314328	2,57	0,08
Insumo	00005318	SINAPI	DILUENTE AGUARRAS	Material	L	0,0222222	18,87	0,41
				MO sem LS => 1,14	LS =>	1,16	MO com LS =>	2,30
				Valor do BDI => 0,89			Valor com BDI =>	5,10
					Quant. =>	**300,00**	**Preço Total =>**	**1.530,00**

26	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	Escavação de Valas	m³	1,0000000	98,53	98,53
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,9557667	24,91	98,53
				MO sem LS => 30,29	LS =>	30,80	MO com LS =>	61,09
				Valor do BDI => 21,02			Valor com BDI =>	119,55
					Quant. =>	**36,00**	**Preço Total =>**	**4.303,80**

27	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	Lastro	m²	1,0000000	49,95	49,95
Composição Auxiliar	94968	SINAPI	CONCRETO MAGRO PARA LASTRO, TRAÇO 1:4,5:4,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	Produção de Concreto	m³	0,0690000	513,49	35,43
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3390500	33,84	11,47
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,1226500	24,91	3,05
				MO sem LS => 7,61	LS =>	7,74	MO com LS =>	15,35
				Valor do BDI => 10,65			Valor com BDI =>	60,60

						Quant. =>	**90,00**	**Preço Total =>**	**5.454,00**

28	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	103800	SINAPI	PEDRA ARGAMASSADA COM CIMENTO E AREIA 1:3, 40% DE ARGAMASSA EM VOLUME - AREIA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_08/2022	Dissipadores de Energia	m³	1,0000000	664,87	664,87
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	2,2158000	33,84	74,98
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	3,1021000	24,91	77,27
Composição Auxiliar	88629	SINAPI	ARGAMASSA TRAÇO 1:3 (EM VOLUME DE CIMENTO E AREIA MÉDIA ÚMIDA), PREPARO MANUAL. AF_07/2026	Argamassas	m³	0,4412000	923,71	407,54
Insumo	00004730	SINAPI	PEDRA DE MAO OU PEDRA RACHAO PARA ARRIMO/FUNDACAO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	Material	m³	0,9086000	115,66	105,08
				MO sem LS =>	92,09	LS =>	93,66	MO com LS =>	185,75
				Valor do BDI =>	141,88			Valor com BDI =>	806,75
						Quant. =>	**40,00**	**Preço Total =>**	**32.270,00**

29	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**
Composição	97088	SINAPI	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-92. AF_07/2026	Radier, Piso de Concreto e Laje sobre Solo	KG	1,0000000	14,88	14,88
Composição Auxiliar	88238	SINAPI	AJUDANTE DE ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0185177	25,63	0,47
Composição Auxiliar	88245	SINAPI	ARMADOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,0462942	33,61	1,55
Insumo	00042407	SINAPI	TRELICA NERVURADA (ESPACADOR), ALTURA = 120,0 MM, DIAMETRO DOS BANZOS INFERIORES E SUPERIOR = 6,0 MM, DIAMETRO DA DIAGONAL = 4,2 MM	Material	M	0,6756757	5,35	3,61
Insumo	00021141	SINAPI	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-92, (1,48 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 X 60 M DE COMPRIMENTO, ESPACAMENTO DA MALHA = 15 X 15 CM	Material	m²	0,8172458	10,97	8,96
Insumo	00043132	SINAPI	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Material	KG	0,0120952	24,50	0,29
				MO sem LS =>	0,69	LS =>	0,70	MO com LS =>	1,39
				Valor do BDI =>	3,17			Valor com BDI =>	18,05
						Quant. =>	**240,00**	**Preço Total =>**	**4.332,00**

30	**Código**	**Banco**	**Descrição**	**Tipo**	**Und**	**Quant.**	**Valor Unit**	**Total**

Composição	97096	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_07/2026	Radier, Piso de Concreto e Laje sobre Solo	m³	1,0000000	831,97	831,97
Composição Auxiliar	88316	SINAPI	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3938432	24,91	9,81
Composição Auxiliar	88309	SINAPI	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	Livro SINAPI: Cálculos e Parâmetros	H	0,3938432	33,84	13,32
Composição Auxiliar	90587	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHI DIURNO. AF_06/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHI	0,0386550	0,60	0,02
Composição Auxiliar	90586	SINAPI	VIBRADOR DE IMERSÃO, DIÂMETRO DE PONTEIRA 45MM, MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO POTÊNCIA DE 2 CV - CHP DIURNO. AF_06/2015	Custos Horários Produtivo e Improdutivo dos Equipamentos	CHP	0,0598058	1,58	0,09
Insumo	00001525	SINAPI	CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C30, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANCAMENTO (NBR 8953)	Material	m³	1,1136500	726,20	808,73
				MO sem LS => 7,75	LS =>	7,88	MO com LS =>	15,63
				Valor do BDI => 177,54			Valor com BDI =>	1.009,51
					Quant. =>	**12,00**	**Preço Total =>**	**12.114,12**

Total sem BDI	**315.250,20**
Total do BDI	**67.234,68**
Total Geral	**382.484,88**

Mibson Emanuel de Caires Santos
Engenheiro Civil

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA - CNPJ 14.108.286/0001-38

Obra
Planilha Orcamentaria construção em alvenarias e reformas

Bancos
SINAPI - 07/2026 - Bahia
ORSE - 07/2026 - Sergipe

B.D.I.
21,34%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: Sinapi - 101,70%
Mensalista: Sinapi - 60,13%

Curva ABC de Insumos

Código	Banco	Grupo	Descrição	Tipo	Und	Quantidade	Valor		Total			Peso	Valor Acumulado	Peso Acumulado
							Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Operativa	Improdutiva	Geral				
00004750	SINAPI		PEDREIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	1291,281811		28,95		37.384,83		37.384,83	9,77%	37.384,83	9,77%
00006111	SINAPI		SERVENTE DE OBRAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	1998,842387		18,40		36.768,99		36.768,99	9,61%	74.153,83	19,39%
00001379	SINAPI		CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	Material	KG	28374,4439		1,21		34.429,55		34.429,55	9,00%	108.583,38	28,39%
00037370	SINAPI		ALIMENTACAO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	4864,002408		6,07		29.509,90		29.509,90	7,72%	138.093,28	36,10%
00039492	SINAPI		KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES E DOBRADICAS)	Material	UN	24		1.038,73		24.929,55		24.929,55	6,52%	163.022,83	42,62%
00007356	SINAPI		TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	Material	L	414,372		38,05		15.767,78		15.767,78	4,12%	178.790,60	46,74%
00007271	SINAPI		BLOCO CERAMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACAO, 8 FUROS NA HORIZONTAL DE 9 X 19 X 19 CM (L X A X C)	Material	UN	11324		1,23		13.877,95		13.877,95	3,63%	192.668,55	50,37%
00007173	SINAPI		TELHA DE BARRO / CERAMICA, NAO ESMALTADA, TIPO COLONIAL, CANAL, PLAN, PAULISTA, COMPRIMENTO DE *44 A 50* CM, RENDIMENTO DE COBERTURA DE *35* TELHAS/M2	Material	MIL	9,086451		1.510,68		13.726,75		13.726,75	3,59%	206.395,30	53,96%
00000370	SINAPI		AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	79,88540765		168,66		13.473,68		13.473,68	3,52%	219.868,98	57,48%
00001525	SINAPI		CONCRETO USINADO BOMBEAVEL, CLASSE DE RESISTENCIA C30, BRITA 0 E 1, SLUMP = 100 +/- 20 MM, COM BOMBEAMENTO (DISPONIBILIZACAO DE BOMBA), SEM O LANCAMENTO (NBR 8953)	Material	m³	13,3638		881,17		11.775,79		11.775,79	3,08%	231.644,77	60,56%
00001287	SINAPI		PISO EM CERAMICA ESMALTADA, COR LISA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	Material	m²	317,13		31,74		10.066,51		10.066,51	2,63%	241.711,28	63,19%
00004783	SINAPI		PINTOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	317,36619		28,95		9.188,30		9.188,30	2,40%	250.899,58	65,60%
00037372	SINAPI		EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	4864,002408		1,81		8.793,95		8.793,95	2,30%	259.693,53	67,90%
00037666	SINAPI		OPERADOR DE BETONEIRA ESTACIONARIA / MISTURADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	215,3958411		39,54		8.517,77		8.517,77	2,23%	268.211,30	70,12%
00036238	SINAPI		FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA APROXIMADA DE 8 MM E COMPRIMENTO E M (SEM COLOCACAO)	Material	m²	290,164		29,27		8.492,29		8.492,29	2,22%	276.703,59	72,34%
00001106	SINAPI		CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	Material	KG	3824,27103		2,03		7.749,42		7.749,42	2,03%	284.453,01	74,37%
00044497	SINAPI		MONTADOR DE ESTRUTURAS METALICAS HORISTA	Mão de Obra	H	197,3555002		33,00		6.513,62		6.513,62	1,70%	290.966,62	76,07%
00000378	SINAPI		ARMADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	189,199222		28,95		5.477,55		5.477,55	1,43%	296.444,17	77,50%
00000034	SINAPI		ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	Material	KG	599,4		8,75		5.243,92		5.243,92	1,37%	301.688,09	78,88%
00037371	SINAPI		TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	4864,002408		1,07		5.193,74		5.193,74	1,36%	306.881,84	80,23%
00004730	SINAPI		PEDRA DE MAO OU PEDRA RACHAO PARA ARRIMO/FUNDACAO (POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE)	Material	m³	36,344		140,34		5.100,58		5.100,58	1,33%	311.982,42	81,57%
00001213	SINAPI		CARPINTEIRO DE FORMAS PARA CONCRETO (HORISTA)	Mão de Obra	H	160,83486		28,95		4.656,45		4.656,45	1,22%	316.638,87	82,78%
00039427	SINAPI		PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *48 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	Material	M	621,936		6,80		4.226,08		4.226,08	1,10%	320.864,95	83,89%
00036896	SINAPI		JANELA DE CORRER, EM ALUMINIO PERFIL 25, 100 X 120 CM (A X L), 2 FLS MOVEIS, SEM BANDEIRA, ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE DE 6 A 7 CM, COM VIDRO 4 MM, SEM GUARNICAO	Material	UN	14,9994		264,28		3.964,02		3.964,02	1,04%	324.828,97	84,93%
00043491	SINAPI		EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1969,604638		1,80		3.537,08		3.537,08	0,92%	328.366,05	85,85%
00043059	SINAPI		ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO	Material	KG	374,5		8,29		3.103,68		3.103,68	0,81%	331.469,72	86,66%
00001381	SINAPI		ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	Material	KG	2739,75		1,13		3.091,70		3.091,70	0,81%	334.561,43	87,47%
00043489	SINAPI		EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1644,428798		1,71		2.813,44		2.813,44	0,74%	337.374,87	88,21%
00021141	SINAPI		TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-92, (1,48 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 X 60 M DE COMPRIMENTO, ESPACAMENTO DA MALHA = 15 X 15 CM	Material	m²	196,138992		13,31		2.610,81		2.610,81	0,68%	339.985,68	88,89%
00006117	SINAPI		CARPINTEIRO AUXILIAR (HORISTA)	Mão de Obra	H	120,4682482		19,38		2.334,43		2.334,43	0,61%	342.320,11	89,50%

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA - CNPJ 14.108.286/0001-38

00002436	SINAPI		ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	75,01588492	28,95	2.171,84	2.171,84	0,57%	344.491,95	90,07%
00004760	SINAPI		AZULEJISTA OU LADRILHEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	73,3975908	28,95	2.124,99	2.124,99	0,56%	346.616,93	90,62%
00004721	SINAPI		PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 A 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	Material	m³	14,214429	149,31	2.122,34	2.122,34	0,55%	348.739,27	91,18%
00004433	SINAPI		CAIBRO NAO APARELHADO *6 X 8* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	49,5	35,97	1.780,28	1.780,28	0,47%	350.519,55	91,64%
00012873	SINAPI		IMPERMEABILIZADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	55,5032412	30,74	1.705,92	1.705,92	0,45%	352.225,47	92,09%
00012869	SINAPI		TELHADOR / TELHADISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	56,17007272	28,58	1.605,09	1.605,09	0,42%	353.830,56	92,51%
00039430	SINAPI		PENDURAL OU PRESILHA REGULADORA, EM ACO GALVANIZADO, COM CORPO, MOLA E REBITE, PARA PERFIL TIPO CANALETA DE ESTRUTURA EM FORROS DRYWALL	Material	UN	572,488	2,56	1.465,73	1.465,73	0,38%	355.296,28	92,89%
00000135	SINAPI		ARGAMASSA POLIMERICA IMPERMEABILIZANTE SEMIFLEXIVEL, BICOMPONENTE, A BASE DE CIMENTO E ADITIVOS	Material	KG	311,535	4,32	1.345,74	1.345,74	0,35%	356.642,02	93,24%
00006212	SINAPI		TABUA *2,5 X 30* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	62,37	20,96	1.306,99	1.306,99	0,34%	357.949,01	93,59%
00006114	SINAPI		AJUDANTE DE ARMADOR (HORISTA)	Mão de Obra	H	66,99960276	19,38	1.298,32	1.298,32	0,34%	359.247,33	93,92%
00007334	SINAPI		ADITIVO ADESIVO LIQUIDO PARA ARGAMASSAS DE REVESTIMENTOS CIMENTICIOS	Material	L	63	19,39	1.221,58	1.221,58	0,32%	360.468,91	94,24%
00000247	SINAPI		AJUDANTE DE ELETRICISTA (HORISTA)	Mão de Obra	H	62,50856566	19,38	1.211,29	1.211,29	0,32%	361.680,20	94,56%
00001014	SINAPI		CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	Material	M	347,3547319	3,45	1.197,00	1.197,00	0,31%	362.877,20	94,87%
00043465	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1644,428798	0,72	1.177,26	1.177,26	0,31%	364.054,46	95,18%
00043467	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	1969,604638	0,57	1.123,26	1.123,26	0,29%	365.177,72	95,48%
00042407	SINAPI		TRELICA NERVURADA (ESPACADOR), ALTURA = 120,0 MM, DIAMETRO DOS BANZOS INFERIORES E SUPERIOR = 6,0 MM, DIAMETRO DA DIAGONAL = 4,2 MM	Material	M	162,162168	6,49	1.052,71	1.052,71	0,28%	366.230,43	95,75%
00001214	SINAPI		CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS (HORISTA)	Mão de Obra	H	36,45461005	27,58	1.005,44	1.005,44	0,26%	367.235,87	96,01%
00010567	SINAPI		TABUA *2,5 X 23* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	66	14,28	942,59	942,59	0,25%	368.178,46	96,26%
00004417	SINAPI		SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA/MASSARANDUBA, ANGELIM, PEROBA-ROSA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	89,34	10,01	894,34	894,34	0,23%	369.072,80	96,49%
00043132	SINAPI		ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	Material	KG	25,29440684	29,73	751,96	751,96	0,20%	369.824,76	96,69%
00043490	SINAPI		EPI - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	312,75	2,18	683,08	683,08	0,18%	370.507,85	96,87%
00043466	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	312,75	2,15	671,70	671,70	0,18%	371.179,55	97,04%
00037373	SINAPI		SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES)	Encargos Complementares	H	4864,002408	0,13	649,22	649,22	0,17%	371.828,76	97,21%
00039244	SINAPI		ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, REFORCADO, COR LARANJA, DE 25 MM, PARA LAJES E PISOS	Material	M	130,8617874	4,85	635,15	635,15	0,17%	372.463,91	97,38%
00043483	SINAPI		EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	369,1696314	1,69	622,65	622,65	0,16%	373.086,57	97,54%
00040552	SINAPI		PARAFUSO, AUTOATARRAXANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, EM ACO ZINCADO, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	Material	CENTO	9,408	63,81	600,35	600,35	0,16%	373.686,92	97,70%
00043131	SINAPI		ARAME GALVANIZADO 8 BWG, D = 5,16 MM (0,157 KG/M), OU 8 BWG, D = 4,19 MM (0,101 KG/M), OU 10 BWG, D = 3,40 MM (0,0713 KG/M)	Material	KG	17,248	34,53	595,63	595,63	0,16%	374.282,55	97,86%
00001013	SINAPI		CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 1,5 MM2	Material	M	239,7339857	2,17	520,70	520,70	0,14%	374.803,25	97,99%
00000397	SINAPI		AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	Material	m³	2,848729419	170,86	486,73	486,73	0,13%	375.289,98	98,12%
00034357	SINAPI		REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	Material	KG	72,3	6,63	479,00	479,00	0,13%	375.768,98	98,24%
00002696	SINAPI		ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)	Mão de Obra	H	16,20466678	28,95	469,15	469,15	0,12%	376.238,13	98,37%
00004491	SINAPI		PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	36,45	12,63	460,42	460,42	0,12%	376.698,55	98,49%
00043488	SINAPI		EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	415,9343855	1,08	449,18	449,18	0,12%	377.147,73	98,60%
00034557	SINAPI		TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X 7,5* CM	Material	M	168	2,52	424,01	424,01	0,11%	377.571,74	98,72%
00039961	SINAPI		SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	Material	UN	12,0214278	29,87	359,13	359,13	0,09%	377.930,86	98,81%
00038124	SINAPI		ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	Material	UN	9,264	34,56	320,14	320,14	0,08%	378.251,00	98,89%
00004230	SINAPI		OPERADOR DE MAQUINAS E TRATORES DIVERSOS - TERRAPLANAGEM (HORISTA)	Mão de Obra	H	7,2527418	39,23	284,52	284,52	0,07%	378.535,52	98,97%
00005068	SINAPI		PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	Material	KG	13,32	20,11	267,81	267,81	0,07%	378.803,34	99,04%
00000242	SINAPI		AJUDANTE ESPECIALIZADO (HORISTA)	Mão de Obra	H	12,39945732	20,41	253,07	253,07	0,07%	379.056,40	99,10%

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA - CNPJ 14.108.286/0001-38

00004517	SINAPI		SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	Material	M	49,896	4,42	220,38	220,38	0,06%	379.276,78	99,16%
00043484	SINAPI		EPI - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	132,5766886	1,61	213,96	213,96	0,06%	379.490,74	99,22%
00040547	SINAPI		PARAFUSO ZINCADO, AUTO BROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	Material	CENTO	5,712	37,23	212,64	212,64	0,06%	379.703,38	99,27%
00006111/SI	ORSE		Servente de obras (horista)	Mão de Obra	h	11	18,92	208,09	208,09	0,05%	379.911,46	99,33%
00039917	SINAPI		ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENTRADA LATERAL, EM PLASTICO, PARA VERGALHAO *4,2 A 12,5* MM, COBRIMENTO 20 MM	Material	UN	659,25	0,27	175,99	175,99	0,05%	380.087,45	99,37%
00038101	SINAPI		TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	Material	UN	24	7,01	168,32	168,32	0,04%	380.255,77	99,42%
00005318	SINAPI		DILUENTE AGUARRAS	Material	L	6,66666	22,90	152,65	152,65	0,04%	380.408,42	99,46%
00002696/SI	ORSE		Encanador ou bombeiro hidraulico (horista)	Mão de Obra	h	5,94	25,57	151,86	151,86	0,04%	380.560,28	99,50%
00037395	SINAPI		PINO DE ACO COM FURO, HASTE = 27 MM (ACAO DIRETA)	Material	CENTO	2	72,69	145,39	145,39	0,04%	380.705,67	99,53%
00009868/SI	ORSE		Tubo pvc, soldavel, de 25 mm, agua fria (nbr-5648)	Material	m	28	5,06	141,68	141,68	0,04%	380.847,35	99,57%
00002705	SINAPI		ENERGIA ELETRICA ATE 2000 KWH INDUSTRIAL, SEM DEMANDA	Franquia	KWH	94,9956756	1,41	133,71	133,71	0,03%	380.981,06	99,61%
00009835/SI	ORSE		Tubo pvc serie normal, dn 40 mm, para esgoto predial (nbr 5688)	Material	m	16	7,95	127,16	127,16	0,03%	381.108,22	99,64%
00043460	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA ELETRICISTA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	132,5766886	0,95	125,48	125,48	0,03%	381.233,70	99,67%
00010535	SINAPI		BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 400 L, CAPACIDADE DE MISTURA 280 L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380 V, POTENCIA 2 CV, SEM CARREGADOR	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,017371694	6.610,65	114,84	114,84	0,03%	381.348,54	99,70%
00001872	SINAPI		CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	Material	UN	42	2,65	111,10	111,10	0,03%	381.459,64	99,73%
00038112	SINAPI		INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO)	Material	UN	18	6,15	110,73	110,73	0,03%	381.570,37	99,76%
00038094	SINAPI		ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	Material	UN	42	2,61	109,57	109,57	0,03%	381.679,94	99,79%
00043459	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	369,1696314	0,29	107,51	107,51	0,03%	381.787,45	99,82%
00036397	SINAPI		BETONEIRA, CAPACIDADE NOMINAL 600 L, CAPACIDADE DE MISTURA 360 L, MOTOR ELETRICO TRIFASICO 220/380V, POTENCIA 4CV, SEM CARREGADOR	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,003426983	26.890,78	92,15	92,15	0,02%	381.879,60	99,84%
00001871	SINAPI		CAIXA OCTOGONAL DE FUNDO MOVEL, EM PVC, DE 3" X 3", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	Material	UN	18	4,74	85,40	85,40	0,02%	381.965,00	99,88%
00004750/SI	ORSE		Pedreiro (horista)	Mão de Obra	h	3	24,81	74,44	74,44	0,02%	382.039,45	99,88%
00000246	SINAPI		AUXILIAR DE ENCANADOR OU BOMBEIRO HIDRAULICO (HORISTA)	Mão de Obra	H	3,684896831	19,38	71,41	71,41	0,02%	382.110,85	99,90%
2036	ORSE		Solucao limpadora pvc	Material	l	0,78	84,62	66,01	66,01	0,02%	382.176,86	99,92%
00038099	SINAPI		SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	Material	UN	42	1,35	56,57	56,57	0,01%	382.233,43	99,93%
00004377	SINAPI		PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO * 32 * MM	Material	UN	165,6	0,25	42,20	42,20	0,01%	382.275,62	99,95%
00040304	SINAPI		PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	Material	KG	1,566	24,81	38,86	38,86	0,01%	382.314,48	99,96%
158	ORSE		Almoço (Participação do empregador)	Material	un	2,029892	16,99	34,48	34,48	0,01%	382.348,97	99,96%
00003516/SI	ORSE		Joelho pvc, soldavel, bb, 45 graus, dn 40 mm, para esgoto predial	Material	un	12	2,85	34,22	34,22	0,01%	382.383,18	99,97%
00039026	SINAPI		PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	Material	KG	1,44	22,61	32,55	32,55	0,01%	382.415,74	99,98%
00021127	SINAPI		FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	Material	UN	4,4383416	7,28	32,31	32,31	0,01%	382.448,05	99,99%
00003517/SI	ORSE		Joelho pvc, soldavel, bb, 90 graus, sem anel, dn 40 mm, para esgoto predial secundario	Material	un	12	2,57	30,87	30,87	0,01%	382.478,92	100,00%
00013261	SINAPI		FLANELA *30 X 40* CM	Material	UN	9,42984	3,12	29,41	29,41	0,01%	382.508,32	100,01%
00043485	SINAPI		EPI - FAMILIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	19,5382656	1,44	28,21	28,21	0,01%	382.536,54	100,01%
1703	ORSE		Pasta lubrificante p/ pvc jo	Material	kg	0,36	77,05	27,74	27,74	0,01%	382.564,27	100,02%
10492	ORSE		Cesta Básica	Material	un	0,08973	248,75	22,32	22,32	0,01%	382.586,59	100,03%
00000013/SI	ORSE		Estopa	Material	kg	1	21,77	21,77	21,77	0,01%	382.608,36	100,03%
00013896	SINAPI		VIBRADOR DE IMERSAO, DIAMETRO DA PONTEIRA DE *45* MM, COM MOTOR ELETRICO TRIFASICO DE 2 HP (2 CV)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,0041745	4.697,53	19,61	19,61	0,01%	382.627,97	100,04%
138	ORSE		Adesivo pvc em frasco de 850 gramas	Material	kg	0,194	87,86	17,05	17,05	0,00%	382.645,02	100,04%
00005074	SINAPI		PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 18 (1 1/2 X 13)	Material	KG	0,594	22,52	13,38	13,38	0,00%	382.658,39	100,05%
10761	ORSE		Refeição - café da manhã (café com leite e dois pães com manteiga)	Serviços	un	2,029892	6,07	12,32	12,32	0,00%	382.670,71	100,05%
00043464	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	415,9343855	0,02	10,09	10,09	0,00%	382.680,80	100,05%

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA - CNPJ 14.108.286/0001-38

00043461	SINAPI		FERRAMENTAS - FAMILIA ENCANADOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA)	Encargos Complementares	H	19,5382656		0,50		9,72		9,72	0,00%	382.690,52	100,05%
2378	ORSE		Vale transporte	Material	un	1,619776		5,46		8,84		8,84	0,00%	382.699,37	100,06%
00002692	SINAPI		DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	Material	L	0,9018		9,05		8,16		8,16	0,00%	382.707,53	100,06%
941	ORSE		Fardamento com mangas curta	Material	un	0,02991		240,82		7,20		7,20	0,00%	382.714,73	100,06%
00003767/S/	ORSE		Lixa em folha para parede ou madeira, numero 120, cor vermelha	Material	un	4,8		1,18		5,65		5,65	0,00%	382.720,38	100,06%
10517	ORSE		Exames admissionais/demissionais (checkup)	Serviços	cj	0,007976		364,02		2,90		2,90	0,00%	382.723,29	100,06%
00012893/S/	ORSE		Bota de seguranca com biqueira de aco e colarinho acolchoado	Material	par	0,015952		93,03		1,48		1,48	0,00%	382.724,77	100,06%
00004253	SINAPI		OPERADOR DE GUINCHO OU GUINCHEIRO (HORISTA)	Mão de Obra	H	0,0403824 13		35,09		1,42		1,42	0,00%	382.726,19	100,06%
10362	ORSE		Seguro de vida e acidente em grupo	Serviços	un	0,08973		15,22		1,37		1,37	0,00%	382.727,55	100,06%
00014618	SINAPI		SERRA CIRCULAR DE BANCADA COM MOTOR ELETRICO, POTENCIA DE "1600" W, PARA DISCO DE DIAMETRO DE 10" (250 MM)	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	0,000694056		1.634,18		1,13		1,13	0,00%	382.728,69	100,06%
10599	ORSE		Protetor solar fps 30 com 120ml	Material	un	0,035892		21,84		0,78		0,78	0,00%	382.729,47	100,06%
00012892/S/	ORSE		Luva raspa de couro, cano curto (punho "7" cm)	Material	par	0,045862		13,69		0,63		0,63	0,00%	382.730,10	100,06%
10596	ORSE		Protetor auricular	Material	un	0,08973		5,99		0,54		0,54	0,00%	382.730,64	100,06%
00002711/S/	ORSE		Carrinho de mao, em aco, com capacidade de "45 a 65" l / "100" kg, pneu com camara	Material	un	0,0022		212,89		0,47		0,47	0,00%	382.731,11	100,06%
11256	ORSE		Tarracha para tubos PVC de 1 1/2"	Material	un	0,002376		112,48		0,27		0,27	0,00%	382.731,37	100,06%
11253	ORSE		Tarracha para tubos PVC de 1/2"	Material	un	0,006534		35,19		0,23		0,23	0,00%	382.731,60	100,06%
11255	ORSE		Tarracha para tubos PVC de 1"	Material	un	0,003564		59,46		0,21		0,21	0,00%	382.731,82	100,06%
00012895/S/	ORSE		Capacete de seguranca aba frontal com suspensao de polietileno, sem jugular (classe b)	Material	un	0,011964		16,99		0,20		0,20	0,00%	382.732,02	100,06%
11254	ORSE		Tarracha para tubos PVC de 3/4"	Material	un	0,004158		33,36		0,14		0,14	0,00%	382.732,16	100,06%
11247	ORSE		Serra mármore	Material	un	0,0003		388,17		0,12		0,12	0,00%	382.732,27	100,06%
1651	ORSE		Óculos branco proteção	Material	pr	0,015952		7,28		0,12		0,12	0,00%	382.732,39	100,06%
00012894/S/	ORSE		Capa para chuva em pvc com forro de poliester, com capuz (amarela ou azul)	Material	un	0,003988		25,30		0,10		0,10	0,00%	382.732,49	100,06%
10788	ORSE		Pá quadrada	Material	un	0,0022		44,77		0,10		0,10	0,00%	382.732,59	100,06%
11257	ORSE		Tarracha para tubos PVC de 1 1/4"	Material	un	0,002376		39,19		0,09		0,09	0,00%	382.732,68	100,06%
4728	ORSE		Talhadeira chata 10"	Material	un	0,0033		22,54		0,07		0,07	0,00%	382.732,76	100,06%
4729	ORSE		Marreta 1 kg com cabo	Material	un	0,0011		47,93		0,05		0,05	0,00%	382.732,81	100,06%
10282	ORSE		Regua de alumínio c/ 2,00m (para pedreiro)	Material	un	0,0006		53,39		0,03		0,03	0,00%	382.732,84	100,06%
11245	ORSE		Desempoladeira de madeira 12x22	Material	un	0,0021		14,08		0,03		0,03	0,00%	382.732,87	100,06%
00036487	SINAPI		GUINCHO ELETRICO DE COLUNA, CAPACIDADE 400 KG, COM MOTO FREIO, MOTOR TRIFASICO DE 1,25 CV	Equipamento para Aquisição Permanente	UN	3,86744E-06		7.142,06		0,03		0,03	0,00%	382.732,90	100,06%
10592	ORSE		Lima chata 12"	Material	un	0,000594		46,25		0,03		0,03	0,00%	382.732,93	100,06%
4722	ORSE		Colher de pedreiro	Material	un	0,0012		22,81		0,03		0,03	0,00%	382.732,95	100,06%
11265	ORSE		Martelo de borracha com cabo	Material	un	0,0012		22,75		0,03		0,03	0,00%	382.732,98	100,06%
11246	ORSE		Escala métrica de bambú	Material	Un	0,0021		12,40		0,03		0,03	0,00%	382.733,01	100,06%
4174	ORSE		Desempenadeira de aço lisa, cabo madeira, ref:143, Atlas ou similar	Material	un	0,0015		15,65		0,02		0,02	0,00%	382.733,03	100,06%
10593	ORSE		Prumo simples 30cm	Material	un	0,000594		23,75		0,01		0,01	0,00%	382.733,04	100,06%
10789	ORSE		Nível de bolha de madeira	Material	un	0,0006		18,69		0,01		0,01	0,00%	382.733,06	100,06%
11243	ORSE		Martelo sem unha	Material	un	0,0003		33,98		0,01		0,01	0,00%	382.733,07	100,06%
11264	ORSE		Marreta de 1/2 kg com cabo	Material	un	0,0006		16,41		0,01		0,01	0,00%	382.733,08	100,06%
10790	ORSE		Prumo de face	Material	un	0,0003		31,49		0,01		0,01	0,00%	382.733,09	100,06%

Equipamento para Aquisição Permanente	R$ 227,76
Mão de Obra	R$ 123.478,77
Material	R$ 203.156,82
Serviços	R$ 16,58
Encargos Complementares	R$ 55.719,43
Franquia	R$ 133,71
Total sem BDI	**315.250,20**

Total do BDI		**67.234,68**
Total Geral		**382.484,88**

Mibson Emanuel de Caires Santos
Engenheiro Civil

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA - CNPJ 14.108.286/0001-38

Obra
Planilha Orcamentaria construção em alverarias e reformas

Bancos
SINAPI - 07/2026 - Bahia
ORSE - 07/2026 - Sergipe

B.D.I.
21,34%

Encargos Sociais
Desonerado:
Horista: Sinapi - 101,70%
Mensalista: Sinapi - 60,13%

Curva ABC de Serviços

Código	Banco	Descrição	Tipo	Und	Quant.	Valor Unit	Total	Peso (%)	Peso Acumulado (%)
103328	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	Alvenaria de Vedação	m²	400,0	135,93	54.372,00	14,22	14,22
87529	SINAPI	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	Massa Única Interna	m²	600,0	57,93	34.758,00	9,09	23,30
103800	SINAPI	PEDRA ARGAMASSADA COM CIMENTO E AREIA 1:3, 40% DE ARGAMASSA EM VOLUME - AREIA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_08/2022	Dissipadores de Energia	m³	40,0	806,75	32.270,00	8,44	31,74
90790	SINAPI	KIT DE PORTA-PRONTA DE MADEIRA EM ACABAMENTO MELAMÍNICO BRANCO, FOLHA LEVE OU MÉDIA, 80X210CM, EXCLUSIVE FECHADURA, FIXAÇÃO COM PREENCHIMENTO PARCIAL DE ESPUMA EXPANSIVA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_10/2025	Esquadrias - Portas	UN	24,0	1.124,42	26.986,08	7,06	38,80
88489	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	Pintura Interna	m²	1.500,0	17,30	25.950,00	6,78	45,58
96111	SINAPI	FORRO EM RÉGUAS DE PVC, FRISADO, PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA UNIDIRECIONAL DE FIXAÇÃO. AF_08/2023_PS	Forros	m²	280,0	85,99	24.077,20	6,29	51,87
94201	SINAPI	TELHAMENTO COM TELHA CERÂMICA CAPA-CANAL, TIPO COLONIAL, COM ATÉ 2 ÁGUAS, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_06/2026	Telhamento para Cobertura	m²	330,0	64,32	21.225,60	5,55	57,42
87630	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS SECAS SOBRE LAJE, ADERIDO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	Contrapiso	m²	300,0	63,64	19.092,00	4,99	62,42
87248	SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA DE DIMENSÕES 35X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MAIOR QUE 10 M2. AF_02/2023_PE	Revestimentos Cerâmicos Internos	m²	300,0	59,18	17.754,00	4,64	67,06
96555	SINAPI	CONCRETAGEM DE BLOCO DE COROAMENTO OU VIGA BALDRAME, FCK 30 MPA, COM USO DE JERICA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_01/2024	Fundações Rasas (Blocos, Sapatas, Vigas Baldrame)	m³	15,0	1.128,46	16.926,90	4,43	71,48
97096	SINAPI	CONCRETAGEM DE RADIER, PISO OU LAJE SOBRE SOLO, FCK 30 MPA - LANÇAMENTO, ADENSAMENTO E ACABAMENTO. AF_07/2026	Radier, Piso de Concreto e Laje sobre Solo	m³	12,0	1.009,51	12.114,12	3,17	74,65
99059	SINAPI	LOCAÇÃO CONVENCIONAL DE OBRA, UTILIZANDO GABARITO DE TÁBUAS CORRIDAS PONTALETADAS A CADA 2,00M - 2 UTILIZAÇÕES. AF_03/2024	Locação de Obras	M	120,0	89,29	10.714,80	2,80	77,45

PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA - CNPJ 14.108.286/0001-38

97622	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO, DE FORMA MANUAL, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	Demolições e Remoções	m³	120,0	80,89	9.706,80	2,54	79,99
96546	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	Fundações Rasas (Blocos, Sapatas, Vigas Baldrame)	KG	540,0	17,03	9.196,20	2,40	82,39
96543	SINAPI	ARMAÇÃO DE BLOCO UTILIZANDO AÇO CA-60 DE 5 MM - MONTAGEM. AF_01/2024	Fundações Rasas (Blocos, Sapatas, Vigas Baldrame)	KG	350,0	25,83	9.040,50	2,36	84,76
93358	SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	Escavação de Valas	m³	66,0	119,55	7.890,30	2,06	86,82
88488	SINAPI	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM TETO, DUAS DEMÃOS. AF_04/2023	Pintura Interna	m²	300,0	20,67	6.201,00	1,62	88,44
96534	SINAPI	FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FÔRMA PARA BLOCO DE COROAMENTO, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM, 4 UTILIZAÇÕES. AF_01/2024	Fundações Rasas (Blocos, Sapatas, Vigas Baldrame)	m²	54,0	112,51	6.075,54	1,59	90,03
87879	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L. AF_10/2022	Chapisco	m²	810,0	6,92	5.605,20	1,47	91,50
96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	Lastro	m²	90,0	60,60	5.454,00	1,43	92,92
104475	SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO GERAL 2P+T (10A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO. AF_11/2022	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	24,0	199,93	4.798,32	1,25	94,18
94570	SINAPI	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, SEM GUARNIÇÃO/ ALIZAR, DIMENSÕES 100X120 CM, VEDAÇÃO COM SILICONE, EXCLUSIVE CONTRAMARCO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2024	Esquadrias - Janelas	m²	18,0	260,08	4.681,44	1,22	95,40
97088	SINAPI	ARMAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE RADIER, PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM USO DE TELA Q-92. AF_07/2026	Radier, Piso de Concreto e Laje sobre Solo	KG	240,0	18,05	4.332,00	1,13	96,53
104473	SINAPI	COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO, COM INTERRUPTOR SIMPLES, EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO E CHUMBAMENTO (SEM LUMINÁRIA E LÂMPADA). AF_11/2022	INEL - INSTALAÇÃO ELÉTRICA/ELETRIFICAÇÃO E ILUMINAÇÃO EXTERNA	UN	18,0	232,51	4.185,18	1,09	97,63
98555	SINAPI	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA / MEMBRANA ACRÍLICA, 3 DEMÃOS. AF_09/2023	Impermeabilização, Proteção Mecânica e Tratamento de Junta	m²	90,0	45,21	4.068,90	1,06	98,69
106122	SINAPI	REMOÇÃO DE ENTULHO CLASSE A (ALVENARIA, CONCRETO, ARGAMASSAS E CERÂMICOS) POR DUTO DE ENTULHO E ACONDICIONAMENTO FINAL EM CAÇAMBA ESTACIONÁRIA. EXCLUSO FRETE. AF_09/2025	Remoção de Entulho e Descarte	m³	24,0	103,28	2.478,72	0,65	99,34
99803	SINAPI	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM PANO ÚMIDO. AF_10/2025_PS	Limpeza de Obra	m²	300,0	5,10	1.530,00	0,40	99,74
1200	ORSE	Ponto de água fria embutido, c/material pvc rígido soldável Ø 25mm	Tubos e Conexões de PVC Rígido Soldável	un	4,0	151,33	605,32	0,16	99,90

1679	ORSE	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 40 mm (lavatórios, mictórios, ralos sifonados, etc...)	Tubos e Conexões de PVC Rígido Soldável para Esgoto	un	4,0	98,69	394,76	0,10	100,00

Total sem BDI	**315.250,20**
Total do BDI	**67.234,68**
Total Geral	**382.484,88**

Mibson Emanuel de Caires Santos
Engenheiro Civil

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

VENCEDORES DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026
Processo Administrativo Nº 252/2026
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: EDEN RODRIGUES BALEEIRO
Data de Publicação: 21/07/2026 16:05:39

			TOTAL DO PROCESSO:	**82.300,00**
T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA		**10.405.329/0001-96**		**36.800,00**
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 707	Lance: 13.100,00	**Total: 13.100,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: ITEM 01				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 0,00	**Valor Unit.: 13.100,00**		Total Item: 13.100,00
LOTE 2	Quant.: 1	Num: 058	Lance: 13.100,00	**Total: 13.100,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: ITEM 02				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 0,00	**Valor Unit.: 13.100,00**		Total Item: 13.100,00
LOTE 3	Quant.: 1	Num: 835	Lance: 10.600,00	**Total: 10.600,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: ITEM 03				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 0,00	**Valor Unit.: 10.600,00**		Total Item: 10.600,00
SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA		**03.551.831/0001-40**		**45.500,00**
LOTE 4	Quant.: 1	Num: 318	Lance: 45.500,00	**Total: 45.500,00**
Item: 1	Unidade: UN	Marca: Serviço	Modelo:	
Descrição: ITEM 04				
Quantidade: 1	Val. Ref.: 0,00	**Valor Unit.: 45.500,00**		Total Item: 45.500,00

PREGOEIRO: EDEN RODRIGUES BALEEIRO

Gerado em: 10/08/2026 17:20:22

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

ATA DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026
Processo Administrativo Nº 252/2026
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: EDEN RODRIGUES BALEEIRO
Data de Publicação: 21/07/2026 16:05:39

MOVIMENTOS DO PROCESSO

22/07/2026 10:54:19 **CADASTRO DE PROPOSTA** SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

28/07/2026 23:29:03 **REQUERIMENTO DE IMPUGNAÇÃO** G DE SOUZA BRANDÃO (00.820.386/0001-88)
Senhores(as), vimos neste ato, de forma tempestiva, requerer a impugnação do referido processo licitatório, conforme motivos registrados na peça impugnatória, a qual se encontra anexada.

29/07/2026 14:20:12 **CADASTRO DE PROPOSTA** SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA

29/07/2026 14:26:38 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA

30/07/2026 17:07:28 **CADASTRO DE PROPOSTA** T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA

31/07/2026 16:31:59 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA

02/08/2026 21:56:29 **CADASTRO DE PROPOSTA** ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

03/08/2026 09:11:15 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Informamos aos interessados que a sessão pública anteriormente marcada para 03/08/2026, às 10h, fica adiada, em razão da necessidade de conclusão da análise e do julgamento de pedido de impugnação apresentado ao edital.

03/08/2026 09:11:52 **MENSAGEM** PREGOEIRO
A nova data e o novo horário da sessão serão divulgados nesta plataforma e nos mesmos meios utilizados para publicação do instrumento convocatório, após a decisão sobre a impugnação.
Os licitantes deverão acompanhar as atualizações e demais comunicações referentes ao certame.

03/08/2026 15:59:03 **RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO** PREGOEIRO
indeferido

04/08/2026 13:51:05 **ALTERAÇÃO DE PROPOSTA** SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

04/08/2026 14:51:27 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Senhor licitante, fica convocado para negociação do valor ofertado. Solicita-se o envio de sua melhor proposta no chat da plataforma.

04/08/2026 14:55:55 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Diante da ausência de manifestação do licitante quanto à negociação proposta, será dado regular prosseguimento ao certame com base no último valor ofertado.

04/08/2026 14:56:13 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 04/08/2026 16:55

04/08/2026 14:57:11 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Senhor licitante, fica convocado para apresentar a documentação de habilitação e proposta realinhada exigida no edital, no prazo estabelecido pela plataforma.

06/08/2026 15:12:48 **MENSAGEM** PREGOEIRO
prezados, a sessão será reaberta amanha dia 07/08 as 08:00

07/08/2026 08:26:24 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Bom dia, sessão reaberta.

07/08/2026 11:59:12 **MENSAGEM** PREGOEIRO
Após análise da documentação de habilitação apresentada, a empresa ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA fica INABILITADA por descumprimento das exigências do Edital, tendo em vista a ausência do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis exigidos no item 13.5.3.2, bem como da declaração relativa à estrutura de pessoal para atendimento técnico prevista no item 13.5.2, alínea “c”. Assim, diante do não atendimento às condições de habilitação estabelecidas no instrumento.

07/08/2026 11:59:20 **MENSAGEM** PREGOEIRO
ica declarada a inabilitação da licitante, prosseguindo-se com a convocação da empresa subsequente, observada a ordem de classificação.

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

07/08/2026 11:59:49 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 07/08/2026 13:59

07/08/2026 11:59:49 **MENSAGEM** PREGOEIRO
O participante T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA foi convocado a apresentar seus documentos de habilitação até 07/08/2026 13:59

LOTE 1 - ADJUDICADO
ITEM 01

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 01
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 13.100,00 **Valor Total:** 13.100,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	707	10.405.329/0001-96	50.400,00	13.100,00		Sim
2	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	349	03.551.831/0001-40	49.200,00	49.200,00	275,57	Não

DESCLASSIFICADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
	ROBERTO FERNANDES	523	40.170.328/0001-70	50.000,00	5.000,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

21/07/2026 16:05:38	**PUBLICADO**		
21/07/2026 16:15:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
03/08/2026 09:59:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
03/08/2026 11:44:58	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
04/08/2026 13:59:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
04/08/2026 14:09:48	**DISPUTA**		
04/08/2026 14:09:48	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**50.000,00**
04/08/2026 14:09:48	**LANCE**	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**49.200,00**
04/08/2026 14:09:48	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**50.400,00**
04/08/2026 14:10:26	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**24.000,00**
04/08/2026 14:12:06	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**23.990,00**
04/08/2026 14:12:31	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**23.800,00**
04/08/2026 14:13:13	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**23.790,00**
04/08/2026 14:13:30	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**23.400,00**
04/08/2026 14:16:31	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**23.300,00**
04/08/2026 14:16:50	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**23.000,00**
04/08/2026 14:17:06	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**20.000,00**
04/08/2026 14:17:19	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**19.800,00**
04/08/2026 14:18:07	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**19.700,00**
04/08/2026 14:18:08	**PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA**		
04/08/2026 14:18:31	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**19.000,00**

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:18:49	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**18.999,00**
04/08/2026 14:19:00	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**18.600,00**
04/08/2026 14:19:51	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**18.000,00**
04/08/2026 14:20:08	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**17.900,00**
04/08/2026 14:20:42	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**17.800,00**
04/08/2026 14:20:51	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**17.600,00**
04/08/2026 14:21:34	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**17.480,00**
04/08/2026 14:21:34	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**17.500,00**
04/08/2026 14:22:08	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**17.400,00**
04/08/2026 14:22:18	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**17.300,00**
04/08/2026 14:22:51	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**17.000,00**
04/08/2026 14:23:00	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**16.900,00**
04/08/2026 14:23:41	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**16.800,00**
04/08/2026 14:23:54	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**16.500,00**
04/08/2026 14:24:26	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**16.000,00**
04/08/2026 14:25:04	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**15.800,00**
04/08/2026 14:25:25	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.799,00**
04/08/2026 14:25:35	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**15.600,00**
04/08/2026 14:26:16	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.599,00**
04/08/2026 14:26:29	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**15.500,00**
04/08/2026 14:26:54	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.499,00**
04/08/2026 14:27:11	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**15.400,00**
04/08/2026 14:29:02	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.399,00**
04/08/2026 14:29:16	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**15.300,00**
04/08/2026 14:29:52	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.299,00**
04/08/2026 14:30:08	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**15.250,00**
04/08/2026 14:32:02	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.000,00**
04/08/2026 14:32:21	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.980,00**
04/08/2026 14:33:11	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.970,00**
04/08/2026 14:33:39	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.900,00**
04/08/2026 14:33:55	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.899,00**
04/08/2026 14:34:11	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.850,00**
04/08/2026 14:34:42	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.849,00**
04/08/2026 14:34:55	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.800,00**
04/08/2026 14:35:29	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.799,00**
04/08/2026 14:35:45	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.700,00**
04/08/2026 14:36:42	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.699,00**
04/08/2026 14:36:55	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.600,00**
04/08/2026 14:37:33	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.599,00**
04/08/2026 14:37:46	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.400,00**
04/08/2026 14:38:14	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.399,00**
04/08/2026 14:38:28	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.300,00**
04/08/2026 14:39:06	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.299,00**
04/08/2026 14:39:31	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.200,00**

Gerado em: 10/08/2026 17:20:22

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:39:59	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.199,00**
04/08/2026 14:40:11	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**14.000,00**
04/08/2026 14:41:05	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.999,00**
04/08/2026 14:41:17	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**13.800,00**
04/08/2026 14:41:44	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.799,00**
04/08/2026 14:42:00	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**13.700,00**
04/08/2026 14:42:16	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.699,00**
04/08/2026 14:42:34	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**13.400,00**
04/08/2026 14:43:03	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.399,00**
04/08/2026 14:43:13	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**13.300,00**
04/08/2026 14:43:36	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.299,00**
04/08/2026 14:43:43	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**13.200,00**
04/08/2026 14:45:27	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.199,00**
04/08/2026 14:45:37	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 707)	**13.100,00**
04/08/2026 14:46:01	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**5.000,00**

04/08/2026 14:48:01 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

04/08/2026 14:48:01 **JULGAMENTO**

04/08/2026 14:56:00 **HABILITAÇÃO**

07/08/2026 11:59:36 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta é T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA

07/08/2026 11:59:37 **INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE** PREGOEIRO
ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA inabilitado. Motivo: Após análise da documentação de habilitação apresentada, a empresa ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA fica INABILITADA por descumprimento das exigências do Edital, tendo em vista a ausência do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis exigidos no item 13.5.3.2, bem como da declaração relativa à estrutura de pessoal para atendimento técnico prevista no item 13.5.2, alínea “c”. Assim, diante do não atendimento às condições de habilitação estabelecidas no instrumento convocatório, fica declarada a inabilitação da licitante, prosseguindo-se com a convocação da empresa subsequente, observada a ordem de classificação.

07/08/2026 15:03:16 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

07/08/2026 15:33:17 **EM ADJUDICAÇÃO**

10/08/2026 17:20:21 **ADJUDICADO**

LOTE 2 - ADJUDICADO
ITEM 02

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 02
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 13.100,00 **Valor Total:** 13.100,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	058	10.405.329/0001-96	36.000,00	13.100,00		Sim
2	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	356	03.551.831/0001-40	36.000,00	36.000,00	174,81	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ROBERTO FERNANDES	237	40.170.328/0001-70	50.000,00	5.000,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

21/07/2026 16:05:38	**PUBLICADO**		
21/07/2026 16:15:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
03/08/2026 09:59:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
03/08/2026 11:44:58	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
04/08/2026 13:59:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
04/08/2026 14:09:49	**DISPUTA**		
04/08/2026 14:09:49	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**50.000,00**
04/08/2026 14:09:49	**LANCE**	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**36.000,00**
04/08/2026 14:09:49	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**36.000,00**
04/08/2026 14:10:44	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**24.000,00**
04/08/2026 14:12:17	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**23.990,00**
04/08/2026 14:12:47	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**23.800,00**
04/08/2026 14:17:08	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**20.000,00**
04/08/2026 14:17:27	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**19.800,00**
04/08/2026 14:18:06	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**19.700,00**
04/08/2026 14:18:06	**PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA**		
04/08/2026 14:18:18	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**19.000,00**
04/08/2026 14:18:51	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**18.999,00**
04/08/2026 14:19:09	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**18.600,00**
04/08/2026 14:19:53	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**18.000,00**
04/08/2026 14:20:20	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**17.900,00**
04/08/2026 14:20:43	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**17.800,00**
04/08/2026 14:21:00	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**17.600,00**
04/08/2026 14:21:38	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**17.500,00**
04/08/2026 14:21:44	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**17.480,00**
04/08/2026 14:22:09	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**17.400,00**
04/08/2026 14:22:29	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**17.200,00**
04/08/2026 14:22:51	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**17.000,00**
04/08/2026 14:23:11	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**16.900,00**
04/08/2026 14:23:42	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**16.800,00**
04/08/2026 14:24:04	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**16.500,00**
04/08/2026 14:24:23	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**16.000,00**
04/08/2026 14:24:46	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**15.800,00**
04/08/2026 14:25:25	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.799,00**
04/08/2026 14:25:44	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**15.600,00**
04/08/2026 14:26:17	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.599,00**
04/08/2026 14:26:37	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**15.500,00**
04/08/2026 14:26:55	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.499,00**
04/08/2026 14:27:22	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**15.400,00**
04/08/2026 14:29:04	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.399,00**

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:29:25	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**15.300,00**
04/08/2026 14:29:53	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.299,00**
04/08/2026 14:30:17	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**15.250,00**
04/08/2026 14:32:05	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**15.000,00**
04/08/2026 14:32:43	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.980,00**
04/08/2026 14:33:13	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.970,00**
04/08/2026 14:33:48	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.900,00**
04/08/2026 14:33:57	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.899,00**
04/08/2026 14:34:22	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.850,00**
04/08/2026 14:34:44	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.849,00**
04/08/2026 14:35:03	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.800,00**
04/08/2026 14:35:31	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.799,00**
04/08/2026 14:35:51	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.700,00**
04/08/2026 14:36:43	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.699,00**
04/08/2026 14:37:05	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.600,00**
04/08/2026 14:37:34	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.599,00**
04/08/2026 14:37:57	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.400,00**
04/08/2026 14:38:14	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.399,00**
04/08/2026 14:38:37	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.300,00**
04/08/2026 14:39:07	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.299,00**
04/08/2026 14:39:43	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.200,00**
04/08/2026 14:40:00	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.199,00**
04/08/2026 14:40:22	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**14.000,00**
04/08/2026 14:41:07	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.999,00**
04/08/2026 14:41:26	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**13.800,00**
04/08/2026 14:41:46	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.799,00**
04/08/2026 14:42:07	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**13.700,00**
04/08/2026 14:42:17	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.699,00**
04/08/2026 14:42:42	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**13.400,00**
04/08/2026 14:43:04	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.399,00**
04/08/2026 14:43:21	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**13.300,00**
04/08/2026 14:43:32	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.299,00**
04/08/2026 14:43:53	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**13.200,00**
04/08/2026 14:45:28	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**13.199,00**
04/08/2026 14:45:46	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 058)	**13.100,00**
04/08/2026 14:46:01	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**5.000,00**
04/08/2026 14:48:02	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA			
04/08/2026 14:48:02	**JULGAMENTO**		
04/08/2026 14:56:01	**HABILITAÇÃO**		

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

07/08/2026 11:59:37 **INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE** PREGOEIRO
ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA inabilitado. Motivo: Após análise da documentação de habilitação apresentada, a empresa ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA fica INABILITADA por descumprimento das exigências do Edital, tendo em vista a ausência do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis exigidos no item 13.5.3.2, bem como da declaração relativa à estrutura de pessoal para atendimento técnico prevista no item 13.5.2, alínea “c”. Assim, diante do não atendimento às condições de habilitação estabelecidas no instrumento convocatório, fica declarada a inabilitação da licitante, prosseguindo-se com a convocação da empresa subsequente, observada a ordem de classificação.

07/08/2026 11:59:37 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta é T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA

07/08/2026 15:03:16 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

07/08/2026 15:33:17 **EM ADJUDICAÇÃO**

10/08/2026 17:20:21 **ADJUDICADO**

LOTE 3 - ADJUDICADO
ITEM 03

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 03
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 10.600,00 **Valor Total:** 10.600,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	835	10.405.329/0001-96	60.000,00	10.600,00		Sim
2	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA	369	63.451.644/0001-16	54.000,00	10.700,00	0,94	Sim
3	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	842	03.551.831/0001-40	38.400,00	38.040,00	255,51	Não

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ROBERTO FERNANDES	455	40.170.328/0001-70	50.000,00	5.000,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

21/07/2026 16:05:38	**PUBLICADO**		
21/07/2026 16:15:00	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
03/08/2026 09:59:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
03/08/2026 11:44:58	**RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**		
04/08/2026 13:59:00	**AGUARDANDO DISPUTA**		
04/08/2026 14:09:49	**DISPUTA**		
04/08/2026 14:09:49	**LANCE**	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**38.400,00**
04/08/2026 14:09:49	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**54.000,00**
04/08/2026 14:09:49	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**50.000,00**
04/08/2026 14:09:49	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**60.000,00**
04/08/2026 14:10:27	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**38.399,00**
04/08/2026 14:12:36	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**38.300,00**
04/08/2026 14:13:08	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**38.299,00**
04/08/2026 14:16:23	**LANCE**	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**38.040,00**
04/08/2026 14:16:40	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**38.200,00**

Gerado em: 10/08/2026 17:20:22 7 de 11

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:16:48	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**38.030,00**
04/08/2026 14:17:31	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**38.000,00**
04/08/2026 14:18:08	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**37.990,00**
04/08/2026 14:18:09	**PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA**		
04/08/2026 14:18:59	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**37.000,00**
04/08/2026 14:19:11	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**36.990,00**
04/08/2026 14:19:59	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**35.000,00**
04/08/2026 14:20:13	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**34.990,00**
04/08/2026 14:20:44	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**34.500,00**
04/08/2026 14:20:50	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**34.490,00**
04/08/2026 14:21:38	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**34.400,00**
04/08/2026 14:21:47	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**34.390,00**
04/08/2026 14:23:00	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**34.300,00**
04/08/2026 14:23:06	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**34.290,00**
04/08/2026 14:23:43	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**34.280,00**
04/08/2026 14:23:51	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**34.270,00**
04/08/2026 14:24:31	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**34.000,00**
04/08/2026 14:24:56	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**33.999,00**
04/08/2026 14:25:24	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**33.998,00**
04/08/2026 14:25:45	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**33.997,00**
04/08/2026 14:26:18	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**33.996,00**
04/08/2026 14:26:23	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**33.995,00**
04/08/2026 14:26:56	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**33.954,00**
04/08/2026 14:27:08	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**33.953,00**
04/08/2026 14:29:01	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**33.950,00**
04/08/2026 14:29:19	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**33.949,00**
04/08/2026 14:29:54	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**33.900,00**
04/08/2026 14:30:05	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**33.899,00**
04/08/2026 14:32:01	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**33.000,00**
04/08/2026 14:32:16	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**32.999,00**
04/08/2026 14:33:19	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**32.998,00**
04/08/2026 14:33:28	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**32.997,00**
04/08/2026 14:33:55	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**32.996,00**
04/08/2026 14:34:03	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**32.995,00**
04/08/2026 14:34:32	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**32.000,00**
04/08/2026 14:34:41	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**32.994,00**
04/08/2026 14:34:48	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**31.999,00**
04/08/2026 14:35:11	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**28.000,00**
04/08/2026 14:35:28	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**31.998,00**
04/08/2026 14:35:35	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**27.999,00**
04/08/2026 14:35:55	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**27.998,00**
04/08/2026 14:35:58	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**26.500,00**
04/08/2026 14:36:00	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**27.997,00**
04/08/2026 14:36:10	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**26.499,00**

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:36:25	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**25.500,00**
04/08/2026 14:36:36	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**25.499,00**
04/08/2026 14:36:45	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**25.000,00**
04/08/2026 14:36:46	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**24.000,00**
04/08/2026 14:36:54	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**23.999,00**
04/08/2026 14:37:00	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**23.999,00**
04/08/2026 14:37:11	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**23.998,00**
04/08/2026 14:37:13	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**23.000,00**
04/08/2026 14:37:21	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**22.999,00**
04/08/2026 14:37:36	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**22.000,00**
04/08/2026 14:37:38	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**22.999,00**
04/08/2026 14:37:45	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**21.999,00**
04/08/2026 14:37:50	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**21.999,00**
04/08/2026 14:38:01	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**21.997,00**
04/08/2026 14:38:06	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**20.000,00**
04/08/2026 14:38:15	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**21.000,00**
04/08/2026 14:38:16	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**19.999,00**
04/08/2026 14:38:47	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**19.400,00**
04/08/2026 14:38:57	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**19.000,00**
04/08/2026 14:39:21	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**18.800,00**
04/08/2026 14:39:31	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**17.000,00**
04/08/2026 14:39:53	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**16.500,00**
04/08/2026 14:40:01	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**14.199,00**
04/08/2026 14:40:11	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**15.000,00**
04/08/2026 14:40:26	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**14.000,00**
04/08/2026 14:40:35	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**14.000,00**
04/08/2026 14:40:50	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**13.800,00**
04/08/2026 14:40:56	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**13.700,00**
04/08/2026 14:41:07	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**13.600,00**
04/08/2026 14:41:32	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**13.000,00**
04/08/2026 14:41:49	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**12.800,00**
04/08/2026 14:42:22	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**12.500,00**
04/08/2026 14:42:50	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**12.000,00**
04/08/2026 14:43:12	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**11.999,00**
04/08/2026 14:43:30	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**11.800,00**
04/08/2026 14:43:54	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**11.600,00**
04/08/2026 14:44:08	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**11.500,00**
04/08/2026 14:44:44	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**11.000,00**
04/08/2026 14:44:52	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**10.800,00**
04/08/2026 14:45:26	**LANCE**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	**10.700,00**
04/08/2026 14:45:54	**LANCE**	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 835)	**10.600,00**
04/08/2026 14:46:02	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**5.000,00**
04/08/2026 14:47:45	**MENSAGEM**	SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA (PARTICIPANTE 369)	
PARTICIPANTE 369 10.700,00 cancela esse lance retomando o lance anterior			

Gerado em: 10/08/2026 17:20:22

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:48:02 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

04/08/2026 14:48:02 **JULGAMENTO**

04/08/2026 14:56:01 **HABILITAÇÃO**

04/08/2026 15:00:35 **MENSAGEM** ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA
Prezados, boa tarde! Ficamos muito satisfeitos em alcançar a primeira colocação neste certame. Para atingir este resultado diante da disputa acirrada, aplicamos o nosso valor limite já na fase de lances. Por esse motivo, infelizmente não temos margem para apresentar uma contraproposta com desconto adicional, sendo o valor atual a nossa proposta final e definitiva. Seguimos à disposição para dar andamento aos procedimentos de habilitação e contratação.

07/08/2026 11:59:37 **INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE** PREGOEIRO
ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA inabilitado. Motivo: Após análise da documentação de habilitação apresentada, a empresa ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA fica INABILITADA por descumprimento das exigências do Edital, tendo em vista a ausência do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis exigidos no item 13.5.3.2, bem como da declaração relativa à estrutura de pessoal para atendimento técnico prevista no item 13.5.2, alínea “c”. Assim, diante do não atendimento às condições de habilitação estabelecidas no instrumento convocatório, fica declarada a inabilitação da licitante, prosseguindo-se com a convocação da empresa subsequente, observada a ordem de classificação.

07/08/2026 11:59:38 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA
O detentor da melhor oferta é T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA

07/08/2026 15:03:16 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

07/08/2026 15:33:17 **EM ADJUDICAÇÃO**

10/08/2026 17:20:21 **ADJUDICADO**

LOTE 4 - ADJUDICADO
ITEM 04

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UN Marca: Serviço Modelo:
Descrição: ITEM 04
Quantidade: 1 **Valor Unit.:** 45.500,00 **Valor Total:** 45.500,00

CLASSIFICAÇÃO

	Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE	318	03.551.831/0001-40	46.800,00	45.500,00		Não
2	T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	714	10.405.329/0001-96	96.000,00	96.000,00	110,99	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
ROBERTO FERNANDES	335	40.170.328/0001-70	50.000,00	45.000,00		Sim

MOVIMENTOS DO LOTE

21/07/2026 16:05:38 **PUBLICADO**

21/07/2026 16:15:00 **RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

03/08/2026 09:59:00 **AGUARDANDO DISPUTA**

03/08/2026 11:44:58 **RECEPÇÃO DE PROPOSTAS**

04/08/2026 13:59:00 **AGUARDANDO DISPUTA**

04/08/2026 14:09:50 **DISPUTA**

04/08/2026 14:09:50 **LANCE** ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA **50.000,00**

04/08/2026 14:09:50 **LANCE** SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA **46.800,00**

04/08/2026 14:09:50 **LANCE** T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA (PARTICIPANTE 714) **96.000,00**

Gerado em: 10/08/2026 17:20:22 10 de 11

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

04/08/2026 14:12:52	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**46.700,00**
04/08/2026 14:17:15	**LANCE**	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**46.440,00**
04/08/2026 14:17:37	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**46.000,00**
04/08/2026 14:19:24	**LANCE**	SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	**45.500,00**
04/08/2026 14:19:24	**PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA**		
04/08/2026 14:20:06	**LANCE**	ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	**45.000,00**
04/08/2026 14:22:15	**NOTIFICAÇÃO**	SISTEMA	

O detentor da melhor oferta da etapa de lances é ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA

04/08/2026 14:22:16 **JULGAMENTO**

04/08/2026 14:56:01 **HABILITAÇÃO**

07/08/2026 11:59:37 **INABILITAÇÃO TOTAL DE PARTICIPANTE** PREGOEIRO

ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA inabilitado. Motivo: Após análise da documentação de habilitação apresentada, a empresa ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA fica INABILITADA por descumprimento das exigências do Edital, tendo em vista a ausência do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis exigidos no item 13.5.3.2, bem como da declaração relativa à estrutura de pessoal para atendimento técnico prevista no item 13.5.2, alínea “c”. Assim, diante do não atendimento às condições de habilitação estabelecidas no instrumento convocatório, fica declarada a inabilitação da licitante, prosseguindo-se com a convocação da empresa subsequente, observada a ordem de classificação.

07/08/2026 11:59:38 **NOTIFICAÇÃO** SISTEMA

O detentor da melhor oferta é SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA

07/08/2026 15:03:16 **MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS**

07/08/2026 15:33:17 **EM ADJUDICAÇÃO**

10/08/2026 17:20:21 **ADJUDICADO**

PREGOEIRO: EDEN RODRIGUES BALEEIRO

Gerado em: 10/08/2026 17:20:22

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE020/2026
Processo Administrativo Nº 252/2026
Tipo: AQUISIÇÃO
PREGOEIRO: EDEN RODRIGUES BALEEIRO
Data de Publicação: 21/07/2026 16:05:39

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 0,00

Descrição: ITEM 01

Autor	Marca/Modelo	Valor
T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	Serviço	50.400,00
ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	Serviço	50.000,00
SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	Serviço	49.200,00

LOTE 2

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 0,00

Descrição: ITEM 02

Autor	Marca/Modelo	Valor
SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	Serviço	36.000,00
T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	Serviço	36.000,00
ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	Serviço	50.000,00

LOTE 3

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 0,00

Descrição: ITEM 03

Autor	Marca/Modelo	Valor
SA TECNOLOGIA E GESTAO LTDA	Serviço	54.000,00
ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	Serviço	50.000,00
T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	Serviço	60.000,00
SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	Serviço	38.400,00

LOTE 4

Item: 1 Quant.: 1 Unidade: UN Val. Ref.: 0,00

Descrição: ITEM 04

Autor	Marca/Modelo	Valor
SOLAR CONSULTORIA E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	Serviço	46.800,00
T O SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA	Serviço	96.000,00
ROBERTO FERNANDES DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA	Serviço	50.000,00

MUNICIPIO DE LICINIO DE ALMEIDA
LICÍNIO DE ALMEIDA-BA

DOCUMENTOS ANEXADOS

ARQUIVOS ANEXADOS À ITENS

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 036/2026

O MUNICÍPIO DE LICÍNIO DE ALMEIDA - BAHIA, em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, torna público que a Administração pretende realizar a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento de campos cirúrgicos, campos hospitalares, campos fenestrados, campos para envolvimento de materiais e demais artigos de uso hospitalar, incluindo jalecos cirúrgicos, destinados ao atendimento das necessidades da secretaria municipal de saúde e das unidades de saúde do município de Licínio de Almeida – BA, conforme quantidades, especificações e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.**

Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas a CPL até 14/10/2026 às 11:00.

Os interessados em apresentar proposta juntamente com a habilitação, entrar em contato com a Prefeitura Municipal de Licínio de Almeida, Bahia, através do e-mail: licitacoes@liciniodealmeida.ba.gov.br.

R$ 43.647,30 (Quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e sete reais e trinta centavos).

A **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR** seguem no termo de referência.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

TERMO DE REFERÊNCIA
Processo Administrativo n. 394/2026

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei n. 14.133/2021).

1.1 O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de campos cirúrgicos, campos hospitalares, campos fenestrados, campos para envolvimento de materiais e demais artigos de uso hospitalar, incluindo jalecos cirúrgicos, destinados ao atendimento das necessidades da secretaria municipal de saúde e das unidades de saúde do município de Licínio de Almeida – BA, conforme quantidades, especificações e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UNID. DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CAMPO DUPLO 140X140 C/ FENESTRA 10X20 (CURETAGEM)	100	UNID	R$ 173,25	R$ 17.325,00
2	CAMPO HOSPITALAR DUPLO 60X60 PARA VELA	10	UNID	R$ 21,99	R$ 219,90
3	CAMPO FENESTRADO 120X100 FENESTRS 10X10 (VASECTOMIA)	10	UNID	R$ 64,13	R$ 641,30
4	CAMPO DUPLO PARA ENVOLVER MATERIAL120X120 MT (VASECTOMIA)	10	UNID	R$ 92,99	R$ 929,90
5	CAMPO DUPLO P/ ENVOLVER MAT. 60X60 CM (PEQ. CIRURGIAS)	40	UNID	R$ 21,99	R$ 879,60
6	CAMPO HOSPITALAR DUPLO FENESTRADO 60X60 FENESTRA 10X05	40	UNID	R$ 17,99	R$ 719,60
7	CAMPO DUPLO P/ ENVOLVER MATERIAL 140X140 (PARTO)	30	UNID	R$ 173,25	R$ 5.197,50
8	CAMPO DUPLO 120X120MT (CIRURGIA GERAL)	20	UNID	R$ 92,99	R$ 1.859,80
9	CAMPO EXTERNO 140X140 (CIRURGIA GERA)	20	UNID	R$ 74,72	R$ 1.494,40
10	CAMPO FENESTRADO 140X140CM C/FENESTRA 10X20 CM (CIRUR. GERAL)	20	UNID	R$ 173,25	R$ 3.465,00
11	CAMPOS CABECA 140X140 MT (CIRURGIA GERAL)	30	UNID	R$ 74,72	R$ 2.241,60
12	CAMPO PARA ENVOLVER MATERIAL140X140 MT (CAIXA)	20	UNID	R$ 173,25	R$ 3.465,00
13	CAMPO DUPLO P/ ENVOLVER BANDEJA DR RAQUE 1,00 X1,00 MT	20	UNID	R$ 73,99	R$ 1.479,80
14	CAMPO HOSPITALAR DUPLO PARA ENVOLVER MATERIAL 1,00X1,00	20	UNID	R$ 73,99	R$ 1.479,80

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

15	JALECO CIRURGICO COM PUNHO EM TECIDO BRIM PESADO 100% ALG	30	UNID	R$ 74,97	R$ 2.249,10
VALOR TOTAL				**R$ 43.647,30**	

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

1.3 O custo estimado total da contratação é de **R$ 43.647,30 (Quarenta e três mil, seiscentos e quarenta e sete reais e trinta centavos),** conforme custos unitários apostos na tabela acima.

1.4 O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE de forma proporcional aos itens efetivamente entregues e devidamente recebidos, observados os valores unitários estabelecidos na proposta da CONTRATADA, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal e após a conferência e atesto pelo setor competente, não sendo devido pagamento por itens que não tenham sido entregues ou devidamente executados**.**

1.5 Para a estimativa do custo total da contratação, foram utilizados como parâmetro os valores obtidos por meio de pesquisa de preços mediante levantamento de contratações similares realizadas pela Administração Pública, utilizando-se de atas de registro de preços, processos de contratação e bases públicas de preços, nos termos do art. 23, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21).

3.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

3.3. O contratado deverá fornecer os itens conforme as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, garantindo a qualidade dos produtos, bem como sua adequada entrega no local indicado pela Administração, sem prejuízo da substituição daqueles que apresentarem defeitos ou estiverem em desacordo com as exigências estabelecidas.

4. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea "e" da Lei n. 14.133/2021).

4.1. O prazo para entrega dos itens será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do contrato ou do recebimento da ordem de fornecimento, devendo os produtos serem entregues nas condições e quantidades estabelecidas neste Termo de Referência.
4.2. O fornecimento dos itens ocorrerá conforme as necessidades identificadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, mediante solicitação ou emissão de ordem de fornecimento pela Administração.

5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21).

5.1. **ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

5.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
5.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
5.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
5.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
5.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
5.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
5.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

5.1.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
5.1.6. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
5.1.7. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
5.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
5.1.8. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
5.1.9. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO

5.2.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo gestor e fiscal do contrato, mediante verificação da conformidade dos itens entregues com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

a) Caso sejam constatadas irregularidades, defeitos ou desconformidade dos produtos com as especificações exigidas, o contratado deverá providenciar a substituição dos itens no prazo a ser definido pela Administração, sem ônus adicional;

b) O pagamento ficará condicionado ao recebimento e à aceitação dos itens pela Administração, após a verificação do atendimento integral às exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3. DO RECEBIMENTO

5.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 05 (cinco) dias**,** contados da entrega dos itens no local indicado pela Administração, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante verificação do quantitativo e das condições aparentes dos produtos, a fim de constatar o cumprimento das especificações previstas neste Termo de Referência.
5.3.1.1. O contratante realizará a verificação minuciosa dos itens entregues, por meio do gestor e fiscal do contrato, com a finalidade de conferir a conformidade dos produtos com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência,

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

bem como identificar eventuais defeitos, avarias ou desconformidades que exijam substituição.

5.3.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, o fiscal do contrato realizará a conferência dos itens entregues, verificando se estão em conformidade com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, registrando em relatório ou termo próprio eventual ocorrência de irregularidades, avarias ou desconformidades que deverão ser sanadas pela contratada.

5.3.1.2. No prazo previsto para o recebimento provisório, o fiscal do contrato realizará a conferência dos itens entregues, registrando em termo ou relatório próprio a verificação quanto ao atendimento das especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, encaminhando-o ao gestor do contrato para as providências cabíveis.

5.3.1.2.1. Quando a fiscalização do contrato for exercida por um único servidor, este deverá registrar em relatório ou termo próprio as ocorrências verificadas no momento da conferência dos itens entregues, indicando se os produtos atendem às especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência, encaminhando-o ao gestor do contrato para as providências necessárias e posterior recebimento definitivo.

5.3.2. Os itens fornecidos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada, devendo ser substituídos ou corrigidos no prazo de 05 (cinco) dias**,** a contar da notificação da contratada, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

5.3.3. Os itens fornecidos serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da conformidade quanto à qualidade, quantidade e especificações dos produtos entregues**,** e consequente aceitação mediante termo ou registro próprio, observadas as disposições deste Termo de Referência.

5.3.3.1. Realizar a análise da documentação apresentada e dos registros efetuados pela fiscalização, verificando a conformidade dos itens entregues com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da contratada. Caso sejam constatadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, a contratada será notificada por escrito para que promova as devidas correções ou substituições, conforme o caso.

5.3.3.2. Emitir termo ou registro próprio para efeito de recebimento definitivo dos itens fornecidos, com base na verificação realizada pela fiscalização quanto à conformidade dos produtos entregues com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3.3.3. Comunicar a contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, correspondente aos itens efetivamente fornecidos e aceitos pela Administração, após a verificação da conformidade dos produtos com as especificações, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3.4. O recebimento provisório ou definitivo dos itens não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, integridade e adequação dos produtos fornecidos, nem a

obrigação de substituir, às suas expensas, aqueles que apresentarem defeitos, vícios ou estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

6.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por lote.
6.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos.
6.3. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

6.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação**,** mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o fornecedor já realizou fornecimento de itens semelhantes ao objeto deste Termo de Referência.

6.3.2 Será admitida, para fins de comprovação da capacidade técnica, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, ainda que referentes a fornecimentos realizados em períodos distintos.

6.3.2.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
6.3.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
6.4. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
6.7. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
6.8. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
6.9. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
6.10. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
6.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
6.12. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
6.13. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
6.14. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

6.15. **Habilitação Jurídica:**

6.15.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

6.15.1. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.15.1. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.15.1. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.15.1. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LICÍNIO DE ALMEIDA
CNPJ: 14.108.286/0001-38

6.15.1. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.15.1. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

6.15.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.16. **Habilitações fiscal, social e trabalhista:**

6.16.1. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

6.16.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.16.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

6.16.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.16.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

6.16.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.16.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.16.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.16.7. prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

6.16.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação

de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.16.7.2. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal.

7.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

03.09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.008.2044 Gestão das Ações da Secretaria Municipal de Saúde
10.301.008.2106 Gestão da Atenção Primária
10.302.008.2109 Gestão das Ações da Atenção Especializada – MAC
10.302.008.2107 Gestão das Ações da Atenção Especializada - SAMU

7.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Município de Licínio de Almeida, Bahia, 08 de Outubro de 2026.

RABRINE DA SILVA MATOS

SECRETÁRIA DE SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES ESTADO DA BAHIA
Praça da Bandeira, nº. 02 – Centro, Poções/BA.
CNPJ nº. 14.242.200/0001-65.

AVISO DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

O Município de Poções – Bahia, por intermédio da Pregoeira Municipal, **TORNA PÚBLICO** que será realizada sessão do **Pregão Eletrônico nº 009/2026**, cujo objeto é o **Registro de Preços para eventual e futura aquisição para prestação de serviços de locação de estrutura metálica, sonorização, luz cênica, painel de LED, mini trio e gerador, com montagem e desmontagem de equipamentos para utilização nos eventos festivos no Município de Poções/BA**.

DATA: 9 de outubro de 2026
HORÁRIO: 9h00min
PLATAFORMA: BLL Compras
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://bllcompras.com

Informa-se aos interessados que a sessão será realizada exclusivamente por meio da plataforma eletrônica indicada, devendo os licitantes acompanhar o andamento do certame e eventuais comunicações realizadas durante a sessão.

Poções – BA, 8 de outubro de 2026.

Antônia Marques da Silva Neta
Pregoeira Municipal
Município de Poções – Bahia

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES

ESTADO DA BAHIA

DECRETO N. º 329/2026

DE 08 de outubro de 2026.

EMENTA: Exonera, **ATILA SILVA MEIRA** do cargo de Assistente de Secretaria.

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – ESTADO DA BAHIA, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

D E C R E T A:

Art.1º) – A exoneração de **ATILA SILVA MEIRA** do cargo de Assistente de Secretaria, lotada na Secretaria de Administração e Planejamento.

Art.2º) – Este Decreto entra em vigor, com efeitos retroativos a 01/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita, em 08 de outubro de 2026**.**

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
ESTADO DA BAHIA

LEI Nº 1515/2026
DE 08 de outubro de 2026.

EMENTA: "Institui o Código Municipal de Meio Ambiente de Poções, dispõe sobre a Política Municipal de Meio Ambiente, o Sistema Municipal de Meio Ambiente, o licenciamento e a fiscalização ambiental, e dá outras providências. "

A PREFEITA MUNICIPAL DE POÇÕES – ESTADO DA BAHIA faz saber que a Câmara de Vereadores do Município de Poções – Estado da Bahia, aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Código Municipal de Meio Ambiente de Poções e estabelece a Política Municipal de Meio Ambiente, o Sistema Municipal de Meio Ambiente, as normas de licenciamento, controle, fiscalização e recuperação ambiental, bem como o regime de infrações e sanções administrativas, em consonância com o art. 225 da Constituição Federal, o art. 214 da Constituição do Estado da Bahia, a Lei Orgânica do Município, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011.

Art. 2º A Política Municipal de Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, conservação, defesa, recuperação, melhoria e uso sustentável do meio ambiente natural, construído, cultural e do trabalho, assegurado a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Art. 3º O meio ambiente é patrimônio comum da coletividade, cabendo ao Município, no exercício de sua competência constitucional, atuar de forma supletiva e complementar à União e ao Estado, e, de forma própria, sobre as atividades e empreendimentos de impacto ambiental local, na forma da Lei Complementar nº 140, de 2011.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A Política Municipal de Meio Ambiente observará os seguintes princípios:

I – do desenvolvimento sustentável, compatibilizando o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II – da prevenção, que impõe a adoção antecipada de medidas destinadas a evitar a ocorrência de danos ambientais conhecidos;

III – da precaução, segundo o qual a ausência de certeza científica absoluta não pode ser invocada para postergar a adoção de medidas eficazes e economicamente viáveis

destinadas a prevenir a degradação ambiental, diante de ameaça de danos graves ou irreversíveis;

IV – do poluidor-pagador, pelo qual o poluidor é obrigado, independentemente da existência de culpa, a arcar com os custos da prevenção, do controle, da reparação e da recuperação da degradação ambiental que causar;

V – do usuário-pagador, que impõe ao utilizador de recurso ambiental a contribuição pela sua utilização com fins econômicos;

VI – do protetor-recebedor, que autoriza a instituição de incentivos e retribuições a quem preserva, conserva ou recupera o meio ambiente e presta serviços ecossistêmicos;

VII – da proibição do retrocesso ambiental, vedada a supressão ou o enfraquecimento dos níveis de proteção ambiental já alcançados;

VIII – da função socioambiental da propriedade;

IX – da responsabilização, nas esferas administrativa, civil e penal, das condutas e atividades lesivas ao meio ambiente;

X – da informação, transparência e da participação social na gestão ambiental;

XI – da educação ambiental em todos os níveis de atuação do Poder Público;

XII – da cooperação entre os entes federativos e da atuação integrada dos órgãos ambientais.

CAPÍTULO III

DAS DEFINIÇÕES

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

I – meio ambiente: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II – degradação ambiental: a alteração adversa das características do meio ambiente;

III – poluição: a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; ou lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV – poluidor: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V – recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora;

VI – impacto ambiental: qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas;

VII – impacto ambiental local: aquele cujos efeitos diretos se circunscrevam predominantemente aos limites territoriais do Município, conforme tipologia definida na forma do art. 9º, inciso XIV, da Lei Complementar nº 140, de 2011;

VIII – licenciamento ambiental: o processo administrativo destinado a licenciar a localização, instalação, ampliação, modificação e operação de atividades e empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes de causar degradação ambiental;

IX – licença ambiental: o ato administrativo pelo qual a autoridade licenciadora estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que devem ser observadas pelo empreendedor;

X – condicionantes ambientais: as medidas, condições ou restrições de controle ambiental, estabelecidas pela autoridade licenciadora, de cumprimento obrigatório pelo empreendedor;

XI – estudos ambientais: todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, instalação, operação e ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentados como subsídio para a análise da licença requerida;

XII – serviços ecossistêmicos: os benefícios relevantes para a sociedade gerados pelos ecossistemas, em termos de manutenção, recuperação ou melhoria das condições ambientais;

XIII – passivo ambiental: o dano ambiental não reparado, decorrente de atividade pretérita ou em curso, sujeito a recuperação;

XIV – Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal, uso alternativo do solo, pequena propriedade ou posse rural familiar e demais institutos de vegetação: os conceitos definidos na Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

CAPÍTULO IV

DOS OBJETIVOS

Art. 6º São objetivos da Política Municipal de Meio Ambiente, respeitadas as competências da União e do Estado:

I – compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II – articular e integrar as ações e atividades ambientais do Município com as desenvolvidas pela União, pelo Estado e por outros municípios, especialmente em bacias hidrográficas compartilhadas;

III – proteger e recuperar os recursos hídricos, as matas ciliares e as nascentes, em especial as bacias que abastecem o Município;

IV – controlar e reduzir os níveis de poluição do ar, da água, do solo e a poluição sonora e visual;

V – promover a gestão adequada dos resíduos sólidos, com prioridade à não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada, na forma da Lei nº 12.305, de 2010;

VI – conservar a biodiversidade, a fauna e a flora nativas, com atenção à recuperação de áreas degradadas e ao combate à desertificação no território municipal;

VII – promover a educação ambiental formal e não formal e a participação da coletividade na defesa do meio ambiente;

VIII – dotar o Município de estrutura administrativa, corpo técnico qualificado e instrumentos adequados à gestão ambiental;

IX – disciplinar o uso e a ocupação do solo urbano e rural segundo critérios de sustentabilidade, em harmonia com o Plano Diretor e a legislação urbanística;

X – incentivar a adoção de tecnologias limpas, o pagamento por serviços ambientais e as práticas de produção e consumo sustentáveis;

XI – proteger o patrimônio paisagístico, espeleológico, arqueológico, paleontológico, histórico, cultural e turístico do Município.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES

Art. 7º As diretrizes da Política Municipal de Meio Ambiente serão formuladas e periodicamente revisadas em normas, planos e programas específicos, elaborados pelo órgão executor ambiental com a participação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA.

Art. 8º Na formulação e execução da Política Municipal de Meio Ambiente, o Poder Público observará as seguintes diretrizes:

I – planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

II – proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

III – recuperação de áreas degradadas e proteção de áreas ameaçadas de degradação;

IV – estabelecimento de zoneamento ambiental compatível com as diretrizes do Plano Diretor;

V – controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI – integração da gestão ambiental às políticas de saneamento básico, saúde, habitação, uso do solo e mobilidade;

VII – garantia da prestação de informações ambientais e da transparência dos processos administrativos ambientais.

CAPÍTULO VI

DOS INSTRUMENTOS

Art. 9º São instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente:

I – o Plano Municipal de Meio Ambiente;

II – o zoneamento ambiental e o zoneamento ecológico-econômico municipal;

III – o estabelecimento de padrões e normas de qualidade ambiental, observadas as normas federais e estaduais;

IV – a avaliação de impactos ambientais e os estudos ambientais;

V – o licenciamento ambiental e a autorização ambiental, em suas diversas modalidades;

VI – a fiscalização ambiental e o exercício do poder de polícia;

VII – as sanções administrativas e as medidas compensatórias e reparatórias;

VIII – a criação, implantação e gestão de espaços territoriais especialmente protegidos e de unidades de conservação;

IX – o Sistema Municipal de Informações Ambientais;

X – o cadastro técnico de atividades e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), na forma da legislação federal;

XI – o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA;

XII – a educação ambiental;

XIII – os incentivos à preservação, o pagamento por serviços ambientais e os demais instrumentos econômicos;

XIV – os termos de compromisso e de ajustamento de conduta ambiental;

XV – a auditoria e o monitoramento ambiental;

XVI – o relatório de qualidade do meio ambiente do Município.

TÍTULO II

DO SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA

Art. 10. Fica instituído o Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA, constituído pelo conjunto de órgãos e entidades responsáveis pela proteção, controle e gestão da qualidade ambiental no Município, com a seguinte estrutura:

I – órgão colegiado: o Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA, de caráter deliberativo, normativo, consultivo e recursal;

II – órgão executor: a Secretaria Municipal responsável pela pasta de meio ambiente, à qual incumbe a execução da Política Municipal de Meio Ambiente, o licenciamento e a fiscalização ambiental;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

III – órgãos setoriais: os demais órgãos e entidades da Administração Pública municipal cujas ações interfiram na qualidade ambiental, que atuarão de forma articulada com o órgão executor;

IV – instância de participação e financiamento: o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, como instrumento de captação e aplicação de recursos.

Art. 11. As atividades de análise de processos de licenciamento e de fiscalização ambiental serão exercidas por servidores integrantes de quadro técnico próprio, investidos em cargos de provimento efetivo mediante concurso público, observadas as prerrogativas legais de cada categoria profissional.

§ 1º O Município promoverá a formação continuada e a capacitação permanente dos técnicos do SISMUMA, com vistas ao aperfeiçoamento das ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização.

§ 2º O Município dotará o órgão executor da infraestrutura material e dos equipamentos necessários às atividades de licenciamento, fiscalização e monitoramento ambiental, tombados e de uso exclusivo dessas finalidades.

CAPÍTULO II

DO ÓRGÃO EXECUTOR

Art. 12. Compete ao órgão executor ambiental do Município:

I – executar a Política Municipal de Meio Ambiente e coordenar o SISMUMA;

II – exercer o licenciamento ambiental das atividades de impacto local e das demais que lhe forem atribuídas por delegação ou atuação supletiva, na forma da Lei Complementar nº 140, de 2011, e da Lei nº 15.190, de 2025;

III – exercer o poder de polícia ambiental, procedendo à fiscalização, à lavratura de autos de infração e à aplicação das sanções previstas nesta Lei;

IV – elaborar, executar e revisar o zoneamento ambiental, os planos, programas e projetos de proteção e recuperação ambiental;

V – estabelecer normas técnicas e padrões ambientais complementares, observadas as normas federais e estaduais;

VI – propor a criação e administrar unidades de conservação e demais espaços territoriais especialmente protegidos;

VII – gerir o Sistema Municipal de Informações Ambientais e o Fundo Municipal de Meio Ambiente;

VIII – autorizar, na forma da lei e do regulamento, a supressão de vegetação, observado o disposto no art. 13;

IX – promover a educação ambiental;

X – prestar apoio técnico e administrativo ao COMDEMA;

XI – comunicar ao Ministério Público as infrações ambientais que constituam, em tese, ilícito penal, na forma do art. 88 desta Lei.

Art. 13. A autorização de supressão de vegetação e a emissão de pareceres técnicos em obras e atividades licenciadas pelo Município que a envolvam deverão ser subscritas por profissional legalmente habilitado em Engenharia Florestal, Engenharia Agronômica, Engenharia Ambiental, Engenharia Sanitária e Ambiental ou Ciências

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Biológicas, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou documento equivalente, nos termos da legislação profissional aplicável.

Parágrafo único. Os demais pareceres, laudos e estudos técnicos ambientais de responsabilidade do órgão executor poderão ser emitidos por profissionais de nível superior com formação nas áreas previstas na legislação municipal de cargos do quadro técnico da Coordenação Municipal de Meio Ambiente.

CAPÍTULO III

DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE – COMDEMA

Art. 14. O Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA é órgão colegiado de caráter deliberativo, normativo, consultivo, fiscalizador e recursal em matéria ambiental, integrante da estrutura do Poder Executivo.

Art. 15. Compete ao COMDEMA:

I – participar da formulação e deliberar sobre as diretrizes da Política Municipal de Meio Ambiente e sobre os planos, programas e projetos a ela relativos;

II – deliberar sobre os processos de licenciamento ambiental de maior impacto, na forma do regulamento e do seu regimento interno, não se restringindo sua atuação ao grau recursal nem a determinados tipos de licença;

III – editar resoluções e normas técnicas ambientais de âmbito municipal, observadas as normas federais e estaduais;

IV – julgar, em grau de recurso, como última instância administrativa, os recursos interpostos contra as decisões do órgão executor relativas à aplicação de sanções;

V – supervisionar e deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, acompanhando a gestão contábil e orçamentária e aprovando a prestação de contas;

VI – homologar termos de compromisso e de ajustamento de conduta destinados a converter penalidades pecuniárias em obrigações de recuperação ambiental;

VII – acompanhar e fiscalizar o cumprimento da Política Municipal de Meio Ambiente;

VIII – propor a criação de unidades de conservação e de áreas prioritárias para conservação;

IX – elaborar e aprovar o seu regimento interno.

Art. 16. O COMDEMA terá composição paritária entre representantes do Poder Público e da sociedade civil, na forma a ser detalhada em decreto regulamentar e no regimento interno, observadas as seguintes diretrizes:

I – exclusão da participação da Câmara de Vereadores, em respeito ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes e à natureza do Conselho como instância de deliberação vinculada à estrutura do Poder Executivo;

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

II – vedação à nomeação direta, em lei ou decreto, das entidades específicas representativas da sociedade civil, cujas vagas serão preenchidas mediante processo de habilitação e eleição entre entidades legalmente constituídas e atuantes no Município, na forma do regimento;

III – vedação à duplicidade de representação de uma mesma entidade em segmentos distintos, corrigindo-se a representação simultânea como poder público e como sociedade civil;

IV – definição, no regimento interno, da forma de escolha e das atribuições da Presidência do Conselho;

V – garantia de realização de reuniões periódicas e de capacitação dos conselheiros, com apoio técnico e administrativo prestado pelo órgão executor.

Parágrafo único. Incumbe permanentemente ao Poder Executivo supervisionar a elaboração, a revisão e a publicação do Regimento Interno do COMDEMA, como instrumento obrigatório de regulamentação do seu funcionamento, estrutura, quórum de votação, direitos e deveres dos conselheiros e processo eleitoral, devendo o decreto regulamentar de que trata o caput ser editado no prazo previsto no art. 77 desta Lei.

CAPÍTULO IV

DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Art. 17. Fica instituído o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, de natureza contábil e financeira, vinculado ao órgão executor ambiental, com a finalidade de concentrar recursos destinados ao financiamento de planos, programas, projetos e ações voltados ao uso sustentável dos recursos naturais e à melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

Art. 18. Constituem receitas do FMMA:

I – as dotações orçamentárias do Município a ele consignadas;

II – o produto integral da arrecadação das multas por infrações ambientais aplicadas pelo Município;

III – o produto da arrecadação de taxas, preços públicos e emolumentos decorrentes do licenciamento, das autorizações e do exercício do poder de polícia ambiental;

IV – os recursos decorrentes de medidas compensatórias e de termos de compromisso e de ajustamento de conduta;

V – as transferências da União, do Estado e de suas entidades;

VI – as doações, legados, contribuições e recursos de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;

VII – os rendimentos de aplicações financeiras dos seus recursos;

VIII – outras receitas eventuais.

Art. 19. Os recursos do FMMA serão aplicados, entre outras finalidades definidas pelo COMDEMA, em:

I – aquisição de bens e equipamentos para a instrumentalização do órgão ambiental;

II – financiamento e execução do Plano Municipal de Meio Ambiente e dos planos, programas e projetos ambientais;

III – recuperação de áreas degradadas e proteção de recursos hídricos, da flora e da fauna;

IV – educação ambiental e capacitação técnica;

V – apoio a projetos de organizações da sociedade civil atuantes no Município, na forma da lei;

VI – custeio das atividades de monitoramento, fiscalização e controle ambiental.

Art. 20. A gestão do FMMA obedecerá às seguintes regras:

I – abertura de conta específica em estabelecimento bancário oficial;

II – escrituração contábil própria e segregada, encaminhada à Contabilidade Geral do Município;

III – execução orçamentária e financeira controlada, com registro das receitas e despesas;

IV – levantamento dos débitos referentes a multas não quitadas e seu encaminhamento para inscrição em dívida ativa e cobrança administrativa ou judicial;

V – prestação de contas ao COMDEMA e aos órgãos de controle, na periodicidade legal;

VI – aplicação dos recursos de forma compartilhada com o órgão ambiental e conforme as deliberações do COMDEMA, respeitados a participação e o controle social.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos do FMMA em finalidades estranhas ao seu objeto, bem como a sua transferência para despesas correntes gerais do Município não relacionadas à gestão ambiental.

CAPÍTULO V

DO SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS

Art. 21. Fica instituído o Sistema Municipal de Informações Ambientais, destinado a organizar, armazenar, integrar e disponibilizar dados e informações sobre a qualidade ambiental, os processos de licenciamento, as autorizações, as infrações e sanções, o CAR e os demais instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente.

§ 1º O Sistema observará os princípios da publicidade, da transparência ativa e do acesso à informação, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e será, sempre que possível, integrado ao Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima) e aos sistemas estaduais.

§ 2º Os processos de licenciamento ambiental tramitarão preferencialmente por meio eletrônico, assegurada a disponibilização pública dos estudos ambientais e das licenças emitidas.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

TÍTULO III

DO LICENCIAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DA COMPETÊNCIA

Art. 22. O licenciamento ambiental no âmbito do Município reger-se-á por esta Lei, pela Lei nº 15.190, de 8 de agosto de 2025, pela Lei Complementar nº 140, de 2011, e pelas resoluções do CONAMA e do Conselho Estadual de Meio Ambiente, aplicando-se subsidiariamente as normas estaduais.

Art. 23. Compete ao Município promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

I – que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia estabelecida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente, na forma do art. 9º, inciso XIV, alínea "a", da Lei Complementar nº 140, de 2011;

II – localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto Áreas de Proteção Ambiental; e

III – que lhe forem delegados por outro ente federativo, por instrumento legal ou convênio, na forma do art. 5º da Lei Complementar nº 140, de 2011.

§ 1º A definição das tipologias sujeitas ao licenciamento municipal e o enquadramento das atividades por porte e potencial poluidor observarão a listagem estabelecida em resolução do COMDEMA, compatível com as normas estaduais e federais.

§ 2º O empreendimento ou atividade será licenciado ou autorizado por um único ente federativo, sendo os demais entes interessados manifestados nos termos da lei.

Art. 24. Estão sujeitas a prévio licenciamento a construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Parágrafo único. O licenciamento ambiental não exclui a necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, outorgas e aprovações legalmente exigíveis, nem supre a autorização de supressão de vegetação e a outorga de direito de uso de recursos hídricos.

CAPÍTULO II

DAS MODALIDADES DE LICENÇA AMBIENTAL

Art. 25. O Município, no exercício de sua competência, expedirá as seguintes licenças ambientais, na forma do art. 5º da Lei nº 15.190, de 2025:

I – Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar de planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases;

II – Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluídas as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III – Licença de Operação (LO): autoriza a operação do empreendimento ou atividade, após a verificação do efetivo cumprimento das condicionantes das licenças

anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinadas para a operação;

IV – Licença Ambiental Única (LAU): concedida em fase única, reunindo as etapas de localização, instalação e operação, para empreendimentos e atividades de menor complexidade, na forma do regulamento;

V – Licença por Adesão e Compromisso (LAC): procedimento monofásico e autodeclaratório, concedida eletronicamente mediante o compromisso do empreendedor de cumprir os critérios, pré-condições, requisitos e condicionantes ambientais previamente estabelecidos pela autoridade licenciadora, aplicável a atividades de pequeno e médio porte e de baixo e médio potencial poluidor, cujos parâmetros sejam previamente conhecidos;

VI – Licença de Operação Corretiva (LOC): destinada à regularização de empreendimento ou atividade que já esteja em instalação ou operação sem a devida licença, mediante a adequação aos parâmetros ambientais e a exigência das medidas de recuperação e controle cabíveis;

VII – Licença Ambiental Especial (LAE): destinada, quando cabível e mediante delegação, a empreendimentos ou atividades estratégicos assim definidos pelo Poder Público competente.

§ 1º A Licença por Adesão e Compromisso substitui a antiga Licença Simplificada, ficando esta última extinta, com a decomposição de suas hipóteses nas modalidades ora previstas, conforme o porte e o potencial poluidor da atividade.

§ 2º As modalidades de licença, os documentos e estudos exigíveis, os critérios de enquadramento e o rito de cada procedimento serão detalhados em regulamento e em resolução do COMDEMA, vedada a criação de exigências ou dispensas incompatíveis com a legislação federal e estadual.

§ 3º A Autorização Ambiental poderá ser expedida para atividades de caráter temporário, de pesquisa, ou de baixo impacto, e para os atos de manejo e intervenção ambiental que não configurem licenciamento, na forma do regulamento.

Art. 26. Os prazos de validade das licenças ambientais observarão os limites mínimos e máximos estabelecidos no art. 6º da Lei nº 15.190, de 2025, a saber:

I – a Licença Prévia (LP) terá prazo de validade de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) anos;

II – a Licença de Instalação (LI) terá prazo de validade de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) anos;

III – as Licenças de Operação (LO), Única (LAU), de Operação Corretiva (LOC), por Adesão e Compromisso (LAC) e Especial (LAE) terão prazo de validade de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 10 (dez) anos.

Art. 27. A renovação das licenças ambientais deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do término de sua validade, hipótese em que a licença ficará automaticamente prorrogada até a manifestação definitiva da autoridade licenciadora.

Parágrafo único. Aplicam-se à renovação as hipóteses de renovação automática simplificada para atividades de baixo e médio potencial poluidor, mediante declaração do empreendedor de cumprimento das condicionantes, na forma do art. 7º da Lei nº 15.190, de 2025.

CAPÍTULO III

DOS ESTUDOS AMBIENTAIS E DO EIA/RIMA

Art. 28. A autoridade licenciadora exigirá, conforme o porte, a natureza e o potencial de impacto do empreendimento ou atividade, a apresentação dos estudos ambientais pertinentes, definidos em termo de referência, entre os quais o Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), o Plano Básico Ambiental (PBA), o Relatório de Controle Ambiental (RCA), o Plano de Controle Ambiental (PCA) e o Relatório de Caracterização do Empreendimento (RCE).

§ 1º O EIA/RIMA será exigido, na forma da Resolução CONAMA nº 1, de 1986, e da Lei nº 15.190, de 2025, para os empreendimentos e atividades causadores de significativa degradação do meio ambiente.

§ 2º Os estudos ambientais serão elaborados por profissionais legalmente habilitados, com registro em conselho profissional e a devida anotação de responsabilidade técnica, respondendo estes, juntamente com o empreendedor, pelas informações apresentadas.

§ 3º O RIMA refletirá as conclusões do EIA em linguagem acessível, ilustrado por meios de comunicação visual, de modo a permitir a compreensão das vantagens, desvantagens e consequências ambientais do projeto.

Art. 29. As eventuais exigências de complementação dos estudos ambientais serão comunicadas ao empreendedor de uma única vez, ressalvadas as decorrentes de fatos supervenientes ou de informações apresentadas posteriormente.

CAPÍTULO IV

DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 30. É assegurada a participação social nos processos de licenciamento ambiental, mediante consulta pública, tomada de subsídios técnicos, reunião participativa e audiência pública, na forma da Lei nº 15.190, de 2025, e da Resolução CONAMA nº 9, de 1987.

§ 1º Será realizada pelo menos 1 (uma) audiência pública nos processos de licenciamento sujeitos a EIA/RIMA, antes da decisão sobre a Licença Prévia, dando-se ampla publicidade à data, ao local e ao objeto.

§ 2º O EIA e o RIMA serão disponibilizados ao público com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias da audiência pública, em meio eletrônico e em local de fácil acesso.

CAPÍTULO V

DA DISPENSA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 31. A autoridade licenciadora expedirá, quando cabível, a Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental (DLA) ou certidão declaratória de não sujeição para as atividades e empreendimentos que, por sua natureza, porte e localização, não estejam sujeitos ao licenciamento ambiental, na forma dos arts. 8º e 9º da Lei nº 15.190, de 2025.

§ 1º As hipóteses, os requisitos e o procedimento de dispensa serão estabelecidos em resolução do COMDEMA, observadas as listagens e os critérios das normas federais e estaduais, vedada a dispensa de atividades efetiva ou potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental.

§ 2º A dispensa de licenciamento não afasta o dever de observância das demais normas ambientais, urbanísticas e sanitárias aplicáveis, tampouco a responsabilidade por eventuais danos ambientais.

CAPÍTULO VI

DO INDEFERIMENTO E DAS CONDICIONANTES

Art. 32. As condicionantes ambientais obedecerão à ordem de prioridade de prevenção, mitigação e, por último, compensação dos impactos, devendo ser motivadas e vinculadas aos impactos identificados.

Parágrafo único. O empreendedor poderá solicitar a revisão das condicionantes no prazo de 30 (trinta) dias contado da emissão da licença, cabendo à autoridade licenciadora manifestação motivada.

Art. 33. Da decisão que indeferir o pedido de licença ambiental não caberá recurso, facultado ao interessado a renovação do requerimento, mediante a regularização e a adequação do projeto do empreendimento aos parâmetros ambientais exigidos, hipótese em que o processo será reanalisado.

Parágrafo único. O indeferimento será sempre motivado, com a indicação objetiva das exigências ambientais não atendidas, de modo a permitir a adequação do projeto pelo interessado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
ESTADO DA BAHIA

CAPÍTULO VII

DOS PREÇOS PÚBLICOS DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Art. 34. As despesas decorrentes do licenciamento ambiental, inclusive as relativas a análises, vistorias, publicações e demais atos administrativos, correrão por conta do empreendedor, na forma da tabela de preços públicos constante do Anexo Único desta Lei, cujos valores serão recolhidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA.

§ 1º O enquadramento do empreendimento ou atividade nos portes previstos no Anexo Único observará os critérios de porte e potencial poluidor estabelecidos em resolução do COMDEMA, compatíveis com as normas estaduais e federais, adotando-se, para fins de cobrança.

§ 2º A renovação de licenças ambientais corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor original da respectiva modalidade, observado o porte atualizado da atividade.

§ 3º A Licença de Operação Corretiva (LOC) terá acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da Licença de Operação (LO) correspondente ao mesmo porte, em razão da natureza regularizatória do procedimento.

§ 4º O pagamento do preço público é condição para a análise do requerimento, devendo o comprovante de recolhimento instruir o processo, ressalvadas as hipóteses de isenção previstas no art. 35.

§ 5º Os valores constantes do Anexo Único poderão ser atualizados anualmente por ato do Poder Executivo, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou em outro índice oficial que venha a substituí-lo, vedado o reajuste em percentual superior à variação do índice no período.

Art. 35. São isentos do pagamento dos preços públicos de que trata o art. 34:

I – os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais enquadrados na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, mediante comprovação da condição por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), quando o empreendimento ou atividade se destinar exclusivamente à produção familiar;

II – os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta do Município de Poções, quando o requerimento disser respeito a obras ou serviços de interesse público municipal;

III – os projetos de interesse social habitacional de interesse social (HIS) e de regularização fundiária de interesse social (Reurb-S), assim reconhecidos por ato do Poder Executivo municipal;

IV – as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis formalmente constituídas e atuantes no Município, relativamente às atividades de triagem, beneficiamento e comercialização de materiais recicláveis;

V – as atividades de educação ambiental, pesquisa científica e restauração ecológica promovidas por instituições de ensino ou organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, mediante anuência do órgão executor ambiental.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 1º A isenção não dispensa o interessado da obrigação de obter a licença ou autorização ambiental cabível, nem o exime do cumprimento das condicionantes e demais normas ambientais.

§ 2º O pedido de isenção será formulado no ato do requerimento, instruído com a documentação comprobatória, e decidido pelo órgão executor ambiental no prazo de até 15 (quinze) dias.

§ 3º Constatada a falsidade das informações prestadas para obtenção da isenção, o beneficiário perderá o direito à isenção, ficará obrigado ao pagamento do preço público em dobro e sujeitar-se-á às sanções administrativas cabíveis.

TÍTULO IV

DA PROTEÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 36. É vedada qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria, energia ou substância, em níveis capazes de:

I – prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II – criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;

III – ocasionar danos relevantes à flora, à fauna, à paisagem e a outros recursos naturais.

CAPÍTULO II

DAS ÁGUAS

Art. 37. O Município promoverá a proteção, a conservação e a recuperação das águas superficiais e subterrâneas, das nascentes e das matas ciliares, em especial das bacias hidrográficas que abastecem a população, observadas a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e as Resoluções CONAMA nº 357, de 2005, e nº 430, de 2011.

Art. 38. É vedado o lançamento de efluentes, resíduos ou detritos de qualquer natureza em águas superficiais, sistemas de drenagem, poços, cacimbas e áreas erodidas, em desacordo com os padrões e as condições estabelecidos na legislação ambiental.

Art. 39. Os postos de combustíveis, oficinas, garagens e estabelecimentos que manipulem óleos, graxas e combustíveis deverão instalar caixas separadoras de água e óleo antes do lançamento na rede coletora, e manter rigoroso controle de seus reservatórios quanto a vazamentos e extravasamentos, na forma da Resolução CONAMA nº 273, de 2000.

Art. 40. Os poços artesianos e demais captações de água subterrânea deverão ser cadastrados junto ao órgão executor ambiental e observarão as normas de outorga do órgão gestor de recursos hídricos e a Resolução CONAMA nº 396, de 2008.

CAPÍTULO III

DA ATMOSFERA E DA POLUIÇÃO SONORA

Art. 41. É dever do Município controlar a emissão de poluentes atmosféricos, observados os padrões de qualidade do ar e de emissão estabelecidos nas resoluções do CONAMA aplicáveis.

Art. 42. Os estabelecimentos que emitam poeira, material particulado, fumaça, gases ou odores deverão instalar equipamentos e adotar medidas de controle destinados a eliminar ou reduzir os fatores de poluição, na forma da legislação pertinente.

Art. 43. É vedada a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material, ressalvadas as hipóteses de manejo autorizado do fogo, na forma dos arts. 38 a 40 da Lei nº 12.651, de 2012, e das normas de controle de queimadas.

Art. 44. A emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades observará os limites, horários e condições estabelecidos nas normas técnicas aplicáveis e na Resolução CONAMA nº 1, de 1990, sujeitando-se o infrator às sanções desta Lei.

CAPÍTULO IV

DO SOLO E DAS ATIVIDADES DE EXTRAÇÃO

Art. 45. As atividades que impliquem movimentação de terra, terraplenagem, aterro, escavação e a descaracterização da morfologia natural do terreno dependerão de prévia licença ou autorização ambiental.

Art. 46. A exploração de pedreiras, cascalheiras, saibreiras, jazidas de areia, argila e demais recursos minerais dependerá de licença ambiental, observada a competência dos órgãos federais e estaduais e a exigência de plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD).

Art. 47. As pessoas físicas e jurídicas que utilizem, manipulem, comercializem, transportem ou armazenem substâncias, produtos ou resíduos tóxicos ou perigosos, inclusive agrotóxicos, deverão observar as normas federais e estaduais e cadastrar-se junto ao órgão executor ambiental, na forma do regulamento.

CAPÍTULO V

DA FLORA E DAS ÁREAS PROTEGIDAS

Art. 48. A proteção, a conservação e o uso da vegetação nativa observarão a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, competindo ao Município, no âmbito de sua competência e mediante corpo técnico habilitado:

I – controlar e autorizar, quando de sua competência, a supressão de vegetação e a intervenção em Áreas de Preservação Permanente, nas hipóteses de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental previstas na legislação federal;

II – exigir a manutenção, a recomposição e a regularização das Áreas de Preservação Permanente e da Reserva Legal;

III – apoiar a inscrição dos imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a adesão aos Programas de Regularização Ambiental (PRA);

IV – promover a recuperação de áreas degradadas, das matas ciliares e das nascentes, e o combate à desertificação no território municipal.

Art. 49. A supressão de vegetação nativa e a exploração florestal somente serão admitidas mediante prévia autorização do órgão competente, vedado o corte raso de formações florestais não sujeitas a manejo sustentável e observada a obrigatoriedade de reposição florestal nos termos da legislação estadual e federal.

Art. 50. As árvores e a vegetação de logradouros públicos são bens de interesse comum, e a sua poda, transplante ou supressão dependerá de prévia autorização do órgão executor ambiental, assegurada a compensação por meio de plantio.

Art. 51. O Município poderá instituir unidades de conservação e demais espaços territoriais especialmente protegidos, na forma da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza), assegurada a gestão participativa.

CAPÍTULO VI

DA FAUNA

Art. 52. É dever do Município proteger a fauna silvestre e combater os maus-tratos aos animais, observadas as competências dos órgãos federais e estaduais e a legislação de proteção à fauna.

Parágrafo único. As atividades que impliquem apreensão, criação, manejo ou risco à fauna silvestre dependerão de autorização do órgão ambiental competente.

CAPÍTULO VII

DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 53. A gestão dos resíduos sólidos no Município observará a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com prioridade à não geração, à redução, à reutilização, à reciclagem, ao tratamento e à disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

Art. 54. É vedado:

I – o lançamento, a queima e a disposição final de resíduos sólidos a céu aberto ou em corpos hídricos, sistemas de drenagem e áreas não licenciadas

II – a destinação de resíduos em desacordo com as normas técnicas e sanitárias vigentes.

Parágrafo único. Os geradores de resíduos perigosos e de resíduos de serviços de saúde são responsáveis por seu acondicionamento, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequados, na forma das resoluções CONAMA e da legislação sanitária.

Art. 55. O Município implementará, isolada ou consorciadamente, a coleta seletiva e a logística reversa, incentivando a atuação de cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis, na forma da legislação federal.

TÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO, DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I

DA FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Art. 56. A fiscalização ambiental será exercida de forma permanente e continuada pelo órgão executor ambiental, por meio de servidores efetivos designados como agentes de fiscalização, no exercício do poder de polícia ambiental.

Art. 57. Os agentes de fiscalização, no exercício de suas funções e mediante identificação funcional, terão livre acesso, acompanhados de representante do responsável, às instalações e atividades públicas ou privadas capazes de causar degradação ambiental.

Art. 58. O procedimento de fiscalização observará o seguinte rito:

I – relatório de inspeção ou de fiscalização: documento circunstanciado que descreve as condições verificadas e as eventuais irregularidades constatadas, dando início ao procedimento;

II – notificação: ato pelo qual o órgão ambiental cientifica o responsável das providências ou correções a serem adotadas, com fixação de prazo;

III – auto de infração: ato pelo qual a autoridade ambiental formaliza a infração e dá início ao processo administrativo sancionador;

IV – medidas administrativas cautelares: a apreensão, o embargo e a interdição, aplicáveis para fazer cessar ou prevenir a degradação ambiental.

Parágrafo único. As omissões ou incorreções do auto de infração não acarretarão sua nulidade quando do processo constarem os elementos necessários à identificação da infração e do infrator.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 59. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio

ambiente, previstas nesta Lei, em seus regulamentos, nas resoluções do COMDEMA e nas demais normas ambientais.

Art. 60. Constituem infrações ambientais, entre outras:

I – construir, instalar, ampliar ou fazer funcionar estabelecimentos, obras, atividades ou serviços potencialmente degradadores do meio ambiente sem a licença ou autorização do órgão ambiental competente, ou em desacordo com esta;

II – causar poluição de qualquer natureza que provoque a degradação do meio ambiente;

III – suprimir, cortar ou destruir vegetação nativa, floresta ou vegetação de Área de Preservação Permanente sem autorização;

IV – lançar resíduos, efluentes ou substâncias em desacordo com as normas ambientais;

V – obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades ambientais;

VI – descumprir atos, notificações, embargos, interdições ou condicionantes emanados da autoridade ambiental.

CAPÍTULO III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 61. As infrações administrativas ambientais serão punidas com as seguintes sanções, observados o contraditório e a ampla defesa, independentemente das demais sanções aplicáveis pela União e pelo Estado:

I – advertência;

II – multa simples;

III – multa diária;

IV – apreensão de instrumentos, equipamentos, petrechos, veículos, produtos, animais e máquinas utilizados na prática da infração;

V – embargo de obra ou atividade;

VI – interdição temporária ou definitiva da atividade ou do estabelecimento;

VII – demolição de obra;

VIII – suspensão total ou parcial das atividades;

IX – destruição ou inutilização do produto;

X – cassação da licença ou autorização;

XI – perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município.

§ 1º As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ressalvadas a advertência e a multa, que serão aplicadas isoladamente.

§ 2º O embargo e a interdição serão aplicados quando necessários para fazer cessar a degradação ambiental ou para prevenir a continuidade da infração, mediante termo próprio.

Art. 62. Para efeito de gradação da multa, as infrações classificam-se em:

I – leves: as que possam causar prejuízo ao meio ambiente ou ao bem-estar da população, sem provocar efeitos significativos;

II – graves: as que provoquem efeitos significativos, ainda que reversíveis, sobre o meio ambiente ou a população;

III – gravíssimas: as que provoquem efeitos significativos e irreversíveis ao meio ambiente ou à população.

Art. 63. A multa simples variará conforme a classificação da infração, nos seguintes limites, observados os critérios de proporcionalidade e a capacidade econômica do infrator:

I – infrações leves: de R$ 100,00 (cem reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

II – infrações graves: de R$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

III – infrações gravíssimas: de R$ 100.000,01 (cem mil reais e um centavo) a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 1º A gradação da multa considerará a gravidade dos fatos, os antecedentes do infrator e a sua situação econômica, bem como as circunstâncias atenuantes e agravantes.

§ 2º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, até a sua efetiva cessação ou regularização.

§ 3º Nos casos de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

§ 4º O Município observará, no que couber, o disposto na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e no Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, para a tipificação das infrações e a dosimetria das sanções, sem prejuízo da tipificação específica constante dos arts. 64 a 70 desta Lei.

CAPÍTULO III-A

DA TIPIFICAÇÃO ESPECÍFICA DAS INFRAÇÕES E DAS MULTAS CORRESPONDENTES

Art. 64. Sem prejuízo das sanções previstas no art. 61 e dos limites gerais do art. 63, as condutas a seguir tipificadas constituem infrações administrativas ambientais específicas, puníveis com multa nos valores indicados, observada a gradação conforme a gravidade, a extensão do dano e a capacidade econômica do infrator.

Art. 65. Constituem infrações contra a flora:

I – destruir ou danificar florestas ou demais formas de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, sem autorização do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a obtida: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por hectare ou fração;

II – cortar árvores em Área de Preservação Permanente ou em unidade de conservação, sem permissão da autoridade competente: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 20.000,00 (vinte mil reais) por unidade, acrescida do valor do volume lenhoso, quando houver;

III – extrair, cortar, danificar ou explorar floresta ou demais formas de vegetação nativa em terras de domínio público ou particular, sem autorização ou em desacordo com a obtida: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por hectare ou fração;

IV – provocar incêndio em floresta ou demais formas de vegetação, ou realizar queimada não autorizada: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por hectare ou fração;

V – impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas ou demais formas de vegetação nativa em áreas de preservação permanente, reserva legal ou unidades de conservação: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por hectare ou fração;

VI – realizar poda, transplante ou supressão de árvore em logradouro público sem autorização do órgão executor ambiental: multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por unidade;

VII – descumprir a obrigação de reposição florestal ou de compensação vegetal imposta em autorização ou licença ambiental: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais), sem prejuízo da obrigação de cumprir a reposição.

Art. 66. Constituem infrações contra a fauna:

I – matar, perseguir, caçar, apanhar ou utilizar espécimes da fauna silvestre nativa sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente: multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por indivíduo, acrescida dos valores correspondentes aos espécimes ameaçados de extinção, quando for o caso;

II – praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos: multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por animal;

III – comercializar, expor à venda, exportar ou adquirir, guardar, ter em cativeiro ou depósito, utilizar ou transportar ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre nativa sem autorização: multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por indivíduo;

IV – deixar de apresentar relatório de atividades ou de cumprir condicionantes relativas ao manejo de fauna estabelecidas em licença ou autorização: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 67. Constituem infrações de poluição hídrica:

I – causar poluição hídrica que resulte ou possa resultar em danos à saúde humana, ou que provoque a mortandade de animais ou a destruição significativa da biodiversidade aquática: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), observados os limites do art. 63;

II – lançar efluentes ou resíduos líquidos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos, ou em desacordo com as condicionantes da licença ambiental: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

III – deixar de instalar ou de manter em funcionamento caixa separadora de água e óleo ou outro sistema de tratamento de efluentes exigido: multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

IV – perfurar poços ou captar água subterrânea sem o devido cadastramento junto ao órgão executor e sem a outorga do órgão gestor de recursos hídricos, quando exigível: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais);

V – lançar resíduos, entulhos ou detritos em corpos hídricos, nascentes, matas ciliares, sistemas de drenagem, poços ou cacimbas: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 68. Constituem infrações de poluição atmosférica e sonora:

I – causar poluição atmosférica que resulte ou possa resultar em danos à saúde humana, aos animais ou à vegetação: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), observados os limites do art. 63;

II – emitir poluentes atmosféricos em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

III – deixar de instalar ou de manter equipamentos de controle de poluição atmosférica exigidos: multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

IV – realizar queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer material, fora das hipóteses legalmente autorizadas: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais);

V – produzir sons, ruídos ou vibrações em desacordo com as normas técnicas e os limites estabelecidos na legislação aplicável, causando incômodo à vizinhança ou prejuízo à saúde: multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 69. Constituem infrações relativas a resíduos sólidos e ao solo:

I – causar poluição do solo que torne uma área urbana ou rural imprópria para ocupação humana, para a agricultura ou para a pecuária: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), observados os limites do art. 63;

II – destinar resíduos sólidos de forma inadequada, inclusive mediante lançamento a céu aberto, em corpos hídricos ou em áreas não licenciadas: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

III – deixar de dar destinação ambientalmente adequada a resíduos perigosos ou a resíduos de serviços de saúde: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

IV – realizar movimentação de terra, terraplenagem, aterro ou escavação sem a devida licença ou autorização ambiental: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

V – explorar recursos minerais sem licença ambiental ou em desacordo com o plano de recuperação de áreas degradadas: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

VI – abandonar ou depositar substâncias tóxicas, perigosas ou agrotóxicos em desacordo com as normas de segurança e de destinação: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 70. Constituem infrações relativas a construções irregulares, ao licenciamento e à obstrução da fiscalização:

I – construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar estabelecimento, obra ou atividade efetiva ou potencialmente poluidora, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes: multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), observados os limites do art. 63;

II – descumprir condicionantes estabelecidas na licença ambiental ou na autorização ambiental: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

III – prestar informação falsa, adulterar ou omitir dado relevante em estudo ambiental, requerimento de licença ou declaração prestada ao órgão ambiental: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

IV – obstar, dificultar ou impedir a ação fiscalizadora do órgão ambiental municipal no exercício regular de suas funções: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais);

V – descumprir embargo, interdição, notificação ou qualquer medida cautelar imposta pela autoridade ambiental: multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), sem prejuízo da multa diária;

VI – deixar de atender, no prazo fixado, exigência legal ou regulamentar quando devidamente notificado pela autoridade ambiental: multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

VII – operar atividade com licença ambiental vencida, cassada ou suspensa: multa de R$ 1.000,00 (mil reais) a R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo único. Na dosimetria das multas previstas nos arts. 65 a 70, a autoridade ambiental observará as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no Decreto nº 6.514, de 2008, e poderá aplicar, cumulativamente, as demais sanções do art. 61, inclusive embargo, interdição, apreensão e demolição, quando cabíveis.

Art. 71. As multas poderão ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso homologado pelo COMDEMA, obrigar-se à adoção de medidas específicas para cessar e reparar a degradação ambiental, na forma do regulamento.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO E DOS RECURSOS

Art. 72. Lavrado o auto de infração, o autuado será notificado para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar defesa dirigida à autoridade do órgão executor ambiental.

Art. 73. Julgado o auto de infração e mantida a penalidade, caberá recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, ao COMDEMA, que decidirá em última instância administrativa.

§ 1º A decisão que impuser penalidade será motivada, com a indicação das razões e do dispositivo legal infringido, sob pena de nulidade.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

§ 2º Os recursos das decisões não definitivas não terão efeito suspensivo quanto às medidas destinadas a fazer cessar a degradação ambiental.

Art. 74. Esgotada a instância administrativa e não recolhido o valor da multa no prazo fixado, o débito será inscrito em dívida ativa e encaminhado para cobrança, revertendo o produto ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Art. 75. As penalidades pecuniárias não eximem o infrator da obrigação de reparar o dano ambiental causado, nem da responsabilidade civil e penal decorrente de sua conduta.

CAPÍTULO V

DA COMUNICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 76. Constatada infração ambiental que constitua, em tese, ilícito penal, o órgão executor ambiental encaminhará cópia do auto de infração ou do relatório de fiscalização ao Ministério Público do Estado da Bahia, para as providências de sua competência.

Parágrafo único. A comunicação de que trata o caput será obrigatória e realizada no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da lavratura do auto de infração ou da conclusão do relatório de fiscalização, sem prejuízo do prosseguimento do processo administrativo.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 77. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por meio de decreto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado de sua publicação, vedado ao regulamento ampliar ou reduzir o âmbito de aplicação da Lei, ou criar inovação estranha ao seu objeto ou ao ordenamento jurídico-constitucional vigente.

§ 1º O decreto regulamentar de que trata o caput disciplinará, entre outros aspectos:

I – a composição detalhada do COMDEMA, o processo de escolha dos representantes da sociedade civil e as regras de funcionamento do colegiado, sem prejuízo do regimento interno;

II – os procedimentos operacionais de licenciamento, autorização, dispensa e renovação de licenças;

III – os critérios complementares de enquadramento por porte e potencial poluidor;

IV – os procedimentos de fiscalização, dosimetria das sanções e conversão de multas;

V – a gestão operacional do Fundo Municipal de Meio Ambiente e do Sistema Municipal de Informações Ambientais.

§ 2º Enquanto não editado o decreto regulamentar, aplicam-se subsidiariamente, no que couber e não conflitar com esta Lei, as normas federais e estaduais de licenciamento e fiscalização ambiental.

Art. 78. O COMDEMA e o órgão executor ambiental adequarão suas normas, resoluções e o regimento interno ao disposto nesta Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado de sua regulamentação.

Parágrafo único. No prazo de 30 (trinta) dias contado da publicação desta Lei, o Poder Executivo convocará reunião extraordinária do COMDEMA para iniciar a elaboração ou a revisão do regimento interno, assegurando-se a participação paritária e a publicidade dos trabalhos.

Art. 79. O Poder Executivo promoverá, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contado da publicação desta Lei, todos os atos necessários à realização de concurso público para o provimento dos cargos técnicos efetivos do órgão executor ambiental, inclusive Analista Ambiental e Agente de Fiscalização Ambiental, na forma da legislação municipal de cargos e da Lei Municipal nº 1.411, de 22 de novembro de 2023, e suas regulamentações.

§ 1º Enquanto não concluído o concurso público e a posse dos servidores efetivos, o Município poderá, em caráter excepcional e transitório, contar com profissionais habilitados mediante contratação temporária ou cessão, vedada a prorrogação indefinida desse regime e assegurada a observância das prerrogativas legais de cada categoria profissional.

§ 2º A autorização de supressão de vegetação permanecerá ato privativo de profissional legalmente habilitado, nos termos do art. 13, ainda durante o período de transição.

Art. 80. Os processos de licenciamento e as licenças em curso na data de publicação desta Lei permanecerão válidos até o término de sua vigência, adequando-se as renovações e os novos requerimentos às disposições desta Lei.

§ 1º As licenças expedidas sob a égide da legislação anterior deverão ser adequadas, por ocasião da renovação, às modalidades e aos requisitos previstos nesta Lei e na Lei nº 15.190, de 2025.

§ 2º Os processos administrativos sancionadores em andamento continuarão a tramitar pelos ritos desta Lei, assegurados o contraditório e a ampla defesa, aplicando-se a norma mais benéfica ao autuado quanto à dosimetria da sanção, quando couber.

Art. 81. Aplicam-se subsidiariamente a esta Lei as normas da Lei nº 6.938, de 1981, da Lei Complementar nº 140, de 2011, da Lei nº 15.190, de 2025, da Lei nº 12.651, de 2012, da Lei nº 12.305, de 2010, e as resoluções do CONAMA e do Conselho Estadual de Meio Ambiente.

Art. 82. A interpretação e a aplicação desta Lei observarão o princípio da proibição do retrocesso ambiental, sendo vedada qualquer medida que importe redução dos níveis de proteção ambiental por ela estabelecidos.

Art. 83. Integram esta Lei o Anexo Único (Tabela de Preços Públicos para Licenciamento, Autorizações, Análises e Vistorias Ambientais).

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE POÇÕES
ESTADO DA BAHIA

Art. 84. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 85. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 86. Revoga-se a Lei Municipal nº 896, de 24 de novembro de 2008, e as demais disposições em contrário.

Poções Bahia, 08 de outubro de 2026

IRENILDA CUNHA DE MAGALHÃES
Prefeita Municipal

OTTO WAGNER DE MAGALHÃES
Secretário de Administração e Planejamento

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO

CATEGORIA: LICITAÇÕES E CONTRATOS

DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO (PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 17/2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA
PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

I - RELATÓRIO:

A presente licitação tem por objeto *"Aquisição, com fornecimento e entrega, de equipamentos de sonorização, iluminação cênica, informática, projeção audiovisual, estruturas metálicas de sustentação e mobiliário (poltronas fixas para auditório), destinados à estruturação e ao aparelhamento do Teatro Municipal de Rio de Contas/BA, conforme especificações e quantitativos constantes do Termo de Referência e anexos a este edital."*.

II - TEMPESTIVIDADE:

Os esclarecimentos estão previstos no item 30 do instrumento convocatório, que dispõe:

"27. ESCLARECIMENTOS:
27.1 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados à pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, através do e-mail: licitacaoriodecontas@gmail.com.
27.2 - A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
27.3 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração."

O Aviso de Licitação do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026 foi publicado na edição nº 4633 do Diário Oficial do Município, no dia 28 de setembro de 2026, com designação da data de abertura das propostas para o dia 09 de outubro de 2026, às 09:00h.

O primeiro pedido de esclarecimento ao Edital foi apresentado pela empresa **EPISTEME COMERCIO EDUCACIONAL LTDA.**, inscrita no CPNJ/MF sob nº 18.161.126/0001-03**,** em 04/10/2026. Todavia, ao invés de ter sido encaminhado através do e-mail informado no item 30.1 do instrumento convocatório, foi protocolado em campo específico da plataforma BNC, nos moldes seguintes:

"O edital exige a indicação da marca, mas não esclarece se também deverá ser informado o MODELO ou REFERÊNCIA. A marca, sozinha, não identifica o produto. Uma mesma fabricante possui vários MODELOS, com características diferentes. Alguns podem atender ao edital; outros, não. Inclusive, a marca indicada pode não possuir modelo compatível. Em resumo: a marca identifica o fabricante; o MODELO IDENTIFICA O PRODUTO. E isto traz segurança no jultamento da proposta. Sem o modelo, o Pregoeiro jamais saberá se o que está sendo ofertado atende às especificaçoes. Aceitar a proposta nessas condições significa assumir o risco de aprovar um produto incompatível. Diante disso, solicitamos esclarecer:

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

1. Será obrigatório informar o MODELO/REFERÊNCIA, além da marca? / 2. A falta do modelo resultará na DESCLASSIFICAÇÃO da proposta? 3. Caso o modelo não seja exigido, o Pregoeiro assume o risco de aprovar proposta incompatível e contribuir para que o licitante entregue produto inferior ao exigido no edital, o que culminaria no crime do art. 337-L, inciso I do Código Penal? 4. Caso não seja exigido modelo, solicitamos que o Pregoeiro, de maneira OBJETIVA, informe como verificará se o produto ofertado atende as especificações do edital."

No dia 05/10/2026, a empresa **RGT ELETRONICA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05943957000195, também apresentou - em campo específico da plataforma BNC, ao invés de encaminhar através do e-mail informado no item 30.1 do instrumento convocatório - o seguinte pedido de esclarecimento:

"Esclarecimento referente ao Lote 02/ Item 05 (Nobreak) - No descritivo não é citada o tipo de onda solicitado no modo inversor (quando em operação) nos nobreaks e para esse tipo de equipamento (nobreak) existem senoidal por aproximação (pwm/semi senoidal) ou senoidal pura mais utilizado em microcomputadores com fonte pfc ativa, sendo assim, a fim de dimensionarmos o produto de forma correta, questionamos a forma de onda em modo inversor solicitada no termo de referência trata-se de senoidal pura ? At.te HAROLDO BRAGA"

Verificada a tempestividade, a despeito da inadequação da forma de apresentação de dois deles, passo ao exame dos pedidos de esclarecimento.

III - DA ANÁLISE JURÍDICA:

O art. 164 da Lei nº 14.133/2021, disciplina:

"Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame."

No caso em tela, as Empresas apresentaram tempestivamente os seus pedidos de esclarecimento, ainda que o tenham feito através de campo específico da plataforma BNC.

IV - DO MÉRITO:

Estabelece a Lei nº 14.133/2021 que a competitividade é um dos princípios norteadores do procedimento licitatório:

"Art. 5º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).”

“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:
I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.”

Tratando da especificação dos itens em processos licitatórios, o art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021 é bem claro:

“Art. 18 - A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:
(...)
§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:”.

IV.I - DA EXIGÊNCIA DE ESPECIFICAÇÃO DE MARCA E MODELO:

O instrumento convocatório apresenta as especificações técnicas dos itens que pretende adquirir.

Com o intuito de garantir a plena identificação do objeto ofertado e assegurar a eficiência e o controle no julgamento das propostas, esclarecemos que - a despeito de não constar do Anexo I - Especificações/Termo de Referência e do Anexo II - Modelo de Proposta de Preços, **é imprescindível a indicação expressa, além da MARCA, do MODELO/REFERÊNCIA do produto na proposta comercial**.

O descumprimento ou a omissão com relação a esta exigência sujeitará a proposta à desclassificação, ressalvada a hipótese em que o fabricante produza modelo único que atenda integralmente aos requisitos do instrumento convocatório, desde que efetivamente comprovado.

A análise de conformidade das propostas será realizada mediante a verificação do modelo indicado frente às especificações do Termo de Referência, exigindo-se - quando couber – prospectos e/ou catálogos técnicos.

IV.II - DO TIPO DE ONDA SOLICITADO NO MODO INVERSOR:

A forma de onda exigida para o equipamento discriminado no Item 05 do Lote 02 (NOBREAK) em modo inversor (operação em bateria) é SENOIDAL PURA, fundamentada necessidade de assegurar a plena compatibilidade operacional, a eficiência energética e a integridade dos equipamentos a serem alimentados pela infraestrutura (incluindo microcomputadores, estações de trabalho e servidores dotados de fontes de alimentação com PFC Ativo - Power Factor Correction).

De acordo com informações do setor de informática desta municipalidade, as fontes com PFC ativo exigem forma de onda rigorosamente senoidal quando alimentadas pelo inversor do nobreak.

A utilização de equipamentos com forma de onda por aproximação (PWM ou semi-senoidal) em tais cargas enseja riscos operacionais graves, tais como:

- **Incompatibilidade e Instabilidade Operacional:** Inoperância, desligamentos repentinos, reinicializações ou travamentos do sistema durante a comutação para o modo bateria;
- **Estresse Térmico e Sobrecarga:** Superaquecimento dos componentes internos da fonte de alimentação em decorrência do alto teor de harmônicos da onda PWM;
- **Atuação Indevida de Proteções:** Desarme da fonte por detecção de subtensão, sobrecorrente ou distorção harmônica elevada;
- **Degradação de Ativos:** Redução prematura da vida útil, perda de rendimento elétrico e potencial dano permanente aos equipamentos conectados.

Reitera-se, por oportuno, que todas as licitantes deverão dimensionar e apresentar as suas propostas comerciais considerando estritamente a oferta de nobreaks com forma de onda senoidal pura no modo inversor, sob pena de desclassificação por inobservância às especificações mínimas do Termo de Referência.

VIII - DA DECISÃO:

Reconheço a tempestividade, a despeito da forma inadequada de apresentação dos pedidos de esclarecimento.

Assim, pelos motivos e fundamentos acima expostos, define-se como resposta aos questionamentos formulados:

- **É IMPRESCINDÍVEL A INDICAÇÃO EXPRESSA, ALÉM DA MARCA, DO MODELO/REFERÊNCIA DO PRODUTO NA PROPOSTA COMERCIAL**;

- **A FORMA DE ONDA EXIGIDA PARA O EQUIPAMENTO DISCRIMINADO NO ITEM 05 DO LOTE 02 (NOBREAK) EM MODO INVERSOR (OPERAÇÃO EM BATERIA) É SENOIDAL PURA**.

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Por conseguinte, ficam mantidas as demais especificações técnicas dos produtos - elencadas no Termo de Referência e no instrumento convocatório -, acrescidas das informações acima especificadas, bem como todos os demais termos do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026** e seus anexos, bem como a data para a abertura das propostas apresentadas, passando o entendimento ora externado a integrar o instrumento convocatório para os fins de direito.

Rio de Contas-BA, 08 de outubro de 2026.

FRANCIELLE BARRETO NASCIMENTO
Pregoeira

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU - CNPJ 13.696.257/0001-71

ÓRGÃO/SETOR: GABINETE DO PREFEITO

CATEGORIA: ATOS OFICIAIS

DECRETO SUPLEMENTAR (Nº 95/2026)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU
Praca da Bandeira, 176 - Centro
CNPJ: 13.696.257/0001-71 - CEP: . - - SAPEACU - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 95 DE 07 DE OUTUBRO DE 2026

Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R$ 164.150,00 (Cento e sessenta e quatro mil e cento e cinquenta reais), para fins que se especifica e da outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SAPEAÇU**, no uso de suas atribuições legais, constituicionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 719 de 10 de dezembro de 2025, edita o seguinte Decreto:

Art 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R$164.150,00 (Cento e sessenta e quatro mil e cento e cinquenta reais) a saber:

Dotações Suplementares

1010000 - LEGISLATIVO MUNICIPAL

2.002 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVA

3.3.90.34.00 / 150000 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirizacao		80.000,00
	Total por Ação:	**80.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**80.000,00**

2020000 - SECRETARIA ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANCAS

2.006 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DE ADMINISTRACAO, PLANEJAMENTO E FINANCAS

3.3.90.93.00 / 150000 - Indenizacoes e Restituicoes		4.650,00
	Total por Ação:	**4.650,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**4.650,00**

2040000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.039 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA SECRETARIA DE SAUDE

3.1.71.70.00 / 150002 - Rateio pela Participacao em Consorcios Publicos		6.000,00
3.3.71.70.00 / 150002 - Rateio pela Participacao em Consorcios Publicos		5.500,00
3.3.90.39.00 / 150002 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		68.000,00
	Total por Ação:	**79.500,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**79.500,00**
	Total Suplementado:	**164.150,00**

Art 2º. - A propósito cabe-me informar que para atender a suplementação acima, serão anuladas parcialmente e/ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelece a Lei nº 4.320.

Dotações Anuladas

1010000 - LEGISLATIVO MUNICIPAL

1.001 - AMPLIACAO, REFORMA E REEQUIPAMENTO DO PREDIO DO LEGISLATIVO

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU
Praca da Bandeira, 176 - Centro
CNPJ: 13.696.257/0001-71 - CEP: . - - SAPEACU - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

4.4.90.51.00 / 150000 - Obras e Instalacoes		10.000,00
	Total por Ação:	**10.000,00**
2.001 - DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO PLENARIO		
3.1.90.11.00 / 150000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		40.000,00
3.1.90.13.00 / 150000 - Obrigacoes Patronais		30.000,00
	Total por Ação:	**70.000,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**80.000,00**

2040000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

2.040 - DESENVOLVIMENTO DAS ACOES DA ATENCAO PRIMARIA		
3.1.90.11.00 / 1604 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil		79.500,00
	Total por Ação:	**79.500,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**79.500,00**

2052000 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.057 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS - IGD-SUAS		
3.3.90.39.00 / 150000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica		4.650,00
	Total por Ação:	**4.650,00**
	Total por Unidade Orçamentária:	**4.650,00**
	Total Anulado:	**164.150,00**

Art. 3º - Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a expedir instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir de quarta-feira, 7 de outubro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE SAPEAÇU, Estado da Bahia, em 07 de outubro de 2026.

CARLOS SANTOS BASTOS
Tesoureiro
CPF: 316.131.605-34

RAMON DE SENA SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 984.737.355-87

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

PORTARIA (Nº 56/2026)

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU

PORTARIA Nº 56, DE 08 DE OUTUBRO DE 2026.

'' DISPÕE SOBRE LICENÇA MÉDICA DOS SERVIDORES DO QUADRO EFETIVO DESTA PREFEITURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAPEAÇU, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, legais e pertinentes e, conforme a Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art.1º - Dispõe sobre Licença Médica dos servidores concursados, discriminados abaixo.

Nº	NOME	CARGO	SECRETARIA	PERIODO	CID
01	EDIVALDO BARROS MARQUES	VIGIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Até 31/03/2027	H33.5
02	JO DOS ANJOS DA FONSECA	SERVENTE	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	Até 30/11/2026	S42.0
03	JOSELITA BISPO MOREIRA	SERVIÇOS GERAIS	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Até 31/12/2026	M50.1+M51.1
04	JOSILDA SANTOS DE JESUS	PROFESSOR NIVEL III	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Até 30/11//2026	Z.54.0

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU

05	MARIA NEUZA AQUINO RAMOS CONCEIÇÃO	PROFESSOR NIVEL I	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Até 31/10/2026	Z54.0
06	MARIA SILVANA CARVALHO SOUZA	PROFESSOR NIVEL III	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Até 31/12/2026	M75.1
07	REIJANE SOUZA ROMAO	AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO	Até 31/01/2027	G56.0

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE;
REGISTRE-SE;
CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO, em 08 de outubro de 2026.

Ramon de Sena Souza
Prefeito

Edição disponível em www.sertaohoje.com.br/publicacoes - Assinado digitalmente por Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda - CNPJ 10.841.540/0001-51 - CERTIFICADO DIGITAL 429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Tribuna do Sertão

FUNDADOR: MAURÍCIO LIMA SANTOS (1943-1998)

O Jornal **Tribuna do Sertão** é uma publicação da
Líder Gráfica, Comunicação e Pesquisa Ltda
CNPJ 10.841.540/0001-51

ADMINISTRAÇÃO E REDAÇÃO:
Rua Valdomiro Alves Luz, 45
Bairro Campo de Aviação - Brumado - BA

CEP 46.117-040 - **TELEFAX: (77) 3441-6360**
e-mail: lidergrafica2023@gmail.com
Site: www.sertaohoje.com.br

EDITORA
Lúcia Oliva Lima - DRT 456
e-mail: oliva_ba@hotmail.com
Cel.: (77) 99953-7613

DIRETOR DE REDAÇÃO
Leonardo Oliva
e-mail: leonardo.tribuna@uol.com.br
Cel.: (77) 99962-8581

CERTIFICAÇÃO DIGITAL
429A3466531D1A974EC05D414A3CC924

Assinatura digital ICP-Brasil em conformidade com a MP nº 2.200-2/2001